

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas / Organizadores Joaquim dos Santos, Jéssica Correia Duarte Nuvens, Antonio Carlos Dias de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-772-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.724211412>

1. Cultura. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Nuvens, Jéssica Correia Duarte (Organizadora). III. Oliveira, Antonio Carlos Dias de (Organizador). IV. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Este e-book é resultado das pesquisas produzidas por diferentes estudiosos, de várias áreas do conhecimento e de diversas regiões do Brasil. Com a mesma relevância, o livro conta com capítulos assinados por investigadores estrangeiros, cujas análises são significativas para o rompimento de fronteiras espaciais e culturais a respeito do tripé que sustenta esta obra, pois as relações dialógicas entre diferentes saberes e sujeitos produtores de conhecimento científico são essenciais para o fortalecimento do debate e sua apropriação política, cultural, social, a fim de promover transformações sociais.

Os textos reunidos trazem à baila a compreensão do debate indissociável entre gênero, raça, classe e sexualidade. Esses marcadores sociais da diferença são postos estando imersos na(s) cultura(s), em seu amplo sentido: como modos de ser e viver o mundo. Como um mosaico constituído e marcado pelas diferenças, o livro agrega trabalhos de História, Educação, Direito, Psicologia, Economia, Linguística, Educação Física e Enfermagem. Isso reforça o caráter interdisciplinar e transdisciplinar desse debate.

Nessa trilha, há pesquisas sobre as desigualdades de gênero nas teorias de justiça; (in)visibilidade de gênero nos planos municipais de educação; sexualidades na pré-adolescência; construção das masculinidades e sofrimento psíquico; escritas de si de um professor negro; trajetórias de vidas de pais adolescentes; violência contra as mulheres e os mecanismos contra homens violentos; violência doméstica; gênero e políticas públicas de saúde; crime de importunação sexual; feminicídio e construção de santidade feminina; bonecas negras e processos de empoderamento; relações de gênero no mercado de trabalho; e transexualidade e esporte.

Desejamos que esses escritos sejam lidos e apropriados nos diferentes processos de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a mesma relevância, almejamos que eles sejam pontes de comunicação para a formação de consciência crítica no tocante à equidade de gênero na contemporaneidade, bem como concernente ao enfrentamento das diversas formas de violências vividas por sujeitos considerados integrantes das “minorias” sociais.

Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA E SUA EXCLUSÃO DO CONTRATO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO OBJETO DAS MODERNAS TEORIAS DE JUSTIÇA

Katarina Karol Brazil de Melo Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114121>

CAPÍTULO 2..... 15

O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E A POPULARIZAÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS

Júlia Salles Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114122>

CAPÍTULO 3..... 26

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114123>

CAPÍTULO 4..... 42

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

Aline Eggers

Roberto Vinícius Silva Saraiva

Evania Romanosky

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114124>

CAPÍTULO 5..... 53

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERFACE COM A RELAÇÃO DE GÊNERO E A GERAÇÃO

Sandra Natalie Silva

João Diógenes Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114125>

CAPÍTULO 6..... 64

'REPRESENTAÇÕES NEGRAS IMPORTAM': BONECAS DE MODA E AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Janaíne dos Santos Rolim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114126>

CAPÍTULO 7..... 78

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Jéssica Correia Duarte Nuvens

Joaquim dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114127>

CAPÍTULO 8..... 90

“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Amanda Monteiro Melo
Micheline Marques Alves
Fernanda Braga Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114128>

CAPÍTULO 9..... 103

ESCRITOS AUTOBIÁGRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM PROFESSOR AFRODESCENDENTE

Cláudio José Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114129>

CAPÍTULO 10..... 116

O QUE É SER HOMEM? UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES

Diary Igor Panta Marques
Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141210>

CAPÍTULO 11..... 132

CUANDO EL EMBARAZO OCURRE EN LA ADOLESCENCIA – UNA VISIÓN DESDE LOS ADOLESCENTES VARONES

Ana Laura Cafaro Mango

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141211>

CAPÍTULO 12..... 143

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Nolasco Marcela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141212>

CAPÍTULO 13..... 154

O LUGAR DO TRANSGÊNERO NO OCTÓGONO: GAME FACE

Aline Aparecida de Souza Ribeiro
Natália Rodrigues Reis
Priscila Gonçalves Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141213>

CAPÍTULO 14..... 164

IGUALDADE DE GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTARÉM: A ÓTICA DAS ADMISSÕES

Lorena de Sousa Marques
Tarcísio da Costa Lobato

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
Andréa Simone Rente Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141214>

SOBRE OS ORGANIZADORES	177
ÍNDICE REMISSIVO.....	179

CAPÍTULO 1

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA E SUA EXCLUSÃO DO CONTRATO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO OBJETO DAS MODERNAS TEORIAS DE JUSTIÇA

Data de aceite: 01/12/2021

Katarina Karol Brazil de Melo Rocha

RESUMO: Este artigo analisa a exclusão histórica das mulheres e a necessidade de políticas verdadeiramente emancipatórias no âmbito das modernas teorias de justiça. Para tanto, começa-se por investigar as origens da exclusão a partir das representações simbólicas das mulheres na Antiguidade Greco-romana. Em seguida, analisa-se a exclusão da mulher nas teorias contraturalistas clássicas a partir do século XVII à luz das ideias de Carole Pateman. Daí se passa a concepção de Nancy Fraser, que propõe a superação das falsas antíteses entre as políticas de redistribuição e de reconhecimento, bem como busca construir um conceito mais amplo de justiça e aumentar o sentido e o alcance do termo paridade participativa, com ênfase nas questões de gênero, entendido aqui não apenas em termos numéricos, mas sobretudo qualitativos.

PALAVRAS-CHAVE: Representações femininas. Contrato social. Desigualdades de gênero. Teorias da justiça.

THE FEMALE REPRESENTATIONS FROM THE ANTIQUITY TO THE MEDIEVAL AGE AND THE EXCLUSION OF WOMEN FROM THE CLASSICAL THEORY OF THE SOCIAL CONTRACT: THE GENDER INEQUALITIES AS A SUBJECT OF THE MODERN THEORIES OF JUSTICE

ABSTRACT: This article analyzes the historical exclusion of women and the necessity of truly emancipatory policies within modern theories of justice. To do so, one begins by investigating the origins of exclusion from the symbolic representations of women in Greco-Roman Antiquity. Next, the exclusion of women in classical theories of social contract revolutionary theories from the seventeenth century is analyzed in the light of Carole Pateman's ideas. Hence the modern theories of justice and then the conception of Nancy Fraser, which proposes to overcome the false antitheses between the policies of redistribution and recognition, as well as to build a broader concept of justice and to increase the meaning and scope of the term participative parity, with emphasis on issues of gender, understood here not only numerically, but above all qualitative.

KEYWORDS: Representations of women. Social contract. Gender inequality. Theories of justice.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar, primeiramente, as representações históricas e simbólicas do feminino bem como suas consequências para a construção das

sociedades e da natureza de suas interações a partir da perspectiva de gênero. Como ponto de partida, analisar-se-ão o universo simbólico da mulher bem como seu lugar social e seus papéis no contextos das civilizações fundadoras da cultura ocidental – Grécia e Roma. A seguir, ver-se-á como o Cristianismo recepciona e agencia, teológica e ontologicamente, a herança clássica, transformando a mulher, na Idade Média, em agente do mal, o *janu diaboli*, com toda sorte de estigmas disso decorrentes.

Na segunda parte, apresentam-se, à luz das ideias de Carole Pateman, as teorias contratualistas clássicas, elaboradas a partir do século XVII, para demonstrar como, de fato, o contrato original dá-se entre homens, ou seja, obedecendo à lógica patriarcal e excluindo, de variadas maneiras as mulheres. Na terceira parte, analisar-se-ão as modernas teorias de justiça tomando como referencial teórico o as análises de Nancy Fraser sobre a aparente polarização disjuntiva – o que ela nomeia como “falsas antíteses” – entre as demandas da justiça redistributiva e de reconhecimento. Caberá ainda a Fraser, na parte final, a necessidade de construção de um conceito mais amplo de justiça, no qual a ideia de paridade deve contemplar o caráter bidimensional dos grupos de vítimas de injustiça social, em especial no âmbito do gênero, e a importância das ações emancipatórias em duas frentes – redistributiva e de reconhecimento.

2 | AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA

2.1 Antiguidade

Na busca das representações simbólicas das mulheres, toma-se como primeira referência histórica a Grécia. Uma das características da *pólis* grega são as dicotomias, tais como “cidade e campo, cidadão e não cidadão, livre e escravo, rico e pobre; civilizado e *bábaro*[estrangeiro]”. Não admira, portanto, o antagonismo “homem e mulher”, isto é, as várias marcas distintas entre o universo masculino e o feminino, o que se reflete nas atividades destinadas a cada um dos gêneros. Assim, se aos homens cabe a *ágora* e, nela, a política, às mulheres, por sua vez, cabiam, fundamentalmente, o cuidado com o *oïkos* (a casa), a tecelagem e a *fição*¹.

Note-se que, o ofício de fiar se reveste de virtude feminina. Não por acaso, na Odisseia, de Homero, Penélope – símbolo máximo da fidelidade e da resignação da esposa na literatura ocidental – tece enquanto espera a volta de Ulisses². No âmbito doméstico, inclusive, a condição feminina será, simbolicamente, representada, além do fuso, por um outro um objeto: o espelho – signo de fechamento e reclusão, peça central nos aposentos das esposas³.

A despeito disso, a mulher encontrava espaço de ação na *pólis*, afinal, as esposas

1 LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

2 HOMERO. *Odisseia*. Tradução e introdução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

3 LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

eram “consideradas disseminadoras de informações” e tinham papel importante, pois sua fala poderia ter impactos socialmente positivos ou negativos em relação à imagem e à reputação de famílias e cidadãos junto ao corpo cívico, uma vez que, na sociedade *poliade*, “apenas a palavra do outro poderia atuar no sentido de atestar a identidade de um indivíduo como cidadão e também legitimar a sua cidadania”. Trata-se, como se vê, de um poder velado, sutil, porém contundente, exercido pelas mulheres a partir de seu lugar social⁴.

Assim, a fala feminina deveria, até mesmo, prever o eventual prejuízo de uma informação que saísse do âmbito do *oikos*, pois, na sociedade grega, o indivíduo almeja, em função de seus méritos, adquirir reconhecimento juntos aos seus iguais. Vê-se, aqui, a natureza paradoxal, ou ao menos ambígua, dessa atribuição, já que as mulheres devem ser mantidas afastadas do campo de ação dos homens, mas, por outro lado, cabe a elas policiar o comportamento masculino – ou, como se disse, pôr em risco a reputação dos maridos – por meio desse controle da circulação de informações na esfera privada⁵.

Portanto, não obstante os antagonismos e restrições, Lessa vê a sociedade *poliade* perpassada por relações de pluralidade e diversidade. Segundo o autor, essa sociedade, ainda que hierarquizada, pressupunha a aceitação do outro e a construção da “alteridade à medida que o próprio *kósmos* era a harmonia das diferenças”. E é a partir dessas diferenças que as mulheres – levando-se em conta sua condição social (bem nascidas ou pobres), seu *status* social (livres ou escravas), sua função social (esposas ou prostitutas) e seu estatuto legal (esposas de cidadãos, esposas de *métécoi* ou concubinas) – conheciam “o lugar que lhes era permitido atuar e se valeram dele para criarem suas táticas de participação social”⁶.

Na Roma Imperial, por sua vez, o instituto do *pater potestas* (poder paterno) é o signo maior do patriarcado e, evidentemente, da sujeição feminina. O marido é o senhor de seu lar, o *dominus*, e à mulher, dependendo do temperamento do esposo, cabe, em sentido estrito, a direção da casa, se for por ele considerada “digna de tanto”. Assim, mesmo a uma rica *patricia* resta pouco mais do que “se ocupar da roca e do fuso para matar o tempo de forma honesta e tradicional”⁷. Note-se que, assim como na Grécia Antiga, o ofício de fiar se reveste de virtude feminina.

Nesse sentido, “ser mãe de família constitui uma honrosa prisão e uma dignidade um tanto estreita em que o orgulho de uma jovem nobre se colocará no devotamento”⁸. Cabe lembrar ainda que antes, no período republicano de Roma, as mulheres eram vistas como “seres periféricos”, pouco ou nada relevantes em relação à figura e ao papel público dos esposos. É mesmo o que se toma por “emancipação” das mulheres pertencentes à alta sociedade do início do Império era “uma liberdade essencialmente nascida do desdém”,

4 *Ibid.*

5 *Ibid.*

6 *Ibid.*

7 VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Coleção História da vida privada.

8 *Ibid.*

afinal, elas gozavam de liberdade e autonomia “desde que não interferissem no jogo sério da política masculina”⁹.

2.2 Idade média

Na Idade Média (século V ao XV), o Cristianismo acolhe o legado misógino da Antiguidade grega e romana. Assim, a figura da mulher segue sendo associada à fragilidade e à necessidade de tutela masculina – restando a ela a “sublime tarefa” da procriação. Ademais o próprio texto bíblico assentava-se como explicação primária para a sujeição feminina, uma vez que Eva, a primeira mulher, é criada a partir de uma costela de Adão¹⁰, o que sugere que seja uma criatura de segunda ordem na sequência de eventos da Criação. Além disso, é por Eva que o pecado adentra o Paraíso¹¹ e, por isso, ela é o *januadiaboli* – o “portão” pelo qual entra no Éden o Diabo, o que a torna simultaneamente a primeira vítima e o primeiro instrumento do Mal¹².

Nesse sentido, Delumeau¹³ ressalta que “a mulher fora acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte” e completa comentando que “Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original”. Trata-se, como se vê mais uma vez, de tradição que atravessa o mundo antigo e atinge, no medieval, sua máxima expressão, sob a égide de um Cristianismo marcado pela dualidade salvação/perdição e pela presença difusa do Diabo.

A fragilidade da mulher, e nela a prevalência inequívoca da carne sobre o espírito, será também uma das justificativas para excluí-la do sacerdócio. Assim, o Cristianismo medieval consolida a ideia – herdada de Aristóteles e reproduzida por Tomás de Aquino – da mulher como um “macho deficiente”, o que o culto à Virgem apenas acentua, uma vez que o modelo Maria é assexuado e, portanto, destituído das qualidades então ditas “femininas”. O mesmo sucede com o chamado “amor cortês”, platonizado, em que o cavaleiro medieval dirige à senhora de sua eleição um sentimento ideal e além de qualquer dimensão física¹⁴.

A associação primitiva entre a mulher e o Diabo ganha contornos de fobia coletiva, na Alta Idade Média, com a figura das bruxas, “responsáveis diretas por todas as desventuras e pesadelos que afligem a comunidade”. Vale lembrar, afinal, que o mais célebre dos manuais de combate à feitiçaria, surgido no século XV, chama-se *Malleusmaleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), e não *maleficorum* (feiticeiros), como seria de se esperar, já que a generalização se dá, em latim, assim como em português, pelo masculino¹⁵.

9 BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Coleção História da vida privada.

10 BÍBLIA online. *Gênesis 2, 22; 3, 6*. Disponível em: <www.biblionline.com.br/acf/gn>. Acesso em: 5 dez. 2018.

11 *Ibid.*

12 NOGUEIRA, Carlos Roberto F. As companheiras de satã: o processo de diabolização da mulher. *Espado, Tiempo y Forma: Revista de La Facultad de Geografía e Historia*, Madrid, v. 4, p. 9-24, 1991

13 DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

14 NOGUEIRA, Carlos Roberto F. As companheiras de satã: o processo de diabolização da mulher. *Espado, Tiempo y Forma: Revista de La Facultad de Geografía e Historia*, Madrid, v. 4, p. 9-24, 1991.

15 *Ibid.*

31 A EXCLUSÃO DAS MULHERES DAS TEORIAS CONTRATUALISTAS CLÁSSICAS SEGUNDO CAROLE PATEMAN

A autora começa por analisar como – a partir do século XVII, quando a força ou a vontade de Deus já não podiam justificar o poder – os contratualistas clássicos partem do pressuposto da igualdade entre os homens no estado de natureza. Essa ideia, contudo, embora pareça revolucionária, irá embasar o modelo de sujeição civil (contratual). Assim, Pateman¹⁶ assevera que “a teoria do contrato era a doutrina emancipatória *par excellence*, a promessa de que a liberdade universal seria o princípio da era moderna”, afinal, o a dominação e a subordinação civil seriam voluntárias e celebradas por meio de um “livre acordo”¹⁷. Entretanto, como se verá, “trata-se de um pacto sexual-social” apesar de o aspecto sexual ser velado ou mascarado pelos teóricos clássicos do contrato¹⁸.

Assim, se, por um lado, a tradição apresenta a teoria do contrato social como o triunfo da liberdade, por outro, o contrato sexual reflete a sujeição feminina à dominação masculina. Trata-se de uma “metade” oculta da narrativa a forma como o direito patriarcal gere e modela o contrato social, visto que “O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza”¹⁹. A partir dessa reflexão, a autora sistematiza três tipos de argumentação patriarcal: 1. O patriarcado tradicional, no qual a família resta sob a tutela da autoridade paterna, o que lhe molda as relações de poder; 2. O patriarcalismo clássico, em que os filhos nascem subordinados aos pais; 3. O patriarcado moderno, de viés fraternal e contratual, que dá sustentação à sociedade capitalista²⁰.

Pateman²¹ passa, então, a análise dos contratualistas clássicos, dos quais três serão tratados aqui. Em Hobbes, a autora nota a exceção entre os contratualistas, pois ele desconhece, no estado de natureza (a guerra de todos contra todos), qualquer dominação, mesmo do homem sobre a mulher. Hobbes²² aponta, ainda, que “todos os exemplos de poder político são convencionais e que, no estado natural, o direito político é materno e não paterno”, pois é a mulher quem decide se cria ou abandona seu filho – e ele deve, portanto, obediência a ela, pois ainda não há contratos matrimoniais na condição inicial, ou seja, pré-Leviatã (Estado). Assim, o filho literalmente pertence à mãe, notadamente porque não há como determinar a paternidade a não ser pelo testemunho dela.

16 PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

17 *Ibid.*

18 AQUINO, Quelen Brondani de; KONTZE Karine Brondani. O “contrato sexual” e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 42, p. 250-267, jul./dez. 2014.

19 PATEMAN, *op. cit.*

20 AQUINO, Quelen Brondani de; KONTZE Karine Brondani. O “contrato sexual” e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 42, p. 250-267, jul./dez. 2014.

21 PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

22 HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizzada Silva e Claudio Berliner. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Trata-se, aqui, do mesmo tipo de arranjo contratual que fará com que um soberano tenha poder sobre seus súditos. Só posteriormente, quando do advento da sociedade e do ordenamento civil, a mulher se sujeitará ao marido via um contrato de casamento – ou seja, consensual –, e isso se dará porque a quase totalidade das comunidades foi formada pelos pais, não pelas mães. Segundo autora, percebe-se, portanto, um “pressuposto implícito”: “os maridos são os senhores civis porque os homens (pais) fizeram o contrato social original do qual surgiu a legislação civil”.

E é preciso também admitir que “todas as mulheres da condição natural haviam sido conquistadas pelos homens e eram seus objetos (servas)”, além de restar assente, consoante Hobbes, que esse tipo de sujeição é um “direito político”²³. Essa pressuposição responde à indagação de Astell²⁴, quando ela diz que “se todos os homens nascem livres, como é que as mulheres nascem escravas?”

A sutileza do autor d’O Leviatã, e razão pela qual ele não deve ser tomado como antipatriarcal, é que, desses pressupostos, emerge a assunção de que a sujeição feminina é consentida em razão das necessidades de proteção – o que nos devolve ao terreno da desigualdade (senão originária, ao menos contingente) entre os gêneros e à noção, por analogia, de que a sujeição feminina é (contrariamente aos demais contratualistas) política.

Já em Locke, segundo Pateman²⁵, as mulheres “estão excluídas do *status* de ‘indivíduos’ na condição natural”, uma vez que as aptidões estão condicionadas ao sexo e só os homens têm aquelas que lhes permitem ser iguais entre eles. Assim, a ordem natural se reproduz na ordem conjugal, embora Locke ressalte que o marido não detenha sobre a mulher o mesmo poder que um monarca detém sobre seus súditos, razão pela qual ele até mesmo admite a hipótese de divórcio e restringe o direito do marido ao da “última determinação”, assumindo que, embora a direção da família esteja a cargo de ambos os cônjuges, será necessário que uma ou outra autoridade seja final – o que, voltando-se às “aptidões naturais”, caberá ao homem. Claro está, portanto, que a sujeição das mulheres não constitui uma subordinação política²⁶.

Em Rousseau, a sujeição também não terá essência política, afinal, “a ordem civil depende do direito dos maridos sobre suas esposas, o qual, argumentava, advém da natureza, da diferença de atributos naturais entre os sexos”. De resto, Pateman²⁷ conclui pela desigualdade intrínseca aos contratos, pois, embora em todos eles haja o conceito de troca, a mulher, por exemplo, “não tem escolha a não ser aceitar os termos desfavoráveis propostos pela parte em superioridade”²⁸. Assim, há que se fazer a distinção entre as duas instâncias dos contratos, afinal, no contrato social “os indivíduos masculinos se transformam em indivíduos civis”, quanto que, no contrato de casamento, “as mulheres se convertem em

23 PATEMAN, *op. cit.*

24 ASTELL, Mary. *Some reflections upon marriage*. Nova York: Source Book Press, 1970.

25 PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

26 *Ibid.*

27 *Ibid.*

28 *Ibid.*

esposas” e, conforme aponta a autora com base em Levi-Strauss, o casamento envolve um tipo peculiar de propriedade, as mulheres²⁹.

É fato que as teorias do contrato social parecem embasadas em categorizações neutras, como se a liberdade do estado natural fosse inerente a ambos os sexos. A explicação possível para a natureza patriarcal do contrato originário é que ele foi celebrado (em sentido histórico) entre homens, sob a lógica fraternal *inter pares*, e as formulações posteriores, a pretexto de conceber esse contrato, apenas buscam justificá-lo, dando um verniz de consensual (no caso das mulheres) a uma sujeição que lhes foi imposta pelo patriarcado.

4 | CONTRIBUTO DA TEORIA DA JUSTIÇA AO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES

Nusbaum³⁰ discorre, em *Las fronteras de La justicia*, sobre as tradições contratuais, destacando o fato de que, apesar de suas grandes contribuições, elas conservam ainda exemplos de como essas teorias se revelaram no tempo insuficientes para resolver entraves primordiais de justiça no mundo atual. Para ela, os teóricos clássicos assumiram a ideia de que os agentes contratantes eram homens mais ou menos iguais em capacidades e aptos ao desenvolvimento da atividade econômica produtiva. Por sua vez, entende-se que as doutrinas mais contemporâneas sobre o contrato tentam corrigir essas omissões.

4.1 A justiça social à luz de Nancy Fraser

Fraser³¹ começa por assinalar que as demandas da justiça social, atualmente, soem ser tomadas pela lógica de duas categorias antagônicas: a das reivindicações redistributivas e as das políticas de reconhecimento. No primeiro tipo, enquadram-se a transferência de recursos para reduzir as desigualdades (como aquela dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento ou das classes mais abastadas para as menos favorecidas). As de segundo tipo implicam a aceitação das diferenças de natureza étnica, ‘racial’ e sexual, bem como a diferença de gênero. Ademais o paradigma do reconhecimento, ligado à categoria das identidades, têm ocupado o centro de interesse dos estudiosos – movimento coincidente com o cenário pós-socialista, o triunfo do processo de globalização e a supremacia da “ideologia do mercado livre” (nas suas variantes “libertárias” - de viés fundamentalista - ou progressiva).

Nesse sentido, no âmbito do feminismo enquanto movimento social, as correntes pró-justiça redistributivas, que postulam a relocação de recursos como solução para as desigualdades de oportunidade ligadas ao gênero, restam mais e mais apartadas daquelas

²⁹ *Ibid.*

³⁰ NUSSBAUM, Martha C. Los contratos sociales y tres problemas no resueltos de la justicia. In: NUSSBAUM, M. C. *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión*. Espanha: Paidós, 2012.

³¹ FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de trabajo*, ano 4, n. 6, ago./dic. 2008.

que defendem “o reconhecimento da diferença de gênero”. Posto dessa maneira, as lógicas da redistribuição e a do reconhecimento emergem antagônicas e excludentes, gerando o que a autora aponta como “disjunção”. Fraser³² ressalta, contudo, que se trata de uma falsa disposição antitética, pois que, hoje, a justiça social exige a ação conjunta em ambas as instâncias (redistribuição e reconhecimento) que vise à integração em único “marco global os aspectos emancipadores dessas duas problemáticas”. Trata-se, como se verá abaixo, de uma concepção bidimensional dos grupos vítimas da injustiça.

Assim, Fraser³³ toma como premissa que redistribuição e reconhecimento guardam um sentido filosófico e político. Filosoficamente, referem-se a modelos normativos da filosofia moral; e politicamente, a demandas de “atores políticos e movimentos sociais na esfera pública”.

4.1.1 *Os extremos do espectro conceitual*

Fraser³⁴ situa os princípios de redistribuição e de reconhecimento no âmbito dos “paradigmas populares”, pois imbricados em “movimentos sociais concretos”. Assim, equipara, para iniciar sua refutação à lógica disjuntiva, à política de redistribuição à “política de classes”; e, analogamente, a de reconhecimento à “política de identidade” (lutas na esfera do gênero, da sexualidade, da nacionalidade, da ‘raça’ etc.). Assim, assinala que a primeira categoria se concentra em reparar injustiças socioeconômicas, e a segunda, injustiças culturais. As injustiças do primeiro grupo (socioeconômicas) demandariam uma reestruturação de econômica de alguma natureza; as do segundo grupo (culturais) mudanças culturais e simbólicas, de modo que o reconhecimento levasse a uma valoração positiva da diversidade. Como se vê, o primeiro grupo se aproxima do conceito marxista de classe, enquanto o segundo grupo de vítimas da injustiça social se acerca da categoria weberiana de “grupo étnico de baixo status”.

Tais antíteses, entretanto, são enganadoras e falsas, como já se disse. Na verdade, segundo Fraser³⁵, essa categorização só pode ser manejada eficazmente nos extremos do “espectro conceitual de distintos tipos de divisões sociais”. Deve-se assumir como autoevidente que, no extremo em que se entrevê a classe social, sói que se aplique a justiça redistributiva, afinal, a reparação viria do fluxo de recursos das classes mais abastadas para as menos favorecidas. No outro extremo conceitual, os homossexuais, por exemplo, ocupam naturalmente um status (no sentido weberiano) do qual lhes advém “os efeitos do estigma institucionalizado” – o que sugere que devam ser beneficiários de políticas de reconhecimento.

32 *Ibid.*

33 *Ibid.*

34 FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de trabajo*, ano 4, n. 6, ago./dic. 2008.

35 *Ibid.*

4.1.2 *Fora dos extremos do espectro conceitual: categorias bidimensionais*

Segundo a autora, contudo, quanto mais afastados dos extremos do espectro conceitual proposto acima, mais se veem formas “híbridas”, que combinam características daquelas que ocupam os extremos desse mesmo espectro. Ou seja, grupos que sofrem tanto com a má-distribuição quanto com o reconhecimento equivocado, de sorte que ambas as injustiças são “primárias e cooriginárias”. Por isso, a esses grupos não bastam, isoladamente, nem políticas de reconhecimento nem de redistribuição – serão necessárias ambas. E é nessa perspectiva bidimensional que se insere a injustiça de gênero, pois o gênero é um “princípio organizador básico da estrutura da sociedade capitalista”, já que o trabalho reprodutivo e doméstico é intrinsecamente associado (e atribuído) às mulheres. De outra parte, a divisão do trabalho remunerado também segue a lógica sexista. Assim, a estrutura econômica gera “injustiças distributivas específicas de gênero, incluindo a exploração baseada no gênero, a marginalização econômica e a privação”.

De tudo isso, depreende-se que o gênero como categoria, e as mulheres como indivíduos, padece dos males que atingem as classes sociais menos favorecidas (cuja sujeição/exploração também é elemento fundante da superestrutura capitalista). Daí que uma justiça social que contemple efetivamente a questão das mulheres implique “a abolição do trabalho por gênero bem como a divisão por gênero do trabalho remunerado e não remunerado, e ainda as divisões de gênero no âmbito [específico] do trabalho remunerado”. Isso, contudo, não encerraria a injustiça de gênero, pois uma de suas características é, ademais das socioeconômicas, o androcentrismo, pois é ele que, culturalmente, consagra predicados associados ao masculino e que se reflete nas interações sociais. Assim, o androcentrismo permeia, por exemplo, o Direito de Família e o Direito Penal, bem como dá vezo a formas “específicas de subordinação de status”, por meio da violência sexual e doméstica, com a prevalência de estereótipos depreciativos da figura feminina e com a (ainda prevalente) exclusão da mulher na esfera pública e política. Trata-se aqui de injustiças claramente relativas ao reconhecimento, que demandam reparações de igual natureza, que se orientem para a desconstrução do androcentrismo e a reestruturação simbólica das relações de identidade e de reconhecimento.

Fraser³⁶ conclui que o aspecto bidimensional do gênero (e, em algum grau, de todas as categorias) esvazia por completo a lógica “disjuntiva entre o paradigma da redistribuição e o do reconhecimento”, uma vez demonstrado que as mulheres (assim como outros sujeitos) são mutuamente pertencentes à categoria de classe e à de status social. Ou seja, ainda que, no extremo do espectro conceitual das categorias de vítimas de injustiça a lógica redistributiva ou a de reconhecimento prevaleça de forma não exclusiva ou excludente, a má-distribuição e a falta de reconhecimento restam inequivocamente imbricadas na ótica

36 FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de trabajo*, ano 4, n. 6, ago./dic. 2008.

bidimensional. Portanto, no caso particular das mulheres, “a injustiça de gênero só pode ser remediada por um enfoque que englobe tanto uma política de redistribuição quanto uma política de reconhecimento”.

4.1.3 Fraser e a política feminista na era do reconhecimento

A linha teórica sustentada por Nancy Fraser, como se viu, propõe uma concepção ampla de justiça. Isso ocorre, a partir de duas categorias de que se utiliza: a redistribuição (supõe uma visão não identitária e, portanto, econômica, ligada à “classe”) e o reconhecimento (supõe uma visão não econômica, mas sim cultural, das desigualdades, geradas a partir da institucionalização de padrões, estereótipos, marginalização de certos grupos, implicando diretamente eu status). Segundo a autora, um modelo que parta dessas duas perspectivas, isto é, que englobe essas duas dimensões, possibilita a formulação de uma teoria política feminista adequada à atualidade. Por isso, para que se possa reivindicar um verdadeiro processo de transformação social, será preciso que as reformas institucionais levem em conta, de forma concomitante, tanto as deficiências e carências na distribuição de recursos quanto a falta de reconhecimento³⁷.

Fraser ressalta que tanto o feminismo de viés socialista, que incorpora a problemática do trabalho, como o feminismo pós-marxista, que, por sua vez, fala mais diretamente à esfera problemática simbólico-cultural (e, portanto, às deficiências do reconhecimento), demandam reformulações não disjuntivas, capazes de incluir o gênero em pautas econômicas, isto é redistributivas, e naquelas associadas ao reconhecimento, dada a existência de “patronesandrocêntricos de valor cultural” como obstáculos à emancipação feminina. Assim é que seu modelo de justiça de gênero enfrenta problemas globais de justiça, ligados à representação, identidade e diferença, e busca construir modelos alternativos a eles³⁸.

Fraser³⁹ em sua perspectiva, propõe que o gênero deve ser visto de forma bifocal (através de duas lentes), referindo-se à bidimensionalidade já explicada acima, formulada para que se possa pensá-lo enquanto categoria híbrida, ligada aos elementos de classe (primeira lente) e status (segunda lente). Essa metáfora é clara e esclarecedora, uma vez que cada lente (perspectiva) permite-se olhar um aspecto importante da subordinação das mulheres. Contudo nenhuma será suficiente, de *per sí*, pois, para se ter uma visão completa do problema, é preciso que as lentes estejam “superpostas”, o que equivale a “focalizadas”. Assim, por meio desse enfoque binocular, o gênero se revela, como categoria, nas duas dimensões da justiça social, a distribuição e o reconhecimento⁴⁰.

37 FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

38 FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

39 *Ibid.*

40 *Ibid.*

Tomando-se por base a perspectiva distributiva, o gênero sofre, como já referido anteriormente, os efeitos da lógica de classe e encontra-se ligado à divisão do trabalho, produzindo separações na esfera do trabalho produtivo e remunerado e na do não remunerado, preferencialmente destinado às mulheres. Assim, irão compor-se as divisões que resultam nas chamadas profissões de “cuello rosa”, exercidas, em sua maioria, por mulheres, sendo também, em média, mal-remuneradas. Como resultado, tem-se a subordinação da mulher, que naturaliza as formas de abuso sexual, violência doméstica e coisificação da mulher, ademais daquelas apontadas na seção anterior deste trabalho. Na visão da autora, essas injustiças se baseiam na falta de reconhecimento, sendo “relativamente independientes de la política económica y no son meramente ‘superestructurales’”. Assim, essas formas de injustiça de gênero não podem ser superadas apenas mediante uma distribuição adequada dos recursos, visto que, indubitavelmente, reclamam políticas de reconhecimento.

Nessa perspectiva, a autora defende uma concepção de justiça centrada na paridade de participação. Para que isso se dê, deve haver distribuição de recursos materiais, de tal forma que se dê autonomia e voz aos atores/sujeitos sociais, o que não seria possível se as sociedades nas quais houvesse toda a sorte de pobreza, exploração e disparidades de riqueza. Do mesmo modo, uma segunda condição a esse tipo de participação é ‘intersubjetiva’. Portanto, estariam excluídos padrões institucionalizados de valor que desprezam certas categorias de pessoas e suas características. Ambas as condições são necessárias para que se tenha êxito na direção da paridade participativa, sendo que nenhuma é ou será suficiente por si mesma. Afinal, sempre que a estrutura social imponha impedimentos à efetiva paridade na participação política, seja por conta de problemas na má distribuição, seja, ainda, devido à falta de reconhecimento adequado, ali se estará violando os requisitos de justiça⁴¹.

Trata-se, cabalmente, de uma concepção de paridade que vai muito além da participação em termos numéricos/quantitativos. Na esfera política, por exemplo, sua adoção do termo “paridade” difere, portanto, do uso do termo na França, onde a paridade remete a uma expressão numérica, adotada para a defesa da lei que obriga a ocupação por mulheres da metade das vagas nas câmaras legislativas. Na França, como se vê, a igualdade é estritamente numérica e possui alcance em um contexto específico – o eleitoral. A autora, por sua vez, rechaça esse caráter meramente quantitativo e se apoia no fato de que aspectos ligados à qualidade da participação permitem um alcançar o problema em seu cerne. Afinal, é notório que a baixa representação de mulheres nas assembleias legislativas se deve a disparidades de cunho qualitativo no âmbito da vida social, o que relativiza as cotas como efetiva solução do problema. Assim, proposição da paridade, consoante Fraser⁴², resulta mais aberta, porque permite uma reflexão democrática sobre a

41 FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: um enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

42 *Ibid.*

questão, ou seja, leva à investigação sobre qual o grau exato de participação política e que nível de igualdade são necessárias a uma sociedade para que se assegure a paridade na participação política.

Fraser⁴³ sustenta que a adoção da noção de paridade francesa afeta somente uma das dimensões da justiça, que é a do reconhecimento. Dessa forma, lança somente o olhar através de uma das lentes (de sua metáfora acima referida), focalizando os valores androcêntricos, vistos como principal obstáculo a participação plena das mulheres na política, assim como põe o problema da hierarquia dentro das estruturas partidárias. Dessa forma, o remédio (insuficiente) a ser adotado, com base nessa visão, passa a ser unicamente a preocupação em que elas ocupem metade das listas eleitorais⁴⁴.

A paridade como justiça, contudo, deve perpassar toda a estrutura social e, dessa forma, e enfrentar também os problemas resultantes da baixa presença de mulheres em múltiplos espaços de interação, incluídos neles o mercado de trabalho, as relações sexuais, a vida familiar, a esfera pública e as associações voluntárias da sociedade civil. Dessa forma, termo paridade amplia seu espectro conceitual e suas implicações num horizonte mais amplo, ainda que Fraser reconheça a paridade participativa depende da natureza da interação social e não tem uma única fórmula válida. Assim é primordial ter a clareza de que, em cada âmbito, a interação irá variar. Por exemplo, a interações no mercado de trabalho qualitativamente difere da participação nas relações sexuais. Por último, a autora advoga que não só as mulheres, mas outros grupos sociais vítimas de injustiça, sejam alcançadas pela paridade na participação política, grupos esses cujo status desvalorizado se dê em razão da 'raça', etnia, sexualidade, religião e nacionalidade.

Vê-se, em síntese, que a ampla concepção de justiça de Fraser leva-a a desenvolver argumentos em sua teoria a fim de sustentar a formação de critérios normativos que transformem a justiça, por meio das duas dimensões (redistributivas e de reconhecimento), para que se englobem os diversos campos de diferenciação social, a partir de uma analogia (as lentes, o aspecto bifocal) construída para que se conceba o gênero, que, por obvio, não pode demandar somente políticas de reconhecimento, mas também a redistribuição de recursos⁴⁵.

51 CONCLUSÃO

Como demonstrado, a exclusão das mulheres nasce no solo matricial greco-romano e chega a Idade Média, quando assume a feição de franca misoginia via a associação do feminino ao diabólico, em função das representações bíblicas e, depois, da associação das mulheres à bruxaria. Depois, vê-se como Carole Pateman demonstra como, a partir do

43 *Ibid.*

44 FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

45 *Ibid.*

século XVII, os teóricos clássicos (Hobbes, Locke e Rousseau) do contrato social excluem, cada um a seu modo, a mulher do pacto originário, que resulta, afinal, fraternal e *inter pares*, ou seja, entre homens, ratificando o substrato patriarcal e androcêntrico que embasa a sociedade.

Fraser, por fim, analisa as falsas antíteses entre as demandas redistributivas e de reconhecimento, demonstrando, afinal, que as categorias de grupos de vítimas de injustiça devem ser vistos e contempladas numa perspectiva bidimensional, uma vez que atendem, por exemplo, tanto à lógica de classe quanto à de status. Assim é que autora aprofunda a análise da questão do gênero e das interações sociais baseadas nessa categoria, de modo formular um conceito mais amplo de justiça e ampliar o alcance da ideia de paridade de participação – por exemplo, na esfera política – para além do aspecto quantitativo/ numérico.

Conclui-se que a nova perspectiva aberta pela teoria de justiça de Fraser, com a superação do que ela chama de “falsas antíteses” entre os paradigmas de redistribuição e de reconhecimento, abre um novo horizonte conceitual para o aprofundamento da visão bidimensional da categoria de gênero, criando condições mais favoráveis de elaboração e de consecução um marco global de ações efetivamente emancipatórias em relação às mulheres.

REFERÊNCIAS

FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de trabajo*, ano 4, n. 6, ago./dic. 2008.

FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: um enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NUSSBAUM, Martha C. Los contratos sociales y tres problemas no resueltos de la justicia. In: NUSSBAUM, M. C. *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión*. Espanha: Paidós, 2012.

AQUINO, Quelen Brondani de; KONTZE Karine Brondani. O “contrato sexual” e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. **Brasil Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 42, p. 250-267, jul./dez. 2014.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. Da renascença ao século das luzes. In: VEYNE, Paul (Org.). In: **História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil**. Organização Paul Veyne; Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76.

ASTELL, Mary. **Some reflections upon marriage**. Nova York: Source Book Press, 1970.

BÍBLIA. Bíblia online. Disponível em: www.bibliaonline.com.br/acf/gn. Acesso em: 5 dez. 2018.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

DUBY, Georges. Da europa feudal à renascença. *In*: VEYNE, Paul (Org.). **História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76.

FRASER, Nancy. La política feminista em la era del reconocimiento: um enfoque bidimensional de la justicia de género. **Arenal**, v. 19, n. 2, p. 267-286, jul./dic. 2012.

_____. La justicia social em la era de la política de identidade: redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de trabajo**, Año 4, n. 6, ago./dic. 2008.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Claudio Berliner. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução e introdução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

LESSA, Fábio de Souza. **O feminino em Atenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A mandrágora**. Coleção os grandes dramaturgos. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **As companheiras de satã: o processo de diabolização da mulher**. Espado, Tiempo y Forma, Serie IV, H." Moderna, p. 9-24, 1991. t. IV

NUSSBAUM, Martha C. Los contratos sociales y tres problemas no resueltos de la justicia. *In*: NUSSBAUM, M. C. **Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión**. Espanha: Paidós, 2012.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 89, jun. p. 29-40, 2010.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E A POPULARIZAÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Júlia Salles Correia

Graduanda em Direito pela UNESP-
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”
Franca - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4272312980317386>

RESUMO: O presente artigo utiliza uma metodologia exploratória e qualitativa com foco na revisão bibliográfica, e visa analisar se, tendo em mente o alcance e popularização das teorias feministas, a criação do crime de importunação sexual pode ser considerada, pelos movimentos feministas, uma conquista para todos os grupos de mulheres ou apenas mais uma expressão do patriarcado através do Direito, ao dispor sobre os corpos femininos. As conclusões obtidas versam no sentido de que, apesar de a criação do delito aparentar ser uma vitória para os movimentos de mulheres, as perspectivas e vivências das mais diversas vozes femininas permanecem ignoradas.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça; Feminismos; Importunação sexual.

THE HARASSMENT CRIME AND THE POPULARIZATION OF THE FEMINISTS THEORIES

ABSTRACT: The current article uses a exploratory

and qualitative work methodology focused on a bibliography review and seeks to analyse if, having in mind the reach and popularization of the feminists theories, the creation of the crime of harassment can be considered, for the feminists movements, a achievement for all groups of women or just another expression of the patriarchy through de Law, stating about women’s bodies. The conclusions obtained tell that, despite the creation of the crime apparently being a victory for the women’s movements, the perspectives and living experiences of the different women’s voices keep being ignored.

KEYWORDS: Access to Justice; Feminisms; Harassment.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, com o maior acesso a informações e meios de comunicação trazidos pela globalização, houve um aumento de debates a respeito dos movimentos feministas.

Esses movimentos, por trazerem protagonismo às diversas dificuldades e problemáticas atinentes aos diferentes grupos de mulheres, questionam a estrutura patriarcal que forma as sociedades ocidentais contemporâneas e que se reflete em posturas ainda adotadas na atualidade.

Um exemplo dessas condutas são as diversas formas de assédio que as mulheres sofrem em espaços públicos e que, depois do grande debate social gerado por um caso ocorrido em um ônibus em São Paulo, em

que um homem ejaculou no ombro de uma passageira¹, levou à criação do crime de importunação sexual.

Mas seria a criação desse delito algo que realmente traria consigo conquistas para os movimentos de mulheres, ou apenas “maquiaria” o problema, uma vez que o próprio Direito é uma instituição social fundada no patriarcado?

Por meio de uma análise qualitativa e exploratória fundada em uma revisão bibliográfica de textos e livros de referência de autoras diversas, esse trabalho busca averiguar se, levando em consideração o alcance e popularização das teorias feministas, a criação do crime de importunação sexual pode ser avaliada, pelos movimentos feministas, como uma conquista para todos os grupos de mulheres ou apenas mais uma expressão do patriarcado através do Direito, ao dispor sobre os corpos femininos.

21 A CRIMINALIZAÇÃO DE ALGUMAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E O PLURALISMO DAS VOZES FEMININAS

A criação do crime de feminicídio, trazido pela lei nº 13.104/2015, a qual criminaliza a morte de mulheres em contexto familiar ou doméstico apenas pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher, reacendeu a ênfase social dada aos debates jurídicos a respeito da violência de gênero, algo que ganhou bastante relevância com a criação da Lei Maria da Penha - lei nº 11.340/2006, sendo que tal norma disciplina a vedação à violência doméstica.

Apesar de a Lei Maria da Penha apenas ter sido criada em 2006 e após forte pressão internacional, traz Vera Regina de Andrade (1997, p.45) que os movimentos feministas tornaram visível as diversas formas de violência sexual, sendo que em 1984 foram criadas as Delegacias de Mulheres a fim de receberem queixas específicas sobre violência de gênero. Nessas delegacias, o número de denúncias mostrou que os maus tratos e a violência sexual contra as mulheres eram mais comuns do que se previa.

Dessa forma, a autora aponta que tais denúncias, ao revelarem um expressivo número de vitimização sexual feminina antes oculta, fez com que problemas até então tratados como privados se tornassem questões de caráter público e penal. Nesse viés, Andrade (1997, p.45) traz o conceito de “publicização-penalização do privado”, segundo o qual o movimento feminista hegemônico, devido à histórica permanência da violência contra as mulheres e a impunidade de seus agressores (normalmente homens), passou a demandar, através da criminalização dessas práticas, alguma ação por parte do sistema penal.

A autora ainda evidencia que esse posicionamento da corrente feminista hegemônica não visou um diálogo com a academia e as diversas teorias críticas do Direito nela debatidas. Assim, por falta de base teórica orientando esse clamor pelo combate à violência de

¹ “Homem ejaculou na mulher, que ficou em estado de choque, e foi levado para o 78º DP, nos Jardins. Caso ocorreu no dia em que campanha contra assédio no transporte público é lançada.” (G1, 2021).

gênero, não houve clareza no que concerne à existência, no Brasil, de uma política criminal feminista, o que era demonstrado por meio da adoção de um retrato voluntarista e reativo contra uma violência de caráter histórico, buscando uma punição de modo retributivo.

Andrade (1997, p.46-47) ainda conclui, a partir de sua pesquisa, que o sistema penal, afora em situações excepcionais, além de ser uma via ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência sexual, duplica essa violência e divide as mulheres, o que faz com que não haja unidade dos movimentos feministas.

Nessa lógica, traz Ana Flauzina (2015 apud SOUZA; PIRES, 2020, p.134), que os feminismos brancos absorveram mais facilmente o discurso punitivista, de modo que, por terem hegemonia, conseguiram fazer com que ele reverberasse. Ademais, ao se falar da questão penal, devido a um processo político de escolha, os feminismos brancos são os mais ouvidos. Assim, enunciam Ana Flauzina e Felipe Freitas (2017, apud SOUZA; PIRES, 2020, p.134-135):

A inviabilidade de reconhecimento de trajetórias negras como trajetórias políticas, a invisibilidade da dimensão racial dos sofrimentos no sistema prisional ou reiteração dos repertórios raciais estigmatizantes em relação às pessoas negras no sistema de segurança pública e de justiça criminal revelam que a branquitude segue indiferente à dor e ao sofrimento negro. O aspecto central neste debate é a persistência de uma narrativa na qual as demandas e a própria presença das pessoas negras no espaço público são completamente ilegíveis ao debate público.

Além disso, destacam Jurema Werneck e Nilza Iraci (2016, p.15) que apesar da existência de leis que criminalizam tanto o feminicídio quanto a violência doméstica, essas normas, em conjunto com os Pactos Internacionais assinados pelo Brasil e as políticas, serviços e programas para o enfrentamento do problema, fazem com que as mulheres negras sejam as maiores vítimas de violência de gênero, dado que essas diferentes estratégias não buscam o combate ao racismo.

Já no que diz respeito às violências de gênero sofridas pelas mulheres indígenas, traz Rita Segato (2010 apud BIDASECA, 2011, p.100) que a colonização fez com que as relações de gênero dos povos indígenas fossem desestruturadas. Além disso, afirma Barragán (1996, apud BIDASECA, 2011, p.100-101) que o controle do Estado, da Igreja e da família nas relações de gênero teve seus caminhos abertos pela intervenção dos mecanismos de controle social pré-colombianos, o que estabeleceu como precedente uma estrutura de domínio estatal, eclesial e masculino diante das mulheres. Assim, dita Rivera (1996, apud BIDASECA, 2011, p.100-101), que a patriarcalização e a ocidentalização dos sistemas de gênero podem ser lidos como processos paralelos.

Como estratégia para incluir as mulheres a partir de suas distintas práticas, lugares de enunciação, culturas, visões e prioridades, a boliviana María Lourdes Zabala (2012, p.167) declara a necessidade de se escrever ou reescrever a história a partir de uma construção coletiva de conhecimentos e olhares a fim de transformar a sociedade,

da maneira como vem sendo feito pelos movimentos indígenas. Nesse sentido, a autora cita a Bolívia, afirmando que para haver a emancipação, compete não só às mulheres ou intelectuais feministas resgatar e teorizar as experiências, olhares, protagonismos, histórias e trajetórias das mulheres na construção de um novo Estado Democrático, inclusivo e plural. Assim sendo, constitui um aporte impostergável despatriarcalizar e descolonizar a memória e renovar os conhecimentos histórico, sociológico e político boliviano.

De acordo com Espinosa-Miñoso (2014, apud SEVERI, 2017, p.32) raça, classe, gênero e sexualidade são categorias entrelaçadas a serem repensadas com um referencial descolonizador a fim de recuperar a heranças das mulheres indígenas e negras na América Latina. Logo, afirma Fabiana Severi (2017, p.32):

Dessa associação entre feminismo e o campo de estudo sobre a dominação colonial e os grupos subalternos na América Latina, o feminismo latinoamericano têm construído suas próprias referências críticas, pautadas na compreensão de uma matriz de dominação em que as categorias 'raça', 'classe', 'gênero' e 'sexualidade' são vistas como variáveis imbricadas umas nas outras, e dedicadas a recuperar o legado de mulheres indígenas e negras a partir da América, problematizando sua invisibilidade no interior dos feminismos hegemônicos.

Por fim, no que diz respeito às violências de gênero sofridas pelas mulheres lésbicas e trans, mesmo dentro dos movimentos de mulheres esses sujeitos femininos são invisibilizados. Nessa acepção, conforme Samia Cirino e Bruna Castro (2019), para Judith Butler a performatividade é a reiteração das normas que constituem e regulam sexo e gênero impondo, de modo mascarado, as opressoras heterossexualização e lógica falocêntrica. O sujeito é formado num determinado contexto histórico e acredita que a categoria de gênero é real e estável, mas na verdade tanto o gênero quanto o sexo são internalizados e modelados pela heterossexualidade compulsória e o falocentrismo. O sexo seria construído por uma relação de poder, e não apenas o aspecto biológico, e materializa o gênero, o qual é um papel social, uma função do sujeito. O binarismo impõe uma relação de poder (proposta heteronormativa) que, através do gênero, caracteriza como se devem comportar os seres submissos, naturalizando o papel social da mulher. Um exemplo disso é o fato de que os indivíduos que fogem a esse padrão heterossexual e falocêntrico, como é o caso das lésbicas, das pessoas agênero e das pessoas trans, é marginalizado mesmo dentro de algumas correntes do movimento feminista.

3 | A CRIAÇÃO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Em 2018 a lei nº 13.718, além de outras disposições, trouxe a criação do crime de importunação sexual, o qual pode ser definido como a prática, contra alguém e sem sua anuência, de ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiros. Deste modo, segundo Guilherme Nucci (2019, p. 1181):

Tratando-se o estupro de crime hediondo, sujeito a uma pena mínima de seis anos, não se pode dar uma interpretação muito abrangente ao tipo do art. 213. Portanto, atos ofensivos ao pudor, como passar a mão nas pernas ou nos seios da vítima, devem ser considerados uma infração penal de menor intensidade. Durante vários anos, a doutrina nacional sustentou a indispensabilidade de se criar um tipo penal intermediário entre o estupro e a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61, Lei das Contravenções Penais). O primeiro é muito grave, com penalidade elevada; a segunda, muito branda com sanção iníqua. Finalmente, com a edição da Lei 13.718/2018, emerge o tipo penal intermediário do art. 215-A, titulado como importunação sexual. Esse mesma Lei revogou a contravenção penal do art. 61, supramencionada.

O delito de importunação sexual (art.215-A do Código Penal), que antes era uma contravenção penal (crime de menor potencial ofensivo e punível com multa) foi criado após um caso que gerou grande comoção nacional: em um ônibus na capital paulista, um homem ejaculou no ombro de uma passageira. Apesar de essa conduta ser considerada rotineira na realidade de muitas mulheres (conforme será demonstrado em momento oportuno), a comoção social se deu principalmente devido ao fato de o juiz responsável pelo caso, após o acusado ter sido preso em flagrante por estupro, ter relaxado a prisão sob a justificativa de que não teria havido constrangimento da vítima, pois não teria ocorrido violência ou grave ameaça. Dessa maneira, o delito praticado seria importunação ofensiva ao pudor (previsto no art. 61 da Lei das Contravenções Penais), e não estupro.

Com a criação do crime de importunação sexual em 2018, tem-se que houve uma mudança da mentalidade social, o que se revela no objeto tutelado: enquanto a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (criada em 1941 através da Lei das Contravenções Penais) protegia o pudor público, sendo prevista no capítulo VII, “Das contravenções relativas à polícia de costumes”, o delito de importunação sexual tutela a liberdade sexual da vítima e está no Título VI, “Dos crimes contra a dignidade sexual”, capítulo I “Dos crimes contra a liberdade sexual” do Código Penal. Essa alteração mostra os avanços sociais no que diz respeito aos direitos reprodutivos da mulher.

Ainda no que diz respeito à importunação sexual, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em conjunto com a Organização Think Olga, elaborou uma cartilha sobre a Lei de Importunação Sexual (LIS). Na pesquisa desenvolvida, a organização mostrou diversos dados a respeito do medo das mulheres serem assediadas em espaços públicos, em especial os ônibus e metrô, uma vez que a importunação sexual normalmente ocorre em locais públicos em que haja maior dificuldade de identificar os agressores e eles possam ter uma saída furtiva sem maiores empecilhos. Nesse viés, diz a Organização Think Olga:

Ruas e transportes coletivos são espaços que não oferecem uma experiência equânime para homens e mulheres. Com origem em estruturas sociais sexistas e que por séculos alimentam uma fórmula social misógina, ou seja, que assimilam e reproduzem o ódio contra as mulheres, ocupar a cidade passa de direito à ameaça. Um estudo realizado pela organização internacional de combate à pobreza, ActionAid, ouviu 500 jovens entre 14 e 21 anos do Brasil

(250 mulheres e 250 homens), em dezembro de 2018. Publicado em janeiro de 2019, a amostra incluiu participantes de todos os níveis de escolaridade e de todas as regiões do país. Entre o grupo de mulheres brasileiras, 78% haviam sido assediadas nos últimos seis meses.[...] (THINK OLGA, 2020, p.5).

A ONG também cita que, segundo a pesquisa realizada pela ActionAid (apud Think Olga, 2020, p.6), os tipos de agressões a mulheres mais relatadas são o assédio verbal, os assobios e os comentários negativos sobre sua aparência em público.

Ademais, insta fazer um recorte de classe e raça, uma vez que as mulheres negras e pobres constituem a maior parte da população, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 (apud Think Olga, 2020, p.8).

Essas mulheres muitas vezes moram em locais mais afastados do centro das cidades, o que faz com que passem por longas jornadas no transporte público, além das caminhadas entre os deslocamentos rotineiros e o tempo de espera nos pontos de ônibus. Destarte, as decisões judiciais a respeito da Lei de Importunação Sexual devem considerar os aspectos de gênero em suas mais variadas formas, tais como as mulheres negras, pobres, brancas, ricas, indígenas, lésbicas e trans.

Nessa perspectiva, tem-se que nos índices de violência doméstica, as mulheres negras constituem as principais vítimas. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (apud Think Olga 2020, p.9), 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 e 61% delas eram negras. Um dos fundamentos desse fato seria a desumanização dos corpos negros e sua hiperssexualização, o que torna o combate ao racismo algo intrínseco ao combate à violência de gênero.

Conforme traz a cartilha da ONG Think Olga (2020, p.9), uma das bases desse ciclo de violência a que estão submetidas as mulheres negras está ligado à desumanização dos corpos negros, os quais são enxergados historicamente como vidas elimináveis. Outro aspecto disso é a citada hiperssexualização a que são submetidos, o que faz com que esses mesmos corpos, tanto de mulheres como de homens, sejam mais suscetíveis a violações por serem vistos como públicos. Ao se tomar decisões com base em um perfil antirracista, se evitaria a reprodução sistêmica e estrutural que mantém as mulheres negras brasileiras como as principais vítimas da violência de gênero nas mais diversas searas.

4 | EMBATES ENTRE O DIREITO E OS FEMINISMOS

Heleieth Saffioti (2004) dita que o patriarcado é um sistema de dominação-exploração dos homens pelas mulheres que, como os demais sistemas sociais, está em constantes transformações e perpassa a sociedade como um todo, tanto nas esferas institucionais privadas quanto públicas. Nesse sentido, traz Fabiana Severi (2017, p. 28) que para a autora, o patriarcado se sobrepõe de modo parcial e imbricado a outros sistemas de opressão, tais como o capitalismo e o racismo, sendo que todos se fundem num nó de opressões, o que caracteriza um sistema de dominação-exploração uno.

Saffioti (2004, p.47) também declara que o machismo presente nas instituições sociais é uma demonstração do patriarcado, sendo que ele obsta à verdadeira democracia e deve ser combatido por todas as mulheres.

Dessa forma, Isabel Jaramillo (2000, p.51) afirma que os feminismos assinalam que, por ser um produto de sociedades patriarcais, o Direito tem sido construído pelo ponto de vista masculino, e por isso reflete, protege e atende a seus valores e interesses. Ademais, o que se entende por ponto de vista masculino e interesses masculinos depende do tipo de feminismo a ser tratado.

A autora também aponta uma peculiar relação entre Direito - entendido como o conjunto de instituições formais que regulam a vida em sociedade - e os movimentos feministas: ao mesmo tempo que os feminismos criticam essa Ciência Social, esta pode ser uma ferramenta útil, a depender do modo como cada feminismo entende o Direito e sua relação com outras esferas sociais.

Todavia, se observa que mesmo quando ele protege os interesses e necessidades das mulheres e introduz seu ponto de vista, em sua aplicação por instituições e indivíduos moldados pela ideologia patriarcal, isso tem desfavorecido as mulheres. Além disso, Jaramillo (2000, p.27) traz que as críticas ao uso do Direito pelos movimentos feministas são diversas e dependem da maneira como cada mulher ou conjunto de mulheres interpreta sua opressão dentro das sociedades contemporâneas, assim como seu entendimento do Direito e das relações dele com as outras esferas da vida social.

Já para a socióloga inglesa Carol Smart (1989, p.11), essa Ciência Social se coloca numa posição fora da ordem social que regulamenta, como se, por meio da aplicação do método legal e seu rigor, o Direito pudesse se tornar algo à parte e que pode por sua vez refletir sobre o mundo do qual está separado. Nesse ínterim, a autora trabalha o potencial “juridogênico” do Direito: ao mesmo tempo que ele busca, ao exercer seu poder, se estabelecer como uma espécie de “verdade universal”, é impenetrável às perspectivas de grupos socialmente mais vulneráveis.

Ainda segundo Smart (1989), o termo “juridogênico” também deve ser aplicado como definição para os danos causados por essa Ciência Social como consequência de suas operações: a partir dos efeitos negativos produzidos por uma lei, comete-se o erro de pensar que para mudar isso seriam necessárias mais leis, o que traria ainda mais efeitos ruins. Isso ocorre porque apesar de os direitos serem assegurados, eles podem não ser atendidos, visto que o Direito assegura uma solução legal que nem sempre corresponde ao que é aplicável para todos na prática.

A autora também pontua quatro problemas principais no uso dessa Ciência Social como uma parte da estratégia feminista.

O primeiro problema é o de que a concessão de direitos simplificaria muito as relações de poder, o que dá a falsa impressão de que a diferença de poderes foi “resolvida”, quando na verdade as relações de poder continuam intactas, além de que este pode não

ser o problema identificado pelos indivíduos cujos direitos estão sendo invocados.

O segundo problema seria o de que apesar de aparentemente a concessão de direitos seja um avanço, os direitos já previamente estabelecidos (e que normalmente pertencem a homens, uma vez que o patriarcado perpassa todas as esferas sociais, inclusive o Direito) concorrem com os direitos concedidos aos grupos antes desprotegidos, o que faz com que os direitos mais antigos se sobreponham aos mais recentes.

O terceiro problema trazido por Smart (1989, p.145) em relação à concessão de direitos para grupos desamparados é que muitas vezes esses direitos são formulados para lidar com um erro social: ao invés de tentar resolver o problema estrutural, apenas resolvem suas consequências. A exemplo disso, a autora cita o *Sex Discrimination Act* aprovado no Reino Unido em 1975 e que, apesar de prever alguns direitos para as mulheres, não teve um grande impacto para elas em geral por requerer que um grande número de vítimas provasse a violação de seus direitos a fim de que alguma providência fosse tomada.

Por fim, Smart (1989, p.145-146) dita que o último dos principais problemas com relação à concessão de direitos é o modo como, apesar de eles serem pensados para proteger o indivíduo contra o Estado ou os grupos vulneráveis contra os dominantes, eles podem ser apropriados pelos mais poderosos a partir de novas interpretações, sendo que essas novas interpretações dadas aos direitos fariam com que os oprimidos fossem ainda mais oprimidos.

Contraopondo-se à perspectiva impenetrável do Direito trazida por Carol Smart, Katharine Bartlett (1990 apud JARAMILLO, 2000, p.57) enuncia três métodos de análise jurídica feminista.

O primeiro se trata da chamada “pergunta pelas mulheres” (*the woman question*, em inglês) que busca, ao observar a aplicação de normas jurídicas, introduzir uma pergunta sobre quais seriam as consequências diferenciadas pelo gênero que poderiam se derivar dessa aplicação. Essa pergunta também leva a uma releitura dos textos jurídicos tradicionais a fim de compreender de que modo as experiências das mulheres ficaram excluídas das leituras tradicionais, além de como os valores e experiências femininas podem ser absorvidos em tais textos.

O segundo método de análise jurídica trazido por Bartlett (1990 apud JARAMILLO, 2000, p.57-58) é a “razão prática feminina”, em que a jurista diz que várias feministas, a partir da ideia aristotélica do raciocínio contextual em matéria prática, têm enfatizado que, assim como a forma de raciocínio especificamente feminino é contextual, a análise do assunto deve ser introduzida para mostrar a diferença na aplicação das normas jurídicas caso isso fosse feito pensando nos vários grupos de mulheres. Assim, segundo o método de raciocínio prático, o importante não é considerar o pensamento ou a ponderação de princípios, mas sim, as múltiplas variáveis que promovem “integrações e reconciliações criativas”. Dessa maneira, as situações, por serem únicas, geram, em quem decide, a busca pelos fins corretos. Por esse motivo, mesmo não se negando a importância das regras na

tomada de decisões, prefere-se os padrões. Ou seja, deve-se aplicar a lei observando as práticas do dia a dia, e não ela em abstrato. Isso faz com que haja um maior respeito às diferenças e perspectivas das pessoas vulneráveis. Deve-se identificar e levar em conta a perspectiva dos excluídos, apesar de nem sempre isso trazer uma decisão clara.

Ao final, o último método apontado por Katharine Bartlett (1990 apud JARAMILLO, 2000, p.58) é a “criação de consciência”, que, por estar mais direcionado à identificação dos problemas das mulheres, a autora considera um “meta-método”. Tal metodologia se funda na criação, de forma coletiva, de conhecimento a partir da exposição em comum das experiências coletivas dos diversos grupos de mulheres. Com esse conhecimento, seria feita uma mobilização buscando a alteração da legislação vigente, inclusive podendo essa mobilização ser utilizada para conceder direitos. Além disso, a criação de consciência tem um efeito empoderador no que diz respeito às mulheres que dele participam.

Em relação ao envolvimento dos movimentos de mulheres com o Direito, Carol Smart (1989, p.163) traz que sempre houve dois elementos para que os movimentos feministas se envolvessem com essa Ciência Social: a busca do uso da lei para promover os interesses das mulheres e a resistência às mudanças legais que parecem ser prejudiciais às mulheres. Enquanto o primeiro dá poder ao Direito, aumentando a quantidade de leis, o último mantém o *status quo*, apesar de tentar resistir às mudanças sociais. Na prática, essas estratégias não aparentam refletir uma análise feminista coerente em relação ao Direito.

A autora também traz que essa Ciência Social não possui aparência única, já que possui diversos ramos. Além disso, é refratária tanto por ser contraditória mesmo ao tentar disciplinar sobre um mesmo assunto, quanto por possuir diferentes aplicações, conforme quem irá utilizá-lo. Nesse diapasão, por não possuir uma única consequência ou sequer direção, não é possível desenvolver uma estratégia política única em relação ao Direito.

Ademais, para Carol Smart (1989, p.164) o principal impasse para qualquer envolvimento feminista com o Direito é o fato de que, com a promulgação, a legislação está nas mãos de órgãos e pessoas distantes das políticas e valores dos movimentos de mulheres, podendo haver consequências imprevisíveis para qualquer indivíduo. Todavia, não é por isso que a busca por mudanças legislativas deveria ser uma estratégia a ser deixada de lado pelos movimentos feministas.

Para a autora, os movimentos de mulheres devem se envolver com a lei para fins diferentes da reforma legal, pois, ao adotar uma visão clara dos problemas de legitimação, percebe-se essa regulamentação como algo antiético em relação aos interesses e preocupações das mulheres: pelo fato de o Direito ser poderoso a ponto de definir e desqualificar os grupos e experiências que fogem de seus padrões, além de ter a habilidade de ampliar sua influência, ele não deve permanecer sem ser desafiado.

É esse poder de definir e desqualificar que deve ser o foco das estratégias feministas, ao invés de uma busca por reformas legais. A grande contribuição política trazida por esses movimentos sociais é a habilidade de redefinir a verdade sobre os mais diferentes eventos,

uma vez que contempla as experiências de vários grupos de mulheres com vivências diversas entre si.

Por fim, pelo fato de o Direito ter grande poder de regulação, segundo Smart (1989, p. 165) ele não pode ser ignorado. Dessa forma, as estratégias dos feminismos devem buscar esse poder de legitimação e definição, ao invés de desenvolver políticas que apenas legitimam o foro jurídico e a forma ditada pelas leis. Essas estratégias também não impedem a formulação de outras políticas e outros modos de ação direta, como dar maior importância a lutas locais e estratégias fora do Direito. Portanto, enfatiza-se a importância de os movimentos de mulheres, assim como desafiarem o poder dessa Ciência Social, insistirem na legitimidade dos feminismos como conhecimento capaz de redefinir os problemas das mulheres, os quais as leis muitas vezes limitam à insignificância.

5 | CONCLUSÃO

Conforme observado, apesar de aparentemente a criação de crimes que, por terem como suas vítimas a maioria mulheres (ou unicamente mulheres, como é o caso do feminicídio), ter trazido importantes conquistas para os movimentos feministas, não se pode esquecer que o Direito é uma instituição social e, como tal, ainda ecoa os valores do patriarcado, sistema de opressão que, ao se fundir com outros sistemas opressores, tais como o racismo e o capitalismo, forma um nó de opressões uno.

Isso se mostra pelo fato de que, apesar do aparente avanço promovido pela criação desses delitos relacionados à violência de gênero, não se considerou as realidades dos mais diversos grupos de mulheres, o que, conjugado à falta de diálogo entre o feminismo branco hegemônico e a academia, fez com que se perpetuasse um modelo retributivista e punitivista ao invés de se buscar a proteção das vítimas.

Logo, conforme retratado anteriormente, apesar da existência de políticas, serviços, programas, leis e até mesmo tratados internacionais buscando a proteção das mulheres vítimas das mais variadas formas de violência de gênero, por essas estratégias não se aliarem a políticas antirracistas e que considerem as experiências, condições de vida e vozes dos mais diversos grupos de mulheres, elas não são efetivas.

Portanto, conforme evidenciado por Carol Smart (1989), fica evidente a importância de os movimentos feministas lutarem por terem suas vozes ouvidas fora do Direito e de modo a desafiá-lo, se legitimando e definindo como uma força poderosa justamente pelo poder de apresentar os contextos e problemáticas enfrentados pelos mais diversos grupos de mulheres. Ademais, esses movimentos devem trazer políticas e diferentes formas de ação direta, como por exemplo através da atribuição de maior importância às lutas locais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. **Seqüência**, v. 18, n.35, 1997.

BIDASECA, Karina Andrea (comp.). Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café.: o reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial. In: **FEMINISMOS y poscolonialidad.: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina.** 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011. Cap. 3. p. 95-118.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Decreto-Lei n. 2.848.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em 27 de set. de 2021

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Decreto-Lei n. 3.688.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm> Acesso em 27 de set. de 2021

G1 (São Paulo). **Mulher sofre assédio sexual dentro de ônibus na Avenida Paulista:** Homem ejaculou na mulher, que ficou em estado de choque, e foi levado para o 78º DP, nos Jardins. Caso ocorreu no dia em que campanha contra assédio no transporte público é lançada. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mulher-sofre-assedio-sexual-dentro-de-onibus-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2021.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica Feminista Al Derecho: crítica teórica al derecho. In: WEST, Robin. **Gênero y teoría del derecho.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2000. p. 27-66.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SAFFIOTI, Heleieith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil.** Tese (Livre docência) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2017.

SMART, Carol. **Feminism and the power of law.** London: Routledge, 1989

SOUZA, Luanna Tomaz; PIRES, Thula Oliveira. É possível compatibilizar abolicionismos e feminismos no enfrentamento às violências cometidas contra as mulheres? **Revista Direitos Culturais**, [S.L.], v. 15, n. 35, p. 129-157, jan/abr 2020. Revista Direitos Culturais. <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v15i35.3274>.

THINK OLGA (São Paulo). **Tudo sobre a lei de importunação sexual.** São Paulo, 2020. Color. Disponível em: https://www.trf3.jus.br/lis/Carlilha_LIS.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil:** violência e violações. São Paulo: Criola-Geledés, 2016.

ZABALA, María Lourdes. Descolonizar la descolonización, desde los feminismos. In: MUJER, Cordinadora de la. **Mujeres en diálogo:** Avanzando hacia la despatriarcalización. La Paz: Presencia, 2012. p.165-179

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 07/10/2021

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

Chicago- USA

RESUMO: Este trabalho busca resgatar a construção histórica de uma nova esfera de intervenção governamental em torno da violência doméstica e suas contrapartidas individuais: A mulher violada e o homem abusivo. Nesse contexto, os homens abusivos tornam-se novos sujeitos da intervenção sócio-psico-estatal onde os discursos de segurança, direitos humanos e psicologia convergem e levam a modelos de intervenção multimodal e multidimensional para prevenir e erradicar a violência masculina no México. Para Luis Bonino (2002), homens que se tornam intimidações, estupradores e cometeram uma série de abusos que têm sido constantemente expostos em estudos sobre homens e masculinidade. Bonino aponta que há um problema de saúde pública, e é necessário identificar as “patologias de masculinidade” como uma maneira de desintegrar o sentido hegemônico da sociologia, e, assim, estudar as situações que causam a violência de gênero e como nele e abuso de poder são parte da identidade masculina. Este processo de produção complexa e múltipla dos “novos homens” aparece na década de noventa, principalmente no mundo anglo e estende a sua influência gradualmente até atingir o México em um cocontexto de mudança

do modelo socioeconômico no México como parte do processo de neoliberalização do país e de descentralização dos serviços “corretivos” do Estado. Aqui, a busca de reconfigurar as práticas de masculinidade, coalha na construção de dispositivos de reeducação gênero e masculinidades, propostas pelas ONG como processos de intervenção social. ONGs que promovem este trabalho, juntamente com outras instituições sociais, especialmente as instituições de saúde pública e segurança, tornaram-se tão central na produção de “novas” identidades masculinas e que eles consideram um mínimo “, homens diferentes” livre da violência como exercício próprio da performatividade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade, violência masculina, violência masculina no México, grupos de intervenção para agressores masculinos, intervenção psicológica com agressores masculinos.

VIOLENCE AGAINST WOMEN AS A PUBLIC PROBLEM: AN APPROACH TO BUILDING A PROBLEM, THE GENERATION OF A LEGAL FRAMEWORK FOR ACTION AND INTERVENTION WITH VIOLENT MEN IN MEXICO

ABSTRACT: This work seeks to review the historical construction of a new sphere of government intervention around domestic violence and its individual counterparts: The raped woman and the abusive man. In this context, abusive men become new subjects of socio-psycho-state intervention where discourses of security, human rights and psychology converge and lead to multimodal and multidimensional intervention

models to prevent and eradicate male violence in Mexico. For Luis Bonino, Men (2002) who become bullies, rapists and committed a series of abuses that have been constantly exposed in studies of men and masculinity. Bonino points out that there is a public health problem, and it is necessary to identify the “pathologies of masculinity” as a way to disintegrate the hegemonic sense of sociology, and thus study the situations that cause gender violence and the praxis of abuse as part of male identity. This complex and multiple production process of the “new men” appears in the nineties, mainly in the Anglo world and gradually extends its influence until reaching Mexico in a context of changing the socioeconomic model in Mexico as part of the country’s neoliberalization process and the decentralization of the State’s “corrective” services. Here, the search to reconfigure the practices of masculinity contributes to the construction of devices for the re-education of gender and masculinities, proposed by NGOs as processes of social intervention. NGOs that promote this work, along with other social institutions, especially public health and safety institutions, have become so central in the production of “new” male identities that they consider at least “different men” free from violence as exercise as a characteristic of the performance of gender.

KEYWORDS: Masculinity, male violence, male violence in Mexico, intervention groups for male aggressors, psychological intervention with male aggressors.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO OBJETO DE ANÁLISE: SUBORDINAÇÃO E O PROBLEMA DA MASCULINIDADE

Apesar das várias expressões de masculinidade, violência contra as mulheres tem sido um dos principais objetos de análise para os estudiosos do gênero. Seu entendimento seria que os valores patriarcais (agora em crise), eles lançaram as bases para que os homens dominar e exercer controle sobre as mulheres (Zarza e Frojan, 2005).

O exercício da violência seria uma qualidade socioculturalmente atribuída aos homens por questão de socialização em um gênero diferenciado que posiciona seus sujeitos (homens e mulheres) em posições hierarquicamente diferenciadas. Essa matriz subjetiva de gênero é utilizada de acordo com a legitimação do poder que detêm no contexto das relações de gênero (Bourdieu, 2000), a partir da posição hegemônica que ocupam sobre as mulheres e “outras masculinidades” (efeminados, gays, de gênero e dissidentes sexuais, etc.) considerados subordinados. Assim, o fenômeno da violência contra a mulher, tal como o entendemos, estaria principalmente ligado à transformação sofrida pela instituição familiar e pela masculinidade hegemônica gerada pelas desigualdades e desigualdades sociais e de classe e pelas transformações ocorridas nas sociedades ocidentais do século XX. (Ferrer e Bosch, 2005).

Amuchástegui (2007) argumenta que quer estudos de gênero, movimentos sociais e desenvolvimento científico nas últimas décadas, foi instalado no debate a um “tema adequado para a intervenção social: o homem violento, backlit delineado seu complemento, mulheres espancadas” (p. 55). Ao mesmo tempo, tornou-se visível a necessidade de ferramentas analíticas para explicar o comportamento observado, bem como dispositivos que geram

as estratégias de prevenção e estimulando a modificação destes tipos de relações entre homens e mulheres, longe dos “mecanismos tradicionais” de correção (prisão, asilo, etc.) que não tiveram - nem têm - resultados positivos na erradicação e prevenção da violência contra as mulheres. Desde essa demanda, eles têm sido implementadas, por associações e instituições públicas e privadas, principalmente, diferentes medidas e estratégias de intervenção e prevenção deste tipo de violência. Uma dessas estratégias é a intervenção direta com os infratores, o objetivo final seria a proteção da vítima, promovendo uma mudança no comportamento e nas atitudes do agressor, de modo que a probabilidade de reincidência é reduzida.

DESCONSTRUINDO O ASSUNTO: ESTUDOS DE HOMENS E MASCULINIDADE

Na década de 80 começa nas ciências sociais, de forma sistemática e cumulativamente, a investigação sobre os homens. Estes tornam-se objecto de estudo. Seus corpos, subjetividades, comportamentos e que os chamados “masculino” está sujeito a escrutínio científico. Ela começa a “desconstruir” a masculinidade, a “desnaturar” sua suposta matriz natural e imóvel¹.

Ana Amuchástegui, os estudos sobre masculinidades de 5 fenômenos surgem principalmente: a reflexão de alguns homens sobre a sua participação na violência de gênero resultante da transformação do Anglo-Saxon movimento feminista, principalmente; emprego flexível, a fim destruição salarial ea emergência e ativação do movimento homossexual e “estudos gays” (Amuchastegui, 2001, p. 100). De especialmente na segunda metade dos anos 90 os tipos de questões e interesses em torno de estudos de masculinidades abertas. A partir deste momento, eles foram organizados em vários países da América Latina uma série de conferências, simpósios e eventos que reunir acadêmicos e representantes de organizações civis para refletir sobre a condição genérica de homens em relação aos problemas sociais específicos². A compreensão do referencial do machismo como fenômeno sociocultural ancorado nas diretrizes de gênero faz com que o homem passe a ser objeto de estudo durante a década de 90. Esse interesse também é gerado., devido à intensa perda de poder econômico, a transformação do trabalho, mudanças profundas na família nuclear patriarcal Além da luta das mulheres e sua incorporação em novas modalidades de trabalho (Olavarria, 2003); todos os fenômenos que têm afetado subjetividades, quebrando suas bases de identidade masculinidade hegemônica e os

1 De acordo com a Norma Fuller (1995) esses estudos concentraram-se sobre o fenômeno do machismo como atuação característica e específica da socialização no gênero masculino Nessa perspectiva, o machismo é entendido como a obsessão de homens para dominar e virilidade, a possessividade da própria mulher, agressão e competição com outros homens e as suas consequências negativas para relações pai-filho.

2 Por exemplo, foi realizada em Oaxaca, em 1998, o Simpósio Latino-Americano "O envolvimento masculino na saúde sexual e reprodutiva: Novos Paradigmas", que contou entre os seus participantes, a prestadores de serviços de saúde, funcionários governamentais, representantes de movimentos e grupos de homens e mulheres e ONGs e agências de ajuda na região

exercícios de violência associados à sua performatividade.

Ambos Roberto Garda (2008) e Ana Amuchástegui (2000), trabalhando com homens e estudos sobre masculinidades no México, surgem num contexto de procura por parte dos grupos de mulheres e grupos feministas para formar uma frente comum incluir os homens nas tentativas de erradicar a violência doméstica e tomar medidas para obter o reconhecimento dos direitos sexuais das mulheres. Neste contexto, os grupos de reflexão para homens que cometem violência, como parte de uma série sistemática de ações para atingir as metas que surgiram na interação destes grupos e as demandas específicas de grupos de mulheres emergem.

Do ponto de vista de Antonio Ramirez (fundador da CORIAC e Corazonar) a necessidade de intervir com os infratores decorre da identificação por grupos feministas e academia que as intervenções para capacitar as mulheres foram resultando em um aumento na a violência que os homens exercida contra eles em casa, de modo a perspectiva de intervenção deu uma guinada para se concentrar em um novo objecto de intervenção: o homem agressor. Em uma entrevista realizada para este trabalho, Antonio Ramirez diz:

“Especialmente nos Estados Unidos começaram a perceber que esses processos de empoderamento das mulheres trouxe como consequência um aumento da violência que os casais exercida sobre eles, e que também estava acontecendo no México. Por isso, assumiu a tarefa de mudar a perspectiva e começar a intervir com os homens e com nós mesmos”

É possível distinguir várias linhas de pesquisa e discussões que foram em torno estudos masculinidades e trabalhar com homens. Seguindo as linhas de reflexão levantada por Jose Olavarria em relação aos estudos de masculinidades no México, a linha reflete sobre identidades masculinos tomou especial interesse no contexto mexicano são os estudos que ligam a instituição da “masculinidade” homens tradicionais com o exercício da violência de género e violência doméstica (Garda, 2008), que propôs como uma das suas principais linhas de acção que trabalham com homens de uma perspectiva de género na agrupar dispositivos para gerar estratégias de prevenção e erradicação da violência doméstica.

Muitos dos argumentos que apoiam a intervenção proposta que solicita essas mudanças em homens, eles são baseados em diferentes estudos masculinidades que mostram como homens perigosos e problemáticos, principalmente dentro da família a partir da concepção de socialização de género, da aliança masculina e sua atuação como matéria desconstrutível e transformável, não como fenómeno natural dado. Esses estudos mostram homens e alguns comportamentos masculinos como uma ameaça ou um perigo para a sociedade. Badinter diz:

“Virility não for concedida, é construído, podemos dizer que é fabricado: Então, o homem é um artefato e, como tal, tem o risco de ser defeituoso” (1993, p 18-19).

Em grande parte, os estudos sobre masculinidades, sugerem que este carácter falho

que fala Badinter está associada com a identificação de alguns atributos que compõem ou são chamados de “masculinidade tradicional” (De Keijzer, 1997), um termo frequentemente usado no singular, para referem-se a alguns atributos e comportamentos de homens que parecem ser quase universal. Fala-se de masculinidade tradicional para descrever os ideais hegemônicos que valorizam a ser forte, dominador, impetuoso, áspero, violento, autoritário, viril, ativo e necessariamente heterossexual (Connell, 2003).

Para Ana Amuchástegui, masculinidade hegemônica compreende...

“Uma série de discursos e práticas que se destinam a definir o termo masculina de gênero dentro particulares configurações históricas, diferenciando-o de suas próprias experiências de homens, que não se limitam a passar por tal construção e manifestando inúmeras formas de resistência” (2006, pp. 175).³

Os atributos e comportamentos masculinos mais valorizados e reconhecidos estão associados a vários problemas: família, trabalho, social e de saúde (violência, femicídio, comportamentos de risco, acidentes, ataca o próprio corpo, comportamentos de dependência, fatherhoods periféricos, insegurança emocional, dificuldades para a coexistência, limitações de expressão emocional, suicídio). Todos eles relacionados diretamente com um risco potencial de exercer violência doméstica com base nos princípios de gênero; problemas que são colocados como um eixo central do desenvolvimento do estudo das masculinidades no México.

O comportamento violento dos homens, a partir dos estudos da (s) masculinidade (s), é visto como uma manobra com que não só os homens que desejam instalar uma posição favorável do poder, mas também reafirmar a sua identidade masculina, sentado na crença patriarcal de superioridade. Manter as mulheres sob controle também permite que você controle as emoções que isso fará com que: o medo, a dependência, a inveja, etc. (Bonino, 1990). Essa perspectiva que coloca um olhar de referência nos “atributos de risco” da masculinidade hegemônica como o modelo primário do qual derivam a maioria das masculinidades e, portanto, os homens, vai supor a base teórica de gênero a partir da qual os modelos de intervenção com agressores masculinos.

Junto com as críticas ao patriarcado e ao binarismo de gênero por movimentos feministas dentro e fora da academia, um processo criticado por movimentos de heterossexualidade gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros começa a se organizar como um regime normativo da sexualidade e da própria sociedade. Estos reclamos sociales involucran ciertos movimientos organizados que comienzan a conformar los primeros grupos de hombres y grupos, es decir, hombres que se agrupan y posicionan políticamente desde una perspectiva de género, ante los agravios y demandas de los grupos de mujeres especialmente en los países anglosajones y na Europa. Esse processo de transformação

3 A adoção do conceito de masculinidade hegemônica parece pressupor uma tentativa de definir unívoco e generalizante, em contraposição ao fato de os mesmos autores reconhecerem e proclamarem a existência de masculinidade definida por linhas de classe, o contexto, por exemplo, rural ou urbano, gay, transexual, entre outras categorias dos processos específicos de subjetivação.

de uma série de intervenções com homens eclodiu dentro desses grupos organizados com homens em outras áreas da vida social.

A perspectiva de violência na intervenção permite a entrada diferenciada de dois politicamente e estrategicamente localizados assuntos, o agressor e a vítima, os indivíduos que atuam no domínio público e como sujeitos, tornam-se sujeitos à intervenção do Estado, dando-lhe um especial peso para determinar sanções penais imputadas a este agressor sujeito devedor.

Para Tamar Pitch:

“A divisão entre agressores e vítimas em potencial (todos nós) serve tanto para separar o bom do ruim (e, portanto, a construção de novas classes perigosas, composto por aqueles que não podem arriscar no mercado de trabalho, porque eles não podem pagar qualquer efeitos negativos) e obter a aprovação da classe média, empobrecida pela economia e transformaram crise insegura e não por crime, por mudanças no mercado de trabalho, cada vez mais precárias e menos disponíveis, ea grandes cortes para o bem-estar, em homenagem aos neoliberais “. (2010, pp. 112)

ENCONTRANDO ROTAS: VÍTIMAS, AGRESSORES, VIOLÊNCIA E MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

Neste contexto, podemos chamar a partir da inclinação como uma “sociedade das vítimas,” estamos diante de um modelo de crescimento da cena social sob a cena penal e uma forte razão “moralizante”: a neutralização do mal é solicitado em nome da boa, mas não só para protegê-los de más ações, mas também para compensar o sofrimento experimentado por aqueles que já foram atingidos por essas ações.

Dentre essa série de intervenções com homens nesse tecido político em processo de debate e desafio, podemos encontrar grupos de intervenção com homens que usam violência no âmbito doméstico e familiar. Para Gondolf (2002), esses grupos surgem em países anglófonos e francófonos com uma série de metodologias heterogêneas, mas com um objetivo final: a erradicação da violência contra os homens a partir de uma crítica direta à identidade sexo-gênero. Como vimos, essa resposta faz parte de uma série de esforços organizados e desorganizados para encontrar alternativas dentro da comunidade e não nas prisões para um problema crescente que ataca diretamente a segurança e o desenvolvimento das mulheres em seu círculo mais íntimo: o lar. Nesta tarefa, os grupos feministas mexicanos e latino-americanos tomaram uma série de discussões e análises sobre a violência contra as mulheres que estavam fazendo ou tinha feito nos países industrializados, especialmente retomando a perspectiva de prevenção e promoção dos direitos das mulheres e cidadanização feminina, ambas as perspectivas são fundamentais para o desenvolvimento deste campo de intervenção.

Esta abordagem complexa da violência contra as mulheres também foi adicionada

ao conhecimento da psicologia e das ciências “psis” que fornecem uma alternativa às respostas criminais e que servem como uma ponte que possibilita a participação de saberes e ações acadêmicas, a aplicação de avanços de pesquisa nas ciências humanas e do cuidado (ocupadas principalmente por mulheres) e de grupos ativistas principalmente de classe média.

Do ponto de vista psicodinâmico podemos entender a agressão como uma dinâmica que está em conflito com a realidade externa e, portanto, a necessidade de uma série de “ajustes” com base em facilitar o processo de sublimação ocorre, um processo pelo qual o sujeito aprende a reprimir e redirecionar tendências agressivas em comportamentos socialmente adequados mais (Garda, 2008). Neste contexto, podemos compreender a agressão como um mecanismo de catarse que permite a liberação de impulsos destrutivos.

Enquanto isso, as teorias comportamentais de intervenção psicológica entenderam a agressividade e os comportamentos agressivos como comportamentos aprendidos e replicados em algum momento da vida, diante de um problema específico em que os modelos cognitivos e relacionais aprendidos são replicados. Nesse caso, a modelagem que se repete e contra a qual tentam operar os grupos de reflexão de homens geradores de violência é a modelagem relacional derivada do processo de subjetividade masculina que utiliza, prioritariamente, a violência como meio de resolução de conflitos e imposição de uma posição específica de poder. As intervenções comportamentais neste contexto focam principalmente em desaprender o comportamento agressivo e aprender o comportamento não agressivo por meio de uma série de estratégias específicas modificar o comportamento, pensamentos e interpretação de si mesmo. Assim, na perspectiva da aprendizagem social, propõe-se que o desenvolvimento da agressão seja realizado por meio da observação, identificação e modificação do comportamento violento dos outros e das consequências que se seguem e, portanto, é um fenômeno aprendido.

Esta perspectiva não só oferece uma opção de intervenção alternativa à intervenção criminal, mas também abre as portas de uma intervenção localizada no âmbito da comunidade com a participação ativa de diferentes atores e atrizes (como a academia, ativistas, grupos e coletivos) que não puderam ter uma atuação direta na luta pela prevenção e erradicação da violência contra a mulher e, sobretudo, na intervenção direta com os agressores.

Assim, a psicologia passa a ser uma dobradiça que permite aos interesses públicos de segurança, democracia e Estado interagirem com os interesses de grupos da sociedade civil, academia, ativistas, entre outros, para gerar uma ação de reeducação e requalificação de gênero para os homens. Tomando como medida de mudança a erradicação de discursos e práticas violentas neles.

Nesse ponto, é importante localizar historicamente aquelas mudanças legislativas que modificaram a perspectiva pública sobre o fenômeno da violência e que abriram as portas para essa nova perspectiva de intervenção.

Desde o final da década de 1990 e início do século XXI, uma ampla série de estudos

quantitativos apareceu dedicada a estudar estatisticamente o fenômeno complexo da violência doméstica e violência contra as mulheres no México.

Na perspectiva de Roberto Castro, essas investigações foram concebidas a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que “pressupõe-se que essa abordagem forneça chaves fundamentais para identificar com mais clareza as origens sociais da violência contra a mulher” (2012, p. 17). Embora esses estudos gerem problemas metodológicos que levam à exposição de diferentes fenômenos em torno da violência, avanços significativos têm sido feitos. Por exemplo, ela começou a perceber que a violência contra a mulher não é um problema individual, mas um problema social que deve ser enfrentado por meio de políticas e programas de Estado; e que a partir dos diferentes níveis de governo é imprescindível a implementação de programas e políticas de prevenção e erradicação da violência, a partir dos conhecimentos obtidos com a produção desses estudos em andamento. Essa perspectiva de “externalização” da violência representa uma reviravolta em termos de seu reconhecimento, mas apresenta um problema fundamental: como intervir na violência contra as mulheres “de fora”?

No plano legislativo, a publicação da Lei de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência no Distrito Federal, em 2007, e em outros estados da república em anos posteriores, aumenta a necessidade de o Estado para participar do treinamento do pessoal dos organismos públicos sobre os direitos humanos das mulheres, bem como a realização de projectos de investigação na área da saúde pública, bem como a criação de programas de intervenção com agressores do sexo masculino, para garantir a segurança ou as mulheres em causa e como um dispositivo para prevenir a violência masculina. É nestes pontos, bem como no desenvolvimento e na elaboração da Lei de Acesso, onde a participação das ONG é fundamental para a concretização dos objectivos estabelecidos na lei.

Neste contexto, podemos ver o papel das ONG que trabalham a partir de uma perspectiva de gênero na construção de novas chamadas masculinidades, não só no campo da identidade, mas também para a erradicação e prevenção da violência contra mulheres na família, no trabalho e ambiente social através da investigação e implementação de programas de intervenção voltado especificamente para a erradicação e prevenção da violência contra as mulheres, com foco na intervenção com os “geradores” de violência do qual falamos anteriormente.

Essa demanda de trabalho não contempla apenas uma intervenção “externa” (pesquisa, divulgação, educação, etc.), mas também supõe um trabalho que ancore a “externalidade” das demandas de gênero nas práticas específicas de seus sujeitos para intervir de forma democrática e perspectiva de gênero. Dessa forma, é possível integrar as duas perspectivas em um único domínio de cuidado e intervenção.

CONHECE E FAZ: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROBLEMA

ONGs que incorporam a perspectiva de gênero em seu trabalho com os homens, ao tentar reinventar e romper as certezas da masculinidade hegemônica, buscam participar da construção de novas formas de pensar e acolher a masculinidade, pluralizando o conceito, gerando práticas “alternativas” de vínculo de gênero e intergenérico, produzindo representações masculinas dissidentes com performatividades democráticas, sob o véu do desenvolvimento de pedagogias de gênero (Lopes, 2008) democratizando para homens voluntários ou involuntariamente interessados que participam direta ou indiretamente desses projetos. No caso mexicano, ONGs dedicadas ao trabalho com homens têm historicamente liderado o caminho na intervenção com “geradores” de violência. A partir dessa experiência e buscando aproveitar os recursos econômicos, políticos e sociais derivados do novo posicionamento da violência contra a mulher como problema público, essas organizações se tornaram a base teórico-conceitual da “nova” intervenção do Estado mexicano contra a violência contra mulheres, mulheres que supunham a formação de uma nova instituição de intervenção psicossociodemocrática.

Essa instituição era o Instituto Nacional da Mulher, que está representado nas Unidades de Atenção e Prevenção à Violência Familiar (UAPVIF) e que estende sua intervenção a órgãos de poder e outros órgãos públicos, educacionais e ONGs. O INMUJERES tem duas bases: Lei de acesso para mulheres e essas experiências de intervenção com homens que geram violência. Duas ONGs têm sido particularmente ativas neste processo: CORIAC e Men for Equity, ambas com sede na Cidade do México.

Os programas de intervenção com agressores domésticos foram gerados principalmente na década de 90 nos Estados Unidos, embora alguns deles atendem a homens e mulheres homossexuais, a grande maioria é dedicada a servir geradores homens de violência doméstica (Adams, 2003). A demanda gerada pelo primeiro programa de atenção aos homens nos Estados Unidos (Emerge em 1977), veio de um grupo de aliados mulheres do movimento feminista americano que atendia às mulheres vítimas de violência doméstica, onde não só a violência foi denunciada, mas também alegou que as formas de intervenção com a agressão / violência necessária para ser reconfigurado para explicar a violência específica: a violência contra as mulheres. É importante mencionar que muitas dessas «novas» demandas por justiça foram construídas com o espírito do feminismo da época e com a busca de novas formas de fazer justiça no âmbito comunitário e com o interesse de abolir o complexo penitenciário, que abriu as portas para uma nova forma de intervenção em torno desta e de outras formas de violência.

Esses dispositivos de intervenção precoce tiveram um segundo boom a partir de meados da década de 1980, quando na maioria dos estados da União Americana algumas leis sobre violência doméstica foram reformadas, resultado de um aumento acentuado no número de denúncias de abuso na esfera doméstica no norte do país. Diante dessa

demanda, foram gerados protocolos de intervenção policial e investigação, que visavam simplificar o processo de comunicação e sensibilizar os órgãos de segurança para o enfrentamento desse problema específico (Adams, 2003). Esse aumento da prisão de perpetradores de violência, como parte da formulação e reformulação de leis relacionadas à violência doméstica, tem levado a uma demanda tanto de grupos feministas quanto de juízes e da sociedade civil para gerar mais modelos de intervenção e dar mais espaço para isso. necessidade específica de cuidados; Assim, foi gerada uma série de leis e emendas às leis existentes, onde os homens que apresentam esses dispositivos de intervenção são apresentados como uma opção de condenação não criminal e “reeducação” para os geradores de violência nos tribunais norte-americanos.

“Em muitos casos, novos programas foram oferecidos por agências comunitários de saúde mental, serviços de família ou centros de abuso de substâncias, que tinha pouca experiência na prestação de serviços para os geradores de violência. Como resultado, as abordagens e serviços oferecidos foram moldados a partir dos serviços oferecidos por essas agências a outras populações como doentes mentais, casais com problemas de comunicação, dependentes de substâncias tóxicas, geralmente sem o cuidado adequado às necessidades especiais que precisam geradores homens de violência” (Adams, 2003, pp. 2).

Este processo de reconfiguração dos dispositivos de resposta à violência doméstica foi criado no início dos anos 1980, com o modelo Duluth em Minnesota. Refiro-me a este modelo como uma das principais inspirações para a gestão dos modelos de intervenção no México, especificamente o modelo CORIAC, pioneiro na produção de modelos de intervenção psicoeducacional para enfrentar a violência doméstica em nosso país. Essa primeira modelagem funcionou como base para uma série de modelos posteriores que foram replicados e reformados para atender à população específica nos modelos mexicanos. Ambos os modelos são pilares fundamentais de intervenção como gestores da violência no México e também recursos centrais para a prevenção e erradicação da violência doméstica em nosso país. O modelo Duluth foi criado em 1981 como um modelo de intervenção para homens sob uma ordem judicial de ação de violência doméstica explícita. Portanto, o principal objetivo era proteger a mulher contra a recorrência da violência do parceiro.

Desse modo, dá-se uma virada do parafuso, a partir da qual a segurança da mulher passa a ser responsável pela comunidade, confiando que o desmantelamento das demandas de gênero vinculadas ao exercício da violência poderia acabar com práticas tão desnecessárias a sanções penais. Este modelo foi desenvolvido por “um pequeno grupo de ativistas dentro do movimento de cuidados para mulheres vítimas de violência doméstica” (Pence e Paymar, 1993, pp. 13) e projetado para ser trabalhado pelos grupos para-profissional mandatados por uma ordem judicial, assim a operação e cuidados de violência doméstica por parte do estado foi descentralizado, e passou de ser tratado como um problema de atenção do governo por meio de penal para ser servido através de uma

série de dispositivos de psicologia educacionais geridos e implementados por membros da própria comunidade, com ou sem formação adequada para prestar assistência a um convicções problema específico ou com experiência como participantes ativos dessas estratégias.

Dentro dos princípios básicos do programa significa que a violência doméstica masculina como uma maneira de gerar energia e controle de homens e mulheres porque os homens são socializados para ser dominante e as mulheres a ser subordinado (Garda, 2008), desta forma, o principal objetivo do programa é desconstruir o privilégio masculino e re-educar os participantes do programa no sentido de uma desconstrução de práticas violentas e construção de práticas democráticas subsequentes e, portanto, livres do exercício da violência como ato de dominação e controle baseado na socialização diferenciada por gênero.. Como esta intervenção cortar mais pedagógica do que psicológica, para Dutton e Corvo (2006), esta pode ser visto como uma formação política mapeamento modelo como a própria um programa de intervenção violência.

Essa perspectiva de intervenção e mandato para a participação dos homens nos processos psicoeducacionais é importada para o México como parte dos esforços do país para apresentar o país ao sistema neoliberal e à “democratização” de uma sociedade “atormentada pela violência”.

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS NO MÉXICO, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

No México, as intervenções em grupo com homens surgir a partir de um esforço tanto ONGs e aplicação publicado como parte dessas estratégias para resolver um problema público-específico do Estado mexicano reconhecida e promovida por organizações internacionais que zelam e promovem os direitos humanos e a lei., o que representa participação da sociedade na análise, diagnóstico e tratamento violência contra as mulheres como uma questão pública, ea aplicação de uma estratégia psicológica, educacional e formação em intervenções com os homens.

Como mencionado anteriormente, a construção desse problema público passa pelo entrelaçamento de uma série de instituições e saberes que se solidificam em um dispositivo específico de intervenção complexo, com objetivos claros e vinculados ao problema básico. Um evento de grande importância no plano político que nos permite entrelaçar as dimensões de compreensão e intervenção em torno da violência doméstica e contra a mulher, com foco no atendimento psicoeducacional com homens, aconteceu em 1989.

Este ano, o Procurador-Geral da Capital, Ignacio Morales Lechuga, propôs a “trazer a sociedade advogado e do cidadão” (Morales Lechuga, 1996, p. 15). Para este efeito, a perspectiva da vitimologia, um fluxo de criminologia que em vez de se concentrar exclusivamente no exercício criminoso da punição do perpetrador por meio da lei, sublinha

os interesses das vítimas de crime e busca reparar o dano foi adotada. Consequentemente, nos manuais de cuidados publicada por estes centros, as mulheres aparecem apenas como “vítimas”, sem que seja mencionado de gênero como determinante da violência que viveu (Lima Malvido, 1997), assim, estabeleceu-se como um primeiro relator gênero a mulher apenas como um assunto legal.

A principal proposta de Carlos Salinas e Gortari desde sua campanha eleitoral foi modernizar o país em matéria econômica e dar um “passo histórico” no sentido de modelar uma sociedade mais democrática e ajustada aos interesses internacionais acordados para a entrada do novo milênio. Uma vez no poder político, o governo Salinas de Gortari passou a oferecer novas oportunidades para a participação social através de alguns mecanismos de participação cidadã e alianças forjadas com grupos da sociedade civil organizada, enquanto o aumento do poder executivo. No âmbito deste projecto salinista, que continuou com Zedillo (1994-2000), que foi substituído exaltou a retórica oficial do resultado identidade nacional da revolução e da fundação do PRI como um objeto central do discurso político oficial, uma identidade que deve ser mantido para a estabilidade nacional, um novo paradigma de “modernização” ea entrada gloriosa do país para o “primeiro mundo”.

Neste contexto, uma renovação das formas de interação política, a participação das mulheres como cidadãos sob a lei, tornou-se pensável pela primeira vez na história do país (Tarres, 1996) é inscrito. Assim, estas alterações, dadas as condições de possibilidade para as primeiras mudanças foram geradas nas políticas voltadas para as mulheres no México. (2003)”

Para Lang (2003), estas primeiras reformas legais destinadas às mulheres, são as políticas de segurança pública e estabilidade social que requerem investimentos econômicos específicos no âmbito do salinista "modernização". González Placencia, diagnosticou a prevenção do crime discurso no contexto do combate ao crime organizado e ao aumento contínuo da criminalidade nas cidades (como proposto por Morales Lechuga na época), geralmente acompanha "a liberalização do mercado em todos os países do Ocidente, como mais controle estatal é uma vantagem na competição para "o investimento estrangeiro" (Gonzalez Placencia, 2000, pp. 89). Em 1989, Morales Lechuga reconceitualizado a noção de segurança pública, que desde então tem sido paradigmática e gerou uma série constante de reformas no país. A partir de meados dos anos noventa, houve uma mudança de paradigma na abordagem para compreender e conceituar a violência da violência que surgiu da crise política e econômica daqueles anos. Essa perspectiva teve uma narrativa mais democrática (e democratizante) do que a narrativa oficial anterior com foco na vitimologia e segurança no nível familiar e social. Tanto em nível local na Cidade do México quanto em nível federal, alguns grupos anteriormente reconhecidos como “grupos de choque” tiveram maior participação nas decisões estaduais - como grupos feministas e de mulheres - e aos poucos foram sendo integrados à classe política no México, nos três níveis de governo.

Ao contrário da abordagem criminológica à administração PRI de Carlos Salinas de Gortari, a nova administração do DF liderada pelo PRD, de 1997, parte do que a violência de gênero é um problema da sociedade como um todo, e que certos “normas sociais” “imprensa homens e mulheres a se comportar de acordo com as noções hegemônicas de masculinidade ou feminilidade, sob a ameaça de sanções sociais ou simbólicas. Neste momento, os governos capitalizados conhecimento dos discursos feministas para modernizar e adaptar-se às exigências internacionais⁴.

Nesta nova perspectiva, a violência de gênero, violência especificamente doméstica contra as mulheres não é mais primário concebido e apenas como um ataque contra das mulheres como pessoas e como sujeitos, mas como um obstáculo no caminho a via tripla: igualdade social e econômica, o cidadanización das mulheres e para a realização de uma sociedade democrática no seu conjunto.

Alguns discursos feministas assumidos pelo governo mexicano sobre a violência de gênero trazem contribuições ou debates importantes sobre a democratização, uma vez que os primeiros discursos no país argumentam que com estruturas democráticas nas famílias seria impossível construir uma verdadeira democracia da sociedade como um todo, principalmente devido à violência doméstica e identificada como um dos principais obstáculos à cidadania feminina. Neste contexto, alguns grupos de mulheres e grupos feministas promovem e facilitam o crescimento econômico das mulheres enquanto sujeitos econômicos e políticos, argumentando principalmente que as mulheres vítimas de violência são “recursos humanos em desuso” (Duarte, 1996), sendo este um problema que amplia a dimensão da o impacto da violência doméstica no setor saúde e no nível macroeconômico.

No contexto inato e inspirado em ambas as abordagens da violência contra a mulher (perspectiva criminológica e perspectiva democratizante), os programas de intervenção com homens violentos constituem um conjunto de diretrizes, propostas teóricas e metodológicas para o cuidado de homens que desejam participar de um trabalho voluntário ou por encomenda de um juiz, para conjugar a violência em um processo coletivo, sistematizado e reconhecido por lei. De acordo com os princípios da Lei Geral de Acesso da Mulher a uma Vida Livre de Violência, os programas devem ser desarrazoados para defender as diretrizes das mulheres, aumentar a segurança e promover os valores de igualdade e respeito democrático.

Além disso, esses programas devem priorizar o modo de grupo, com a abordagem de

4 La violencia familiar se tipificó como un delito en el Código Penal y como motivo de divorcio en el Código Civil Federal; esto fue aprobado el 13 de diciembre de 1997 y publicado días después en el Diario Oficial de la Federación. En el Código Civil Federal, en sus Título Sexto Del parentesco, de los alimentos y de la violencia familiar, en el Capítulo III, De la violencia familiar, hace hincapié al derecho que tienen los integrantes de la familia a que los demás miembros se les respete su integridad física y psíquica, con objeto a contribuir a su sano desarrollo para su plena incorporación y participación en el núcleo social (Artículo 323 bis); asimismo se considera la violencia familiar como el uso de la fuerza tanto física como moral [...] que atente a su integridad física, psíquica o ambas independientemente de que pueda producir o no lesiones, siempre y cuando el agresor y el agredido habiten en el mismo domicilio y exista una relación de parentesco, matrimonio o concubinato (Artículo 323 ter); incluye también la violación en el matrimonio como un asunto de orden penal (Artículo 266 del primer párrafo del Código Penal para el Distrito Federal)

reeducação, sexo e aplicado em espaços específicos, separado do atendimento às vítimas. Como o objectivo destes, servir como um componente de um sistema de intervenção para erradicar a violência contra as mulheres no seu próprio dispositivo que combina narrativas e argumentos do direito civil, direitos humanos, psicologia, economia e interesses de segurança associados.

Os programas homens cuidados devem ser com base no sexo, porque esta abordagem permite aos utilizadores analisar:

- Sua exercício discriminatório da violência contra a mulher pelo simples fato de ser.
- As relações de poder e autoridade, através do uso da violência, desencadeada para impor seu controle e dominação sobre as mulheres.
- Pensamentos, códigos culturais, atitudes, ações e omissões que, diariamente, materializar o seu exercício violento.

E saiba:

- Ferramentas de Re-educacionais necessárias para impedir e erradicar a prática da violência masculina.

Esses programas possuem uma série de variáveis que podem ser adaptadas para atender populações específicas de homens, seguindo as diretrizes da interculturalidade e da diversidade, seguindo o princípio democrático obrigatório. Nesse sentido, antes que a população se destine a servir como usuária do programa, é necessário avaliar um fator central de variabilidade entre um programa e outro. Para além destas diferenças, os programas apresentam uma matriz de conteúdos mínimos de onde emergem os fundamentos teóricos, a metodologia de intervenção, os objetivos éticos e as estratégias de intervenção.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a construção da violência contra a mulher como problema público requer em si a intervenção do Estado como principal agente no cuidado e manutenção da segurança da cidadania, neste caso, especificamente, a cidadania feminina. Em um momento histórico complexo para o México onde os conflitos internos em matéria democrática, social e de segurança se enquadram nas demandas internacionais de modernização e democratização dos Estados, construí as condições de possibilidade para uma ancoragem do conhecimento do direito, da psicologia, do feminismo e estudos de gênero na construção desse problema e seus resultados subsequentes no nível operacional e de intervenção. Esses modelos explicativos precisavam de um enredo em que um problema de intervenção (violência contra a mulher) e um sujeito de intervenção estivessem ligados: os agressores do sexo masculino.

REFERÊNCIAS

Adams, D. (2003). **Certified Batterer Intervention Programs: History, Philosophies, Techniques, Collaborations, Innovations and Challenges.** *Clinics in Family Practice*, 5(1), 1–23.

Amuchastegui, A. (2001). **La navaja de dos filos: una reflexion acerca de la investigacion y el trabajo sobre hombres y masculinidades en Mexico.** *Revista de Estudios de Genero La Ventana*, (14), 102–125.

Amuchastegui, A. (2007). **La verdad... yo no creia que era violento. Cuerpo emocional y subjetivacion en un programa reeducativo para hombres.** In *Los contornos del alma, los límites del cuerpo: género, corporalidad y subjetivacion*. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Programa Universitario de Estudios de Genero.

Badiniter, E. (1993). **La identidad Masculina.** Alianza Editorial.

Bonino, L. (2002). **La masculinidad hegemonica e identidad masculina.** *Dossiers Feministes*, (6), 7–36.

Bonino, L. (2000). **Varones, género y salud mental: Reconstruyendo la “normalidad masculina”.** In *Nuevas Masculinidades*. Icaria.

Bordieu, P. (2000). **La dominacion masculina.** Anagrama.

Castro, R. (2012). **Problemas conceptuales en el estudio de la violencia de genero. Controversias y debates a tener en cuenta.** In *Violencia, genero y la persistencia de la desigualdad en el Estado de Mexico* (pp. 17–38). Mnemosyne.

Connell, R. (2003). **Masculinities, change and conflict in global society.** *Journal of Men's. Studies*, 11(3), 249–275.

Corsi, J. (1995). **Violencia masculina en la Pareja.** Paidós.

De Keijzer, B. (1997). **El varon como factor de riesgo: Masculinidad, salud mental y salud reproductiva.** In *Género y salud en el Sureste de Mexico*. Ecosur y UJAD.

Dutton, D., & Corvo, K. (2006). **Transforming a flawed policy: A call to revive psychology and science in domestic violence research and practice.** *Aggression and Violent Behavior*, 11(5), 457–483.

Ferrer, V., & Bosch, E. (2005). **Introduciendo la perspectiva de genero en la invistigacion psicologica sobre violencia de genero.** *Anales de psicologia*, 21(1), 1–10.

Fuller, N. (1995). **Acerca de la polaridad marianismo machismo.** In *Lo femenino y lo masculino: Estudios sociales sobre las Identidades de Genero en America Latina*. Universidad Nacional de Bogota, Programa de Estudios de Genero, Mujer y Desarrollo.

Garda, R. (2008). **Intervencion integral con Hombres que ejercen violencia contra su pareja.** Hombres por la Equidad e Instituto de Desarrollo Social.

G.M, Z., & P.M, F. (2005). **Estudio de la violencia Domestica en una muestra de mujeres latinas residentes en Estados Unidos.** *Anales de Psicologia*, 21(1).

- Gondolf, E. (2002). *Batterer intervention systems: issues, outcomes, and recommendations*. Sage Publications.
- Gonzalez Placencia, L. (2000). **La concepcion sistematica de la seguridad publica en Mexico**. *Nueva Sociedad*, 167, 87–98.
- Lang, M. (2003a). **¿Todo el poder? Políticas públicas, violencia de género y feminismo en México**. *Iberoamericana (2001-)*, 3(12), 69–90.
- Lima, M. d. I. L. (1991). *Criminalidad femenina. Teorias y reaccion social*. Porrua.
- Lopes Louro, G. (2008). **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições*, 19(2), 17–24.
- Morales Lechuga, I. (1996). **Surgimiento de las Agencias Especializadas del Ministerio Público en la atención de delitos sexuales**. *Memoria de la 2a Reunion Nacional sobre Agen Olavarría*,
- J. (2003). **Men at Home? Child Rearing and Housekeeping among Chilean Working-Class Fathers**. *Durham.cias Especializadas del Ministerio Publico en la Atencion de Delitos Sexuales*, 13–17.
- Paymar, M., & Pence, E. (1993). *Education groups for men who batter: The Duluth model*. Springer Publishing Company.
- Pitch, T. (2010). *Pervasive Prevention: A feminist reading of the rise of security society*. Routledge.
- Talpade Mohanty, C. (2008). **Bajo los ojos de occidente**. In *Estudios Postcoloniales*. Traficantes de sueños.
- Tarres, M. L. (1996). **Espacios privados para la participacion publica. Algunos rasgos de las ONG dedicadas a la mujer**. *Estudios Sociologicos*, XIV(40), 7–32.

CAPÍTULO 4

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 14/10/2021

Aline Eggers

Advogada. Mestre em Direitos Humanos pela UniRitter Laureate International Universities Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7326549142782985>

Roberto Vinícius Silva Saraiva

Advogado. Mestre em Desenvolvimento, Inovação e Mudança pela Faculdade de Giurisprudência da Università di Bologna e pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Buenos Aires Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7206608472165497>

Evania Romanosky

Advogada. Especialista em Direito do Consumidor pela UFRGS Uruguiana/RS
<http://lattes.cnpq.br/4096842264437926>

RESUMO: A saúde é um direito humano reconhecido internacionalmente em vários tratados e na Declaração Universal de Direitos Humanos. No Brasil, a saúde é um dever do Estado e se organiza em um sistema formado por uma rede regionalizada e hierarquizada em que a participação da comunidade é um requisito imposto pela Constituição e regulamentado pela Lei 8142/90. Essa participação ocorre principalmente através dos conselhos de saúde: colegiados permanentes que atuam na formulação

e no controle da execução das políticas de saúde e são formados por profissionais de saúde, usuários, órgãos do governo e prestadores de serviços. Recentemente a participação de mulheres nos conselhos se tornou uma meta do Conselho Nacional de Saúde, pois elas são a maioria da população e as principais usuárias do sistema de saúde, mas as políticas de saúde da mulher não suprem adequadamente necessidades importantes. Nesse estudo exploratório de revisão bibliográfica realizaremos uma teorização com base na análise de dados qualitativos sobre como a participação de mulheres nos conselhos impacta na definição das políticas de saúde da mulher e nas normas sobre a disponibilidade e a acessibilidade à serviços e insumos, em especial, com relação à liberdade reprodutiva, interrupção da gravidez, saúde íntima, sexual, medidas contraceptivas e combate à violência de gênero e faremos um estudo comparado sobre como as mulheres em outros países se organizam para participar da definição das políticas de saúde da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Participação popular; Conselhos de Saúde; Políticas Públicas; Saúde da Mulher; Direito Internacional.

FORMS OF FEMALE PARTICIPATION IN THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR WOMEN'S HEALTH IN BRAZIL AND IN THE WORLD

ABSTRACT: Health is an internationally recognized human right in various treaties and in the Universal Declaration of Human Rights. In Brazil, health is a duty of the State and is organized in a system formed by a regionalized

and hierarchical network in which community participation is a requirement imposed by the Constitution and regulated by Law 8142/90. This participation occurs mainly through the health councils: permanent collegiate bodies that work in the formulation and control of the execution of health policies and are formed by health professionals, users, government agencies and service providers. Recently, the participation of women in councils has become a goal of the National Health Council, as they are the majority of the population and the main users of the health system, but women's health policies do not adequately meet important needs. In this exploratory study of literature review, we will carry out a theorization based on the analysis of qualitative data on how the participation of women in councils impacts the definition of women's health policies and the norms on the availability and accessibility of services and supplies, in particular, in relation to reproductive freedom, pregnancy termination, intimate and sexual health, contraceptive measures and combating gender violence and we will carry out a comparative study on how women in other countries organize themselves to participate in the definition of women's health policies.

KEYWORDS: Popular participation; Health Councils; Public policy; Women's Health; International right.

INTRODUÇÃO

A evolução do processo civilizatório que culminou na organização dos povos em nações organizadas em Estados Democráticos de Direito, instituídos por sistemas jurídicos hierarquizados nos quais as Constituições têm preponderância sobre qualquer outra norma legal, consuetudinária ou social trouxe consigo o reconhecimento de direitos imprescindíveis como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, entre outros.

Esses direitos humanos ao serem incluídos nos textos constitucionais recebem a maior proteção que é possível atribuir em um sistema jurídico sendo considerados direitos fundamentais e para serem efetivos na vida dos indivíduos, frequentemente torna-se necessário que sejam também impostos outros direitos que necessitam da mesma proteção, visto que a mitigação de um extingiria a efetividade de gozo do outro. Dessa maneira é absolutamente coerente que, sendo os direitos à vida e à dignidade direitos fundamentais, o direito à saúde também o seja, uma vez que uma vida sem saúde entra em um processo de deterioração que lhe furta a dignidade e, por fim se acaba.

Em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos afirma que toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e a assistência médica. O direito à saúde é, portanto, um dos mais essenciais direitos da humanidade. Em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, internalizado ao direito brasileiro pelo Decreto 591/92, dispõe que toda pessoa tem direito de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental e estipula quais são as medidas que os Estados partes do Pacto deverão adotar com a finalidade de assegurar o pleno exercício desse direito. Mais tarde, em 1999, o Protocolo de São Salvador, internalizado

ao direito brasileiro pelo Decreto 3.321, reafirma que toda pessoa tem direito à saúde, compreendendo-se como saúde o gozo do mais alto nível de bem-estar físico, mental e social e impõe aos Estados signatários as obrigações de adotar medidas para efetivar esse direito dentre as quais se destacam a extensão dos benefícios dos serviços de saúde a todas as pessoas sujeitas à jurisdição do Estado; a total imunização contra as principais doenças infecciosas; a prevenção e tratamento das doenças endêmicas, profissionais e de outra natureza; e a satisfação das necessidades de saúde dos grupos de mais alto risco e que, por sua situação de pobreza, sejam mais vulneráveis.

Inspirada por estas normas, a Assembleia Constituinte do Brasil, em 1988, também incluiu na Constituição Brasileira a previsão do direito à saúde, e nos artigos 6º e de 196 a 200 protege constitucionalmente este direito e afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas, bem como ser assegurado o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O artigo 198 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único que tem como uma das suas diretrizes a participação da comunidade.

Em 1990, são editadas as leis 8.080 e 8.142. A primeira reafirma que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício e prevê a participação da comunidade como um princípio a ser obedecido pelas ações e serviços públicos de saúde e também para os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde; e a segunda regulamenta a participação da comunidade na gestão do SUS através da imposição de que, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, haja as instâncias colegiadas das Conferências de Saúde e dos Conselhos de Saúde.

Os Conselhos de Saúde são, conforme as normas que os instituem e regem, órgãos colegiados deliberativos de caráter permanente, compostos por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

O Decreto 5.839/06 regulamenta a organização e as atribuições do CNS e elenca entre às competências do CNS as de estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços e propor critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais. Por sua vez, a Resolução nº 407, que institui o Regimento Interno do CNS, definindo como finalidade deste colegiado a atuação na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado. Esse documento, na sua Terceira Diretriz, estipula que a participação

da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde. No mesmo dispositivo normativo consta a previsão de que a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais no CNS terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade de acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade e, ainda, que serão contempladas, dentre outras, a representação de movimentos organizados de mulheres. Na Quinta Diretriz é afirmada a competência do Conselho para deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde.

Já a Resolução 507/19, que determina que seja garantida a inclusão de representações que buscam o enfrentamento de iniquidades em saúde, como as representações de mulheres, nos espaços dos conselhos. Essas competências são de especial relevância no âmbito deste estudo, pois aqui encontramos o fundamento legal para sustentar que a participação de mulheres nos Conselhos pode ser fundamental para a adequada definição das políticas e serviços de saúde.

Entretanto, em 2020, o CNS realizou um estudo sobre a participação de mulheres nos Conselhos de Saúde e constatou que no CNS há apenas 38% de mulheres e que nos Conselhos de Estaduais a participação de mulheres é de apenas, em média 45%, apesar de população feminina representar 51% do total da população brasileira.¹ O mesmo estudo demonstra que a composição dos conselhos só reflete a proporção real de mulheres em 12 estados. Tendo em vista estas disposições normativas e os dados apresentados, em seguida faremos uma análise sobre o processo de evolução das políticas de igualdade gênero interagem com a construção de políticas de saúde da mulher no Brasil e em outros países, em especial na América Latina.

POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO

A consolidação e a expansão de políticas de saúde para mulheres não é um processo isolado. A busca de igualdade em outras áreas age de maneira sinérgica para o reconhecimento de que as mulheres têm necessidades específicas e a ocupação de mulheres em espaços políticos e de construção de políticas públicas não é apenas uma questão de representação, mas de igualdade e de atenção à estas necessidades femininas. Assim é fundamental analisar o processo de participação de mulheres na construção de políticas de gênero em geral e como esse processo interage com as políticas de saúde da

¹ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Dia Internacional da Mulher: qual a representatividade delas no controle social na Saúde?, Brasília, 06 de Março de 2020. Disponível em : <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1052-dia-internacional-da-mulher-qual-a-representatividade-delas-no-controle-social-na-saude>> Acesso em: 21 out. 2020.

mulher.

Um destes importantes espaços é Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país, através da Lei 7.353/85. Há uma interação entre as políticas de saúde da mulher e as políticas públicas em geral. É possível observar que a participação feminina não é homogênea em espaços com atribuições distintas de modo que a ampliação da participação feminina em conselhos, conferências, audiências públicas, que são espaços em que há poder normativo, de controle e de alocação de recursos financeiros é um grande desafio ainda hoje. Conforme o estudo feito ²Martinez, e Garrido mostra a importância das mulheres em cargos, conselhos, participação para que possam fiscalizar as políticas de igualdade para a mulher, inclusive na área da saúde:

“Além disso, nesses setores onde a presença feminina é maior, há três áreas que respondem a pautas diferenciados de representação: um primeiro setor onde a representação das mulheres atinge suas maiores cotas, em equidade, gênero e comissões familiares, onde sua representação, quando presente, ultrapassa 75%. Em segundo lugar, áreas onde a presença feminina excede 40% dos representantes e se aproxima 50% da paridade, como comissões superiores, apoio a grupos vulneráveis e direitos humanos; por fim, áreas onde a representação feminina é significativa, superior a 25%, mas sem atingir 40% do grupo anterior: educação (31,6%), saúde (39,65%) cultura (29,5%). Não só as mulheres são excluídas da representação máxima nas comissões que chamamos de produção, mas sua presença é reduzida a níveis mínimos nas comissões que se dedicam a abordar as questões mais relevantes na agenda política: orçamento e finanças, economia, energia, obras públicas e transporte, agricultura, pesca e pecuária, indústria e comércio, defesa e segurança interna Etc. Nessas comissões, a representação masculina costuma ser superior a 80%: mais de 90% em áreas como orçamentos e finanças públicas, 86% em energia e mineração; mais de 85% em defesa, 82% em termos de transporte e obras públicas; quase 80% na agricultura, pesca ou pecuária etc. Dessa forma, há uma nova segregação de gênero na representação política dentro das câmaras legislativas, independentemente de o país ter introduzido ou não a legislação de cotas.”

Em 1980, ocorreu a II Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”, em Copenhague.³A partir deste evento a sociedade internacional começou a tomar consciência sobre a baixa participação dos homens nos processos de igualdade, e o enfretamento às desigualdades de gênero, escassez de mulheres nos postos de decisões, baixo investimento nos serviços sociais de apoio, entre outros fatores. Em 1985, ocorre a III Conferência Mundial que colocou novamente a saúde da mulher em suas prioridades:

“A III Conferência Mundial, 1985 – sobre a Mulher com tema central “Estratégias

2 MARTINEZ, María Antonia; social GARRIDO, Antonio. “Representación descriptiva y sustantiva: la doble brecha de género en América Latina”. Revista Mexicana de Sociología, v. 75, n. 3, 2013, p. 407-438.

3 ONU BRASIL MULHERES. Conferências Mundiais da Mulher. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/plane-ta5050-2030/conferencias/> Acessado em: 25 de Out de 2020.

Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, Nairóbi. No balanço do decênio chegou-se à constatação de que poucas metas tinham sido alcançadas, conduzindo a mais organização e pressão da sociedade civil. Houve cobrança de mais participação das mulheres na produção das riquezas das sociedades. Em razão disso, foram apontadas medidas de caráter jurídico, para alcançar a igualdade na participação social e na participação política e nos lugares de tomada de decisões. Dentre os compromissos, destacam-se: a igualdade no acesso à educação, oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres.”

Em 1995, é realizada a IV Conferência Mundial da Mulher⁴ que foi um marco determinante em muitos temas, e inclusive para a Saúde da mulher como uma questão de igualdade, dignidade diante da comunidade internacional: “1995 – IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, China. A Plataforma de Ação de Pequim afirma os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos.”

Esses eventos internacionais periódicos expandem, progressivamente, a consciência dos povos e dos governos nacionais, mas esse processo também não é uniforme em todas as regiões do planeta. Portanto, é interessante verificar também o contexto regional específico da América Latina.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AMÉRICA LATINA

A crescente participação feminina nos espaços públicos e privados e a ritmada globalização com o frenético desenvolvimento da tecnologia trouxe consigo a urgência da participação da mulher nos espaços decisórios de transformação social. Isso porque, ainda que haja progresso quanto a inclusão feminina como agente de consumo, e reconhecimento da mulher, é inevitável a constatação da precariedade das questões referentes ao bem estar da mulher quanto as políticas públicas pensadas para sua saúde.

O desenvolvimento da sociedade mundial ainda se encontra longe da existência de um Estado que tenha um olhar especializado e adequadamente capacitado quando se pensa em projetos de políticas públicas para atendimento das necessidades das mulheres e meninas, em especial na área da saúde, fator importante para a liberdade feminina.

Na obra *Desenvolvimento Como Liberdade*, o economista indiano idealizador do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e Prêmio Nobel de Economia, fundamenta a necessidade da participação social nas decisões dos governos como manifestação de liberdade enquanto requisito para o desenvolvimento econômico.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio

4 Ibidem

destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Em algumas democracias já é possível vislumbrar a grande relevância em termos de maiores chances de alcance de sucesso na implementação e adequação das políticas públicas quando pensadas pelas suas destinatárias com base nas suas reais necessidades.

A Organização das Nações Unidas, também aponta a importância da atuação das mulheres através dos movimentos feministas e da sociedade civil, na implementação das políticas públicas como se depreende:

“A sociedade civil é um dos setores mais importantes com que a ONU Mulheres trabalha. É uma fonte muito dinâmica de ideias e perspectivas normativas, parcerias e apoio.” (ONU Mujeres)

Há apenas 30 anos os países da América Latina operam ações afirmativas em prol dos direitos políticos das mulheres. As “cotas de gênero” foram gradativamente sendo incorporadas nas legislações. Essas ações são imprescindíveis para a participação das mulheres nas tomadas de decisões sobre políticas públicas que lhes dizem respeito.

A Argentina, em 1991, foi o primeiro Estado latino a garantir a quota de gênero através de lei. Através de debates com a sociedade sobre democracia paritária e as ferramentas para a igualdade de gênero garante a participação das mulheres nas políticas públicas que vem sendo continuamente trabalhadas para alcance da transversalidade da política de igualdade com participação cidadã e das diversas organizações sociais.

Proposta semelhante é reconhecida quando analisamos as políticas para igualdade implementadas pelo Governo do México. A presidente do Instituto Nacional da Mulher, Nadine Gasman Zylbermann, destaca que “a conquista dos direitos das mulheres não tem sido fácil, isto porque com a conquista de mais espaços de poder, a resistência à participação das mulheres na política se tornou visível.” Essa é somente mais uma das diversas barreiras a serem transpostas.

No Estado do México, o reconhecimento da violência política no quadro jurídico e institucional ocorreu no ano de 2020 e foi possível graças aos grupos de milhares de mulheres organizadas em busca de paridade, mostrando com clareza que o sucesso das políticas públicas a serem implementadas está intimamente e inegociavelmente relacionado a participação das interessadas devendo ainda envolver diversos atores, a sociedade civil, o legislativo, o judiciário, entre outros. É através do Ministério da Mulher, trabalhando em conjunto com a sociedade civil para dar efetividade ao Programa de Equidade de Gênero do Instituto Nacional da Mulher que o Governo do México visa apoiar o desenvolvimento de projetos para promoção da igualdade de gênero.

A República do Uruguai, por sua vez, adota a “Estratégia para a igualdade de gênero” como compromisso de Estado que servirá para orientar os planos específicos dos grupos

de trabalho do Conselho Nacional de Género, e ainda “pactuar os pilares substantivos para a transversalidade da política de igualdade com participação cidadã e das diversas organizações sociais.” Os compromissos e recomendações internacionais assumidos pelo Estado Uruguaio, assim como a agenda nacional do movimento de mulheres e feministas, são grandes desafios para a formulação e implementação de políticas públicas como meta a ser alcançadas como as principais prioridades identificadas pela sociedade civil para atingir até 2030, com realizações substanciais na busca da igualdade de género.

Duas das características mais marcantes do Ministério da Mulher da República Dominicana, um dos países referência no reconhecimento da indispensabilidade da participação feminina para as conquistas de direitos e implementação destes, são a interdisciplinaridade e intersectorialidade. Dentro dessa premissa, se dedicou durante a década de 1990 até meados dos anos 2000, ao trabalho de revisar as normas legais do sistema jurídico nacional sobre a condição e a situação da mulher dominicana, fazendo-o através de importantes contribuições ministerial com a revisão e melhoramento das leis e decretos emitidos que abrangem aspectos relacionados a prevenção e punição da violência contra as mulheres, a participação política, a educação, a condição e a situação das mulheres. mulheres rurais, saúde sexual e reprodutiva. A Diretoria de Coordenação Intersetorial do Ministério da Mulher da República Dominicana expõe com clareza em seu sítio (www.mujer.gob.do), constar no âmbito do seu objetivo geral “Promover a liderança social e política das mulheres para garantir sua presença nos espaços de decisão e contribuir para a construção de uma democracia paritária.” Mais um país que através de exemplos, reforça a imprescindibilidade da participação da mulher quando se trata de definição de políticas públicas para as mulheres.

AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER CONQUISTADAS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE E NO CNS

A Resolução 507 de 2016 do CNS é um importante exemplo de como a participação de mulheres nas Conferências de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde é fundamental para que as políticas de saúde da mulher se desenvolvam, pois, essa Resolução dá publicidade às moções aprovadas pelas Delegadas e Delegados na 15ª Conferência Nacional de Saúde, dentre as quais se destacam as propostas:

1.1.8 - Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, visando à redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento em situação de aborto, saúde das mulheres, jovens, lésbicas, negras, rurais, indígenas, com deficiência e patologias.

1.2.39 - Implantar equipamentos adaptados como macas reguláveis, balanças adaptadas e mesas de exames ginecológicos para mulheres com deficiências.

1.2.50 - Criar Casas de Apoio às Puérperas.

1.2.59 - Garantir RH, equipamentos, estrutura física e insumos para realização de pré-natal, parto e puerpério adequados, com formação e educação continuada de equipe multidisciplinar para tratamento humanizado e acolhimento das mulheres e suas famílias, conforme preconizado pela rede cegonha; reforma de Centro obstétrico e maternidades para adequação da ambiência para atendimento à mulher e sua família; construção de novos centros de parto normal pré-hospitalar, com aumento de número de vagas com formação de enfermeiros obstétricos e doulas.

1.2.60 - Ampliar e garantir recursos por parte da união e do estado para transformar o paradigma de cuidado à saúde sexual e reprodutiva da mulher, a partir do referencial da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e de seu direito ao corpo e à integridade corporal, com garantia de sua autonomia e respeito à sua identidade de gênero, orientação sexual, incluindo as mulheres privadas de liberdade, na lógica do projeto terapêutico singular, visando à redução da violência sexual e doméstica, das mortes evitáveis inclusive maternas, o planejamento reprodutivo, o atendimento em situação de aborto e ampliar os atendimentos à mulher vítima de violência sexual.

1.3.8 - Implantar Programa de Saúde da Mulher e Criança Indígena em parceria com as autoridades competentes que fazem a gestão da saúde indígena nos Estados.

1.3.40 - Implantar Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Criança Indígena em parceria com as autoridades competentes que fazem a gestão da saúde indígena nos Estados.

1.3.44 - Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, visando: eliminação da violência sexual, do trabalho e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento digno e humanizado em situação de aborto, saúde das mulheres jovens/ lésbicas/ negras/ mulheres do campo/ quilombolas/ indígenas/ com deficiências e patologias, ciganas, mulheres privadas de liberdade, em situação de rua e profissionais do sexo, mulheres trans, e inclusão da abordagem de gênero na formação dos profissionais de saúde. Incentivar a prática do parto normal a fim de reduzir o número de partos cesarianos.

2.5.9 - Garantir a inclusão nos espaços dos conselhos de saúde de representações que buscam o enfrentamento de iniquidades em saúdes, tais como mulher, idoso, população do campo floresta, juventude, juventude negra, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, LGBTT, população em situação de rua, ciganos pessoas com deficiência, Grupos rede nacional de pessoas – DST/HIV AIDS, assim como fortalecer a participação dos movimentos e organização indígenas, nos distritais de saúde indígena, e avançar na articulação desses com os demais conselhos de políticas setoriais.

Conforme podemos observar, as demandas são variadas em grau de complexidade, incluindo até mesmo questões simples, o que demonstra que as políticas de saúde da mulher são altamente dependente destes espaços de participação social para avançar, especialmente quando as questões incluem temas mais complexos como violência, raça,

etnia, sexualidade e diversidade sexual, direitos reprodutivos, etc.

CONCLUSÃO

Como verificamos, o direito à saúde é um requisito para a qualidade de vida e a felicidade dos indivíduos, motivos pelos quais é protegido nas normas mais relevantes tanto de direito internacional como de direito interno em muitos estados nacionais.

Entretanto, infelizmente esse direito tão importante, como muitos outros, não é desfrutado em igualdade por homens e mulheres, especialmente se analisadas questões relacionadas à raça, etnia, liberdade sexual, liberdade reprodutiva e é ainda menos efetivo para mulheres em vulnerabilidade econômica. Essa é uma das inúmeras violências de gênero institucionalizadas em nossas estruturas sociais e estatais.

Ainda, países e regiões diferentes adotam estratégias com efetividade maior ou menor na redução desta desigualdade, mas a organização feminina é uma realidade na maior parte das democracias mundiais visto que é apenas através da reivindicação e ocupação de espaços políticos que é possível mudar esse panorama.

Apesar das dificuldades e desafios, muito progresso já foi feito, mas ainda podemos aprender muito com as experiências de outras nações. No que diz respeito à saúde das mulheres no Brasil, ainda temos um grande caminho a percorrer para que as mulheres ocupem espaços políticos na mesma proporção que detêm demograficamente. Este é um processo lento, mas necessário para a garantia dos seus direitos mais fundamentais. Percebe-se, ainda, que é nos espaços propiciados pelas Conferências de Saúde, que só ocorrem de quatro em quatro anos, que surgem as principais demandas, inclusive a de maior representação feminina nos Conselhos de Saúde, que são órgãos permanentes e com maior poder e autonomia para definir políticas de saúde da mulher e inclusive têm poder fiscalizador e algum controle sobre os recursos financeiros da área da saúde, o que demonstra que as mulheres ainda encontram dificuldade em ocupar espaços com maior poder permanentemente.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministerio de las mujeres, Generos Y Diversidad. Disponível em < <https://www.argentina.gob.ar/generos>>. Acesso em: 20 de out.2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.839, de 11 de julho de 2006.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.321, de 30 de dezembro de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3321.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019. >. Acesso em: 16 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Dia Internacional da Mulher: qual a representatividade delas no controle social na Saúde?**, Brasília, 06 de Março de 2020. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1052-dia-internacional-da-mulher-qual-a-representatividade-delas-no-controle-social-na-saude>> Acesso em: 21 out. 2020.

MÉXICO. Instituto Nacional da Mulher. Disponível em: < <https://www.gob.mx/inmujeres/es/articulos/america-latina-y-los-retos-para-alcanzar-paridad-en-todo?idiom=es> > Acesso em 18 out. 2020.

MARTINEZ, María Antonia; social GARRIDO, Antonio. “**Representación descriptiva y sustantiva: la doble brecha de género en América Latina**”. Revista Mexicana de Sociología, v. 75, n. 3, 2013, p. 407-43 8.

ONU. **The Universal Declaration of Human Rights.** 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>>. Acesso em: 16 de abr. 2019

ONU BRASIL MULHERES. Conferências Mundiais da Mulher. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> Acessado em: 25 de Out de 2020.

ONU MUJERES AMERICA LATINA E CARIBE. Parceria. Sociedade Civil. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/parteneriado/sociedad-civil> > Acesso em 18 out.2020.

REPÚBLICA DOMINICANA. Ministério da Mulher. Disponível em: < <https://mujer.gob.do> > Acesso em 05 out.2020.

REPÚBLICA DOMINICANA. Ministério da Mulher. Departamento de Políticas Públicas. Disponível em: <<https://mujer.gob.do/index.php/departamentos/unidades-sustantivas/item/303-direccion-coordinacion-intersectorial>> Acesso em 05 out.2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

URUGUAY. **Estratégia Nacional para a Igualdade de Género.** Disponível em: < <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/node/1941>> Acesso em 05 out. 2020.

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERFACE COM A RELAÇÃO DE GÊNERO E A GERAÇÃO

Data de aceite: 01/12/2021

Sandra Natalie Silva

João Diógenes Ferreira dos Santos

RESUMO: Este artigo tem a pretensão de analisar os processos de violência doméstica e suas características dentro do contexto familiar, apresentado conceitos de diversos autores com interpretações diversas. Escolhemos uma abordagem com ênfase nas categorias sociais, tais como: poder, obediência, violência, gênero e geração, sob uma perspectiva interdisciplinar, possibilitando a construção de uma visão ampliada e complexa sobre o fenômeno. Utilizamos como fonte de pesquisa os casos de crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica, em especial a violência sexual, atendidas pelo Conselho Tutelar e CREAS, Vara da Infância, Promotoria e Delegacia da Mulher da Cidade de Vitória da Conquista-BA, a partir das narrativas dos agentes públicos desses órgãos e os dados fornecidos pelos mesmos, no sentido de quantificar os índices de violência sexual e qualificar os aspectos referentes ao abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como identificando políticas públicas implantadas em Vitória da Conquista-BA. Com base no diálogo teórico com os dados empíricos da pesquisa, concluímos que a violência, tecida no ambiente familiar, principalmente, o abuso sexual que atinge crianças e adolescentes, tem como alicerce a desigualdade de gênero, a diferença geracional, questões sociais e econômicas e falta de eficiência e eficácia das políticas públicas de combate dessa manifestação da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica – Abuso Sexual – Criança e Adolescente.

DOMESTIC VIOLENCE AND THE INTERFACE WITH THE GENDER RELATIONSHIP AND THE GENERATION

ABSTRACT: This article intends to analyze the domestic violence processes and their characteristics within the family context, presenting concepts from different authors with different interpretations. We chose an approach with an emphasis on social categories, such as: power, obedience, violence, gender and generation, from an interdisciplinary perspective, enabling the construction of an expanded and complex view of the phenomenon. We used as a research source the cases of children victims of violence, attended by the Guardianship Council and CREAS, Child Court, Prosecutor's Office and Women's Police Station in the city of Vitória da Conquista-BA. Taking into account the data provided by the referred bodies, in order to quantify the sexual violence indexes and to qualify the aspects referring to the sexual abuse of children and adolescents, as well as identifying public policies implemented in

the city.

KEYWORDS: Domestic violence - Sexual abuse - Child and Adolescent.

INTRODUÇÃO

Na tentativa de compreender sobre os temas violência, especialmente da violência doméstica com enfoque na violência sexual, buscando uma visão geral do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de forma intra e extrafamiliar.

Autores conferem ao tema violência sentidos diversos: violência como fato social, violência como conflito e violência como relações sociais. A violência, por vezes, é tratada como uma forma de reação instintiva, derivada de comportamentos herdados que um dia serviram à preservação da espécie. Teríamos, assim, de nos conformar em delegar à evolução a tarefa de depurar o instinto de suas formas mal adaptativas.

Outros estudos destacam os efeitos da violência sobre o processo civilizatório e sustentam que alguma forma de controle social, externo ao indivíduo, é necessária para que ela seja mantida sob controle.¹ Os reflexos dessa linha de análise no plano intersubjetivo levam a interpretar a violência como uma força que se opõe à espontaneidade, à naturalidade, à responsabilidade jurídica e à liberdade moral², constituindo-se, assim, em forma de controle, uma vez que, por seu intermédio, uma pessoa submete à outra, seja pela força física, seja por “constrangimento psicológico”, numa demonstração de poder³. Como denominador comum, a violência é identificada a uma não humanidade⁴.

CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Nos anos de 80 a 90, conceituou-se a violência como uma representação marcada pela perda de legitimidade⁵. Supõe-se que toda ação possível de ser designada como violenta é pura força destruidora. A violência não busca, não diz, não propõe. Ela é vandalismo. É preciso banir seu texto, e fazer calar seu discurso, que supostamente nada tem a anunciar⁶.

Considerando os argumentos acima, seria possível trabalhar sobre a hipótese de que a violência pode constituir-se afinal não como um mero ato destrutivo, mas, ao contrário, como um ato de produção de sentido. Ela equivaleria a um discurso por intermédio do

1 Uma ilustração desse ponto de vista pode ser encontrada em Thornhill et al (1992), que entendem o estupro como um comportamento evolutivo facultativo (...) usado por homens com menor habilidade em competir pelos recursos e/ou pelo status que é importante para atrair parceiras e reproduzir. No Brasil, Flores e Caminha (1994) sustentam a mesma opinião: para eles o estupro pode ser um recurso adaptativo usado por machos com precárias habilidades de competição (*apud* Amazarray, 1998).

2 GUERRA, Viviane de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.

3 GUERRA, Viviane de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.

4 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

5 WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, 9, n. 1, maio 1997, p. 5-41.

6 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

qual, e malgrado a validade dos meios que usa⁷, produz ou ao menos visa produzir uma transformação sobre o meio em que se inscreve, ou mesmo a recuperação da continuidade rompida nas sociedades complexas⁸.

Faleiros⁹ afirma que a violência contra a infância se “inscreve no arcabouço cultural e institucional da sociedade” e se define como relação de poder que se constitui socialmente, reafirma o sentido de dominação do pai/padrasto, daquele que possui o poder em face da submissão da criança. Esta prática de autoritarismo e impunidade encontra-se enraizada na sociedade brasileira, na dinâmica mesma das relações entre dominantes e dominados.

Abromovay¹⁰ sublinha que a violência é um fenômeno multifacetado que atinge as integridades físicas, psíquicas, emocionais e simbólicas dos indivíduos ou grupos, nas diversas esferas sociais, tanto no espaço público como no privado. Nesta perspectiva, alguns acontecimentos socialmente aceitos como “naturais” passaram a ser nomeados como violência, tais como: agressões físicas e psicológicas contra mulheres e crianças, e a violência simbólica contra grupos, ou categorias étnico-raciais.

Recorreremos ao conceito de violência em Hannah Arendt (1994) e Marilena Chauí (1999), pretendendo construir um caminho para compreendermos a violência doméstica.

O Conceito de Violência em Hannah Arendt Em Sobre a Violência, Arendt¹¹ distingue cinco palavras que, muitas vezes, costumamos usar como sinônimas: “poder, vigor, força, autoridade” e violência. Poder, diz ela, corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido¹². O “vigor, enquanto entidade individual é definido como a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas¹³. Já força, termo destacado pela autora como o sinônimo de violência mais utilizado no discurso cotidiano, deveria ser reservado, na linguagem terminológica, às forças da natureza ou à força das circunstâncias, isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais¹⁴. A autoridade pode ser investida em pessoas ou postos hierárquicos, e sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. Finalmente, a violência distingue-se de todos os demais termos pelo seu caráter instrumental, estando “próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e

7 Quando submete a violência à análise segundo os critérios de meios e fins, Benjamin (1990. p.139) termina por sugerir que a crítica da violência é a filosofia de sua história, porque somente a ideia do seu final permite um enfoque crítico, diferenciador e decisivo de suas datas temporais.

8 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

9 FALEIROS, E. T. S. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000, p 7.

10 ABRAMOVAY, M. & RUA, M. G. *O que é um grupo focal*. Mimeo, 2000.

11 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

12 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.36.

13 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p 37.

14 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.37.

usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo”¹⁵.

PODER E VIOLÊNCIA

Refletindo sobre a relação entre poder e violência, concluímos que, para Arendt, não é a violência que gera o poder, pelo contrário, ela aparece quando o poder está ameaçado: “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente”¹⁶. Distinguindo “poder” de “violência”, a filósofa alemã diz: “uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é a de que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (p. 35)¹⁷. Ela ainda complementa: “A forma extrema do poder é o Todos contra Um, a forma extrema de violência é o Um contra Todos”¹⁸.

Chauí apresenta pontos que tornam oculta a violência.

Dessa forma, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosas, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e, por isso, a violência aparece como um fato esporádico superável¹⁹.

Nesse contexto, e para que se entenda a dimensão da violência doméstica, queremos ressaltar a definição de violência como: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito²⁰.

Acatando essa definição dada por Chauí, amplia-se o entendimento sobre a violência e a magnitude desse fenômeno em nossa sociedade, mas, de forma genérica, a violência é entendida como aquilo que “se constitui na intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo”²¹, com o agravante de que se “pressupõe, em tese, que a intervenção seja voluntária ou intencional por parte do agente que a exerce, apesar da emotividade que pode acompanhá-la”. Sabemos, porém, que o Direito prescreve outras modalidades de violência; muitas, contudo, não têm sequer padrões sob os quais os

15 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.37.

16 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.44.

17 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 (ARENDT, p.35)

18 ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 (ARENDT, P.35)

19 CHAUI, M. Uma Ideologia Perversa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3, 1999

20 CHAUI, M. Uma Ideologia Perversa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3, 1999

21 ALVES, A. C. A Violência Oculta na Violência Visível: a Erosão da Lei numa Ordem Injusta. In Pinheiro, P. S. (org.). *São Paulo sem Medo: um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p.247.

exames postos à disposição pela ciência possam constituir provas, como, por exemplo, a violência psicológica.

Refletindo sobre as ponderações de Chauí acerca da violência para um entendimento da violência doméstica, inferimos que na violência sexual, encontramos todos os atributos de violência elencados pela autora, tais como: o uso da força para ir contra a natureza de alguém, o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém, o ato de violar a natureza de alguém, bem como o ato de transgredir contra o outro.

Para Ferrari²², a violência é todo ato que implica uma coisificação das relações, em que o outro é considerado um objeto e não um sujeito. Essa pessoa é submetida pela força e pela coerção, Baierl²³ atribui a violência como um fenômeno que sempre existiu na história do homem, em todos os tempos e espaços, assumindo formas e manifestações diferenciadas. Porém, se analisarmos cada situação em especial teremos um enfoque muito diversificado acerca da violência, conforme a sociedade e a época.

Observamos que nos conceitos sobre violência apresentados pelos autores Mannheim, Guerra, Minayo, Ferrari, Chauí, Arendt e outros citados, o conceito de violência é complexo, possuindo vários significados, mas com um ponto comum de entender esse fenômeno como violação da condição humana e a destituição da pessoa como sujeito de direitos.

A violência tem muitas caras, algumas disfarçadas de tradição, outras de moralidade, outras sem disfarce algum, mas sempre carregadas de poder que lhes permitam violentar em alguma extensão²⁴.

A violência tem interface com a relação de gênero, que se constituem, socialmente, desigual. Essa relação está associada aos marcadores sociais, como classe, étnico-racial, orientação sexual, região, religião, geracional, entre outros marcadores. Dentre as várias possibilidades de enquadramento do gênero, uma das que aparece com grande força e centralidade é a violência de gênero. O fenômeno da violência de gênero, especialmente a violência doméstica, não conhece, segundo Saffioti²⁵, fronteiras de nenhum tipo, nem de classe, nem de nível de industrialização de uma região ou país, nem do tipo de cultura ou grupo étnico-racial. De acordo com esta autora, é o mais democrático de todos os fenômenos sociais²⁶.

Nesta chave interpretativa, a violência doméstica é expressão das relações desiguais de gênero que atinge mulheres, crianças, adolescentes e demais moradores do espaço doméstico, que é a manifestação das relações de dominação masculina, padrão

22 FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5), 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef, p.11-5, 2004.

23 BAIERL, L. *Medo Social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo, Cortez, 2004.

24 STREY, Marlene Neves et al (Org.). *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2000.

25 SAFFIOTI, H.I.B. No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem Mandou Nascer Mulher?*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos. 1997, pp. 134-211

26 SAFFIOTI, H.I.B., ALMEIDA, S.S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995

hegemônico em vigor. Como explica Saffioti, ela é ampla, pois abrange pessoas que vivem no mesmo domicílio, mas que nem sempre estão vinculadas por laços de parentesco. Abrange a mulher, os filhos, as filhas, a empregada e outras pessoas, moradoras do domicílio, parentes ou não, que convivem com a família. Por outro lado, não se restringe às quatro paredes de uma casa, pode ocorrer em outros espaços, como na rua, nos bares e até mesmo em frente ao local de trabalho da vítima. O lar é apenas um dos lugares de sua manifestação. Entretanto, a agressão perpetrada no seio da família é quase invisível, pois ocorre no espaço das relações afetivas, entre pessoas que integram ou integravam a mesma unidade de convivência²⁷.

Discorreremos acerca da violência doméstica de forma breve para entendermos os diversos tipos de violência, dentre eles, o abuso sexual.

Com base nos autores Guerra²⁸ e Assis²⁹, a violência doméstica impera na humanidade desde sempre. Como exemplos, transcrevemos duas afirmações dos autores acima: O fenômeno das relações violentas entre pais e filhos talvez tenha estado presente desde os primórdios da raça humana³⁰; e a violência sobre crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde ao mais antigo registro³¹. Afirmações desse tipo são recorrentes em trabalhos sobre o tema da violência contra a criança. Elas se tornaram uma referência quase obrigatória, uma invocação do testemunho da história para desqualificar o discurso que ainda possa insistir em negar que a criança é um alvo privilegiado da violência, mesmo na família³².

Belsky³³ atribui a Bronfenbrenner³⁴ a grande alteração que se produziu, então, nos modelos que analisam a violência contra a criança. O abuso é hoje amplamente reconhecido como produto de múltiplas determinações, efeito de forças que atuam em conexão no indivíduo, na família, na comunidade e na cultura. Segundo a postulação de Bronfenbrenner, o que determina se o abuso vai ocorrer é o balanço entre fatores de stress (ou potencializadores ou de risco) e suporte (ou compensatórios, ou protetivos). Em outras palavras, tudo indica que a violência nunca pode ser atribuída a uma única causa, e, além disso, não há causas que possam ser definidas como condições necessárias ou suficientes para que o ato violento ocorra. Já se sabia que alguns traços da personalidade dos pais (depressão e ansiedade) precipitavam a violência, e que algumas características das crianças (temperamento difícil, retardo mental e hiperatividade) tornavam-nas vítimas

27 SAFFIOTI, H.I.B. No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem Mandou Nascer Mulher?*. São Paulo: Editora Rosa dos tempos. 1997. pp. 134-211

28 GUERRA, Viviane de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.

29 ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 126-134, 1994.

30 GUERRA, Viviane de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985, p13.

31 ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 126-134, 1994.

32 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

33 BELSKY, J. Child. Maltratante: na ecological Integration. *American Psychologist*, v. n.4 abr.1980, p. 320-325.

34 BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. São Paulo: Artmed, 1996, p.9.

preferenciais do abuso, da violência doméstica³⁵.

Como afirmamos anteriormente, a violência doméstica está presente em todas as classes sociais e resulta de um conflito previsto nas relações de gênero, ou de gerações. Decorre de uma forma de lidar com as desigualdades, na qual as diferenças são transformadas na relação entre superiores e inferiores e/ou onde o mais fraco é tratado enquanto “coisa”³⁶.

Analisando a violência doméstica, não podemos deixar de explicitar a ineficiência da justiça e das políticas públicas ofertadas às vítimas de tais abusos, por serem fatores que contribuem demasiadamente para a banalização da violência sexual na família e a sua consequente descriminalização.

Necessário faz, uma abordagem significativa e de forma resumida acerca da família, para uma compreensão das discussões sobre a violência sexual intrafamiliar.

A família, ideologicamente, constitui-se como espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos, das filhas e demais membros, independentemente do arranjo familiar. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais³⁷.

A situação das famílias é caracterizada por problemas sociais de naturezas diversas, tais como atentados frequentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros³⁸.

Podemos analisar que na família existe uma relação que se estabelece entre pais e filhos, que geralmente é pautada em hierarquia. As crianças e adolescentes na família se veem codificados por deveres, os quais, independentes da sua vontade, são impostos por uma linguagem de poder. Como se encontram em posição diferenciada com o adulto, a criança tem, muitas vezes, seus anseios e desejos castrados. Em face desse poder do pai sobre o filho, a filha é que se inicia, muitas vezes, o processo de abuso e dentre eles o abuso sexual.

Considerando os aspectos ensejadores da violência e ao refletir sobre a violência sexual ocorrida contra crianças e adolescentes dentro da família, observamos que, em muitos casos, ou na maioria deles, há uma cumplicidade da mãe ou da companheira em

35 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

36 AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (orgs). *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*, São Paulo: Iglu, 1989.

37 FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5), 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef, 2004, p.11-5.

38 FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5), 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef, 2004, p.11-5.

relação ao homem, incorreria em dizer que tal comportamento decorre da dependência econômica, social e afetiva ou do medo em acontecer a ruptura do relacionamento, tendo como punição a ruptura do lar, a exposição da família, a perda do enlace afetivo, ou todos os contextos.

De acordo com a afirmação da psicóloga do CREAS, uma vertente que não pode passar despercebido é a cumplicidade disfarçada em inveja, traição, ciúmes e culpa. Inveja e traição pela mãe por sentir trocada e traída pela filha, culpa por não possuir coragem de tomar atitudes em face da violência, reforçando o fracasso do papel materno. Em contrapartida, visualiza o silêncio da vítima em sentir culpa por trair a mãe/companheira e, ao mesmo tempo, raiva por não ser protegida. Há uma vitimização de todos os lados. (psicóloga do CREAS)³⁹

Analisando as desigualdades na família, como também as relações de cumplicidade dos membros familiares no sentido de ocultar o abuso sexual, há outro lado da violência sexual que está incutida na relação de poder, que subsiste nas relações familiares. Trata-se do jogo de sedução que o agressor pai/padrasto, mãe/madrasta, muitas vezes, realiza antes de manter qualquer tipo de relação sexual com filhos/enteados. Tal relação envolve sensualidade, desejo, troca de favores, e resultam desta relação sentimentos prazerosos à vítima, que, em muitos casos, posiciona o agressor como parceiro sexual. Não vislumbra as vítimas, nestes casos, que há uma relação de poder e agressão⁴⁰.

Analisando as desigualdades na família, bem como a relação de poder subsistente que muitas vezes resultam em violência, podemos somatizar a este contexto a memória individual e coletiva (presente na história de vida do pai ou mãe violentos). Uma intensificação da conduta destrutiva, quando predomina o ódio, o ressentimento, o abuso e a transgressão, é o mundo da tragédia relacional⁴¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e as várias faces da violência intrafamiliar, com conceitos intrínsecos incutido num arcabouço cultural, concluímos que a sociedade ainda precisa evidenciar tal violência e criar estratégias para coibir os agressores, apenas a lei escrita, sem aplicabilidade não resolve o caos dessa invasão corporal e psicológica. Crianças e adolescentes estão sendo tolhidos em sua vivência, sendo obrigados a experimentarem a violação do seu corpo em desenvolvimento. Lidar com essa violação implica estarem inseridos em contexto social alicerçado pela desigualdade de gênero, a diferença geracional e o poder do adulto.

39 Entrevista realizada no CREAS de Vitória da Conquista em 18 de março de 2015.

40 Importante reconsiderar a responsabilidade dos agentes causadores de tais abusos, motivos estes diversos, como exemplo, terem sido violentadas, é uma possibilidade. Os que praticam tais condutas demonstram que são pessoas com dificuldades na área sexual e se perdem na prática da violência. Não raro, porém, influenciadas pelo meio, podem voltar a errar. Entrevista realizada com psicóloga do Conselho Tutelar Vitória da Conquista.

41 VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUS-TIAN, S. M. (Org). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1998. p.47-59.

O discurso e a prática das instituições governamentais ainda não conseguem superar as expectativas depositadas quanto à eficácia de seus trabalhos, pois os investimentos ainda são muito tímidos e a própria estrutura carece de profissionais capacitados para lidar com as situações diversas que ocorrem com as vítimas expostas a este tipo de violência.

Em análise, concluímos que a violência tecida no ambiente familiar é caracterizada por diversos problemas sociais, tais como desigualdade de gênero, adultocentrismo, silêncio, em alguns casos, a cumplicidade de outros membros adultos da família, ineficácia e ineficiência das políticas públicas de combate à violência, aviltamento aos direitos das crianças e dos adolescentes, que ocorre pelas políticas econômicas implementadas nos últimos anos.

Nesse sentido, destacamos a importância da rede de enfrentamento a violência, em especial os Centros de Atendimento Especializados em Vítimas de Violência, importantes políticas públicas que integrem estas redes de atenção. Esses serviços abrem a possibilidade de elaboração que reduziria a repetição de eventos violentos, reorganizando a vivência da estrutura familiar. É fundamental trabalhar com a gravidade do quadro apresentado e suas marcas, que ficam para resto da vida, única possibilidade de ressignificar essa experiência dolorosa e desamparadora que é a situação da violência doméstica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. & RUA, M. G. O que é um grupo focal. Mimeo, 2000.

ABRAMOVAY, M. Enfrentando a violência nas escolas: um informe do Brasil. In: FILMUS, D. et al. Violência na escola: América Latina e Caribe. Brasília: UNESCO, 2003.

ALVES, A. C. A Violência Oculta na Violência Visível: a Erosão da Lei numa Ordem Injusta. In Pinheiro, P. S. (org.). São Paulo sem Medo: um Diagnóstico da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

AMAZARRAY, M. R., & KOLLER, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 559-578.

AMAZARRAY, M. R. & KOLLER S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre. 11(3), pp. 559-578.

ARENDDT, H. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 126-134, 1994.

AZEVEDO, M. A. (superv.). Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes: a ponta do iceberg: dados de incidência e prevalência. Universidade de São Paulo (Usp)/ Instituto de Psicologia (Ip)/ Departamento de Psicologia da Aprendizagem/ Do Desenvolvimento e da Personalidade (Psa).

(S/d). 2003.

AZEVEDO, M. A. (coord.). Pesquisa qualitativa e violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA): por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes. Universidade de São Paulo (Usp)/ Instituto de Psicologia (Ip)/ Departamento de Psicologia da Aprendizagem/ Do Desenvolvimento e da Personalidade (Psa). 2004.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. Infância e violência doméstica - Módulos 1-8 A/B. São Paulo: Telelaci, 2003.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (orgs). Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder, São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V. N. A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez editora, 1997.

BAIERL, L. Medo Social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo, Cortez, 2004.

BELSKY, J. Child Maltratante: na ecological Integration. American Psychologist, v, n.4, p. 320-325, apr.1980.

BERGER, P. 1985. O dossel sagrado. São Paulo, Paulinas, p. 15-41

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. São Paulo: Artmed, 1996.

CHAUÍ, M. Uma Ideologia Perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3, 1999, 14 de março.

FALEIROS, E. T. S. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000.

FERRARI, D. C. A., & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) Família brasileira, a base de tudo (p.11-5), 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef, p.11-5, 2004.

Friedrick Hacker.; Agresión, Published by Grijalbo, España (1973),ISBN 10: 8425302714 ISBN 13: 9788425302718

GUERRA, Viviane de Azevedo. Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SAFFIOTI, H.I.B. (1997). No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. Em F.R. Madeira (Org.), Quem Mandou Nascer Mulher? (pp. 134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.

SAFFIOTI, H.I.B. (1995) Circuito Fechado: Abuso Sexual Incestuoso, In: *Mulheres Vigiadas e Castigadas*. São Paulo: CLADEM-Brasil, 1995. p.271-353.

SAFFIOTI, H.I.B., ALMEIDA, S.S. de. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995

STREY, Marlene Neves et al (Org.). Construções e perspectivas em gênero. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2000.

WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9, n. 1, maio 1997, p. 5-41.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1998. p.47-59.

CAPÍTULO 6

‘REPRESENTAÇÕES NEGRAS IMPORTAM’: BONECAS DE MODA E AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 07/11/2021

Janaíne dos Santos Rolim

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/2834368497122609>

RESUMO: Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado que considera as imbricações entre criança, universo adulto e empoderamento. Sua análise é centrada nas metafunções representacionais e composicionais da GDV de Kress e van Leeuwen (1996 [2006]), e no Sistema de Transitividade que se encontra dentro da metafunção ideacional da LSF de Halliday (1978; 1985). A embalagem de uma boneca Barbie negra foi analisada, através de uma abordagem qualitativa-interpretivista, a fim de verificar as questões étnicas representadas nas bonecas de moda na última década. Os resultados revelaram uma representação empoderada de uma mulher negra por meio da Barbie, ao lado da incorporação de propriedades cinéticas mais flexíveis no design desta boneca.

PALAVRAS-CHAVE: Representações negras. Mulheres. Bonecas da moda. Empoderamento feminino. Semiótica.

‘BLACK REPRESENTATIONS MATTER’: FASHION DOLLS AND THE REPRESENTATIONS OF BLACK WOMEN

ABSTRACT: This article is the result of a master's thesis degree which considers the imbrications between children, adult's universe and empowerment. Its analysis is centered on the representational and compositional metafunctions of the GVD of Kress and van Leeuwen (1996 [2006]), and on the System of Transitivity which is within the ideational metafunction of Halliday's SFL (1978; 1985). The packaging of a black Barbie doll was analysed through a qualitative interpretivist approach in order to check the ethnical issues represented in fashion dolls over the last decade. The results revealed an empowered representation of a black woman through Barbie, alongside with the incorporation of more flexible kinetic properties in the design of this doll.

KEYWORDS: Black representations. Women. Fashion dolls. Female empowerment. Semiotics.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo consiste no recorte de uma pesquisa¹ de maior extensão desenvolvida por intermédio do Grupo de Pesquisa em Semiótica visual e Multimodalidade (GPSM/CNPq) da Universidade Federal da Paraíba (doravante UFPB), que tem seus estudos voltados para textos dirigidos ao público infantil.

¹ Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre no dia 20 de julho de 2020, com título “Female empowerment: a multimodal analysis of representations of women in images of barbie dolls' packages” e sob orientação da Prof^a. Dr^a. Danielle Barbosa Lins de Almeida.

Buscamos analisar, nesta pesquisa, a representação da mulher negra na Barbie, a boneca mais popular do mundo segundo sua criadora, Ruth Handler, em entrevista concedida ao programa *Eye to Eye* em 1994, cuja produção se deu início em 1959, após a Revolução Industrial nos Estados Unidos. A Barbie, como boneca, representa “atores sociais por meio de seu design, movimento, esquemas de cores, entre outras coisas, [sendo] sempre condicionada pelos contextos sociais e ideológicos do tempo de produção” (CALDAS-COULTHARD; VAN LEEUWEN, 2002, p. 91); além de ser, também, considerada um “microcosmo do mundo adulto” (ibid., p. 93), uma vez que retrata personagens que fazem parte de uma sociedade imersa em um mundo adulto, embora pertencentes ao mundo infantil.

Por serem ícones da cultura americana, as bonecas Barbie apresentam algumas características relacionadas ao modo como os americanos veem as mulheres e que reforçam um estereótipo sexual e racial na materialidade das bonecas para meninas. Caldas-Coulthard & van Leeuwen (2002) destacam estereótipos concernentes à Barbie como: alta estatura e magreza no padrão de modelo, cor da pele branca, cabelos loiros e olhos azuis. Não é em vão que estudos anteriores já contemplavam questões étnicas raciais relacionadas às representações de bonecas de moda, como os estudos de Almeida (2006), por exemplo, os quais revelam uma representação em segundo plano da mulher negra em relação à branca.

Atentando-nos a estas considerações, objetivamos, então, neste recorte, a examinar os elementos semióticos visuais e verbais codificados dentro e fora da embalagem da boneca Barbie® Ava DuVernay 2015, por esta ser a única representação de uma mulher negra na Barbie encontrada no nosso *corpus*² de pesquisa, de modo a compreender se a sua representação, como uma mulher negra, a faz uma mulher empoderada ou não, tendo em vista os quatro (04) níveis de empoderamento estabelecidos por Charlier & Caubergs (2007), os quais se dividem em quatro níveis de poder, são eles: *poder sobre*; *poder para*; *poder com*; e *poder dentro*.

Acreditamos que o fato de procurarmos saber se há empoderamento, ou não, nesta mulher negra, representada pela Barbie, contribuirá para que pesquisadores – como também pais e, conseqüentemente, suas crianças – sejam alcançadas por uma criticidade na compra destes produtos, o que poderá influenciar positivamente para a forma com a qual as mulheres são representadas em brinquedos nas próximas gerações.

Quanto à contribuição teórica, baseamos este estudo no conceito do discurso multimodal (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996 [2006]) desenvolvido no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978; 1985) para fins de análise visual e verbal. Sendo, portanto, relevante, uma vez que o empoderamento das mulheres não tem sido tradicionalmente tratado por acadêmicos. Quando se trata de pesquisas que dizem respeito ao contexto do empoderamento feminino, as discussões são permeadas com mais vigor

² Verificar a seção metodológica desta pesquisa.

fora da análise linguística.

Isto posto, explanamos, a seguir, os conceitos da Gramática do Design Visual de Kress e van Leeuwen (1996 [2006]) e na Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1985).

2 | A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL (GDV) E A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL (LSF) COMO FERRAMENTAS PARA ANÁLISE SEMIÓTICA

2.1 A gramática do design visual (GDV)

A Gramática do Design Visual (doravante GDV) foi desenvolvida por Kress e van Leeuwen (1996 [2006]) com o objetivo de ler e compreender o texto em todas as suas formas, sobretudo no que diz respeito aos seus elementos visuais.

Baseada nas metafunções da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1978; 1985), a Gramática do Design Visual (GDV) visa analisar imagens e seus modos semióticos a fim de considerar o significado relacionado ao seu contexto e sua estrutura sintática. Kress e Van Leeuwen (apud FERNANDES; ALMEIDA, 2008) voltam seu olhar crítico e reflexivo para o fato de que os dois modos não estabelecem a mesma função. Isso significa que ambos têm sua função comunicativa no texto, estabelecendo interação para produzir efeito significativo, concomitantemente.

Assim, a metafunção *representacional*, é responsável pelas “experiências de mundo” dos participantes representados na imagem (FERNANDES; ALMEIDA, 2008), que podem ser pessoas, animais, objetos, brinquedos, lugares etc. Os significados *representacionais* são subdivididos nos processos *narrativos* e *conceituais*. Os processos *narrativos* em uma estrutura visual ocorrem sempre que há presença de vetores, que indicam uma ação envolvendo dois “participantes representados” (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996 [2006], p. 47), de um *Ator* em direção a uma *Meta*. Os vetores podem surgir de qualquer objeto ou pessoa representada na imagem, bem como de partes do corpo. Onde há a presença de um ou mais participantes representados e o objetivo em uma imagem, Kress e van Leeuwen (ibid.) a consideram uma *estrutura transacional*.

Além de uma ação, uma imagem também pode apresentar um processo de *reação*, que está relacionado à direção do olhar dos participantes representados. O participante, então, é denominado *Reator* e o objeto de seu olhar é o *Fenômeno*. O processo de *reação* também pode ocorrer por meio de *estruturas transacionais*, com fenômeno visível, e por meio de *estruturas não transacionais*, sem fenômeno visível.

Quanto aos processos *verbais*, eles podem ser identificados por um *balão de diálogo* que conecta dois participantes, o *Dizente* e um *Enunciado*. O *Dizente* é o participante animado, enquanto a fala é representada pelo *Enunciado*.

Os processos *mentais* são caracterizados por um *balão de pensamento* que conecta dois participantes, o *Experienciador* e o *Fenômeno*. O *Experienciador* é o participante no qual a *bolha de pensamento* emerge (KRESS & VAN LEEUWEN, 1996 [2006], p. 75).

Em relação aos processos *conceituais*, eles ocorrem quando não há presença de vetores devido à ausência de participantes realizando uma ação; em vez disso, eles são representados de maneira estática e atemporal. Essas representações são divididas em tipos *classificacionais*, *analíticos* e *simbólicos*. Nos processos *conceituais classificacionais*, os participantes são representados como pertencentes ao mesmo grupo, à mesma categoria, com características comuns a todos.

Quanto ao processo *conceitual analítico*, os participantes se relacionam por meio de uma estrutura de *parte e todo*. São dois os participantes identificados neste processo: i) o *portador*, representado como um *todo* e ii) os *atributos possessivos*, representados como as *partes*.

No que diz respeito aos processos *conceituais simbólicos*, os participantes são “representados em termos do que significam ou são” (FERNANDES; ALMEIDA, 2008, p. 17) e se subdividem em: *atributivo* e *sugestivo*. O processo *atributivo* considera a relação entre o *portador* e o *atributivo simbólico*. O *portador* é o participante que se destaca na imagem, ou seja, os *atributos* como significado e identidade são conferidos ao *portador*, que assume uma virtude de grande significado na imagem pelos seus atributos.

Já os processos *conceituais sugestivos* ocorrem quando há a presença de um participante, cujo significado vem de dentro, sendo apresentado pela falta de detalhes, pois suas características decorrem do próprio *portador*, e não de seus *atributos*. Na maioria das vezes, só é possível ver sua silhueta.

A metafunção *composicional* representa os modos de organização ou *layout* do texto visual, relacionados à presença, ou não, de objetos interligados, envolvendo categorias como *valor da informação*, que trata da estruturação (Ideal x Real, Centro x Margem, Dado x Novo), *informação real*, que vem na parte inferior do texto visual, e *informação ideal* que vem na parte superior. O elemento que vem no *centro* da imagem está relacionado às informações mais proeminentes, enquanto os que vêm na *margin* estão associados às informações menos relevantes ou proeminentes.

Quanto à *saliência*, esta diz respeito à ênfase que os elementos recebem no decorrer da leitura, a título de exemplo: a tonalidade da cor, contraste, brilho etc. O elemento no texto visual se destaca pelo contraste de cores. A *estruturação* refere-se à conexão e desconexão de elementos na imagem e está relacionada à presença, ou não, de objetos interligados. As características visuais de uma imagem, bem como suas cores, vetores, formatos de tamanho e posição, podem influenciar o elemento a ser *fracamente enquadrado*.

2.2 Linguística sistêmico-funcional (LSF)

Halliday (1985) declara que, ao usar a linguagem, as pessoas estabelecem três tipos principais de significados, que estão relacionados ao contexto da situação. Ele postula que “vertentes simultâneas de significados (as metafunções *ideacionais*, *interpessoais* e *textuais*) são expressas em estruturas orais” (EGGINS, 2004, p. 2), chamando a atenção

para o fato de que os três significados “ocorrem juntos em CLÁUSULAS, com o elemento central da cláusula sendo a expressão do evento, ou PROCESSOS” (BUTT *et al.* 1998, p. 42).

Desta forma, Halliday afirma que “todas as linguagens são organizadas em torno de dois tipos principais de significado, o *ideacional* e o *interpessoal*” [e] “combinado com estes está um terceiro componente metafuncional, o ‘textual’, que confere relevância aos outros dois” (HALLIDAY, 1994, apud MING LIU, 2014, p. 1238).

Portando, considerando os dados que serão analisados, limitar-nos-emos, a seguir, a explicar apenas a metafunção *ideacional*, bem como o *sistema de transitividade*.

2.3 A metafunção ideacional e o sistema de transitividade

Halliday (1985) estabelece uma gramática baseada nas funções da linguagem, propondo-se a analisar a linguagem em três metafunções sociais, que se realizam no nível léxico-gramatical.

Para ele, o conceito de gramática gira em torno da representação de padrões de experiência. Estes padrões de experiência são estabelecidos mediante do que Halliday chama de metafunções.

Com foco no significado *ideacional*, Butt *et al.* (1998), conforme afirma Halliday (1985), explica que o termo *ideacional* se distingue em dois componentes: o *experencial*, a representação da própria experiência; e o *lógico*, com a função de conectar as experiências de representação (p. 13), referindo-se à preocupação de fornecer uma teoria relacionada aos conceitos de “vivência do mundo” e “transmitir uma imagem da realidade” (BUTT *et al.* 1998, p. 13).

Para uma definição mais consistente dos significados *experenciais*, Eggins (2004) explica que ela é “expressa por meio do *Sistema de Transitividade* ou tipo de *processo*, com a escolha do processo implicando os papéis e configurações dos participantes associados” (p. 206, grifo nosso). Em outras palavras, os *participantes*, *processos* e *circunstâncias* são realizados pelo *Sistema de Transitividade*, ou seja, a *representação* em processo de linguagem (realização léxico-gramatical).

O *Sistema de Transitividade* se preocupa com o conteúdo que é expresso na linguagem, a fim de compreender a natureza dos participantes nele envolvidos. Esses processos (elementos do verbo) na oração são divididos em: *Material*, *Mental* e *Relacional*. Os dois primeiros processos, *materiais* e *mentais*, estão relacionados ao processo de fazer e sentir, enquanto os processos *relacionais* estão relacionados ao processo de ser.

Os processos *materiais* são caracterizados pela presença de um *Ator* (que faz a ação), o qual é realizado por um grupo nominal e é obrigatório na cláusula. Também pode haver uma *meta*, que é o participante afetado pela ação do *ator*. A pergunta de investigação para processos materiais é: “O que x fez com y?” (ibid., p. 225). Por exemplo, a seguinte cláusula: Ela me bateu. Ela é o *Ator* que fez a ação de me [*Meta*] acertar [*Processo Material*].

Os processos *mentais* podem ser divididos em quatro classes ou subtipos de verbos: *percepção*, *cognição*, *afeto* e *desejo*. Existem dois participantes principais neste processo, que são o *Experienciador*, que é o participante consciente, e o *Fenômeno*, que é sentido. Ambos os participantes podem ser identificados por meio de verbos como “ver / ouvir / sentir”, que está relacionado à percepção; “Saber / compreender / acreditar” para cognição; “Gostar / amar / adorar” que indica afeto; e “esperança / desejo / desejo” relacionado ao desejo. A seguinte cláusula representa um exemplo de processo *mental*: Eu (*Experienciador*) acreditei (Processo *mental*: *cognição*) em você (*Fenômeno*).

Os processos *relacionais* referem-se aos atributos de um participante e podem ser realizados por meio de verbos como “é / era / era”, “tem / tinha”. Eles são divididos em dois tipos: *atributivo* e *identificador*. Como exemplo de processo de relação *atributiva*, temos a seguinte cláusula: O concerto (*Portador*) é (Processo *Relacional*: *Atributivo*) ótimo (Atributo). Quanto ao processo de relação *identificadora*, está relacionado a algo / participante dar valor a uma coisa ou simplesmente defini-la, podendo ser identificados como *Token*, “que representa o que está sendo definido” e *Valor*, “que define” (ibid., p. 242). Por exemplo: Eles (*Identificado*) são (Processo *Relacional*: *Identificativo*) o presidente e o vice-presidente dos Estados Unidos da América (*Valor*). Esses processos citados são os três processos principais identificados por Halliday. No entanto, existem ainda três outros tipos de processos secundários, que são: *verbal*, *comportamental* e *existencial*.

A nomenclatura dos processos *verbais* nos dá de antemão uma ideia do que diz respeito. É o processo de dizer. Os participantes neste caso são: o *Dizente*, que diz algo, aquele que verbaliza; o *Verbiage*, o que é dito; e o *Receptor*, aquele que recebe o que é dito. Por exemplo: Ela (*Dizente*) me contou (*Processo Verbal*) coisas ruins (*Verbiage*) para mim (*Receptor*). Halliday (2004) chama a atenção para o fato de que existe um outro tipo de processo verbal, em que ao invés de um *Receptor*, existe a presença de um *Alvo*, e que ao invés do *Verbiage*, existe um *Receptor*. Acontece quando um participante é “alvo do processo de dizer” (HALLIDAY, 2004, p. 256). Nesse caso, o leitor pode encontrar alguns verbos, como: insulto, elogio, calúnia, injúria e bajulação (BUSTAM, 2011, p. 28). Por exemplo: Ele (*Dizente*) me (*Alvo*) insultou (*Processo Verbal*) na frente de todos (*Receptor*).

Em relação ao processo *comportamental*, esse processo está relacionado a experiências fisiológicas ou psicológicas. Há um participante que está atento ao que está acontecendo, aquele que se comporta, que se chama *Comportante* e é seguido pelo processo. Por exemplo, a garota está sorrindo. Inferimos que a menina, a *comportante*, está feliz (psicológica) e por isso está sorrindo (fisiológica). Assim, a cláusula pode ser analisada da seguinte forma: A menina (*Comportante*) está sorrindo (*Processo Comportamental*).

Quanto ao processo *existencial*, o nome revela a existência de algo. O *Existente* é referido ao que existe. Normalmente em uma frase existencial notaremos a presença da forma verbal há ou há, por exemplo: há uma menina chorando, ou algo outro verbo relacionado à existência, como existir e outros. Nesse sentido, a oração pode ser analisada

da seguinte forma: Há (*Processo Existencial*) uma menina (Existente) chorando.

Ao olhar para esses processos apresentados acima, podemos interpretar e compreender as experiências vividas pelos participantes. No entanto, Halliday (1985) enfatiza a importância dos elementos *circunstanciais* nas orações para se conseguir uma interpretação mais concisa e completa das informações relacionadas ao evento ocorrido e, dessa forma, entender melhor o que é/foi vivenciado pelos participantes.

3 I METODOLOGIA: TECENDO A INVESTIGAÇÃO

Este recorte de pesquisa tem como objetivo geral investigar a representação do feminino retratada na embalagem da boneca Barbie negra AvaDuVernay 2015, de modo a verificar se sua representação pode ser considerada empoderada ou não.

Por este motivo, pode ser considerada qualitativa e interpretativa em sua natureza, pois se concentra na “compreensão do significado que as pessoas construíram, ou seja, a como atribuem sentido ao seu mundo e às experiências que têm no mundo” (MERRIAM, 2009, p. 13, tradução nossa).

Quanto ao contexto de pesquisa da boneca analisada, nos propomos a analisar, neste recorte, a embalagem da boneca Barbie® AvaDuVernay 2015, a qual foi coletada durante uma bolsa de pesquisa no *Strong Museum of Play* pela coordenadora do GPSM, em outubro de 2017. Foram disponibilizadas para a pesquisa oficial um total de quatrocentas (400) imagens de oitenta e cinco (84) bonecas diferentes. Após capturar as imagens, a coordenadora as colocou em pastas e as nomeou da seguinte forma: 1_*Day One_Baby Dolls*; 2_*Day Two_Talking, Walking, Babies from 19th Century*; 3_*Day Three_Barbies*; 4_*Day_BarbieOtherDolls*; 5_*Day_Oldie Dolls*.

No entanto, diante deste número, este recorte se limita em apresentar apenas a análise da Barbie® Ava DuVernay 2015, devido ao fato de ela ter sido a única boneca Barbie negra encontrada em todo o *corpus* disponibilizado.

4 I RUMO À REPRESENTAÇÃO: O CASO DA BONECA BARBIE® AVA DUVERNAY (2015)

Salientamos que a Ava DuVernay, mulher negra representada pela boneca Barbie, não é apenas uma famosa cineasta americana, ela é também diretora, roteirista, publicitária e distribuidora de filmes, que se tornou muito famosa nos Estados Unidos por ser uma das primeiras mulheres afrodescendentes a ganhar o Prêmio de Melhor Direção no Festival de Cinema de Sundance de 2012.

Como resultado, foi homenageada tendo seu perfil representado na boneca *Fashionist* mais famosa de todos os tempos, a Barbie. Contemplando, assim, uma parte da diversidade racial feminina da população mundial, como A Figura 1, a seguir:



Figura 1: Boneca Barbie® Ava DuVernay (2015)

Fonte: The Strong National Museum of Play

No que diz respeito à boneca da Ava, a produtora a apresentou em seu ambiente de trabalho como cineasta. A Figura 1 mostra a representação de uma mulher negra vestida com roupas pretas, assim como na imagem original que vem no verso da embalagem, ao lado de equipamentos de filmagem. Seu cabelo é representado como longo e trançado, e seus pés, estes não fazem uso de salto alto, mas de tênis.

Quanto à materialidade da embalagem, esta é apresentada em papelão no verso e plástico transparente na frente, para que o leitor/comprador possa visualizar todos os acessórios que nela contém. Ela é larga para que caiba não só a boneca, mas também os acessórios que a acompanham. É em seu verso onde o leitor/comprador pode encontrar informações sobre quem é a mulher representada pela Barbie nesta edição.

Em termos de significados *representacionais*, a boneca de Ava é o *ator* principal de um processo *narrativo*. Embora pareça muito sutil, há um vetor de ação que sai de sua mão direita em direção à cadeira da diretora, como mostra o recorte abaixo:

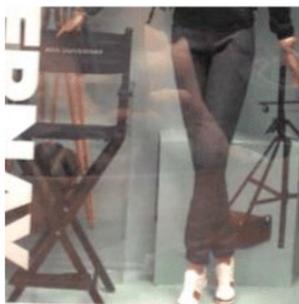


Recorte 1 – Boneca Barbie® Ava DuVernay (2015)

Fonte: The Strong National Museum of Play

Esta ação é realizada por meio de um processo de *transacional*, pois é possível visualizar o objetivo. A Barbie é o elemento mais proeminente da imagem, sugerindo que ela tem o poder, ela está no comando. Pela imagem, entendemos que ela é a mulher que supervisiona e dirige a execução das filmagens, utilizando recursos técnicos e artísticos. Esses recursos são representados na imagem por meio dos acessórios que a acompanham, como cadeira de cineasta e carrinho de boneca.

É mediante ao destaque dos seus acessórios que o leitor/comprador pode ver que esta boneca se destaca, sobretudo, pelo processo *conceitual*, pelos seus *atributos simbólicos*. Porém, seus atributos físicos também chamam a atenção e, conseqüentemente, direcionam o olhar do leitor/comprador para ela. Podemos ver através da imagem que a boneca apresenta não só suas mãos ou coxas articuladas, mas nesta edição a produtora optou por produzir uma boneca que apresenta todo um corpo articulado. Inferimos tal fato através do cruzamento das pernas da boneca na imagem, dando a ideia de que ela pode sentar-se, o que é reforçado pela cadeira de cineasta que vem como acessório.



Recorte 2 – Boneca Barbie® Ava DuVernay (2015)

Fonte: The Strong National Museum of Play

A representação desta boneca é, portanto, singular por ela ter um corpo articulado. Tal característica é de grande relevância para a representação de gênero, uma vez que a Barbie é representada, em sua maioria, de forma estática, sem movimento corporal, sem ter a possibilidade sentar, ou até mesmo ficar de pé sozinha.

Quanto à sua pele, podemos ver que esta é a representação de uma mulher negra, embora intencional, pelo fato de a boneca ser a representação da Ava DuVernay, uma celebridade. No entanto, esta não é a primeira Barbie Negra que a *Mattel* vem a produzir. A primeira foi produzida em 1980, havendo também, antes dela, outras bonecas negras, amigas da Barbie. Ao que tudo indica, as representações de mulheres negras pela Barbie revelam que houve, anteriormente, a popularização de estrelas negras na vida real para que, de fato, viesse a quebrar a barreira de cor de pele e, assim, bonecas Barbie, como a Ava DuVernay, pudessem ter a chance de serem produzidas, como é o caso da Barbie

Dianna Ross.

Assim posto, quanto aos significados *composicionais*, a frente da embalagem, que trata do apelo visual do produto, representa o local de trabalho da Ava DuVernay. As informações *subordinadas*, ou seja, os elementos ao redor da boneca, como a cadeira do cineasta e as imagens que vêm como fundo, os quais trazem equipamentos de filmagem e formam uma suposta parede, são distribuídas para a construção do cenário de gravação. Quanto à própria boneca, é nela que se concentra a atenção, a representação da Ava DuVernay como Barbie, que pode influenciar na compra do produto. Diante disto, é possível dizer que, mediante o exposto, o produtor tenha optado por colocá-la em destaque.

Ao ler o texto verbal que acompanha o verso da embalagem, percebemos que alguns verbos se destacam ao longo do texto, tais quais: [Ela foi] *nomeada*, ela *ganhou*, ela *fundou* e [Ela] *trabalhou*. Dá a impressão de que o produtor não segue uma sequência cronológica de acontecimentos. Todavia, antemão, se compromete a apresentar a vida da Ava por meio de suas conquistas, sugerindo uma estratégia persuasiva para que o leitor/comprador comece a ler o texto verbal por meio de fatos que mostrem quem é a mulher representada, de modo que, assim, seja ele/ela, o pai ou a criança, se sinta lisonjeado(s) com as conquistas da boneca. Fazendo isto, o produtor chega ao ponto de partida e mais íntimo da vida pessoal da Ava, informando sobre sua terra natal. Ao fazer uso dos verbos *nascer*, *crescer* e *amar*, para apresentar onde ela morou e cresceu, o produtor tenta conquistar emocionalmente o leitor/comprador para a compra do produto.

Desta forma, ao examinar os primeiros quatro verbos, o leitor/comprador pode ver que essa mulher foi indicada para dois Oscar e quatro Globos de Ouro. Isso significa que o que ela fez em sua vida revela um trabalho digno de honra. Podemos perceber, então, que ela, sendo mulher, tem a possibilidade de agir; há ação em sua vida, a qual é revelada por meio dos verbos *fundou* e *trabalhou*, que representam processos *materiais*. Veja sua biografia abaixo junto com a análise dos processos:

(1) Ava DuVernay (**Portador**) [foi] *nomeada* (**Relacional**) para dois prêmios da Academia e quatro Globos de ouro (**escopo**).

(2) O filme mais recente da escritora/diretora Ava DuVernay, *Selma* (**Dizente**), narrou (**Verbal**) a histórica campanha de direitos de voto de 1965 liderada pelo Dr. Martin Luther King Jr. (**Verbiage**).

(3) Ela (**Ator**) *ganhou* (**Material**) o Prêmio de Melhor Diretor (**Meta**) no Festival de Cinema de Sundance (**Circ: local: local**) em 2012 (**Circ: local: tempo**) por sua aclamada longa-metragem *Middle of Nowhere* (**Circ: causa: razão**).

(4) Seu trabalho narrativo e documental anterior (**Portador**) inclui (**Relacional**) o longa-metragem *I Will Follow* e os documentários *Venus Vs.*, *My Mic Sounds Nice* e *This is The Life* (**Atributo**).

(5) Em 2010 (**Circ: local: tempo**), ela (**Ator**) fundou (**Material**) a ARRAY, uma organização independente de distribuição e recursos de filmes (**Meta**) para cineastas

de mulheres de cor (**Circ: causa**).

(6) Antes de sua carreira como diretora, DuVernay (**Ator**) trabalhou (**Material**) como publicitária e publicitária (**Circ: role**) por mais de 14 anos (**Circ: Extensão: tempo**) por meio de sua empresa, The DuVernay Agency (**Circ: localização: local**).

(7) Ela (**Ator**) nasceu (**Material**), II [ela] (**Ator**) [foi] criada (**Material**) II e [ela] (**Experienciador**) ama (**Mental**) a vida (**Fenômeno**) em Los Angeles, Califórnia (**Circ: local: local**).

O produtor informa ao comprador na oração 5, por meio de um *processo material* e de uma *circunstância de causa*, que Ava DuVernay foi a responsável pela fundação da organização ARRAY, que ficou muito famosa por apoiar cineastas femininas de cor. Mas mais do que isso, a produtora relata na oração 6, por meio de uma *circunstância de papel* “como cineasta e publicitária” destacada pela *circunstância de localização, lugar* “por meio de sua empresa”, que tem direito à propriedade, o que evidencia os bens conquistados como resultado de seu trabalho. Fato que, há alguns anos, era uma realidade que poderia ser considerada uma utopia para as mulheres, devido à opressão sobre elas. Porém, podemos perceber que, nos dias atuais, as mulheres, sobretudo as negras representadas por esta boneca, têm a possibilidade de lutar pelo que querem ser, mesmo que ainda sofram com preconceito, como pudemos ver durante a pandemia com a matéria do *black lives matter*, onde foram expostos diversos relatos de preconceito contra as pessoas negras.

Diante destes fatos, podemos perceber que Ava é um exemplo de mulher que obteve resultados positivos com seu trabalho. A história contada pelo produtor sugere que, pelo fato de ela ser uma mulher negra que lutou na vida pela conquista de seus ideais e tem grande visibilidade na mídia, outras mulheres se sentiram influenciadas por ela e reconheceram seu trabalho. Este fato é evidenciado por meio de um *processo relacional* na oração 1, [foi] “indicada”, quando o produtor mostra que os resultados de seu trabalho inspiraram outras pessoas, e por este motivo ela foi nomeada “para dois Oscar e quatro Globos de Ouro”.

O reconhecimento público de seu trabalho se torna ainda mais explícito quando o produtor faz uso de um *processo material* na oração 3 para informar ao leitor/comprador que a Ava não foi apenas “indicada” “para dois Oscar e quatro Globos de Ouro”, mas que ela “ganhou” “o Melhor Prêmio do Diretor” “por seu aclamado longa-metragem *Middle of Nowhere*”. Vemos aqui que, não só Ava, mas também o público agiu, uma vez que votaram nela.

Ao analisar essas orações, entendemos que o produtor buscou comunicar ao leitor/comprador que esta boneca, a qual está à venda, representa a imagem de uma mulher que fez um ótimo trabalho, de influenciar outras pessoas, de ter sucesso na vida. Mas não só isso, no final do texto verbal, na oração 7, o produtor deixa claro, por meio de um *processo mental*, que ela “ama” o lugar onde mora. A escolha dos verbos sugere um aspecto de

afeto dela em relação ao local de nascimento, já que a partir de um processo *relacional* e *material*, o produtor explica que foi em Los Angeles, Califórnia, local onde ela nasceu e foi criada. Fato este que não é tão difícil de discordar, uma vez que Los Angeles está na vanguarda da promoção da igualdade de gênero por meio de oportunidades de carreira (YAARA SCHATNER, 2017).

Diante esta análise, tendo em vista a representação da Boneca Barbie® Ava DuVernay, podemos ver que as mulheres, principalmente as negras, conquistaram seu lugar de direito como cidadãs no trabalho. Não apenas mulheres brancas, mas também mulheres negras. No entanto, é relevante mencionar que isso não está relacionado a cem por cento, já que ainda são poucas as mulheres que se destacam, talvez por este motivo a Ava se tornou tão famosa, sendo representada mais tarde pela Barbie. Ela é um exemplo da liberdade e da voz que as mulheres sempre almejavam ser, e que agora só é possível ser essa mulher devido à luta de outras mulheres ao longo da história.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em paralelo com uma gama mais diversificada de formas corporais e a incorporação de propriedades cinéticas mais flexíveis no *design* de bonecas, a questão da etnia também tem sido um problema observado em termos de representação de bonecas na última década.

As mulheres, por meio da representação analisada da Boneca Barbie® Ava DuVernay (2015), carregam os níveis de poder defendidos por Charlier e Caubergs (2007): *poder sobre*; *poder para*; *poder com*; e *poder dentro*. A análise das representações visuais e verbais dessa boneca nos mostrou que as mulheres representadas pela Barbie têm *poder sobre*, ou seja, o poder de liderar e orientar os que menos têm poder para atingir seus objetivos. Mas elas não só têm o *poder para* tomar decisões, de ir atrás de seus sonhos, de encontrar soluções para os problemas e de serem criativos. Além disso, elas têm *poder com* os outros, elas podem compartilhar objetivos com outros para um bem comum a todos. E, finalmente, elas têm o *poder dentro* de si mesmas, que é o de “mudar suas vidas e fazer mudanças” (ibid., p. 10).

Ao brincar com bonecas como a Boneca Barbie® Ava DuVernay (2015), as crianças poderão ter como tema de brincadeira o que é trazido por ela, uma vez que sua materialidade e atributos físicos tornam isto possível. Embora as crianças possam atribuir qualquer papel aos brinquedos em suas brincadeiras, conforme citado por Almeida (2006), bonecas representativas como a Boneca Barbie® Ava DuVernay possuem uma identidade que pode influenciar a forma com a qual a criança brinca. É por isto que oferecer mais representatividade e inclusão nos brinquedos ajuda não apenas as crianças a se espelharem em seus artefatos lúdicos, mas também desencadeia seu desejo de agir e lutar por seus direitos em uma sociedade não inclusiva.

Concluímos, com este artigo, que esta boneca tem, no que diz respeito às suas características físicas, a sua cor de pele valorizada, sem ter que se comparar com outras tonalidades de pele, sobretudo, a branca, para ter seus valores respeitados e objetivos alcançados. A representação das características de seu corpo e da vida de uma mulher real pela *Toymaker Mattel* abre portas para um futuro esperançoso para as crianças negras, que brincam com a Barbie, de modo que elas possam se ver representadas através da boneca, sem terem que se sentir apagadas, de alguma forma, por suas características raciais. Como outras Barbie brancas, a Barbie negra é valorizada nesta representação da Boneca Barbie® Ava DuVernay do ano de 2015.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. L. **Icons of Contemporary Childhood**: a visual and lexicogrammatical investigation of Toy Advertisements. 2006. 228 f. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ASPERS, P.; GODART, F. **Sociology of fashion**: Order and change. *Annual Review of Sociology*, 2013. Disponível em: <Sociology of Fashion: Order and Change (unisg.ch)> Acesso em: 13 jan. 2021.

BUSTAM, M. R. Analyzing Clause by Halliday's Transitivity System. **Journal of Jurnal Ilmu Sastra**, vol. 6: p. 22-34 2011. Disponível em: <<https://staff-old.najah.edu/sites/default/files/Functional%20grammar%20processes.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2020.

BUTT, D. et. al. **Using Functional Grammar**: An explorer's Guide. Sydney: Macquarie University, 1998.

CALDAS-COULTHARD, C. R.; Theo VAN LEEUWEN. "4. Stunning, shimmering, iridescent: toys as the representation of gendered social actors." In: Lia Litosseliti & Jane Sunderland (eds.), **Gender identity and discourse analysis**. Amsterdam: John Benjamins. 91–108. 2002.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora. 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/livrariafeminista/docs/feminismo-e-consciencia-de-classes-no-brasil-mirla-cisne>> Acesso em: 05 mai. 2020.

CAMERON, D.; PANOVIC, I. **Working with Written Discourse**. 2014.

CHARLIER, S; CAUBERGS, L. **El proceso de empoderamiento de las mujeres**: Guía Metodológica. Bruxelas: Comisión de Mujeres y Desarrollo, 2007.

EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2004. London. Pinter Publisher, Ltd. 2nd Edition.

FERNANDES, J. & ALMEIDA, D. Revisitando a Gramática visual nos cartazes de guerra. In.: ALMEIDA, D. (org). **Perspectivas em Análise Visual**: do fotojornalismo ao blog. João Pessoa: UFPB, 2008, p.9-26.

GUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: esta é a questão?. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2006, vol.22, n.2, pp.201-209. ISSN 0102-3772

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning.** London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M.A.K. **Spoken and written Language.** Geelong, Vic.: Deakin University Press. 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; & MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar.** Arnold Publisher. 3rd Edition, 2004.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design.** 2ed. London: Routledge, 1996 [2006]. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/praeetece/readingimages-the-grammar-of-visual-design-van-leeuwen-and-kress>> Acesso em: 05 mai. 2020.

MCLEAN, R. **Ava DuVernay's Barbie doll sells fast.** CNN Business. 2015. Disponível em: <<https://money.cnn.com/2015/12/07/news/companies/ava-duvernay-barbie-christmas/>> Acesso em: 23 abr. 2020.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation.** San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MING LIU. **The social interpretation of language and meaning.** Theory and Practice in Language Studies, vol. 4, no. 6, 2014.

MORSE, J. M.; FIELD, Peggy-Anne. **Nursing Research: The Application of Qualitative Approaches.** Editor: Springer US, 1996.

PHILLIPS, R & CREE, V. 'What does the 'Fourth Wave' mean for teaching feminism in 21st century social work?'. In.: **Social Work Education**, vol. 33, no. 7, pp. 930-943. 2014 Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02615479.2014.885007>> Acesso em: 19 fev. 2020.

PINHEIRO, P. A. **Construção multimodal de sentidos em um vídeo institucional: (novos) multiletramentos para a escola.** Veredas on-line – atemática – 2015/2 - p. 209-224 – PPG – linguística / UFJF – juiz de fora (MG). 2015.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História e Poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RUTH HANDLER. **Ruth Handler: Inventor of 'Barbie'.** Interview granted to the EYE TO EYE program. Published by MyTalkShowHeroes. 1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cleZIXu4PXM>> Acesso em: 18 dez. 2019.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

TORTORA, P. G. History and development of fashion. In: Joanne B. Eicher (ed.), **Berg Encyclopedia of Word Dress and Fashion**, vol. 1, Global Perspectives, 159 - 70. Oxford

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Data de aceite: 01/12/2021

Jéssica Correia Duarte Nuvens

Secretaria Municipal de Educação de Santana
do Cariri
Santana do Cariri – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9816842047809408>

Joaquim dos Santos

Universidade Regional do Cariri, Departamento
de História
Crato - Ceará
<http://lattes.cnpq.br/4970627821671141>

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre os usos do passado a partir do martírio de Benigna Cardoso, ocorrido em 1941, na zona rural de Santana do Cariri, no Cariri cearense. Fazendo uso de legislação oficial, de jornais e de escritos de autores conterrâneos e de narrativas de contemporâneos ao fato, a pesquisa problematiza a aprovação da Lei Estadual de n. 162/19, que institui o dia 24 de outubro como o Dia de Combate ao Feminicídio no Ceará. A data foi escolhida em alusão ao assassinato de Benigna Cardoso. O estudo indica como as apropriações deste caso colocam em cena a defesa da virgindade como valor maior, reproduzindo narrativas e práticas de dominação sobre os corpos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: Santidade. Castidade. Morte trágica.

ABSTRACT: This article presents reflections on the uses of the past from the martyrdom of

Benigna Cardoso, which occurred in 1941, in the rural area of Santana do Cariri, in Cariri Ceará. Making use of official legislation, newspapers and writings by fellow countrymen and narratives of contemporaries to the fact, the research problematizes the approval of State Law n. 162/19, which institutes the 24th of October as the Day to Combat Femicide in Ceará. A piece of data chosen in reference to the murder of Benigna Cardoso. The study indicates how appropriations of this case bring into play the defense of virginity as a major value, reproducing narratives and practices of domination over female bodies.

KEYWORDS: Holiness. Chastity. Tragic death.

1 | INTRODUÇÃO

Em maio de 2019 a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou o projeto de Lei Nº 162/19, que instituiu o dia 24 de outubro como o *Dia de Combate ao Feminicídio no Estado do Ceará*. A data faz alusão ao martírio de Benigna Cardoso da Silva, a ‘menina Benigna’, como é popularmente conhecida. Cearense natural de Santana do Cariri, cidade situada na região do Cariri, sul do estado, Benigna foi assassinada por um jovem da comunidade onde residia, durante uma tentativa de estupro.

A Lei mencionada insere a data no calendário oficial do estado do Ceará. Ela visa a realização de “campanhas, debates, seminários, palestras, entre outras atividades, para conscientizar a população sobre a importância

do combate ao feminicídio e as outras formas de violência contra a mulher”, como indica o Art. 2º da Lei.¹ Identificada pelos devotos como uma mártir, Benigna passou a ser, a partir de então, um símbolo do combate ao feminicídio no Ceará.

A aprovação do Projeto de Lei Nº 162/19 nasce no estado em apoio à Lei Nº 13.104/15, que tornou o feminicídio crime hediondo no Brasil. O feminicídio passou a ser tipificado como crime de gênero, e representa resposta às iniciativas de organizações sociais que lutam para que o poder público execute políticas mais eficazes no combate à violência de gênero no país. Essas iniciativas vêm somar-se à Lei Maria da Penha², que igualmente marcou o cenário da luta contra a violência de gênero. Frota (2012) nos conta que em legislação anterior a esta,

As agressões físicas e psicológicas sofridas pelas mulheres nas relações afetivas eram tratadas como lesões corporais leves, ameaças e injúrias, que, no final, obrigavam o agressor a apenas pagar cestas básicas. Apesar de o Código Penal Brasileiro trazer a relação entre pais, filhos e cônjuges como circunstâncias agravantes de penas, não trazia consigo a complexidade da violência doméstica (FROTA, 2012, p.134).

É necessário elucidar que a intenção aqui não é discordar da escolha da menina Benigna como símbolo da luta contra a violência de gênero. Nosso intuito é o de questionar o modo como sua história é por vezes usada. Entram em cena os usos do passado no presente. Observaremos que alguns discursos recorrentes em torno da sua morte acabam relegando à mulher a responsabilidade pela defesa de sua “honra”, sendo a mesma, muitas vezes, retratada como exemplo para as mulheres na contemporaneidade, entre outros fatores, pelo sacrifício de sua vida em defesa da sua castidade, como as narrativas oficiais e não oficiais mais conhecidas e difundidas a construíram.

Essas narrativas (escritas, orais, oficiais, imagéticas) ajudam a reforçar o ideal de mulher inocente e pura difundido pela Igreja, e que prevalece mesmo atualmente, como modelo que as mulheres “precisam” alcançar. Mas, com qual intuito o sofrimento de Benigna é analisado sob essa ótica? O que a ideia de que sua vida é exemplo para as meninas e mulheres diz em relação ao modo como elas são vistas na sociedade atual? Como esse discurso é tratado nas escolas, e com os(as) estudantes? E como sua história poderia ser recontada de modo a enfatizar as circunstâncias que levaram à sua morte, problematizando a vulnerabilidade e os riscos a que as meninas e mulheres estiveram, e estão, sujeitas?

Tais indagações estão aqui presentes na intenção de verificar também como

1 *Projeto de Lei Nº 162*, de 07 de maio de 2019. Institui o dia 24 de outubro como o dia de combate ao feminicídio no estado do Ceará. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2019/pl162_19.htm. Acesso em 02 de ago. 2019.

2 *Lei Nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 11 de ago. 2020.

as continuidades do patriarcalismo e a influência católica se mantém na vanguarda da histórica necessidade de se controlar e disciplinar os corpos femininos, e como isso pode ser prejudicial na luta pelo respeito e valorização das mulheres. Nesse sentido, em sua análise relativa ao fenômeno da santificação do feminino no Cariri cearense, Polliana Barreto coloca que “o controle do corpo feminino é claramente uma bandeira hasteada pela literatura cristã e através de outros institutos formais erigidos com esse fim” (BARRETO, 2018, p.79).

2 | O MARTÍRIO DA CASTIDADE?

Entendemos que a barbárie vivida por Benigna denuncia a forma como meninas e mulheres foram, e são, tratadas na nossa sociedade, expostas a violências extremas e riscos constantes, dentro ou fora de casa. Seu martírio não é uma exceção, porém, dadas as circunstâncias em torno da sua história, é de conhecimento amplo e pode ser largamente difundido como símbolo da luta das mulheres por justiça e respeito.

Dadas as suas origens, uma parcela significativa da população da região do Cariri cearense costumeiramente reitera os estereótipos da mulher imaculada e virtuosa em oposição à mulher livre e pecadora, e para tal se utiliza do imaginário católico na difusão de mulheres que ascenderam à condição de santas mediante sofrimento e luta pela manutenção de sua castidade. Desse modo, ela segue perpetuando a valorização da honra, em detrimento da vida. Em sua tese, Barreto nos apresenta essa perspectiva, acrescentando que

O Cariri vivencia casos de violência e coleciona santas que foram violentadas em seus corpos e em sua dignidade. (...) Para ser santa no Cariri, alguns elementos se fazem necessários, antes de tudo o sofrimento. Vida e Morte de expiação é a condição para a Santidade, logo viver em meio ao cenário de dor elege o feminino à possibilidade de divinização (BARRETO, 2018, p.104).

A região do Cariri manifesta outros casos nos quais essa supervalorização da honra punia/pune tragicamente mulheres que fugiam/fogem da norma, a exemplo do assassinato de Rufina, ocorrido na ruralidade de Porteiras (SANTOS, 2021). Rufina foi construída no imaginário religioso dos seus devotos como “(...) uma jovem muito bela, de cor branca e de longos cabelos” (SANTOS, 2009, p.88). Natural de Barbalha, ela “teria padecido de grande sofrimento no momento da morte, ocorrida em meados do século XIX.

Na tradição oral dos fiéis, Rufina teria sido alvo de morte encomendada pela esposa do homem com quem a mesma teria um relacionamento amoroso. Não bastando, porém, a morte física de Rufina, seu algoz a teria cortado em pedaços. Segundo as narrativas orais problematizadas por Santos, Rufina

(...) teria um relacionamento amoroso com um homem casado, residente nas terras barbalhenses. Ele teria providenciado sua mudança, escondida em meio a variados produtos (...). Ela teria sido levada por um dos seus trabalhadores,

identificado como “nego”. Sua esposa seria a culpada da morte, pois teria ordenado que seguisse e matasse Rufina (SANTOS, 2009, p.89-90).

O local do martírio apontado foi marcado por uma cruz, conhecida como *Cruz da Rufina*, para onde devotas e devotos empreendem peregrinação em busca de milagres e da intercessão de Rufina. Sua trágica morte ocorre num contexto onde o comportamento considerado inadequado para uma mulher, é justificativa para punição de “igual gravidade” (SANTOS, 2021).

Acontecimento semelhante ao de Benigna é contado por Barreto (2018), que narra a tragédia sucedida com a jovem de 13 anos, Francisca do Socorro. O crime aconteceu em 1943 na cidade de Milagres, região do Cariri e, segundo menciona Barreto, Francisca do Socorro “foi estuprada e morta quando buscava água para o consumo da família num poço próximo de casa” (BARRETO, 2018, p.105-106). De forma semelhante ao que se deu na história da menina Benigna, “a comunidade viu se organizar o culto em torno de Francisca e se multiplicarem as narrativas acerca de sua morte” (BARRETO, 2018, p.106).

A história de Benigna, por sua vez, nasce e se desenrola na cidade de Santana do Cariri. Esta é uma cidade centenária com população estimada em 17.622 habitantes (IBGE, 2017). Sua principal atividade econômica é a agricultura de subsistência, seguida pelo comércio. Foi ainda nesta cidade de onde saiu a primeira prefeita do estado do Ceará, e a segunda do Brasil, a senhora Generosa Amélia da Cruz (NUVENS, 2020).

Nascida no dia 15 de outubro de 1928 na localidade rural de Inhumas, Benigna era a mais nova de quatro filhos de um casal de agricultores. Aos três anos de idade ela e seus irmãos ficaram órfãos, tendo sido adotados logo em seguida pela família proprietária das terras onde os pais trabalhavam. De acordo com as narrativas construídas a respeito de sua vida, desde pequena, Benigna ajudava nas tarefas domésticas, era descrita como uma menina “extremamente religiosa e temente a Deus (...) não perdia as missas e fazia penitências” (CIDRÃO, 2014, p.12).

Segundo investigação realizada pelo professor Sandro Cidrão (2014) com pessoas contemporâneas da menina, Benigna sofria constantes assédios de um rapaz de sua localidade, que não aceitava suas recusas, fato este que chegou ao conhecimento das tias. Informado dos assédios que Benigna sofria, o padre Cristiano Coelho orientou que a menina passasse a estudar em Santana do Cariri, sede do município, distante da localidade de Inhumas cerca de 2 km (dois quilômetros), na tentativa de afastá-la das ameaças do rapaz.

Em 24 de outubro de 1941, poucos dias após completar 13 anos de idade, enquanto buscava água na cacimba (poço artesanal comum nas áreas rurais) - hoje ponto de peregrinação de fiéis - o agressor a abordou e, diante de nova recusa, tentou abusar sexualmente de Benigna, agredindo-a brutalmente até a morte. O professor Raimundo Sandro Cidrão relata que:

Raul, que tinha nessa época (...) 15 anos de idade, ao perceber que Benigna nada aceitaria com ele, foi tomado pelo ódio feroz; sacou de um facão atroz e a golpeou cortando-lhe os dedos da mão. Ela relutou de forma sobre humana contra seu algoz, preferindo morrer a pecar contra a castidade. Depois disso, foi atingida na testa, nas costas e, por fim no pescoço, cujo golpe deixou-lhe a cabeça quase decepada (CIDRÃO, 2014, p.20).

Dada a barbaridade do crime e o contexto no qual ocorrera, a morte de Benigna chocou a população e causou grande comoção. Nas entrevistas apuradas por Cidrão (2014) há relatos de que ela era conhecida por ser uma criança bondosa e dedicada aos assuntos da fé. Esses aspectos em relação à sua vida, e o modo como fora morta, acabaram por transformar seu martírio em um episódio que marcaria a memória daquele lugar. O assassino foi capturado dias depois e posteriormente julgado e condenado. Ele chegou a retornar ao local do crime anos depois, confessando arrependimento pelos seus atos (CIDRÃO, 2014, p.20-21).

Em outubro de 2019, o Papa Francisco autorizou a beatificação da menina Benigna.³ O processo está em curso. As razões que levaram à busca pela beatificação de Benigna estão relacionadas ao modo como levou sua vida, a milagres que teriam ocorrido sob sua intervenção, e pela sua luta em defender-se do estupro impetrado pelo assassino. Segundo nos conta Cidrão, Benigna “lutou heroicamente para se defender do ato pecaminoso, que no seu entender cristão ofenderia seu corpo” (CIDRÃO, 2014, p.20). As informações acerca de como se deu a abordagem do assassino, a luta e últimas palavras de Benigna contam como única fonte o próprio algoz da menina.

Além do modo como foram mortas, e da motivação para os crimes, há algumas similaridades a serem consideradas entre os assassinatos da menina Benigna e de Francisca do Socorro: ambas meninas pobres, com idades semelhantes, e mortas no mesmo tipo de ambiente. Porém, esses aspectos são marcados por mais que coincidências, como enfatiza Barreto:

O interior do Nordeste brasileiro é marcado pela violência tendo o Gênero como elemento recorrente, bem como a Dominação Masculina. Num território marcado pela escassez de políticas públicas de acesso à água potável, o abastecimento de água para o consumo humano era muitas das vezes uma responsabilidade das mulheres jovens e crianças, que se expunham em lugares ermos em busca desse bem (BARRETO, 2018, p.106-107).

O projeto de Lei Nº 162/19 busca a história do martírio de Benigna como forma de lembrar a todos à violência a qual estão sujeitas as meninas e mulheres. No entanto, o esforço da Igreja em estabelecer a valorização da castidade de Benigna como foco de sua história de vida, pode imprimir contradições a essa luta. A imagem da mulher casta, resoluta e subserviente é um ideal quase inalcançável para os padrões atuais, porém, continua sendo o estereótipo difundido por essa instituição.

³ Ver em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/03/papa-francisco-autoriza-beatificacao-de-benigna-cardoso-que-sera-a-primeira-beata-cearense.ghtml>. Acesso em 02 de dez. 2021.

Nos processos de construção oficial de santidade, a virtuosidade e exemplaridade são elementos há séculos usados por ela para afirmar a excepcionalidade do(a) santo(a). Soma-se a isso os casos de martírio. O sofrimento extremo na hora da morte purifica o corpo e a alma. O sofrer promove o merecimento de santidade aos olhos de Deus (SANTOS, 2021, 2009).

Usar as figuras de santas para estabelecer um padrão de vida que as mulheres, em tese, deveriam levar, ocasiona um desencontro entre os objetivos propostos na Lei N° 162/19 e os objetivos da Igreja, que insiste na segregação de mulheres nos dois extremos, santa ou pecadora. Portanto, compreendemos que os usos do passado de Benigna sofrem essa contradição/apropriação, e ao que parece, dados os contextos sociais e culturais locais, estamos longe de conseguir que esse discurso seja desconstruído. No que tange essa contradição e apropriação engendrada pela Igreja, Gama nos diz que

As imagens de Maria e de Eva iam sendo construídas com o objetivo de conservar os atributos "naturais" do ser feminino, e identificar as consequências de um comportamento "anormal". O modelo "mariano" implementado pela Igreja era o perfil da mulher ideal. Através da imagem de Maria, acreditava-se na continuidade do papel tradicional atribuído ao sexo feminino: frágil, mãe, submissa, virgem e desprovida de desejos carnis (GAMA, 2006, p. 102).

As publicações referentes à história de vida de Benigna denunciam a busca eclesiástica pela padronização do estereótipo feminino de mulher casta e subserviente. Em entrevista ao *Jornal O Povo*, em 2011, o padre Neri Feitosa, vigário de Santana do Cariri entre os anos 1978 e 1980, e que concedeu depoimento no processo de beatificação da menina Benigna, teria dito que por meio de carta questionou o assassino Raul: "O que aconteceu? Ela cedeu ou morreu inocente?" Ao que o criminoso teria respondido: "Não padre. Ela foi muito virtuosa. Não cedeu coisa nenhuma" (CIDRÃO, 2014, p.24).

Essa passagem do depoimento do padre deixa claro a total relevância atribuída à virgindade e pureza da menina. Aqui vê-se que não há questionamento em relação a ação do estuprador, mas sim a determinação da menina em se defender. Nesse interim, a história de Benigna nos dá mostras de como o pensamento misógeno de responsabilizar à vítima pela manutenção de sua honra, fragiliza a segurança das mulheres. Apesar de ter sido preso, julgado e condenado pelo crime que cometera, o assassino de Benigna desempenhou importante papel no processo de estabelecimento da santidade da menina, uma vez que somente ele poderia ter dado testemunho do esforço dela em defender-se do *pecado*.

A luta contra a violência de gênero não deve ser confundida com a busca pela valorização da inocência da mulher. Ainda que entre elas existam aquelas que vejam na castidade um valor moral, esta não pode ser a principal bandeira de defesa das mulheres. O que a Igreja fez e faz ao supervalorizar a castidade, acima de tudo, foi (e é) justamente reforçar que o valor das mulheres reside nessa virtude. A pergunta do padre feita ao

assassino de Benigna levanta uma questão: se, durante a luta por sua vida, Benigna não tivesse logrado êxito em se defender do estupro, ela seria menos santa? Deixaria de ser a heroína da castidade por não ter conseguido se defender o suficiente?

Benigna não foi uma vítima apenas de Raul, fora igualmente vitimada pela vulnerabilidade feminina consolidada pelo patriarcalismo rural associado à Igreja. Sua história, assim como a de tantas outras meninas, ocorre em um ambiente onde o corpo feminino é visto como objeto de poder e controle social. Controlar os corpos femininos é expressar poder. Monsenhor Vitaliano Mattioli, postulador da causa de Benigna, relata que o assassino teria dito, antes de matar a jovem, que “já que Benigna não será minha, ela não será de mais ninguém” (MATTIOLI, 2014, p.70).

Frase similar teria sido proferida no recente caso de feminicídio em Santana do Cariri, ocorrido em julho de 2019, quando um ex-marido ceifou a vida de sua ex-esposa a golpes de facas, na presença dos filhos pequenos.⁴ Discursos de posse como esses são comuns entre os casos de feminicídio, uma vez que naturalizou-se a ideia de que as mulheres, quando não estão sob posse de seus pais e/ou irmãos, são propriedades de seus maridos e companheiros. Desprovidas do exercício de sua liberdade e do controle do próprio corpo, as mulheres encontram-se constantemente sob a sombra de ameaças como essa (SOIHET, 2002).

Manter as mulheres afastadas dos perigos e pecados associados à carne aparentemente seria a única barreira de “proteção” contra assédios, como os vividos por Benigna. Isolar as mulheres, guardá-las, escondê-las, vigiá-las e dar-lhes ocupações domésticas e religiosas suficientes para que dessa forma percam a sua castidade somente no tempo certo, e com o marido cuidadosamente escolhido, seria, portanto, a forma ideal de educá-las. São continuidades de comportamentos que remota ao processo de formação da sociedade colonial. Emanuel Araujo, ao abordar a sexualidade feminina na América portuguesa, afirma que

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (ARAUJO, 2018, p.45).

Seguindo esse pensamento, acreditamos que agressores como Raul não sentem-se responsabilizados em “vigiar” a sua própria sexualidade, ou desejos, ou qualquer tipo de pensamento e/ou ato “pecaminoso”. Pois não só é dado ao homem tal liberdade, como também, diante de atrocidades como a sucedida com Benigna, os debates e indagações ocupam-se mais com a pureza e luta da menina, do que com as intenções e motivações

⁴ Ver: *Mulher é morta a facadas na frente dos filhos pelo ex-companheiro, em Santana do Cariri*. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mulher-e-morta-a-facadas-na-frente-dos-filhos-pelo-ex-companheiro-em-santana-do-cariri-1.2127307>>. Acesso em 11 ago. 2020.

do assassino; além de deixá-lo, isto posto, longe do julgamento moral. Outrossim, desconsidera-se o debate em torno do poder quanto aos corpos femininos, e das reais motivações que desencadeiam violências tão extremas, motivações essas que estão além da sexualidade como fator determinante.

Para além do Cariri, relatos semelhantes ao de Benigna emergem pelo Brasil, a exemplo da carioca Aída Cury e da catarinense Albertina Berkenbrock. Chamada de a “Maria Goretti brasileira”⁵, Albertina era “(...) descendente de imigrantes alemães, e nascida na pequena comunidade de São Luiz, na cidade de Imaruí (...)” (RIBAS, 2009, p.178), Santa Catarina. Em 15 de junho de 1931, aos 12 anos de idade, foi assassinada por um conhecido da família após tentativa de estupro. Ribas (2009) relata que, semelhante ao que se passa no processo de construção das narrativas em torno de Benigna,

Na biografia de Albertina, dois são os eixos centrais que sustentam a representação de sua santidade: a luta por manter sua virgindade e o seu martírio. (...) a linguagem utilizada para a produção desta narrativa é dotada de uma intensa dramaticidade, fundamentada em um maniqueísmo, um dualismo entre as forças do “bem” e as forças do “mal”, onde a tragédia transforma-se em benção, uma vez que é “escolhida” em lugar do pecado (RIBAS, 2009, p.190).

Albertina Berkenbrock tornou-se a mártir da castidade catarinense, e tal como Benigna e Francisca do Socorro a “(...) sua grande virtude foi a defesa de sua virgindade, preferindo a morte do que entregar sua “pureza” a seu agressor (...)” (RIBAS, 2009, p.191). Discurso análogo foi igualmente construído a partir do assassinato de Aída Cury de 18 anos de idade, em julho de 1958, no Rio de Janeiro.

Segundo investigação realizada pela polícia, a moça caminhava na companhia da amiga por uma rua de Copacabana, quando foram abordadas pelos assassinos. Após ser levada ao 12º andar de um prédio, Aída fora severamente agredida por resistir à tentativa de estupro, e então jogada do terraço.⁶ Dois dos seus assassinos, assim como a própria Aída, eram jovens da classe média carioca, o que ajudou a repercutir o caso por todo o país. Lage & Nader afirmam que o caso de Aída,

(...) marcou fortemente todas as adolescentes da época, funcionando como uma advertência sobre o que poderia ocorrer se aceitassem convites de rapazes para irem a lugares onde “moças de família” não deveriam ir (LAGE; NADER, 2018, p.294).

Segundo resumo biográfico elaborado a partir do livro “Aída Curi, a jovem heroína

5 A expressão pode ser encontrada em matéria do jornal online *Notisul*. No subtítulo da matéria, Albertina ainda é chamada de “mártir da castidade”, e no decorrer do texto subtítulos enfatizados como: “Albertina resistiu bravamente e não cedeu” aparecem reproduzindo o discurso ao qual nos referimos, e que coincidem com àqueles construídos em torno do martírio de Benigna. Ver [online]: DIAS, Liliene. *Quem é a mártir da pureza Albertina Berkenbrock, a “Maria Goretti brasileira”*. NOTISUL. jun. 2019. Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/quem-e-a-martir-da-pureza-albertina-berkenbrock-a-maria-goretti-brasileira/>. Acesso em 14 de ago. 2020.

6 BAYER, D. *Na série “Julgamentos Históricos”: Aída Curi, o Juri que marcou uma época*. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/>. Acesso em: 02 de ago. 2019.

de Copacabana” (1960), de autoria de Monsenhor Maurício Curi, irmão de Aída: “Todas as pessoas que a conheceram de perto, mormente suas amigas e professoras, são unânimes em afirmar sua retidão, e em declarar que Aída morreu mártir, fiel ao Senhor”.⁷ No mesmo resumo biográfico é mencionado um depoimento do então Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara:

É certo ou errado, absurdo ou cabível aproximar o nome de Aída Curi, de Maria Goretti? (...) A estudante brasileira «não vacilou em perder a vida (ou em linguagem cristã, ganhá-la!) para salvar sua virtude.⁸

Além das características consideradas santas atribuídas às vítimas aqui trazidas, outro fato se repete entre os casos. Durante a já mencionada entrevista do *jornal O Povo* com o padre Neri Feitosa, o vigário teria feito a mesma comparação realizada pelo então bispo, hoje Dom Helder Câmara: “Achei a história da Benigna muito parecida com a de Santa Maria Goretti, na Itália” (CIDRÃO, 2014, p.24).

Maria Goretti foi uma italiana nascida em 1890. Aos 11 anos de idade foi assassinada “enquanto defendia até o martírio a virtude angélica”.⁹ O desenrolar da sua história segue roteiro similar aos anteriores, como observou o vigário durante sua entrevista. Menina pobre, órfã de pai, piedosa e dedicada à Igreja, passou a ser assediada por um jovem mais velho, que por questões ocupacionais da família morava na mesma casa que a menina. Santa Maria Goretti foi canonizada pelo Papa Pio XII, em 24 de junho de 1950.¹⁰

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso estudado da Benigna, bem como nos outros que atravessaram essa escrita, podemos constatar que a santidade está atrelada à desesperada luta não contra o estupro em si, não contra o ato bárbaro e violento empreendido pelos agressores, mas, está centrada no esforço para a manutenção da pureza, da castidade. Para a Igreja, a luta dessas meninas não foi contra a violência extrema, mas contra o pecado. “Foi para defender sua pureza que ela preferiu morrer(...)” (RAFAEL, 2014, p.53). Segundo esse pensamento, não foi Raul, o assassino, quem escolheu tirar a vida de Benigna: ela mesma escolheu a morte.

Sendo assim, ainda que armado com facão, e havendo planejado o ataque, ou mesmo tentando estuprar a menina, a responsabilidade pela morte de Benigna não foi dele, mas sim da própria menina. Essa transferência de culpa minimiza a participação do assassino, para que a heroína possa surgir. Lutar pela própria integridade física até a morte é um ato heroico por si só, sem que isso desperte o entendimento de que o medo de pecar

7 LUIZA, E. *52 anos da morte da jovem Aída Curi*. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 ago. 2019.

8 LUIZA, E. *52 anos da morte da jovem Aída Curi*. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 ago. 2019.

9 REVISTA ARAUTOS. *Santa Maria Goretti*. Disponível em: <http://revistacatolica.com.br/ensinamentos/historia-dos-santos/santa-maria-goretti/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

10 Ibidem. Acesso em: 02 ago. 2019.

tenha sido maior que o medo da dor e da violência. E é neste ponto que reside a questão levantada a respeito da Lei estadual mencionada anteriormente. É necessário termos em mente que a luta contra o feminicídio não pode se confundir com a luta pela castidade.

Dadas as similaridades que envolvem a morte dessas mulheres e meninas, bem como a “santidade como elemento de intercessão” (BARRETO, 2018, p.105) e principais motivadoras de sua popularidade, é válido questionar se estariam as mulheres, diante desta perspectiva, reduzidas à sua honra. De que forma esse pensamento se reflete entre aqueles alcançados por essas narrativas? A difusão de histórias de vida de santas martirizadas, com foco na propagação de seus exemplos de sacrifício, não ameniza a responsabilidade dos agressores, uma vez que o exemplo aqui estende-se quase que exclusivamente às meninas e mulheres? Para Barreto,

(...) a virgindade e a defesa da própria honra são elementos que divinizam o ser feminino, naturalmente tendencioso ao pecado da carne, já que a exemplo de Eva teria a mulher o poder de fascinar os homens levando-os ao erro (BARRETO, 2018, p.79).

Dito isto, é necessário salientar que não intencionamos esgotar essa discussão, nem tampouco tecer críticas à santidade de nenhuma das vítimas citadas. Há muitas outras questões que podem e devem ser levantadas em torno deste tema. A pretensão aqui é de evidenciar como os usos do passado referentes à história da menina Benigna coloca em cena a reafirmação da responsabilidade das mulheres na defesa de sua castidade e de sua vida.

Talvez dessa maneira a santidade de Benigna continue sendo cultuada livremente entre seus fiéis, mas, ao mesmo tempo, a reflexão crítica em torno de seu martírio possa, de fato, cumprir às sugestões levantadas pela Lei Nº162/19. O combate ao feminicídio no Ceará ganhou uma “cara”, a de Benigna, e através dela a sociedade poderá discutir a igualdade de gênero e o combate ao feminicídio de forma ampla. Um importante avanço na luta das mulheres, que deve ser explorado ao máximo por aqueles comprometidos com esta pauta, bem como pelos demais sujeitos do nosso tempo, afinal, essa é uma demanda urgente, não apenas das meninas e mulheres, mas também de todas as pessoas que desejam uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2018. pp.45-77.

BARRETO, Polliana de Luna Nunes. **Educação e Santidade**: as representações do feminino na região do Cariri cearense. 2018. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CIDRÃO, Raimundo Sandro. **Resgatando uma História de Fé**: Benigna. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014.

FROTA, Maria Helena de Paula (et. al.). **Assassinato de Mulheres no Ceará**. Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012.

GAMA, Cícera Antonia Cordeiro Brito. Flores de Lisieux: a construção da sexualidade feminina nas instituições educacionais da cidade do Crato, entre as décadas de 40 e 60 do século XX. In: MARQUES, R. (Org.). **Os Limites do Gênero** – Estudos Transdisciplinares. Fortaleza: Expressão gráfica e editora Ltda., 2006. pp.99-114.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à Condenação Social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2018. pp.286-312.

MATTIOLI, Vitaliano. O Martírio de Benigna. In: CIDRÃO, R. S. **Resgatando uma História de Fé: Benigna**. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014.

NUVENS, Jessica Correia Duarte. **O combate à violência de gênero na escola**: propostas para o ensino de História. 2020. 210f. Dissertação de Mestrado – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

RAFAEL, Armando Lopes. Dados sobre Benigna. In: CIDRÃO, R. S. **Resgatando uma História de Fé: Benigna**. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014. pp.46-54.

RIBAS, Ana Cláudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica de Florianópolis - 1929/1959. 2009. 250f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Joaquim dos. **Cruz da Rufina**: história e tradição oral. Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos**: tessituras da morte da Rufina na tradição oral. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Proj. História**, São Paulo, n.25, 2002. pp.269-289.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 11 de ago. 2020.

BRASIL. **Feminicídio. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, nº 13.104, de 9 de março de 2015. Brasília: Senado Federal, 2020.

SANTANA DO CARIRI. **LEI Nº 848, de 16 de outubro de 2018**. Institui a Semana Municipal de ações voltadas ao combate à discriminação de gênero nas instituições de ensino do município de Santana do Cariri. Santana do Cariri: Câmara municipal, 2020. Disponível em: < http://www.camarasantanadocariri.ce.gov.br/arquivos/93/Leis_848_2018_0000001.pdf>. Acesso em 16 de jan. 2020.

BAYER, Diego. Na série "Julgamentos Históricos": Aida Curi, o Júri que marcou uma época. Justificando. 2015. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. Mulher é morta a facadas na frente dos filhos pelo ex-companheiro, em Santana do Cariri. Diário do Nordeste. 2019. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mulher-e-morta-a-facadas-na-frente-dos-filhos-pelo-ex-companheiro-em-santana-do-cariri-1.2127307>>. Acesso em 11 de ago. 2020.

DIAS, Liliane. Quem é a mártir da pureza Albertina Berkenbrock, a "Maria Goretti brasileira". NOTISUL. jun. 2019. Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/quem-e-a-martir-da-pureza-albertina-berkenbrock-a-maria-goretti-brasileira/>. Acesso em 14 de ago. 2020.

IBGE. **Santana do Cariri/Ceará/Brasil**. IBGE Cidades. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/santana-do-cariri/panorama>. Acesso em 24 de fev. 2019.

LUIZA, Eva. 52 anos da morte da jovem Aída Curi. Santos do Brasil. 2008. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 de ago. 2019.

REVISTA ARAUTOS. Santa Maria Goretti. [201?]. Disponível em: <http://revistacatolica.com.br/ensinamentos/historia-dos-santos/santa-maria-goretti/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

CAPÍTULO 8

“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/11/2021

Amanda Monteiro Melo

Universidade Federal de Sergipe-UFS
São Cristóvão –Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/0895998612698183>

Micheline Marques Alves

Fundação Educacional Jayme de Altavila-
FEJAL
Centro Universitário-CESMAC
Arapiraca-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/3228743115912077>

Fernanda Braga Peixoto

Fundação Educacional Jayme de Altavila-
FEJAL
Centro Universitário-CESMAC
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/8371025695138471>

RESUMO: “Ideologia de gênero”; “partidarismo” são expressões recorrentes na disputa da arena educacional. O debate envolvendo-as tem como linhas de atuação a atribuição e ocultação de seus significados e intencionalidades, por outro, materializam-se na exclusão e na imposição. O Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2014-2024) vetou temas como gênero e sexualidade nas escolas. O que gerou impactos nos planos estaduais e municipais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como a categoria gênero

é tratada nos Planos Municipais de Educação (PME) do semiárido alagoano. Para cumprir o escopo de pesquisa foi utilizada a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, acessados 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de Alagoas. A partir da busca de palavras, constatamos que 15 municípios excluíram a palavra gênero; 13 utilizam a categoria, entretanto há uma variação no tipo de abordagem referente à utilização na realidade educacional e 10 proíbem a discussão sobre gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Planos Municipais de Educação (PME); Semiárido.

YOU HAVE THE RIGHT TO REMAIN SILENT”: THE (IN)VISIBILITY OF GENDER IN MUNICIPAL EDUCATION PLANS IN SEMI-ARID ALAGOANO

ABSTRACT: “Gender Ideology”; “Partisanship” are recurrent expressions in the dispute of the educational arena. The debate involving them has as lines of action the attribution and concealment of their meanings and intentions, on the other hand, they materialize in exclusion and imposition. The National Education Plan (PNE), which sets guidelines, goals and strategies for educational policy in ten years (2014-2024) vetoed issues such as gender and sexuality in schools. What generated impacts on state and municipal plans. Thus, this work aims to analyze how the gender category is treated in the Municipal Education Plans (PME) in the semiarid region of Alagoas. To fulfill the scope of the research, the Federal Government’s platform for monitoring the PME was used, accessing 38 educational plans related

to the municipalities that make up the semiarid region of Alagoas. From the search for words, we found that 15 municipalities excluded the word gender; 13 use the category, however there is a variation in the type of approach referring to its use in the educational reality and 10 prohibit the discussion about gender.

KEYWORDS: Gender; Municipal Education Plans (PME); Semiárido.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, o semiárido brasileiro abrange alguns municípios da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, essa delimitação é realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, obedecendo a três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de *Thorntwaite* igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (BRASIL, 2017). Entrementes, nesta pesquisa o semiárido brasileiro é tratado não apenas como “clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p.09). Assim, a definição de semiárido não se limita aos aspectos naturais, inclui processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O estado de Alagoas possui 38 municípios na região semiárida (BRASIL, 2017), assim buscou-se compreender nesta pesquisa como a categoria gênero está presente nos PME (2015-2025) desses municípios. Constando-se que o tripé religião, Estado e propaganda apesar de não ser recente, remonta ao século XV (FEDERICI, 2017), ainda é usado na contemporaneidade como mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos, bem como na ocultação de sistemas complexos de poder pelas elites do semiárido.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como documental de abordagem qualitativa. Para Gerhardt e Silveira (2009), é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Podendo ser agrupados em fontes primárias e secundárias.

Para cumprir o escopo de pesquisa, utilizamos a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, tivemos acesso aos 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de Alagoas. Os quais possuem diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2015-2025).

A partir do sistema busca de palavras, utilizando o conceito gênero, agrupamos três resultados: municípios que excluem, contém e proíbem.

Em seguida, analisamos os PME dos 13 municípios que contém o descritor gênero, a partir da análise de conteúdos de três categorias: abordagem; ação e público alvo, sendo mapeado as diferentes formas de abordagem da categoria gênero, as ações previstas para

trabalha-la e a quem se destina.

Foi utilizado também pesquisa bibliográfica em materiais especializados como artigos, dissertações, teses e livros.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção e compreensão do Semiárido foi modificada a partir das dimensões temporais, espaciais e intencionais. Segundo Castro (2001), a base dessa construção é a relação ser humano e natureza, que apesar de serem interdependentes, aparecem de forma unificada através da seca, ou até mesmo da segunda se sobrepondo a primeira. Outra perspectiva válida é a utilização da natureza, a princípio “adversa”, como potencial de produtividade através de atividades como o turismo ou o *agrobusiness*. Essas construções imagéticas-discursivas tiveram impactos nas políticas de intervenção no semiárido, como também no estabelecimento de relações sociais e identitárias.

Segundo Ferreira (2006, p.98), “as ideias de mestiçagem, raça inferior, determinismo do meio são somados aí a seca e as misérias decorrentes da estiagem, reforçando a imagem do retirante como um sujeito reprovado moralmente e eticamente diante da sociedade”. Na pesquisa, ainda embrionária, realizada por Verçoza (2016, p.110), os trabalhadores do sertão que se deslocam para zonas canavieiras para trabalharem no corte da cana são vistos pelos outros como “bonzão”, pois tem uma maior produtividade. Os trabalhadores da região local “explicam a produtividade mais elevada dos migrantes a partir da representação do sertanejo como um ‘povo sofrido’, ‘que aguenta a seca e o sol quente’, ‘que deve em seis meses juntar dinheiro para o ano todo’, e que por isso ‘não se importam em morrer”. Mesmo tratando de temporalidades distintas, um século separa os estudos de Ferreira (2006) e de Verçoza (2016), a percepção imagética do trabalhador sertanejo, coletada nas pesquisas e criticados pelos autores, está intrinsicamente relacionado ao fenômeno da seca, como se houvesse uma determinação do meio na ação dos sertanejos devido às condições que lhe foram postas, retirando do sertanejo sua condição de sujeito ativo no processo histórico.

Compreende-se aqui que os discursos de identidade, por vezes, se apropriam e ressignificam categorias como povo, cultura, lugar. A criação de uma (di) visão de Nordeste e de suas disparidades internas para ser validada, precisou ser identificada e reconhecida. Nesse sentido, “as nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo” (HOBSBAWM, 2003, p. 370). O problema dessa homogeneização da diferença em nome do universal é ocultar embates como as relações de classe, gênero e raça.

Na criação imagética do Nordeste, dessa (di)visão, Albuquerque (2011) demonstra como a mídia foi imprescindível,

O que podemos concluir é que o Nordeste será gestado em práticas que já cartografam lentamente o espaço regional como: 1) *o combate à seca*; 2) *o combate ao messianismo e ao cangaço*; 3) *os conchavos políticos das elites*

políticas para a manutenção de privilégios etc. Mas o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando um sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional (ALBUQUERQUE, 2011, p.88).

Ainda segundo o autor, pensar a região é compreendê-la não como homogenia, nem como uma identidade naturalizada, mas como uma série de enunciados e imagem que se repetem, em diferentes discursos e épocas, com certa regularidade. O Nordeste é uma invenção pela repetição de determinados enunciados. Encontrados em relatos de jornais, na literatura regionalista de 30, em músicas, filmes, teatro e quadros criaram imagens sobre o Nordeste e suas diferenças internas entre litoral e sertão.

As construções imagéticas sobre o Nordeste e o semiárido, associadas à seca, perpassaram os séculos e regimes políticos, mas não perdeu o seu sentido e incorpora a tecnologia contemporânea a seu favor, sendo incrementado pela evolução dos meios de comunicação, ao exemplo da mídia televisiva, que como novo instrumento de difusão de ideias e discursos, atinge uma parte expressiva da população, principalmente a partir de década de 1980. Segundo Bourdieu (1997, p.18) “com a televisão, estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo”. Além disso, a televisão pode fazer o que é denominado efeito real, “ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeito de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos” (BOURDIEU, 1997, p.18), criando um discurso/imagem em que agentes sociais possam se reconhecer. Assim, a televisão como algo que teria a fundamental função de fazer registros de uma realidade se torna uma criadora de realidades.

A mídia não só faz com que os agentes se reconheçam, mas sejam reconhecidos, tem o poder silencioso de criar símbolos. Ferreira (2002, p. 57), ao trabalhar com o conceito de agendamento, que seria de modo grotesco, a influência que a mídia pode ter na formação da opinião pública, demonstra que ela pode influenciar na construção da conjuntura social, “a imprensa pode, na maioria das vezes, não dizer as pessoas como pensar, mas tem uma capacidade espantosa de dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Uma vez que se mostra repetidamente¹ o semiárido sob a ótica dos símbolos visíveis da seca como o séquito de horrores dos flagelados, em um ambiente em que a fauna e

1 COUTINHO, Eduardo. **Retratando a seca da década de 70**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vS3UK4xw_Ow. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

DOMINGO ESPETACULAR. Disponível em: <http://rederecord.r7.com/video/sertao-do-nordeste-sofre-com-a-maior-estiagem-dos-ultimos-30-anos-5118122192bb626fab8bc807/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FANTÁSTICO. **Seca no Nordeste**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bf6gFRUwRQY>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FANTÁSTICO. **Viúvas da Seca**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PFz1FHffO7w>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

PROFISSÃO REPÓRTER. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=podmcbN8gSw>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

TV Alagoas SBT Canal 05. **Nordeste tem a pior seca dos últimos 30 anos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=itmQqSvDhdQ>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

flora quase são inanimadas, onde apenas as aves de rapinas sabem o que é fartura. Em um cenário de céu limpo, o qual o sol se mostra na sua forma mais imponente, encandeia e embaraça a visão, árvores que aparecem incompletas sem as folhas, suas outras partes tronco e galhos parecem se contorcer diante de tanta luz daquela estrela. O gado aparece magro ou morto; as pessoas esqueléticas que para não morrer de fome compartilhavam do mesmo alimento dos seus animais, comiam a mucunã, macambira, batata de parreira ou outras vegetações nativas, que, por vezes, não os livravam da constante fome no período da seca, pois a terra nem parece que um dia brotou vida de tão seca. Insistentemente a seca é mostrada como a grande inimiga dos sertanejos. As mulheres, com seus potes na cabeça buscam água a quilômetros de distância, pisando em uma terra seca e rachada para que ao menos possa vencer a sede.

Todas essas construções imagéticas fazem com que outros mecanismos sejam “ocultados, anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p.18). O sentido da seca como fatalidade e a miséria como natural é sempre ressaltada. Nesse cenário dramático a fé é um sentimento característico do (a) sertanejo (a), mesmo com todas as dificuldades mostrada, é comemorado do dia padroeiro local. Participam da celebração da missa, e fazem simpatias para chover. A chuva na festa do padroeiro faz renovar a esperança, atestando a seca como uma fatalidade, a qual só a misericórdia divina que resolveria o problema.

Assim, ao insistir no visível, ocorre de forma paradoxal o que Pierre Bourdieu chama de “ocultar mostrando”, segundo qual “mostrando uma coisa diferente do que seria mostrar caso se fizesse o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde à realidade” (BOURDIEU, 1997, p.23), ou seja, concentração fundiária no semiárido, exploração da mão de obra, as relações desiguais entre homens e mulheres, entre outras, relações complexas de poder que são ocultados, enquanto se mostra que a seca é natural e principal inimiga dos (as) sertanejos (as).

Essa constância de enunciados que repete um cenário desolador da seca, segundo Bourdieu (1997) produz homogeneidade, uma espécie de circulação circular da informação, uma constante reincidência do discurso da seca naturalizando seus efeitos e ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, este trabalho alinha-se ao posicionamento de Federici (2017), para ela o objetivo do capitalismo é transformar a vida em capacidade de trabalho, dessa maneira o desenvolvimento do capitalismo está necessariamente relacionado ao sexismo e ao racismo. Para justificar essa aparente contradição, mas que fazem parte do capitalismo difama a “natureza” do explorado, como de mulheres, negros, indígenas.

Federici (2017) demonstra como a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. E relaciona esse fenômeno

ao desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho. A autora colocou no centro da análise da acumulação primitiva- um conceito de Marx- a caça às bruxas dos séculos XVI e XVIII, para ela, esse fenômeno tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. Evidencia alguns fenômenos ausentes na obra de Marx, que são extremamente importantes para a produção capitalista, quais sejam:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.26).

Diverge também de Marx, a partir da constatação de que cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva. “Contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27). Essa situação vem se confirmando no semiárido através das concentrações de água, terra, riqueza e poderes.

Federici (2017) demonstra que um dos mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos foi o tripé religião, estado e propaganda, apesar de não ser recente, remonta ao século XV, ainda é usada na contemporaneidade.

Podemos verificar a utilização dessa fórmula com a proibição das temáticas gênero e sexualidade em 13 municípios do semiárido alagoano. Moura (2016) identifica a existência de um projeto reacionário de educação. Seus principais defensores são parlamentares ligados aos segmentos mais conservadores das religiões cristãs tais como católicos, principalmente da Renovação Carismática Católica, evangélicos de diferentes denominações e mesmo alguns representantes espíritas. Para a autora, esse projeto está pautado em dois vieses. O primeiro seria os movimentos sociais e parlamentares de contenção e o segundo seria os projetos parlamentares e governamentais de imposição. Nesse sentido, o projeto de lei Programa Escola Sem Partido-PESP, enquadra-se no movimento de contenção, e uma das frentes de atuação é o ataque do que chamam de “ideologia de gênero”. Essa expressão e sua definição são criações dos próprios grupos que a condenam, como demonstra Souza (2018). Já González; Moragas e Posa (2017, p.635), aludem que *“el discurso de la ‘ideología de género’ fue instalado por grupos anti-derechos con el objetivo de crear pánico social con relación a la perspectiva de género”*.

Moura (2016) evidencia a contradição inerente ao PESP, pois nega os fins da educação para uma convivência democrática, que respeite as diversas visões. O direito dos estudantes ao conhecimento do mundo e meios para interpretá-lo. A autora faz ainda mais três ponderações. Duas relacionadas aos direitos individuais de docentes e discentes

e a terceira de interesse coletivo e social.

Alude que os (as) professores (as) têm o direito de livre expressão, garantido no art. 5º, IX, da Constituição Federal de 1988, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Diante do cenário que o (a) professor (a) enfrenta cotidianamente, com turmas que ultrapassam o número de 40 alunos que trazem consigo experiências de realidades tão diversas, podemos inferir que é impossível não haver divergências no posicionamento desses estudantes. Quando se trata especificamente dos direitos deles, a autora alude a necessidade do acesso ao conhecimento que possibilite refletir acerca da sua posição no mundo. A última ponderação diz respeito ao interesse social. Uma sociedade que não respeita o outro, as escolhas do outro, é intolerante, se torna potencialmente discriminatória e violenta.

De igual maneira, a Lei nº 9.394/ 96 que estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional tem como princípios norteadores o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”; “princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana”; “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, o quais estão sendo ameaçados nos seguintes municípios do semiárido alagoano: Arapiraca; Batalha; Carneiros; Estrela de Alagoas; Minador do Negrão; Monteirópolis; Maravilha; Olivença; Piranhas e Santana do Ipanema. Nos planos municipais dos referidos municípios trazem as seguintes determinações:

Na execução dos preceitos legais do presente diploma legal, e das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, fica proibida, no âmbito das unidades de rede oficial e da rede particular abrangida por esta lei:

I-A avaliação, elaboração, produção, distribuição e utilização de materiais de referência didático-pedagógico e paradidáticos, com conteúdo que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

II – A divulgação, realização e/ou promoção de qualquer material informativo sobre cursos, aulas, calendário, prêmios, exposições, seminários, debates e outros encontros com conteúdo político partidário, ideológico ou que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

III – A utilização de sanitários masculinos e femininos por pessoas do sexo oposto, sob qualquer hipótese.

IV – A utilização de codinomes/apelidos/nomes sociais no âmbito das instituições de ensino, decorrentes, de ação ou orientação sexual sem a expressa autorização dos responsáveis legais, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

V – A promoção, instigação, indução, orientação ou determinação de qualquer conduta ou comportamento de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero, nas atividades didáticas e paradidáticas (BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015).

Como é possível perceber, a referida lei fere direitos fundamentais como a liberdade, igualdade e não-discriminação. Além disso, há uma tentativa de imposição do determinismo

biológico, o problema fundamental é que os conceitos de sexo e gênero não devem ser tratados como históricos.

Haraway (2004) e Hufton (1998) apontam o ponto de emergência da categoria gênero relacionado ao movimento das mulheres, no contexto de luta pelos direitos civis, em 1960, concordam com a importância do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949)-texto que serviu de base para o movimento das mulheres- no qual todos os significados modernos de gênero se enraízam nas observações: primeiro, as mulheres não tinham história e não podia ser orgulhar de si próprias; segunda, não se nasce mulher, torna-se mulher.

Haraway (2004, p.211) aponta que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

As distinções entre os gêneros se tornava uma categoria analítica, da mesma forma que classe e raça são. Proibir essas discussões nas escolas é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

Excluir a palavra gênero, como foi feito no PNE, em 2014, e no PME, 15 municípios do semiárido alagoano, em 2015, incorre na mesma problemática da proibição. Souza (2018) conclui que a exclusão dessa categoria dos planos municipais não é uma oposição a uma concepção específica de gênero, mas à própria noção de que ele existe. Reconhecer sua existência é admitir que houve construções sociais na atribuição do ser homem e do ser mulher. Entretanto, “conservadores morais se opõem ao debate para que a sua ideia de gênero, disfarçada de natureza e não nomeada enquanto discurso, portanto, com a sua existência social negada, não possa ser alvo de críticas” (SOUZA, 2018, p.279).

Um dos municípios que exclui categoria gênero do PME é um exemplo claro de como a lei, a religião e a propaganda da “ideologia de gênero”², em nome da moral, subverte a importância dessa temática ser tratada na escola.

No plano municipal de Inhapi, nas metas 1, 2 e 3 que trata respectivamente de universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil para crianças de até 3 (três)

2 Câmara Municipal de Inhapi aprova Plano Municipal de Educação com rejeição a inclusão da discussão sobre ideologia de gênero nas escolas do município. Disponível em: <http://www.centraldosertao.com.br/2015/06/camara-municipal-de-inhapi-aprova-plano.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2018

anos; da universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e do apoio a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos. Possuem como estratégia nos três casos, segundo lei nº 49 de 23 de junho 2015, “garantir e promover eventos que fortaleçam a formação da família em suas tradições e origens, zelando os valores éticos, morais e os bons costumes” e “fomentar, garantir e respeitar as crenças e os símbolos religiosos de cada povo”.

Apesar de fugir do escopo de nossa pesquisa, vale mencionar como o uso da “ideologia de gênero” segue padrões não só no Brasil, mas em alguns países da América Latina. O movimento *Con Mis Hijos No Te Metas - CMHNTM* (“Não se meta com meus filhos”, em livre tradução do espanhol), segundo Lacaros (2018), teve início no final de 2016, no Peru, a raiz desse movimento foi uma orientação do ministério da educação de fomentar a igualdade de gênero. Entrementes, essa política já estava sendo desenvolvida há uma década, mas não apresentava protestos. A canalização do movimento é com a palavra gênero, pois implica em impor uma “ideología de género”. Além disso, em um livro destinado aos docentes havia uma menção a pluralidade familiar. Para os líderes do movimento, principalmente os religiosos, tratar sobre essas temáticas na educação transformaria as crianças em homossexuais. Na Colômbia o acordo de paz não foi firmado, entre outras coisas, “*que el acuerdo tenía contenidos de ideología de género*” (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 635).

la campaña falaz de sectores conservadores y de iglesias se posicionaba de manera clara y contundente bajo la denominación “contra la ideología de género”, concepto acuñado para desinformar, falsear y mentir respecto al uso de la teoría de género y su aplicación en una herramienta de análisis que permite dar visibilidad, comprender y actuar sobre las desigualdades históricas que sufren las mujeres, así como también otros grupos que adquieren la identidad femenina y a quienes se les recorta sus derechos como, por ejemplo, las mujeres trans, que fueron también eliminadas como sujetos de protección de esta ley (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 633).

O tripé formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais. Entrementes, como as bruxas, estudadas por Federici (2017), foram símbolos de luta e resistência, suas netas estão continuando seu legado.

Por outro lado, 13 municípios trazem nos seus planos a categoria gênero, a partir da leitura podemos identificar quatro formas de abordagem, como pode ser observado na tabela a seguir:

Gênero	Quantidade de municípios
Inclusão na diversidade cultural	05
Identidade	04
Relação e Identidade	03
Relação	01

Tabela1: 13 municípios trazem nos seus planos a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Em todas as variáveis presente nos planos é possível perceber que a compreensão e a inserção do gênero desabilitam a sua naturalização, ao que Bento (2008) chama de normas de gênero, as quais obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade. Essas idealizações geram hierarquia e exclusão.

Apesar do gênero ser também uma construção cultural e identitária, ele não se limita esses aspectos, é preciso compreender a lógica do sistema, do comprou, pagou, gerou lucro? Sim! Quem e/ou o que consumiu? Não importa. Nesse sentido, visando mais um público consumidor, o capitalismo estabeleceu mercado específico para a minorias, normalmente marginalizadas, como lésbicas, tras, gays, mulheres, negras (os). Diversas empresas criam serviços específicos e/ou personalizados para atender a esse público pregando o discurso de consumo como sinônimo de libertação sexual e como forma para acabar com as opressões. No caso para o público que divergem das normas de gênero e sexualidade existe até a expressão mercado cor-de-rosa”, ou *“pink economy*, o qual diferentemente do que prega, visa apenas os lucros. Além disso, não é toda minoria capaz de consumir, existindo um padrão desse consumo. O grupo que não é aceito porque não pagou, não consumiu, sofrerá mais uma exclusão, gerando a segregação dentro da segregação. Nesse sentido, é preciso procurar e criar mecanismos de fuga. Se fazendo necessária alianças com grupos que lutam por maior igualdade econômica, de gênero e racial o que possibilita o fortalecimento mútuo.

Nesse sentido, foi feito o levantamento das ações e do público alvo para se trabalhar com a categoria gênero nos municípios pesquisados.

Ações	Quantidade de municípios
Formação continuada	05
Não específica	04
Apoiar prêmios de práticas e iniciativas, campanhas e outros eventos	03
Políticas e atitudes didático pedagógicas;	03
Propostas curriculares	03
Políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação;	01

Fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais;	01
Palestras e oficinas	01

Tabela 2: Ações para se trabalhar com a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Como é possível verificar, há uma diversidade de possíveis ações, porém quase 1/3 dos municípios citam a categoria gênero, mas não apontam mecanismos ou ações para trabalhá-la. A formação continuada é um ponto que deve ser levado em considerações, pois a abordagens qualitativa só será possível através do acesso a uma formação adequada.

Dessa maneira, Bento (2008) aponta que a escola, que fundamentalmente reproduz padrões hegemônicos, revertidos na incapacidade de lidar com a diferença, que se materializa também na delimitação do banheiro entre masculino e feminino, pode colocar em pauta a transgressão da “engenharia social” que produz feminilidades associada a vagina e masculinidades alinhada ao pênis. Para a autora, é necessário ampliar o olhar e verificar de que forma a sociedade produz essas verdades, questionar porque alguns comportamentos de gêneros devem ser reproduzidos, enquanto outros devem ser ocultados, invisibilizados, tratados como patologias, destruídos e apagados. Mesmo a escola constituído um importante lugar para tais questionamentos, eles devem ultrapassar os seus muros. Além disso, o recorte de gênero pode ser uma categoria de análise quando se trata de averiguar os indicadores de “sucesso” e “fracasso” educacional, como constatou o município de Olho d’água das Flores, o único a apontar como ação, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação.

Quando analisamos o público que se direciona essas ações, foi possível constatar as indeterminações, por um lado, e por outro, que o aluno não é o alvo principal.

Público	Quantidade de municípios
Não específica	07
Professores	04
Familiares dos estudantes/comunidade	02
Secretaria Municipal de Educação/Profissionais da educação	02
Alunos	01

Tabela 3: Público alvo se trabalhar com a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos verificar que o tripé formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de

padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais.

Bem como na produção de homogeneidade sobre o semiárido, naturalizando as contradições sociais presente nessa região, ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, um caminho para superar o estereótipo do que é ser mulher, do que é ser homem no semiárido deve ser a discussão constante. Na instituição escolar, é fazer emergir o debate, dar visibilidade possibilita aos sujeitos lidarem com as diferenças, de maneira crítica consciente. Demonstrar a construção temporal de determinado conceito, problematizar os valores e normas. Nesse sentido, o planejamento curricular não teria como foco reafirmar a diversidade de valores, crenças e identidades, e sim problematizar o modo como os conceitos são produzidos socialmente. A construção dos saberes, das relações de gênero sugere problematização, por isso é necessário questionar a produção de determinado saber e quais são seus impactos nas práticas sociais ao legitimarem ações, pensamentos conteúdo como únicos possíveis é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Batalha e dá outras providências. Alagoas, 29 de Junho de 2015. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, ANO II | Nº 0083.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. Resolução nº 107/2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Recife, 2017.

CASTRO, I. E. . **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L.. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Arnaldo Jorge Maia. **Água, comunicação e poder: A seca: um produto da dominação política e econômica no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2002.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas**. (Ceará, anos 1950). Salvador: UFBA, 2016. (Tese)

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo(org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ, Miryan; MORAGAS, Mirta; POSA, Rosa. **La igualdad de género en el Estado paraguayo: Los peligros ante la oleada anti-derechos Estado laico**. en: Codehupy (2017) Yvypóra Derécho Paraguáipe – Derechos Humanos en Paraguay 2017. Asunción: Codehupy, pp 631-635. Disponível em: http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/12/DDHH-2017_Web.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUFTON, Olwen. **Mulheres/Homens: uma Questão Subversiva**. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

INHAPI. Lei nº 49 de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Inhapi e dá outras providências.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido uma visão holística**. Brasília: confea, 2007.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Willian Eduardo Righini. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**. Um estudo sobre trabalho e saúde. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 2016. Tese (Doutorado).

CAPÍTULO 9

ESCRITOS AUTOBIÁGRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM PROFESSOR AFRODESCENDENTE

Data de aceite: 01/12/2021

Cláudio José Araújo Silva

<http://lattes.cnpq.br/6442961722137662>

RESUMO: É sempre importante se refletir sobre as relações étnicas raciais visto que o preconceito racial e a conseqüente construção de estereótipos sobre os afrodescendentes são permanentes. Nesse sentido, acredito que a autorreflexão coloca-se como um importante exercício no podemos repensar nossa condição racial no mundo. Dessa forma, neste trabalho apresento um relato de vida no qual se percebe minhas experiências ligadas à raça na família, na escola e no trabalho. Nota-se ainda a importância dos grupos de estudo no processo de conscientização do pertencimento racial dos afrodescendentes que contam com uma carga histórica repleta de injustiças sociais, sobretudo o racismo estrutural. Nesse contexto, acrescento que o estudo foi realizado com base no método de pesquisa da escrita de si que tem como objetivo o relato de experiências de vida total ou parcial articuladas com a literatura pertinente. O estudo teve como objetivo geral: analisar as transformações no processo de conscientização do meu pertencimento racial. E como objetivos específicos: identificar o meu trajeto de vida no meio familiar, escolar e no mundo do trabalho; demonstrar as interferências positivas do grupo de estudo Roda Griô no processo de conscientização do meu pertencimento racial. O estudo mostrou a importância dos grupos de

estudos para a ressignificação da identidade racial dos descendentes de africanos e que a escola pública necessita ser restaurada para que os afrodescendentes possam ter um processo de escolarização mais eficaz e capaz de contribuir substancialmente com a construção da sua identidade. Para a realização desse estudo, estabeleci um diálogo como autores como: como Ferreira (2004); Castells (1999); Schwarcz (1993); Lopes; Boakari (2016), dentre outros/as. **PALAVRAS-CHAVE:** Grupos de estudo. Experiências. Pertencimento racial. Afrodescendente.

ABSTRACT: It is always important to reflect about ethnic-racial relations since racial prejudice and the consequent construction of stereotypes about Afro-descendants are permanent. In this sense, I believe that self-reflection is an important exercise in which we can rethink our racial condition in the world. In this way, in this work I present a life story in which my experiences related to race in the family, at school and at work can be seen. It is also noted the importance of study groups in the process of raising awareness of the racial belonging of Afro-descendants who have a historical burden full of social injustices, especially structural racism. In this context, I add that the study was carried out based on the research method of self-writing, which aims to report total or partial life experiences articulated with the relevant literature. The study had as general objective: to analyze the transformations in the awareness process of my racial belonging. And as specific objectives: to identify my life path in the family, school and work environment;

demonstrate the positive interferences of the Roda Griô study group in the process of raising awareness of my racial belonging. The study showed the importance of study groups for the redefinition of the racial identity of African descendants and that public schools need to be restored so that Afro-descendants can have a more effective schooling process capable of substantially contributing to the construction of their identity . To carry out this study, I established a dialogue with authors such as: as Ferreira (2004); Castells (1999); Schwarcz (1993); Lopes; Boakari (2016), among others.

KEYWORDS: Study groups. Experiences. Racial belonging. afro descendant.

INTRODUÇÃO

O preconceito racial é um problema social que ainda é alimentado por ideologias como o racismo científico e a democracia racial. Além disso, existem também os silêncios em relação à temática produzidos pela família e meio educacional que acabam reproduzindo as ideologias vigentes sobre este conteúdo.

Nesse sentido, acredito que reflexões sobre a história de vida dos afrodescendentes constituem-se em forma de resistência contra a discriminação racial através das quais se podem analisar suas lutas, suas conquistas, o seu valor e o processo gradual de transformação das suas identidades. E sendo assim, este estudo tem como objetivo geral: analisar as transformações no processo de conscientização do meu pertencimento racial. E como objetivos específicos, temos: identificar o meu trajeto de vida no meio familiar, escolar e no mundo do trabalho; demonstrar as interferências positivas do grupo de estudo Roda Griô no processo de conscientização do meu pertencimento racial.

Nesse contexto, vale destacar que a metodologia usada foi a escrita de si. E diante disso, Passeggi (2011) reflete sobre as terminologias escrita de si e narrativas autobiográficas enquanto métodos de pesquisa, nos colocando que:

As narrativas biográficas e autobiográficas permitem incluir tanto as histórias de uma vida, quanto fragmentos delas, elas podem designar tanto aquelas que são produzidas oralmente, quanto por escrito ou ainda por meio de gestos, expressões midiáticas e digitais (língua de sinais, expressões corporais, cinebiografia, fotobiografia, videografia, webgrafia [...] etc). Reservamos a denominação escrita de si para os textos escritos pelos próprios autores sobre suas experiências existenciais ou profissionais. (PASSEGGI, 2011, p. 17)

Logo, toda a produção encontra-se estruturada na narrativa sobre as minhas experiências de vida em que se nota a transição das minhas vivências enquanto leigo sobre o conteúdo ligado às relações étnico raciais e o meu processo de conscientização sobre essa temática e a sua importância. E dessa forma conclui-se que os grupos de estudo constituem-se em uma grande fonte de conhecimento e compreensão sobre a dinâmica das relações raciais e desenvolvimento de uma visão crítica sobre o contexto de vida dos afrodescendentes em uma sociedade altamente racista.

Percebe-se ainda que o processo de escolarização coloca-se como componente fundamental para que os descendentes de africanos possam despertar para a conquista diária da efetivação da sua cidadania. E para a construção dessa reflexão foi de fundamental o diálogo com alguns autores como Ferreira (2004); Castells (1999); Schwarcz (1993); Lopes; Boakari (2016), dentre outros/as.

DESENVOLVIMENTO

Antes do ano de dois mil e treze, a minha percepção sobre as relações étnico raciais eram superficiais e isso fazia com que eu tivesse uma interpretação em nível de senso comum no que diz respeito à minha condição de homem negro em uma sociedade capitalista, cristã, branqueada e repleta de preconceitos contra a etnia dos africanos e seus descendentes.

Nesse sentido, Ferreira (2004), analisando o processo de formação da identidade dos afrodescendentes nos coloca que a fase inicial, denominada fase de submissão, se caracteriza pelo fato dele:

Absorver e se submeter às crenças e valores da cultura branca dominante, inclusive à noção sintetizada nas ideias de “branco certo” e o “negro errado”. Esta internalização de estereótipos negativos é feita de maneira inconsciente. [...] O tema geral em torno do qual as pessoas neste estágio se articulam, corresponde a uma idealização da visão dominante de mundo branco, visto como superior. Em decorrência, há uma desvalorização do mundo negro ou uma tendência dos indivíduos a assumirem como insignificante para suas vidas o fato de serem afrodescendentes. (FERREIRA, 2004, p. 70)

Sob esse ponto de vista, vale destacar que eu consegui superar essa fase inicial da minha identidade quando entrei no grupo de estudos Roda Griô da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no qual, através de leituras, filmes, eventos acadêmicos sobre as relações étnicas raciais adquiri uma nova consciência sobre esse conteúdo e passei a reinterpretar a minha condição social levando em consideração o meu pertencimento racial. Essa nova minha nova percepção sobre essa temática me possibilitou a desenvolver essa narrativa autobiográfica de forma crítica e contextualizada.

Nesse contexto, vale ressaltar que todo o meu percurso escolar de educação básica foi em escolas do município de Teresina na década de setenta em que na estrutura da política educacional da nossa educação ainda não havia a educação infantil devido à vigência da Lei de Diretrizes da Educação nº 7162/71 que organizou o ensino básico em primeiro e segundo grau, visando mais a formação para o trabalho. (SAVIANI, 2006)

Dessa forma, não tive muitas inspirações em casa e na escola durante o tempo que cursei o primário e o ginásio. O que eu via em casa era as minhas irmãs lendo revistas de fotonovela da época como *Sétimo Céu*, *Contigo*, *Capricho* e os meus irmãos gostavam de ler livros de cowboy, faroeste. Eu me beneficieei dessas produções em termos de escolarização

e de aprendizagem da leitura e da escrita vendo e aprendendo o nome das letras e das cores que tinha nas capas das revistas e dos livros de bolso.

Nesse cenário, os meus irmãos inventaram uma brincadeira em que eles diziam o nome de um livro, descreviam a capa e eu ia procurar no monte de livros organizados em porta livros. E através dessas brincadeiras, aprendi muitas letras e cores em casa mesmo. Recordo que uma vez acertei pegar livros de cowboy solicitados pelos meus irmãos cujos nomes eram *O Alejadinho* e o outro foi *Dançando na corda bamba* e com isso aprendi as sílabas, as palavras e as cores da capa desses dois livros e de tantos outros. No entanto, essas brincadeiras ocorriam informalmente mesmo, sem nenhuma intenção ou planejamento de ensino.

Nesse sentido, o problema da asma e da labirintite ainda cedo na minha vida também foi um fator complicador em meus primeiros anos de vida e que contaram como pontos negativos na formação da minha identidade familiar. Dialogando com Castells (1999, p. 4) sobre a formação da identidade, ele nos aponta que esta construção “Vale-se da matéria prima fornecida pela história, biologia, [...] pela memória coletiva e por fantasias pessoais [...]”.

E sendo assim, durante muito tempo fui visto como pessoa problemática e frágil no meio familiar o que mais tarde veio a reverberar nas minhas relações sociais em casa. No caso da asma, o meu pai se encarregou de cuidar do tratamento e depois de muitas consultas e terapias respiratórias, desapareceram os sintomas por um longo e reapareceram depois que terminei o mestrado em educação.

O meu pai demonstrava preocupação com a frequência de todos nós na escola e sempre que ia iniciar um ano letivo e que um de nós trocava de escola, durante a primeira semana de aula ele ia nos deixar na escola, ensinando o caminho. Eu ainda era bem pequeno e lembro-me das brigas dele com a minha irmã Inês para que ela frequentasse regularmente o curso técnico de enfermagem que finalmente concluiu e depois conseguiu trabalhos remunerados por toda a vida graças a esse curso. E consta nos relatos orais dos meus irmãos sobre o meu pai tinha vontade de ter um filho ou neto estudando na universidade ou trabalhando na polícia.

O problema das tonturas durou muito tempo e as minhas irmãs Inês e Isabel me levaram muitas vezes para o Dr. Nilmar, neurologista que sempre me prescreveu o exame eletroencefalograma e o medicamento em que o princípio ativo era o fenobarbital. Os exames sempre deram negativos e o medicamento não fazia efeito.

Depois de muito tempo, já no ano de dois e um, assim que casei com a Arlete, participando da organização de um evento na escola municipal em que ela trabalhava, ouvi a diretora da escola relatar sobre tonturas que sentia. Imediatamente, me informei da situação e em seguida providenciamos consulta para um otorrino que passou um exame específico para labirintite, diagnosticou o problema, confirmando a suspeita da doença. Passou medicamentos e recomendações que surtiram efeito positivo e nunca mais fui

incomodado com esse problema. A verdade é que a minha autoimagem ficou durante muito tempo afetado por esses problemas de saúde, sobretudo as consultas em que eu era proibido de falar. Muitas vezes aquilo voltava a minha consciência e eu me sentia fracassado diante do mundo.

Nessa perspectiva, os estudos que realizei no grupo Roda Griô foram abordados temas sobre a imagem negativa que o negro e a sua cultura tem na sociedade contemporânea e eu associava confusamente aquela ideia a minha situação familiar por causa das doenças. Nessas leituras e discussões foram abordadas sobre a escravidão, suas consequências para a identidade dos afrodescendentes e as teorias europeias do racismo científico do século XIX, transplantadas para o Brasil no século XX pelo médico e pesquisador baiano Nina Rodrigues e outros pensadores brasileiros como grandes causadoras da formação da identidade negativa dos descendentes de africanos, sobretudo por causa do fenômeno da miscigenação. (LOPES, 2007; GOMES, 1995; SCHWARCZ, 1993)

E aquelas discussões mexiam com a minha cabeça, me faziam voltar no passado. À noite, muitas vezes, sonhava com cenas da minha infância e adolescência e fui associando os estudos do núcleo sobre a necessidade de visibilidade positiva dos afrodescendentes na sociedade com as vezes que jogava botão e organizava junto com os colegas Zezinho, Edilson e Ivan times de futebol na rua com crianças de seis a onze anos. Também me lembrava dos desejos que tive na adolescência de saber o que era universidade. Relembrava ainda das vezes em que via imagens de artistas, atores e atrizes brancos colados no quarto das minhas irmãs e elas criticando os personagens não brancos que apreciam na televisão.

Dessas lembranças, fui reinterpreto as cenas que recordava e percebi que me destaquei no final da minha infância e boa parte da adolescência por causa dos jogos de botão em que fui consagrado como o melhor jogador da redondeza. Venci a maioria dos adversários, ganhei títulos e elogios constantes devido à forma que jogava com elegância, precisão e fazendo jogadas consideradas impossíveis.

Era espantosa a forma como eu treinava para jogar e cuidava dos botões. Eu lavava, enumerava e denominava muitos deles como o Alfredo, o Sete, o Boquinha de Peixe, o Quatorze, o Champrão, o Onze e outros com os quais tinha uma relação sentimental forte antes, durante e depois das partidas.

Vale ressaltar que alguns dos meus botões titulares que me davam segurança durante as partidas, eram decisivos foram cedidos pelo Luís Peba, um rapaz da vizinhança que gostava de brigas, era um bom jogador de futebol e trabalhava com projetos arquitetônicos e no tempo que serviu o exército teve um romance com a minha irmã Inevanda. Mais tarde se envolveu com roubos, rede de prostituição e venda de bebidas alcoólicas, vindo a morrer asfíxiado numa casa em que morava na companhia de meretrizes. Quando li sobre a sua morte no jornal, lembrei dos botões que ele havia me dado a muito tempo atrás.

Nesse contexto, é relevante refletir sobre o apelido de Pelé que ganhei na redondeza devido às brincadeiras de bola e botão e somente o meu pai me chamava de Cláudio.

Dialogando com Bechara (2011, apud LOPES e BOAKARI, 2016), ele nos aponta que os apelidos podem ser classificados como pejorativos e apreciativos, sendo “que em ambos os casos eles retiram a identidade do nome oficial de um indivíduo, qualificando-o e desqualificando-o com o uso de outra denominação.” (LOPES; BOAKARI, 2016, p. 294).

Diante disso, vale acrescentar que eu nunca fui avesso ao a este apelido, porém, depois que entrei na escola, na universidade, nos trabalhos e quando comecei a namorar, passei a ser chamado de Cláudio e a sentir uma grande diferença entre o meu nome verdadeiro e o meu apelido por causa das novas responsabilidades, sentimentos e pensamentos que passei a ter.

Nesse sentido, vale destacar que foi indo trabalhar na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em dois mil e sete, que conheci o professor Jânio Jorge que foi responsável pela minha iniciação no mundo da pesquisa educacional através da orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e participação nas bancas examinadoras destes trabalhos. Nessa época, eu ainda era somente especialista em supervisão escolar e o meu trabalho como professor universitário e de educação básica passou a ter um significado histórico para mim a partir das reflexões no núcleo de estudo Roda Griô sobre o negro, suas vivências e a sua cultura analisados na obra *Sociologia do negro brasileiro* de Clóvis Moura (1988), na qual é destacado, dentre outras reflexões, que:

Os negros não eram somente trabalhadores do eito, que se prestavam apenas para as fainas agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal primário era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, na metalurgia cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas. (MOURA, 1988, p. 67).

Por esta e outras reflexões deste livro, eu percebia que o meu trabalho como professor representava uma forma de resistência contra a ideia negativa sobre o negro criado por causa da escravidão e que esta ideia se encontrava presente em muitos livros didáticos, filmes, novelas e programas de televisão como o Sítio do Pica-Pau Amarelo em que as representações sobre o afrodescendente são, na maioria das vezes, sempre através de imagens retratando cenas em que eles exercem funções sem valorização social.

E esse conjunto de ideias me fazia retornar ao passado e lembrar-me da forma como me iniciei no mundo da leitura que já foi na vida adulta por volta dos vinte e três anos de idade quando me encontrava desempregado e ajudava em casa atendendo no comércio que os meus pais sempre tiveram. Enquanto eu fazia esse trabalho, a minha mãe cuidava nos afazeres domésticos. Era naquelas manhãs e tardes que eu lia os jornais *O Dia* e *Meio Norte* durante horas.

A minha mãe era assinante destes jornais e assim todos os dias chegava um novo jornal com novas notícias que eu lia vorazmente, passando por todas as seções. E a partir daí me sentia bem informado, tinha sempre assunto para conversar com parentes e vinhos.

Eu sentia diferença entre essas leituras de jornal e aquelas que eu realizava de revistas em quadrinhos na infância e adolescência e nas escolas públicas eu não me lembro de ter realizado atividades de leituras. Às vezes vinha umas tarefas de casa para pintar ou desenhar mapas e muitas vezes minha irmã Inevanda fazia para mim ou atividades bem simples de ler e escrever que eu tentava fazer sozinho.

Nessa perspectiva, aquelas leituras aprofundaram a minha compreensão textual e despertaram em mim o gosto de ler e escrever. Passei a produzir textos com base nelas e enviar para os jornais que eu lia e muitas vezes eles eram publicados. E a partir dessas atividades passei a ler livros e revistas que eu comprava e que me encaminharam para outras leituras.

Li várias edições do *Almanaque Abril* que continha informações variadas sobre ciência, religião, artes, política, esportes. Também realizei a leitura, várias vezes, da obra clássica *O Príncipe* de Maquiavel através da qual incorporei vários ensinamentos como “[...] É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para amedrontar os lobos. Os que adotam apenas a natureza do leão não têm êxito” (MAQUIÁVEL, 1995, p. 111) que fez surgir em mim atitudes de cuidado e coragem. Ainda da obra acima citada aprendi o ensinamento que diz que “[...] é necessário que o príncipe possua espírito capaz de modificar-se de acordo com o que lhe ditam a direção dos ventos e o variar das circunstâncias [...]” (MAQUIÁVEL, 1995, p. 113) em que passei a compreender melhor a importância da flexibilidade em minhas ações e pensamentos na vida.

Nessa época tinha sido lançada a coleção *O Pensamento vivo* que trazia as ideias básicas de personalidades do mundo da ciência, política, filosofia e artes e esses livros eram vendidos em bancas de revistas por preços populares e muitas pessoas compravam. Eu fiz a leitura de várias dessas obras, sendo as que me chamaram atenção foram as de Buda e a de Karl Marx.

Na obra relacionada a Buda, li reflexões sobre a importância da prática do desapego em relação aos desejos, prazeres e bens materiais. Também li e me admirei bastante sobre os célebres passeios de Buda em que ele descobriu a realidade mundana e passou a mergulhar profundamente no processo de meditação longe do castelo luxuoso em que vivia.

Já na obra relativa a Karl Marx, tive os primeiros contatos com as ideias sobre o materialismo histórico e dialético e com a sua variedade de categorias como a historicidade das lutas de classe, as críticas ao capitalismo, a ideologia burguesa e as propostas de nova sociedade baseadas no socialismo e no comunismo. E na graduação, aprofundi essas ideias nas disciplinas de Sociologia e Filosofia da Educação no curso de pedagogia e em alguma disciplina que cursei no curso de ciências sociais.

A verdade é que eu jamais imaginei que essas minhas atividades de leitura fossem despertar em mim aspirações ardentes de vir a estudar na universidade, contrariando radicalmente as perspectivas do racismo e do preconceito racial que muitas vezes

caracterizam os negros “como sendo inferiores, delinquentes, perversos, desonestos, tolos, sujeitos, irresponsáveis, preguiçosos, incapazes”. (MARTINS, 2013, p. 27).

E esse meu desejo de ser universitário crescia ainda mais quando eu lembrava as experiências de trabalho que havia experimentado até os meus vinte e três anos de idade. Até ali, eu já havia servido o exército durante onze meses. Também havia trabalhado no Departamento de Estradas e Rodagens do Piauí (DER) e em uma construtora graças ao curso técnico de edificações que havia feito.

No entanto, nesses dois últimos empregos não tive muito sucesso porque o meu curso técnico foi muito teórico e eu praticamente não possuía conhecimentos práticos sobre obras, material de construção, ferragem, concretagem, análise de plantas de casa no local da obra que eram itens importantes nos trabalhos que consegui relacionados ao meu curso de edificações. E na construtora ainda teve um agravante que foi o fato dela prestar serviços para uma grande empresa na qual eu realizava atividades ligadas à anotações e cálculos de concretagem nas quais ficava muito tempo no sol e a minha pele ficava muito cinzenta e aquilo me incomodava.

Nesse cenário, depois que fiquei sem emprego fui trabalhar como aprendiz em uma gráfica do meu irmão, o mesmo que na minha infância me incentivou bastante nas brincadeiras de bola e botão. Sempre tive muito respeito a ele porque foi dele que ganhei os primeiros botões que tive e que guardo até hoje. E nas primeiras vezes que fui jogar bola no campo que tinha perto de casa, era ele quem me levava e eu chorava para usar a camisa dele e ele sempre dava um jeito para eu usar aquela camisa durante o jogo.

E parte desse meu forte contato com esse meu irmão ocorreu durante a década de setenta em que o Brasil viveu sob o regime militar, teve uma grande expansão em seu processo de urbanização e boa parte da população migrava para os grandes centros urbanos em que era grande a oferta de empregos em muitas áreas. Nessa época, os estudos realizados pelos pensadores Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg sobre discriminação racial no Brasil já comprovavam a existência das desigualdades raciais e se contrapunham à visão de democracia racial introduzida no Brasil com base na obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire.

Nessa ocasião, esse meu irmão passou muito tempo em São Paulo, bem empregado no setor gráfico do qual mais se desligou por não ter acompanhado as inovações tecnológicas nesta área. E nos finais de ano ele vinha nos visitar e trazia vários utensílios e distribuía entre os vizinhos que iam recepcioná-lo. Era uma festa! Também trazia brinquedos interessantes para mim e muitos discos de cantores que faziam sucesso naquela época. Quando ele voltava a São Paulo, eu ficava ouvindo os discos e aprendi a maioria das músicas que sei até hoje. Quando ele resolveu voltar para Teresina, abriu uma gráfica no centro da cidade na qual fui trabalhar, mas não me adaptei com o ambiente de trabalho nem com as conversas e brincadeiras de duplo sentido que ouvia.

Nessa perspectiva, antes de iniciar a minha graduação em pedagogia na Universidade

Federal do Piauí (UFPI), comecei cursar o segundo grau em uma escola pública e depois estudei uns meses de cursinho no Colégio Objetivo e em um curso específico de física e matemática porque a minha pretensão, devido ao curso técnico que fiz, era cursar engenharia civil.

Ocorre que nessas aulas de cursinho a minha aprendizagem nas disciplinas de cálculo não evoluía e eu sentia falta de conceitos e operações básicas que não tinha aprendido o suficiente nos primeiros anos de estudo nem no curso técnico. E quando fiz vestibular para engenharia por duas vezes, percebi que também não sabia o suficiente das outras disciplinas como história, geografia, redação e literatura e a maioria das questões eram muito estranhas para mim.

E diante dessa situação, eu ainda não conseguia formar um juízo crítico sobre o meu passado escolar e somente na graduação quando fui estudar sociologia da educação foi que passei a entender o papel da escola pública na sociedade. Nessa situação, a obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* de Louis Althusser (1985), nos explica que a engrenagem social é constituída basicamente por aparelhos repressivos e ideológicos em que “A Escola, as Igrejas moldam por métodos próprios de sanções, *exclusões*, seleção etc... Não apenas seus funcionários, mas também suas ovelhas.” (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Sob esse ponto de vista, passei a compreender o papel da escola pública na sociedade, levando em consideração o fenômeno das exclusões justificado pela estrutura precária dessas escolas que acaba eliminando a maioria dos seus alunos do mundo universitário. Todos os meus irmãos e irmãs estudaram em escola pública e como consequência tiveram o isolamento no mundo do trabalho, sem conseguirem profissões através de formação superior e capaz de lhes dar visibilidade no meio social.

Nesse panorama, o meu irmão mais velho tinha a fama de ser o mais inteligente da família e chegou a desenvolver muitos trabalhos como carpinteiro e na parte de eletrônica tendo aprendido praticamente tudo por conta própria, lendo, pesquisando e praticando. Também desenvolveu muitas habilidades, conhecimentos e práticas na área do misticismo em que se desentendeu desde cedo com a minha mãe e saiu de casa porque os trabalhos espirituais que ele realizava não eram ligados ao catolicismo e sim a religiões de base africana, conforme analisado por Santos (2012) e Melo (2012). E essas suas atitudes se chocaram a visão etnocêntrica da minha em relação aos valores morais e religiosos que ela só considerava válidos esses aspectos se fossem ligados ao catolicismo.

Sob essa ótica, podemos compreender o etnocentrismo como sendo:

[...] uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos

emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas. (ROCHA, 1984, p. 5)

Nesse panorama, a minha mãe foi uma pessoa extremamente católica e que seguia todos os ritos dessa religião como orações cotidianas, tinha um santuário bem populoso de santos, lia a bíblia todos os dias e festejava Santa Luzia em dezembro com treze noites de novenas. E dessa forma rejeitava veementemente qualquer outra religião argumentando que eram estranhas e contrárias aos ensinamentos de Cristo. E por conta disso, cresci com essa compreensão de que a religião católica era a melhor e cumpri os seus sacramentos básicos e durante um bom tempo frequentei muitas missas.

E exatamente no ano de mil novecentos e noventa, nasceu em mim um desejo de conhecer outras religiões e fui conhecer e participar do Movimento Gnóstico através de um cartaz que vi no ônibus. Nessa época, eu frequentava a igreja católica e o referido movimento buscando inovar minhas crenças no divino. Nesse sentido, vale destacar que a Gnose é um ramo do conhecimento e do esoterismo com origem histórica no cristianismo em que os seus integrantes buscavam seguir os ensinamentos de cristo profundamente e se organizaram em comunidades fechadas para estudos, orações e práticas místicas ao longo do tempo.

Durante um período da história esse movimento entrou em crise e se renovou no século vinte tendo como uma dos seus principais expoentes o Mestre Samael Aun Weor que se converteu em um grande humanista e escritor sobre vários temas como kabala, política e esoterismo. Foi nas reuniões para assistir conferências, realizar práticas esotéricas e leituras sobre espiritualidade e despertar da consciência que conheci a Arlete, minha esposa. E nesse contexto, a minha mãe passou a me criticar e a tentar me proibir de frequentar essa instituição. Porém, eu não alimentei a curiosidade dela sobre a minha participação neste núcleo e frequentei até quando comecei a não ver mais sentido.

Nessa perspectiva, nos últimos cinco anos da década de oitenta, os meus pensamentos andavam inquietos e eu precisava definir um novo caminho em minha vida depois de ter servido o exército, feito o curso técnico de edificações e ter tido experiências de trabalho em que não me adaptei.

Nesse sentido, eu continuava lendo vários livros, até que adquiri a obra *Controle Cerebral e Emocional* de Narciso Irala (1986) que passou a ser o meu livro de cabeceira durante muito tempo. Lia e relia capítulos dessa obra como “Saber descansar”, “Conhecer-se”, “A felicidade e seus mecanismo psíquicos” e “Sentimentos e emoções” que me ajudavam bastante a ter novas ideias, revigorar o ânimo e alimentar novos desejos.

Também nesta fase desenvolvi um gosto pelas músicas com temas sociais e políticos e com teor revolucionário como “O Tempo Não Para”, “Ideologia”, “Brasil”, “Blues da Piedade”, “Um Trem Para As Estrelas” do cantor e compositor Agenor de Miranda Araújo

Neto, o Cazuzu. E eu conseguia articular a letra dessas músicas às leituras que fazia e isto impulsionava as minhas reflexões sobre a sociedade e aquilo aumentava o desejo de ser universitário.

E foi nesse contexto que eu fui aprovado em três vestibulares, chegando a concluir a concluir o curso de pedagogia na Universidade Federal do Piauí e cursar a metade do curso de geografia nessa mesma instituição. Esses cursos me ajudaram bastante em minha nova trajetória de vida e de trabalho em que passei em vários concursos públicos e trabalhei também em escolas particulares e universidade. E todas essas novas experiências de trabalho me impulsionaram a ter uma nova vida, ter um novo lar e uma nova família.

Foi trabalhando como professor no colégio São Francisco de Sales que cursei a minha pós-graduação em supervisão escolar que muito influenciou na minha aprovação no concurso de professor titular na Universidade Estadual do Piauí na qual trabalho até hoje. No contexto do meu trabalho docente no ensino superior foi que surgiu a necessidade de cursar o mestrado para atender as exigências desse nível de ensino.

Nesse contexto, a professora Lucienia Libânia Martins, que trabalhava como professora substituta na Universidade Estadual do Piauí, campus Clóvis Moura, foi quem me incentivou a entrar no grupo de estudos Roda Griô da Universidade Federal do Piauí. O referido grupo de estudos me possibilitou desenvolver a consciência sobre as relações étnicas raciais e fazer uma nova leitura e análise do meu passado e do contexto histórico e social em que vivemos sob a condição de homem afrodescendente capaz de progredir profissionalmente e fugir do confinamento social reservado a maioria da população brasileira, sobretudo a porcentagem relativa aos afrodescendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a minha narrativa, percebo que seja de fundamental importância que cada vez mais um percentual maior de afrodescendentes se conscientize da sua condição étnica e racial no mundo para que assim eles possam despertar interesse em desenvolver algum tipo de luta de forma consciente contra o racismo.

Nesse sentido, vale ressaltar que é necessário que surjam novas reflexões e formas de resistência contra o preconceito racial porque o racismo continua atuante em vários recantos da sociedade e a escola e a universidade tem um grande desafio em promover uma pedagogia antirracista, sobretudo alterando os currículos e colocando em prática as políticas públicas a nível nacional e mundiais ligadas às relações étnicas raciais e promoção da cidadania dos afrodescendentes.

De acordo com o que vivenciei e relatei, percebo que a escolarização dos afrodescendentes se coloca como ponto fundamental para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária. E nesse sentido é necessária que haja uma melhoria na qualidade de ensino da rede pública que é o local em que a grande maioria dos afrodescendentes

frequente e necessitam ter condições escolares favoráveis para que eles possam sair do isolamento social historicamente construído para a sua etnia.

E, por fim, percebo ainda a importância de a gestão escola criar estratégias para envolver a comunidade escolar, sobretudo as famílias, no processo de reflexão sobre as relações étnicas raciais para que todos possam ter a dimensão da importância da inclusão e valorização dos afrodescendentes nos diversos contextos dos quais ele se encontra inserido.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BECHARA, Evanildo (org). Dicionário escolar da Academia de Letras: Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3º ed. 2011.

BRASIL – Década de 70. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70. Acesso em 24 de abril de 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZUZA, letras e músicas. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cazuza/>. Acesso em 30 de abril de 2020.

CLARET, Martin (Coord. Editorial). **O pensamento Vivo De Buda**. Editora Martim Claret, 1985.

DEMOCRACIA racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01040141997000200008. Edições, 1995.

Fátima; ATEM; Érica (Org.). Alteridade e o outro como problema. Fortaleza: Expressão

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente – Identidade em Construção**. Rio de Janeiro : Pallas, 2004.

GNOSE. Disponível em: <https://gnosibrasil.com/artigos/historia-da-gnosis/>. Acesso em 24 de abril de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Gráfica, 2011. p. 13-39.

IRALA, Narciso. **Controle cerebral e emocional**. São Paulo. 27ª edição. Edições Loyola, 1986.

LOPES, Luzia Bethânia da Silva Lopes; BOAKARI, Francis Musa. **Mulheres, homens e apelidos pejorativos**: quais as experiências e relações? In: Congresso sobre Gênero, Educação e Afrodescendência: conquistas, experiências e desafios. 1., Anais... Teresina: UFPI, 2016. p. 292-306.

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: AGIR, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Editora Cultrix Ltda, São Paulo. Tradução, introdução e notas de Antônio D'Elia, 1995.

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. **AFRORRESILIENTES**: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Piauí, Teresina, 2013.

MELO, Emerson. Memória e resistência na formação dos Terreiros de Candomblé. In. FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula**. Belo Horizonte, MG. Fino Traço Editora Ltda. 2012. p. 23-28

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1988.

O pensamento vivo de Marx. 8ª ed. Editora Martim Claret, 1985.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A pesquisa (auto) biográfica em educação: Princípios Epistemológicos, eixos e direcionamentos da investigação científica. In: VASCONCELOS, Fátima; ATEM; Érica (Org.). **Alteridade e o outro como problema**. Fortaleza: Expressão gráfica, 2011. p. 13-39.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O QUE É ETNOCENTRISMO**. São Paulo, SP. 5ª edição: editora brasiliense, 1988.

SANTOS, Milton Silva dos. Afinal, o que são as religiões. In. FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula**. Belo Horizonte, MG. Fino Traço Editora Ltda. 2012. p. 11-21

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

CAPÍTULO 10

O QUE É SER HOMEM? UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES

Data de aceite: 01/12/2021

Diarly Igor Panta Marques

Discente do curso de psicologia da UNILEÃO

Marcus Cezar de Borba Belmino

Docente do curso de psicologia da UNILEÃO

RESUMO: As masculinidades são características construídas socialmente e culturalmente e que são atribuídas aos homens, muitas vezes apresentadas de formas agressivas, gerando sofrimentos a eles próprios e àqueles que estão a sua volta. Esse trabalho é resultado de uma pesquisa de campo de caráter fenomenológico que teve como propósito compreender como eles enxergam as masculinidades, a partir da descrição de suas experiências, identificando formas de sofrimentos encontradas na maneira de ser homem e discutindo sobre a masculinidade hegemônica. Foram realizadas entrevistas individuais através de uma plataforma digital. A pergunta norteadora: “O que é ser homem para você?” deu abertura para as novas questões que iam surgindo no decorrer do diálogo, seguindo o caráter fenomenológico. Para análise dos dados utilizou-se o método desenvolvido por Amedeo Giorgi. As três pessoas entrevistadas, se identificavam com o sexo masculino, relataram sobre as suas vivências e em suas falas encontraram-se sofrimentos decorrentes de uma construção que prioriza um padrão masculino de dominação, que surge na essência das nossas identidades e papéis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade. Sofrimento.

Ansiedade. Sexualidade. Gênero.

ABSTRACT: The masculinities are features formed socially and culturally and they are also imposed to the men, often presented in an aggressive way. This causes a strong suffering to themselves and that one who are around them. This work is a field research's result of phenomenological character which the main purpose is understand how men see the masculinities. Starting with their descriptions of experiences, identifying some ways of suffering that are found in the way of being a man and discussing about hegemonic masculinity. Individual interviews were made through an online platform, the main question: “What is the meaning of being a man, for you?” enabled some new different questions, that questions were arising along the dialogue, according to the phenomenological character, as quoted before. The survey data was possible of being analyzed due to the method developed by Amedeo Giorgi. The three interviewees identify themselves as a man and they also reported about their experiences, where was found sufferings resulting from a wrong thought that prioritizes a homogeneous male standards, that arise in the essence of our social identities and roles.

KEYWORDS: Masculinity. Suffering. Anxiety. Sexuality. Gender.

1 | INTRODUÇÃO

As masculinidades são construções sociais e culturais que influenciam o funcionamento da sociedade e afetam a forma

em que os homens enxergam a si mesmos e os seus papéis e a identidade das mulheres. Elas se manifestam de diferentes formas, de acordo com a cultura, com as relações familiares, religiosas, educacionais, econômicas e pela individualidade de cada um deles (TELLES, 2018).

De Paula e Da Rocha (2019) declararam que é preciso ouvir os homens falarem sobre suas percepções a cerca desse tema, com objetivo de levá-los a uma tomada de consciência quanto à problemática de que algumas características masculinas são prejudiciais ao bem-estar deles próprios e ao feminino. Para os autores, ao gênero masculino tem se atribuído padrões de comportamentos e papéis sociais que ressaltam um lugar de dominação e uma cobrança para terem que reafirmar sua masculinidade, que habitualmente é exigida de forma agressiva.

Há um amplo interesse teórico em se perceber as violências sociais a partir da visão feminina, enquanto vítimas, entretanto, tem se notado um crescimento de interesses nos estudos que busquem ouvir os homens e compreender como enxergam seus sofrimentos e como reagem a essa violência resultada dessas construções de dominação. Segundo o estudo realizado por Papo de Homem, Instituto PDH e Zooma Inc. (2019), seis em cada dez homens lidam com algum distúrbio emocional, sendo a ansiedade, a depressão, o vício em pornografia e a insônia os mais comuns, a maioria não é diagnosticado pela dificuldade que eles têm em procurarem ajuda. Ainda segundo o estudo 78% deles afirmaram que foram educados a não reproduzir comportamentos femininos, 60% afirmaram que foram ensinados a não expressar suas emoções e 37% deles nunca conversaram com ninguém sobre o que é ser homem.

Segundo Baére e Zanello (2020) entre os anos de 2011 e 2016 ocorreram 62.804 óbitos por suicídio no Brasil, desse total, 79% eram pessoas do sexo masculino. Cicogna, Hillesheim e Hallal (2019) acreditam que as reações sobre os conflitos relacionados à orientação sexual, histórico de abuso sexual, transtornos mentais, abuso de substâncias e uso excessivo da internet podem ser causas dessa violência. Para Nolasco (2001) é preciso incluir o aspecto masculino nas discussões sobre as violências sociais.

A ideia em realizar um estudo voltado ao tema da masculinidade e como eles enxergam a vivência da sua própria experiência do que é ser homem surgiu após leituras prévias, o conhecimento de documentários, iniciativas de grupos que trabalham com essa temática e a discussão sobre o assunto com outros homens. O pesquisador busca transformar aquilo que ele percebe nas experiências cotidianas em conhecimento científico. Essa pesquisa poderá auxiliar no desenvolvimento de estratégias para trabalhar sobre as violências que as masculinidades agressivas causam.

O objetivo geral dessa pesquisa é entender como os homens compreendem a construção da masculinidade, a partir da descrição das experiências vividas por eles, identificando as formas de sofrimento que aparecem na maneira de ser homem e fazendo uma discussão sobre as violências proporcionadas pelas características da masculinidade

hegemônica.

O caráter dessa pesquisa é fenomenológico, qualitativo e descritivo, a partir do método empírico de Amedeo Giorgi buscou-se a compreensão do conhecimento da experiência vivida pelos homens em sua forma de lidar com a temática proposta. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas guiadas por uma pergunta disparadora: “O que é ser homem para você?”.

Pesquisar sobre a masculinidade implica buscar respostas para problemas que afetam a relação dos homens consigo mesmo, com as mulheres e com a sociedade em geral, contribuindo para o aprofundamento de estudos sobre o assunto e conseqüentemente da Psicologia como ciência. É importante ampliar as percepções das vivências sobre o que é ser homem e como as diversas formas das masculinidades aparecem socialmente, de modo a criar estratégias de enfrentamentos das diversas violências que as masculinidades agressivas podem ocasionar.

2 | CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE

Dialogar sobre o processo de construção da masculinidade implica falar sobre uma discussão a respeito de uma visão de gêneros como uma idealização social e política. Para compreender esse olhar sócio-político, não se deve deixar de citar a importância que Paul Preciado tem a essa discussão. A partir do seu manifesto da contrassexualidade, o autor faz crítica a heteronormatividade que se apresenta como um contrato social de gêneros e de sexos, retratando-o como um agenciamento político dos corpos (PRECIADO, 2014). Para Fedrizzi (2015), o conceito de gênero faz parte de uma construção socialmente desenvolvida através do tempo, e que varia de acordo com a cultura e a sociedade. A autora acredita que desde cedo as crianças são influenciadas a exercerem modelos de condutas que são atribuídas ao seu sexo biológico.

Júnior, Sales e Leite (2021) fazem crítica ao conceito de gênero e sexo baseado exclusivamente no aspecto biológico, para eles, é preciso desconsiderar o gênero em uma percepção enquanto “essência”, mas que é preciso percebê-lo como uma construção social, assim permitindo repensar os estereótipos dominantes e fazer abertura para novas formas de masculinidades que fujam do padrão hegemônico.

Pereira e Silva (2017) destacaram que os estudos sobre as masculinidades são recentes, mas que têm ganhado visibilidade e possibilitado uma nova forma de perceber o masculino. Para Telles (2018) há a importância de se pensar na construção da masculinidade baseada em cada uma das múltiplas culturas da contemporaneidade. Connell (1995) define a masculinidade como uma configuração de ações atribuídas aos homens dentro das estruturas das relações de gênero, havendo diversas configurações dentro de um mesmo contexto social. O autor traz à discussão diversas masculinidades, uma delas é a hegemônica. Ele as define como práticas que são produzidas, isso envolve

posturas, habilidades físicas e até formas de movimentar-se. Acredita que é possível pensar a adoção de práticas de feminilidades por homens e práticas de masculinidades por mulheres.

Connell e Messerschmidt (2013) explicam que a masculinidade hegemônica é entendida como um padrão de práticas construídas em uma estrutura hierárquica, onde possibilita a dominação dos homens sobre as mulheres, essas características são agressivas a elas, a eles mesmos e a outros grupos sociais. O termo é usado em pesquisas sobre violências, preconceitos, saúde e organizações.

De acordo com Preciado (2014) há um dispositivo tecnológico social que trata a sexualidade dentro de uma corrente heteronormativa, que divide os gêneros a partir dos órgãos sexuais, atribuindo ao pênis um lugar de privilégio. Nascer com um pênis concede ao homem cis um lugar de que esteja apto a dominar. A representação de uma masculinidade hegemônica designa a eles um lugar de poder que é negado às mulheres, e que se apresentam socialmente através das desigualdades no mercado de trabalho, na renda econômica, na inserção da política, e que se mantém através de diversas formas de violências (CARDOSO E ZIMMERMANN, 2020).

Os autores ainda abordaram de forma complexa, a importância do diálogo a respeito dos temas que envolvem sexualidade e masculinidade, o combate à hegemonia de uma masculinidade agressiva que dá espaço apenas a valorização da virilidade, da força física, da liderança, da rejeição do que é feminino e do sentimentalismo. Em Telles (2018) é percebido que há uma ideia social de que o homem precisa estar sempre ativo para o sexo, e que esse comportamento os deixam sobre os riscos às ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e a gravidez indesejada, pois, eles não assumem a responsabilidade de proteção.

Fagundes (2015) ressalta que há uma construção que leva os homens a negligenciarem o cuidado com a sua saúde. Eles têm maior dificuldade em lidar com ela quando comparado às mulheres, seja porque há uma necessidade de se promover mais políticas públicas para a saúde deles, ou pelo medo de descobrir a doença e sentir-se fraco ou incapaz, tendo em vista que se constituiu uma ideia de que eles precisam reafirmar sempre uma identidade de força e poder.

Para Connell (1995) os meninos são ensinados a distanciarem-se dos comportamentos das meninas, mulheres e feminilidade. São pressionados a adequar-se às normas masculinas, a reprimirem seus sentimentos e isso podem os levar à violência, crise pessoal e a dificuldade nos relacionamentos com as mulheres. Aqueles que se identificam em modelos de masculinidades não hegemônicas sofrem com esses papéis sexuais rígidos.

Em seu estudo, Nolasco (2001) buscou compreender a relação dos homens com as violências no Brasil e o motivo do Estado não ter considerado o recorte masculino na elaboração de medidas para enfrentamento delas, tendo em vista que os homens estão mais envolvidos em situações de violências, sejam como praticantes ou vítimas delas.

Para o autor, um agressor busca na vítima preencher um sentimento de valorização e potência “porque a imagem que tem de si como homem não comporta a intensidade deste sentimento” (NOLASCO, 2001).

Segundo Cardoso e Zimmermann (2020) o corpo surge como mais uma das formas em que se construiu a dominância do homem cisgênero hétero sobre as demais configurações sociais, sejam sobre as mulheres, ou as pessoas LGBTQIA+. O masculino é representado pela imagem do corpo atlético, musculoso, construído em academias, deixando de lado outras formas de representação do corpo masculino e do lugar de ser homem. Em seu estudo sobre transexualidade, Saleiro (2012) discute que a divisão binária dos gêneros, invisibiliza, desde a infância, o corpo trans. As normas culturais e as instituições sociais excluem essas pessoas dentro de casa, na rua, na escola, no mercado de trabalho e retirando os seus direitos. Baére e Zanello (2020) analisam que a violência contra bissexuais e homossexuais por não estarem dentro desse padrão de masculinidade construída causa sofrimento psíquico, sentimento de não pertencimento e isolamento.

Silva e Gastaldi (2018) analisando a construção da masculinidade numa perspectiva religiosa identificaram uma posição social que é ocupada pelo homem como superior à mulher. O patriarcado sujeita o homem no lugar da hierarquia, como tendo domínio e poder sobre elas, e que para eles são dados os lugares de destaques sociais.

No estudo de Fedrizzi (2015) sobre as histórias infantis, o homem é visto como forte, ativo e bravo, protetor e salvador da “mocinha”, que é vista como frágil e passiva. A autora ainda mostra que desde antes do nascimento, pais, família, escola, sociedade e mídia, influenciam sobre como a criança deve agir, sentir e viver de acordo com a construção dos papéis de gênero. Hefez (2013 apud Telles, 2018) afirma que desde pequenos os meninos são tratados de forma mais agressiva que as meninas, enxergam um medo que o pai tem de que seu filho seja fraco, homossexual ou afeminado, para o autor a mídia, a moda, a família, a linguagem e a religião têm um importante papel na construção da masculinidade, desde o nascimento até tornar-se um homem adulto. Para Silva e Gastaldi (2018) a religião alicerçou uma identidade patriarcal de que o homem ocupa o centro e a mulher às margens, essa concepção que coloca o homem em um lugar de privilégio e superioridade perpetua-se na sociedade através das relações de poder.

Cardoso e Zimmermann (2020) observaram que há uma construção de heteronormatividade como único modelo e que comportamentos que fogem desse ideal são colocados como fora da norma, e marginalizados. Preciado (2014) faz referências a Foucault, ao trazer uma *contraproduktividade*, a partir da liberação sexual, que produz formas de prazer diferentes das que foram construídas pela sexualidade moderna, apresentada como uma tecnologia de resistência.

Garboggini (2008 apud Telles, 2018) afirma que nos últimos anos, no Brasil, tem surgido um conceito de homem “metrossexual”, um homem com sentimentos, que não é agressivo em ocupar lugares usualmente atribuídos ao feminino, ao cuidar da sua

aparência, interessar-se por moda, realizar tarefas domésticas, cuidar dos cabelos, pele, aparência, e da sua saúde. Para o autor não se deve atribuir ao homem apenas um modelo do que é ser masculino, mas pensar na identidade masculina como fazendo parte das transformações sociais na contemporaneidade.

De acordo com Connel (1995) para que haja transformações nas relações pessoais e sobre a sexualidade, há a necessidade de que os homens possam compreender de forma mais profunda as questões que envolvam a eles próprios e as suas emoções. O autor acredita que é possível pensar na reconstrução do gênero como um projeto de caráter individual e também coletivo. As políticas feministas, os movimentos gays, e políticas de saídas e transformativas, fazem um trabalho importante como referenciais para se pensar em alternativas de masculinidades, que vão à oposição a uma visão da masculinidade agressiva ou hegemônica.

Segundo Silva e Gastaldi (2018) é lento e trabalhoso o processo de desconstrução da identidade masculina hegemônica, que tem influência da construção de masculinidade religiosa, e que é necessário repensar essas características e observar a importância dos movimentos que dão novas visões e possibilidades de vivenciar masculinidades. Acreditam em um homem que pode gerenciar seus afetos e escolher sua própria identidade em um mundo de identidades plurais. Fedrizzi (2015) faz uma importante discussão sobre o papel da escola na construção de identidades, através da educação devem-se ser ampliadas possibilidades para se pensar novas visões sobre o que é ser homem ou mulher na sociedade contemporânea.

3 | METODOLOGIA

Essa pesquisa é caracterizada como fenomenológica, qualitativa e descritiva, pois foi utilizado o Método Fenomenológico na busca da compreensão da experiência vivida pelos participantes, através do que eles expressaram em suas entrevistas (GIL, 2010). De acordo com Melhem (2012) a investigação fenomenológica busca o conhecimento a partir da forma em que as pessoas lidam com o seu mundo, e não de acordo com interpretações ou pressuposições.

Os convites foram realizados através das redes sociais do entrevistador. Foram enviadas mensagens via *whatsapp* para cada um dos participantes. Nelas continham a explicação do tema, como seria realizado o trabalho e a solicitação de resposta positiva ou negativa quanto a sua participação na pesquisa. Os critérios de inclusão foram: se identificar com o gênero masculino, homens trans com orientação sexual heterossexual estão incluídos nesses critérios, for natural da Região do Cariri cearense, for maior de 18 anos, ter acesso para se conectar virtualmente para realizar a entrevista. Os critérios de exclusão foram: não se identificar com o gênero masculino, não for natural da Região do Cariri, for menor de 18 anos, não ter disponibilidade para se conectar virtualmente para

realização da entrevista online, e incômodo causado por possíveis sofrimentos em relação ao tema.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais não estruturadas, onde cada entrevistado se expressou livremente após ser feita a pergunta norteadora: “O que é ser homem para você?”, que iniciou o diálogo, e aberturas para novas formulações no decorrer da conversa (GIL, 2010). De acordo com Melhem (2012) as novas questões que foram surgindo durante a investigação partiram dos princípios fenomenológicos de descrição, suspeição ou *epoché* e redução.

Os instrumentos utilizados foram: um celular como gravador, um notebook, papel e caneta para auxiliar a entrevista. Para transcrevê-la, foram utilizados: fones de ouvido, notebook, caneta e papel.

Cada entrevista foi realizada de forma online através da plataforma do *Google Meet*, com horários definidos por entrevistador e entrevistados, onde foram revisadas as informações do TCLE, que foram respondidos através da plataforma do *Google Forms*, que expôs ao participante o sigilo e a privacidade, os riscos e os benefícios, o acompanhamento e a assistência, a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, destinação dos dados, indenização e liberdade do participante, segundo a Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. O acesso ao formulário contendo os termos de autorização foi dado através do link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSduJeR5Fh_bxz7YO1fUbP5gaZD47_fMxCyCQkc2_AAmwohqYg/viewform?usp=sf_link>.

As entrevistas realizadas individualmente poderiam trazer riscos mínimos, gerar algum desconforto causado pelo tema da pesquisa, por exemplo, constrangimento, medo, vergonha, estresse ou cansaço, mas que poderiam ser reduzidos mediante a interrupção da entrevista. Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo gerassem algo mais grave, ou seja, detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, o pesquisador e o orientador da pesquisa estavam cientes da possibilidade de encaminhamento ao Serviço de Psicologia Aplicada, na clínica-escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de buscar respostas para problemas que afetam a relação do homem com a sociedade, ajudando o aprofundamento de estudos sobre a masculinidade e conseqüentemente da Psicologia como ciência, para os participantes possibilita que ampliem suas percepções das suas vivências sobre a sua masculinidade. A partir da leitura do trabalho realizado os participantes e demais leitores terão a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a vivência dos homens sobre o tema em geral, e possibilitará a criação de estratégias de enfrentamento da masculinidade agressiva e suas violências.

Foram entrevistados três participantes, de acordo com os propósitos a serem alcançados no decorrer da pesquisa. Cada participante teve conhecimento que a pesquisa irá assegurar a confidencialidade dos dados obtidos e foram requeridas as permissões para

que as entrevistas ou depoimentos fossem gravados. O tempo médio de duração foi de meia hora para cada entrevista.

Após serem esclarecidas as questões do Termo de Livre Esclarecimento, foram colhidas as informações dos participantes sobre suas experiências vividas com o tema a ser investigado, através da pergunta norteadora inicial: “O que é ser homem para você?”. A entrevista foi gravada e transcrita pelo pesquisador onde foi realizada uma análise de dados sobre os discursos dos entrevistados.

3.1 Análise de dados: Modelo fenomenológico de Giorgi

A análise de dados foi feita através do modelo do Giorgi (1985 apud GIL, 2010) que segue as respectivas etapas: leitura geral do material, definição de unidades de significado, expressão das unidades na perspectiva escolhida pelo pesquisador e formulação de uma síntese das unidades.

Andrade e Holanda (2010) ao citar o modelo de pesquisa de Giorgi (1985) evidencia que a primeira parte do processo de análise dos dados é o sentido do todo. Onde é realizada a leitura de todo o material coletado sem reduzi-la em unidades de sentido.

Na segunda etapa, segundo os mesmos autores, são discriminadas as unidades com significado psicológico e com foco no fenômeno investigador. O texto é novamente lido, analisando-o e quebrando-o em partes significativas, que vão de encontro à perspectiva do pesquisador. A terceira etapa consiste em transformar o que foi dito e manifestado pelos entrevistados sobre seu cotidiano em uma linguagem psicológica envolta no fenômeno da investigação.

Na última etapa, Andrade e Holanda (2010) esclarecem que o pesquisador sintetiza as unidades significativas transformando-as em uma declaração consistente da estrutura do aprendizado, ou seja, a experiência do sujeito é transformada em uma estrutura de experiência com significado psicológico a partir da observação dos fenômenos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro entrevistado foi Carlos (nome fictício), 22 anos, é músico, heterossexual, atualmente namora, nunca realizou psicoterapia, considera-se um homem em processo de desconstrução, nas suas falas aparecem relatos sobre a pressão sobre algumas de suas formas de expressar a sua aparência e sobre sua escolha profissional. Foi educado na religião católica, durante seu discurso conceitos religiosos aparecem como sendo contribuintes para a construção do que é ser homem na sociedade contemporânea.

Daniel (nome fictício) de 19 anos foi o segundo entrevistado, heterossexual, está namorando, em seus relatos apareceram várias questões voltadas a relacionamentos amorosos e também familiares, concluiu recentemente o ensino médio. Está servindo ao Tiro de Guerra da sua região, se considera uma pessoa mais conservadora em alguns posicionamentos, atribui isso a sua formação familiar e religiosa, frequentou durante a

infância a religião evangélica. Fez psicoterapia durante sua infância após alguns conflitos que acontecerem na sua família.

A última entrevista foi realizada com Pedro (nome fictício), 19 anos, heterossexual, mora com a sua esposa, recentemente se tornou pai da sua primeira filha, conta durante o diálogo sobre a divisão de papéis que tem com sua esposa sobre o cuidado com a filha. Recepcionista, participou de um único atendimento com uma psicóloga. Foi criado na religião evangélica, apesar de não frequentar mais. Afirma que está em processo de desconstrução do machismo a qual foi ensinado durante a sua vida, e que foi através da sua busca por informação e conhecimento que começou a repensar seu lugar como homem na sociedade.

Os três participantes mostraram-se bem receptivos quanto à sua entrevista. No início todos estiveram um pouco apreensivos, mas no decorrer das perguntas foram demonstrando-se mais relaxados. Não apresentaram desconfortos em nenhum momento quanto aos questionamentos, contribuíram bem com as respostas e manifestaram interesse sobre a leitura do trabalho após ser realizada a finalização.

Após a leitura das entrevistas, discriminações das unidades de sentido e transformação em linguagem psicológica, serão apresentadas as unidades de sentidos psicológicos encontradas nas entrevistas a partir das falas dos participantes e da compreensão sobre o que foi dito, serão transformadas em uma estrutura de aprendizado (Figura 1).

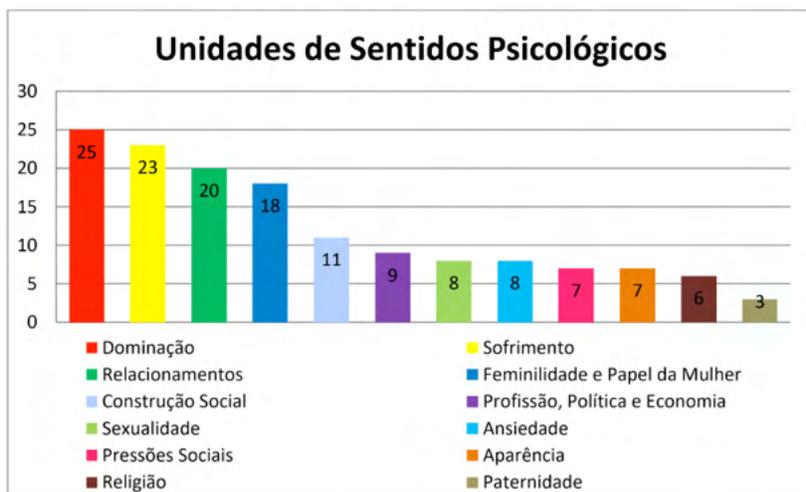


Figura 1. Unidades de Sentido Psicológico.

Dentro da categoria de Relacionamentos estão incluídas as falas referentes à família, amigos, namoro, casamento e escola. Em Dominação estão incluídas falas que

remetem ao papel do homem e as violências causadas aos homens pela masculinidade agressiva ou hegemônica, como o preconceito e relações de poder.

O posicionamento do levantamento e das análises desse estudo focará nos temas que se relacionam diretamente com o cumprimento dos objetivos desta pesquisa. 1) Sofrimentos, 2) Ansiedade e 3) Masculinidades agressivas.

4.1 Sofrimentos

Belmino (2020) descreve que na natureza da relação entre homem e mundo há um conceito de **função personalidade**, que compreende que o sofrimento surge na essência das nossas identidades e papéis sociais, ou seja, o que nos faz sofrer está relacionado ao fato de não atingirmos as exigências impostas pelos padrões constituídos através das formações sociais e se manifestam na nossa história e nas repetições em nossas vidas. Essas construções que a sociedade impõe podem aparecer em formas e ações violentas. É preciso adotar uma postura de desconstrução dessas violências.

Carlos afirma que sua identidade masculina relaciona-se a um sofrimento fruto de pressões estabelecidas pela sociedade, se atenta para o fato de que o homem atual está em processo de desconstrução desses padrões:

Ser homem hoje em dia na sociedade moderna é mais... mas pra mim... é você ter que lidar com várias pressões rotineiras sobre... sobre... a sua cabeça, e são pressões estabelecidas pelas gerações passadas, porém o homem atual ele tenta de todo modo se desconstruir, mas mesmo assim nesse processo ele acaba sofrendo essas pressões. Então ser homem hoje pra mim é ter que lidar com várias pressões ancestrais (Carlos, entrevistado 1, 2021).

Daniel relatou que na sua adolescência viveu um conflito em sua família, ao tentar demonstrar à sua namorada na época como se sentia mal por aquela situação deduziu que ela não via aquilo como uma “atitude de homem” e acabou sofrendo por isso. Baére e Zanello (2020) colocam que para homens heterossexuais o aumento ou a diminuição do seu sofrimento psíquico tem uma importante relação com a qualidade dos seus relacionamentos amorosos. O entrevistado acredita que superou o acontecido, ou que pode está vivendo preso em algo que foi influenciado no passado, mas que pode não está percebendo no momento:

(...) na época eu fiquei completamente envergonhado e meio que a masculinidade afetada por causa disso, tá ligado? Por uma mina falar pra você que você não deveria tá fazendo algo que um homem não faria. (...) a gente pode tá vivendo em algo que a gente nem tá percebendo, mas que foi influenciado lá no passado é que nem tá numa prisão e não saber que tá numa prisão, numa cela e com uma venda, sem saber que a gente tá naquela prisão, tá ligado? tá preso (Daniel, entrevistado 2, 2021).

Para Pedro em muitos lares há uma cobrança para adotar posturas que socialmente foram atribuídas aos papéis do homem, como não poder chorar em público. Ele afirma

que caso não corresponda a esses padrões pode haver questionamentos sobre a sua sexualidade:

Eu e muitas pessoas que eu conheço, é cobrado. Começa em casa, né! Hoje em dia nem em todos os lares acontecem, mas na maioria dos lares você é cobrado por: é... não, você não pode chorar em público que isso é coisa de menina! Você não pode sofrer! Ou sei lá, se acontecer alguma coisa você é aquela frase que sempre dizem: você tem que ser homem pra assumir! Totalmente sem sentido porque não necessariamente você precisa ser homem, você precisa ser um ser humano com responsabilidades pra assumir seus erros e acertos, e aí a gente é muito cobrado, sabe? É tanto que quando você não, não corresponde essas cobranças você às vezes até acaba sendo taxado como homossexual (Pedro, entrevistado 3, 2021).

Percebe-se um imaginário social que representa o que significa ser homem. Os relatos de Carlos, Daniel e Pedro corroboram com o que afirmaram Cardoso e Zimmermann (2020), que foi construído um estereótipo de que para ser homem é preciso ser “macho”, forte, ágil, acrescentam que precisam gostar de futebol, e praticarem esportes radicais, aqueles que fogem desse padrão, são taxados como nerds, delicados, frágeis ou gays, pois, se atribuiu a homossexualidade um lugar que foge da normatividade imposta, encontra-se aqui um ambiente onde os próprios homens são prejudicados por esse ideal, pois, quem não se adequa ao que é exigido torna-se vítima de violência, preconceito e *bullying*.

4.2 Ansiedade

Henckes e Macêdo (2017) percebem o diagnóstico da ansiedade não como uma forma de patologizar o indivíduo, mas como um meio de compreender como ela pode surgir como hábitos de repressão de sentimentos e sensações que se manifestam no funcionamento da sua personalidade.

Pinto (2021) acredita que a ansiedade quando vivida de forma saudável é uma ferramenta fundamental para encarmos o mundo, que é preciso diálogo com ela, pois é um mecanismo de defesa que representa cuidado e proteção, manifestados pelo envio de sinais de alertas através da dor, que pode gerar desconforto. O autor ainda conclui que ela pode passar de saudável, quando promove criatividade e liberdade, à patológica, quando é inibida sua mensagem, restringindo a capacidade de transformação e crescimento. Ela passa a causar sofrimento quando você impede a si mesmo de experimentar os novos sentidos que surgem em sua vida.

Santos e De Freitas Farias (2006) afirmam que quando o mundo se apresenta como agressivo, distorcido e pouco acolhedor é limitado o campo vivencial do indivíduo, encolhendo as suas fronteiras em uma pequena área de interação. Na busca por alívio a sua excitação que não encontra uma forma de manifestar-se cria uma realidade própria em seu isolamento, contendo sua respiração, que é uma forma de contato entre o mundo interno e o externo e estreitando a sua relação com o tempo. Os autores ainda afirmam que a pessoa ansiosa inibe a sua capacidade de manter-se no presente, ele não consegue

eleger, dentro da hierarquia de necessidades, qual objeto é o mais importante no aqui-e- agora para que ele possa crescer.

Em uma obra anterior, Pinto (2017) discutiu a ansiedade como parte da nossa existência, sendo apresentada na nossa vida de forma saudável ou patológica, e o que vai diferenciar uma da outra é a forma como cada pessoa vai enfrentá-la. Carlos relatou em sua entrevista como a pressão social, sexual e profissional faz com que a ansiedade apareça na sua vida de forma que lhe causa sofrimento e lhe impede de vivenciar o momento presente:

(...) eu acho que... que é muito difícil você não... não desabar uma hora ou outra porque é muita coisa em sua cabeça e são coisas que não são claras. (...) isso gera muita ansiedade, muita ansiedade. Você sempre está preocupado se vai fazer ou não, por mais que você se preocupa com o próximo passo você não tem total controle e foge do princípio básico do que é ser homem hoje em dia que é ter o controle, o controle das coisas (Carlos, entrevistado 1, 2021).

O relato de Carlos concorda com o exposto por Cavaler e Castro (2018), ao trazerem que a ansiedade pode surgir em meio a eventos cotidianos que prejudicam a integridade do sujeito o colocando em risco, causando dúvidas ou medo. O seu surgimento está ligado a fatores externos e as suas emoções. Para os autores, nos casos patológicos há uma suspensão da conscientização, o indivíduo interrompe a autoconscientização por não conseguir entrar em contato com o que está em primeiro plano enquanto idealiza atividades para o futuro. Baére e Zanello (2020) afirmam que as pressões familiares e profissionais por aspectos de virilidade aparecem como uma dimensão fundamental para a identidade masculina, aos que não atingem os padrões sociais impostos podem desencadear sofrimentos mentais.

4.3 Masculinidades agressivas

De Paula e Da Rocha (2019) afirmam que a masculinidade foi construída em torno de características de competitividade e agressividade. Mesmo com as mudanças sociais, os homens da contemporaneidade ainda exercem suas identidades alicerçadas em um modelo hegemônico do que é ser homem. Essas construções de uma masculinidade que é agressiva a eles e aos que estão ao seu redor, aprisionam as suas subjetividades e traz perdas significativas em seu bem-estar, os levando a um sofrimento psíquico. As autoras encontram neles dificuldades para expressar as suas emoções.

Daniel afirma que foi influenciado na sua infância a reprovar outros meninos que adotavam características que fugiam do modelo hegemônico do que é ser homem, corroborando com a ideia das autoras, que afirmaram que a masculinidade agressiva gera sofrimento ao próprio homem e a aqueles que fazem parte do seu ciclo de relações sociais:

Quando aparecia um menino que tinha traços femininos, que tinham trejeitos lá, eu era ensinado meio a que reprovar isso e não aceitar isso. Ou seja, eu poderia tá sendo preconceituoso, claro isso não é culpa minha e sim influência dos meus pais e de quem me criava, não só meus pais que me criaram, mas outras pessoas também, adultos me influenciavam. A gente tira influência daí,

nera? Então tratamento com outras pessoas é a falta, o fato deles se sentirem mal ao chegarem em casa, ao desenvolverem depressão, ao desenvolverem qualquer tipo de problema mental, assim poderia ser a educação que meus pais me ensinaram a ter e não saberem como tratar uma pessoa que era diferente a mim (...) (Daniel, entrevistado 2, 2021).

Bourdieu (2002) afirma que os homens também são vítimas das representações de dominação. Suas maneiras de pensar e agir estão aprisionadas a um sistema de regras imposto sobre o que é ser homem. É vetado a eles que se comportem de forma diferente ao que é exigido. O autor acredita que é demandado aos homens um ideal de virilidade que é impossível de ser alcançado. A todo tempo precisam reafirmar a sua virilidade, que são construídas para os outros homens e que precisam ser aprovadas dentro do grupo deles. Em um disfarce de comportamento de coragem, suas atitudes expressam na verdade o medo do feminino. A violência surge contra a feminilidade e quando eles não atingem esse padrão.

Carlos afirma que sempre que tenta expressar qualquer característica que esteja fora do modelo padrão que a sociedade impôs sobre o masculino, acaba sofrendo psicologicamente, se sentindo preso e limitado por essa masculinidade agressiva:

(...) às vezes eu tento ignorar muitas dessas pressões só que são pressões que, que como já foram estabelecidas, então elas acabam por ser quase postuladas, entendeu? Então se, se por exemplo, se eu, eu, se eu sei lá, se eu ponho uma saia, eu tô falando assim, vou falar de uma forma mais absurda. Assim aos olhos da sociedade atual, se eu ponho uma saia, se até se eu deixo o meu cabelo mais longo, se uso alguma barba, é... essas pressões acabam por lhe desmotivar a fazer diversas coisas, a... e... começam a lhe limitar de certa forma e isso acaba afetando o seu psicológico porque você se sente mais preso e se sente mais... mais sufocado, entendeu?(Carlos, entrevistado 1, 2021).

Pedro falou sobre como essa agressividade pode afetar as mulheres, se colocou em uma posição de estar em um processo de desconstrução do machismo e que muitos homens justificam comportamentos agressivos contra mulheres baseados em uma dominação do homem sobre elas:

(...) essa questão do machismo a gente nunca pode dizer, pelo menos eu, né, falando na sinceridade, eu nunca posso dizer que eu não sou 100% que eu não sou machista, porque a gente às vezes é e nem sabe, então eu digo que eu tô em processo de construção, mas em geral eu acho uma coisa deplorável, totalmente, um pensamento totalmente ultrapassado. Você pensar que você pode ser superior ou ter mais é... mais força do que outra pessoa simplesmente pelo seu gênero. (...) eu acho que muitos homens usam isso pra se sobressair nessa situação e tem muito homem também que fala que não é machista, mas na hora de realmente provar, porque você falar é fácil, você tem que não ser machista quando realmente uma situação acontecer e tem muito homem que fala que não é, mas quando chega uma situação que, é necessário não ser, acaba sendo, mas em geral minha opinião é... totalmente deplorável. Acho que, século XXI com a tecnologia que a gente tem, hoje têm casos de machismo que, que eu acho que nem no tempo da caverna era pra acontecer

(Pedro, entrevistado 2, 2021).

Sobre a masculinidade tóxica, De Moura (2019) declara que é uma forma de dominação masculina que é agressiva às mulheres, aos homens, as crianças e a sociedade em geral, são características que legitimam atitudes homofóbicas, sexistas e misóginas. Cabrera e Bezerra (2020) complementam esse conceito destacando os aspectos negativos de algumas masculinidades, que contribuem para o feminicídio, a homofobia e outras violências contra grupos minoritários.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou esse trabalho de pesquisa constatou-se que havia uma necessidade de buscar ouvir os homens e compreender como enxergam seus sofrimentos e como reagem à violência resultada da construção do padrão masculino hegemônico, que se apresentam de formas agressivas e que por isso mostrou-se importante estudar sobre o tema das masculinidades. Durante sua concretização foi-se percebendo a necessidade que os participantes tinham para falar sobre suas angústias, sofrimentos e medos relacionados às suas identidades.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral compreender a vivência dos homens sobre a masculinidade. Seu objetivo foi atendido efetivamente, pois a partir da realização de entrevistas, os homens puderam expressar qual sua compreensão sobre o tema proposto de forma livre e espontânea, sem pré-julgamentos ou preconceções. Assuntos que envolviam comportamentos, sexualidade, o papel da mulher, pressões psicológicas e sociais surgiram nos discursos dos participantes.

Nas suas entrevistas os participantes puderam descrever as suas experiências vividas sobre as suas masculinidades após ser feita a pergunta: “O que é ser homem para você?” que deu abertura para novas questões que geraram reflexões sobre o tema proposto. Foi possível identificar quais formas de sofrimento aparecem na maneira de ser homem, representado nos papéis ou nas exigências impostas pela sociedade.

Foi possível responder a pergunta problema que formulou essa pesquisa em buscar qual a compreensão dos homens sobre a masculinidade, concluindo que eles acreditam que a masculinidade é um processo de construção social e cultural que influencia as suas atitudes e interferem em sua forma de se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Acreditam que pode gerar sofrimento tanto aos próprios homens como as mulheres, seja através das relações de poder, das pressões sociais ou repressão das emoções. Trouxeram a importância do diálogo, das lutas coletivas e da liberdade sexual como formas de enfrentar a violência causada aos homens e a sociedade em geral por essa construção de masculino.

A pesquisa foi realizada pelo método fenomenológico de Amedeo Giorgi que investiga

a essência das coisas em si, através de entrevistas realizadas pela plataforma online *Google Meet* foi possível entrar em contato com os três intervenientes que se mostraram receptivos e interessados na discussão. As análises dos resultados que obedeceram as quatro etapas trouxeram uma discussão sobre algumas unidades de sentidos descritas por eles.

Recomenda-se que se amplie o número de participantes com maior diversidade de idades, de orientações sexuais e de regiões para responderem a pergunta que gere discussões sobre a masculinidade, pois se possibilitará que novas visões sejam originadas e torne maior o debate.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre a pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010.

BAÉRE, F. de; ZANELLO, V. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

BELMINO, M. C. de B. **Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica**. Paco e Littera, 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2002

CABRERA, I. N.; BEZERRA, J. S. O discurso da masculinidade tóxica na narrativa publicitária. **Iniciacom**, v. 9, n. 2, 2020.

CARDOSO, A. R.; ZIMMERMANN, T. R. Masculinidade e sexualidade hegemônica através de grafitos em uma ambiência escolar. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 7, n. 14, p. 155175, 2020.

CAVALER, C. M.; CASTRO, A. Transtorno de Ansiedade Generalizada sob a perspectiva da Gestalt Terapia. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 313-321, 2018.

CICOGNA, J. I. R.; HILLESHEIM, D.; HALLAL, A. L. de L. C. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 1, p. 1-7, 2019.

CONNELL, R. W. **Políticas da masculinidade**. 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DE MOURA, R. G. A masculinidade tóxica e seus impactos na vida dos gays dentro das organizações. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 13, 2019.

DE PAULA, R. C. M.; DA ROCHA, F. N. Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2Sup, p. 82-88, 2019.

FAGUNDES, J. de O. **Gênero, masculinidade e saúde do homem**. 2015.

FEDRIZZI, J. C. **Gênero na escola: um estudo sobre a construção da masculinidade e feminilidade através de histórias infantis**. 2015.

GIL, A. C. O projeto na pesquisa fenomenológica. **Anais do IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2010.

GIORGI, A. **Phenomenology and Psychological Research**. N. Jersey, Humanities Press Atlantic Highlands: 1985.

HENCKES, A. C. C.; MACÊDO, M. L. W. dos S. Ansiedade e gestalt-terapia. **Boletim Entre SIS**, v. 2, n. 1, p. 44-51, 2017.

JÚNIOR, E. F. da S.; SALES, W. B. da S.; LEITE, I. M. B.; Colonialidade de poder, de saber e de ser: o empreendimento colonial na demarcação das masculinidades do cone sul. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba. 2021.

MELHEM, T. X. **O processo de formação de atletas competitivos sob a perspectiva fenomenológico-existencial**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

NOLASCO, S. O apagão da masculinidade. **Trabalho e Sociedade**, v. 2, p. 9-16, 2001.

O SILÊNCIO dos homens. Direção: Ian Leite e Luiza de Castro. Produção: Papo de Homem e Instituto PDH. Brasil. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/NR0m49UVXCE>. Acessado em Outubro de 2020.

PEREIRA, Â. M.; SILVA, D. G. G.. A construção da masculinidade em Of Mice and Men de John Steinbeck/The Construction of Masculinity in Of Mice and Men by John Steinbeck. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 27, n. 1, p. 363-380, 2017.

PINTO, Ê. B. A ansiedade e seus transtornos na visão de um Gestalt-terapeuta. **Quadros clínicos disfuncionais e gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2017.

PINTO, Ê. B. **Dialogar com a ansiedade: Uma vereda para o cuidado**. Summus Editorial, 2021.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SALEIRO, S. P. A transexualidade e o gênero: identidades e (in) visibilidades de homens e mulheres transexuais. **A transexualidade e o gênero: identidades e (in) visibilidades de homens e mulheres transexuais**, 2012.

SANTOS, L. P.; DE FREITAS FARIA, L. A. Ansiedade e Gestalt-terapia. **Revista da abordagem gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 12, n. 1, p. 267-277, 2006.

SILVA, R. B.; GASTALDI, R. M. R.. De Adão à Eva: A construção da masculinidade a partir do discurso do Cristianismo. **Revista Mundi Sociais e Humanidades (ISSN: 2525-4774)**, v. 3, n. 2, 2018.

TELLES, C. J. F. De menino a metrosssexual: A construção da masculinidade na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 20-29, 2018.

CAPÍTULO 11

CUANDO EL EMBARAZO OCURRE EN LA ADOLESCENCIA – UNA VISIÓN DESDE LOS ADOLESCENTES VARONES

Data de aceite: 01/12/2021

Ana Laura Cafaro Mango

Departamento de Trabajo Social, Facultad de
Ciencias Sociales
Universidad de la República – Uruguay

Artículo presentado en el VI Coloquio Internacional de Estudios sobre Hombres y Masculinidades. Brasil-Recife, 2 al 5 de abril de 2017. Obtuvo Premio de Mención Especial por la Rede Internacional de Estudios sobre Masculinidades (RIEMASC).

RESUMEN: El presente trabajo intenta tomar las trayectorias de vida de adolescentes padres respecto a los cuidados y crianza de sus hijos/as desde su propia experiencia subjetiva. Los objetivos están centrados en el análisis de los márgenes relativos de autonomía que poseen los adolescentes de los modelos de paternidad otorgados de sus referentes significativos así como analizar si las políticas públicas existentes habilitan o no a los mismos en cuanto a la asunción de la paternidad. La investigación será de carácter exploratoria y utilizará un enfoque metodológico cualitativo (Teoría Fundamentada). En este trabajo, se realizará una primera aproximación del marco teórico. Parte de la bibliografía consultada hasta el momento indica que la paternidad adolescente se estaría expresando con relaciones de género más equitativas, incluso a nivel de cuidados. Sin embargo, otros/as autores señalan que la construcción de la identidad de género de los

hombres estaría inhabilitando culturalmente a los adolescentes a organizar su vida cotidiana en torno al ejercicio de la paternidad.

PALABRAS CLAVE: Paternidad adolescente – género – masculinidades.

ABSTRACT: The present work approaches the life trajectories of adolescent parents regarding the care and upbringing of their children from their own subjective experience. The objectives are focused on the analysis of the relative margins of autonomy that adolescents have of the paternity models granted from their significant referents as well as analyzing whether or not existing public policies enable them in terms of the assumption of paternity. The research will be exploratory in nature and will use a qualitative methodological approach (Grounded Theory). In this work, a first approximation of the theoretical framework will be carried out. Part of the bibliography consulted so far indicates that adolescent fatherhood is expressing itself with more equitable gender relations, even at the level of care. However, other authors point out that the construction of men's gender identity would be culturally disabling adolescents to organize their daily lives around the exercise of fatherhood.

KEYWORDS: Teenage fathers - gender - masculinities.

1 | INTRODUCCIÓN

El siguiente trabajo intenta aproximarse al tema de investigación de mi tesis de Doctorado vinculado a las trayectorias de vida de adolescentes padres respecto a los

cuidados y crianza de sus hijos/as desde su propia experiencia subjetiva. Los objetivos están centrados en el análisis de los márgenes relativos de autonomía que poseen los adolescentes de los modelos de paternidad otorgados de sus referentes significativos así como analizar si las políticas públicas existentes habilitan o no a los mismos en cuanto a la asunción de la paternidad. La investigación será de carácter exploratoria y utilizará un enfoque metodológico cualitativo (Teoría Fundamentada). En este trabajo, se realizará una primera aproximación del marco teórico. Parte de la bibliografía consultada hasta el momento indica que la paternidad adolescente se estaría expresando con relaciones de género más equitativas, incluso a nivel de cuidados. Sin embargo, otros/as autores señalan que la construcción de la identidad de género de los hombres estaría inhabilitando culturalmente a los adolescentes a organizar su vida cotidiana en torno al ejercicio de la paternidad.

21 ANTECEDENTES

La paternidad en la adolescencia es un tema que ingresa a la agenda académica a partir de los años 80 en Europa y Estados Unidos¹ y más tardíamente en América Latina². En Uruguay los debates desde la academia son aún incipientes³ por tanto se considera de relevancia la temática como objeto de investigación.

Adherimos a la definición plural de *adolescencias* para dar visibilidad a la diversidad de las mismas teniendo en cuenta factores tales como el género, el territorio, la orientación sexual, las discapacidades, el origen étnico-racial, la situación socioeconómica, entre otros. En esta línea teniendo en cuenta que el concepto adolescencias es una construcción cultural, Viñar (2009) propone proscribir el singular, para preservar justamente la diversidad y singularidad de cada adolescente en cada tiempo histórico de acuerdo al lugar geográfico y social “(...) tanto en lo que remite al psiquismo (estructuración psíquica y/o construcción identitaria) como a los factores socioculturales que las configuran y modelan.” (íbidem, 2009:12). Agrega que no se trata sólo de una etapa cronológica de la vida y el desarrollo madurativo definible por una franja etaria sino que “(...) es un trabajo de transformación o proceso de expansión y crecimiento, de germinación y creatividad que – como cualquier proceso viviente – tiene logros y fracasos (...)” (íbidem, 2009:15). En este sentido, es una etapa de la vida donde ocurren cambios a nivel biológico y psico-sociales y el paso a nuevos estados de vida⁴. La paternidad adolescente estaría irrumpiendo en esa transición al

1 Aquí hacemos referencia a título de ejemplo a los investigadores norteamericanos Furstenberg, Hendricks, Elster y Lamb que comienzan a publicar estudios sobre paternidad adolescente desde 1980 en adelante. Ver algunas de sus obras en Bibliografía.

2 Para el contexto Latinoamericano señalamos autores/as como Jorge Fonseca, Carlos Eduardo Nunes, José Olivarría, Teresa Valdés, Norma Fuller a partir de la segunda mitad de los 90. Ver selección de algunas de sus obras en Bibliografía.

3 Aquí queremos mencionar autores/as que son a nuestro entender de referencia: David Amorín, Elina Carril, Wanda Cabella, Carlos Gúida, Carmen Varela, entre otros/as, que comienzan a incursionar en la temática a partir del año 2000. Ver Bibliografía.

4 Esta definición la desarrollan autores como Kimmel, Douglas y Weiner, Irving 1998 *La adolescencia: Una transición del*

mundo adulto y es vista como transgresora en esa alteración secuencial (De Martino, 2014). Por otro lado, desde una visión patriarcal y adultocéntrica, se ubica la responsabilidad del embarazo y de la crianza del niño/a en las adolescentes madres, sin problematizar cuál es el rol que asumen los varones frente a esta situación. López Gómez et al (2003) señala que el aún imperante paradigma “materno-infantil” invisibiliza al varón, en tanto se enfoca en el “binomio” madre-hijo/a. De esta manera se refuerza el lugar históricamente asignado a las mujeres en cuanto al cuidado y salud del embarazo y de su hijo/a luego de nacido/a, constituyéndose los varones en simples acompañantes.

La bibliografía consultada hasta el momento nos indica dos escenarios respecto a la temática: por un lado, se señala que la paternidad adolescente no escaparía a las determinaciones socio-culturales del modelo hegemónico de masculinidades⁵, mientras que otra indica el mayor involucramiento de los adolescentes en los cuidados y crianza de sus hijos/as.

Finalmente, señalar que los estudios demográficos en el Uruguay analizan la fecundidad adolescente, salvo encuestas recientes que incluyen al padre adolescente, lo cual implica ciertas dificultades metodológicas a tener en cuenta. De acuerdo a Calvo (2014), en el Uruguay el nivel de la fecundidad adolescente tuvo ascensos coyunturales entre 1996 y 1998 que se revirtió en los años siguientes. Sin embargo, se mantienen brechas significativas vinculadas a las desigualdades económicas, sociales, territoriales, de género y étnico-raciales. En este sentido, si bien la fecundidad adolescente en la totalidad ha descendido, se mantienen brechas en el comportamiento reproductivo de las adolescentes vinculado a las condiciones de vida, p.ej. en los departamentos de Artigas, Flores, Florida, Río Negro; y en Montevideo entre los barrios del cinturón de la ciudad, como ser Casavalle, La Paloma-Tomkinson, Casabó-Pajas Blancas y Villa García-Manga Rural. Respecto a las encuestas mencionadas (ENAJ 2013 y MYSU 2015), se observa un alto porcentaje de adolescentes varones sin hijos/as, sin embargo las muestras arrojan datos sensiblemente diferentes en cuanto a la edad media de los varones a tener su primer hijo/a, entre otros temas.

3 | ASPECTOS CONCEPTUALES

A) Estudios de género y masculinidades

Hacia 1970, se comienza a utilizar el término *gender* para denotar la dimensión cultural que se construye a partir de la diferencia biológica – resumida entonces en la idea de sexo. Se multiplican los esfuerzos académicos por dar estatuto científico a las vivencias y estudios sobre la mujer intentando hacerla visible como sujeto históricamente subordinado al hombre, producto de un orden social patriarcal que le atribuye cualidades

desarrollo. Editorial Ariel, Barcelona

⁵ Ver por ejemplo los estudios citados en la bibliografía: Sergio Muñoz Chacón (1999), José Olavarría y Sebastián Madrid (2005), José Olavarría (2008).

naturalmente inferiores. Aquí se hace referencia entre otras autoras a Oakley, 1972, Rubin 1975. La socióloga británica Ann Oakley (1972) fue una de las primeras que empleó el término género anotando que su uso moderno se refiere a las múltiples diferenciaciones de los cuerpos que ocurren en el espacio social y están delineadas sobre el plan biológico de base. Posteriormente, la antropóloga cultural Gayle Rubin (1975), propone una nueva manera de analizar la opresión de las mujeres con lo que llamó el sistema sexo/género que lo define como el conjunto de arreglos por los cuales una sociedad – en un determinado momento histórico y cultural - transforma la sexualidad biológica en productos de actividad humana, y en los que estas necesidades sexuales transformadas son satisfechas.

La categoría género⁶ se convierte en uno de los cimientos conceptuales con que las feministas construyeron sus argumentos políticos, pero ha rebasado el marco feminista inicial para ser utilizada en los debates académicos y políticos más trascendentes de la actualidad. Esta categoría introducida en los análisis sociales trajo consigo una serie de rupturas epistemológicas. Siguiendo el planteo de la antropóloga chilena Sonia Montecino (1996), el concepto de género introducido en los análisis sociales trajo consigo una serie de rupturas epistemológicas: por un lado, cuestionó la categoría universal de mujer/varón introduciendo la idea de variabilidad, en tanto ser mujer o varón es un constructo social que por tanto varía de cultura en cultura; por otro lado, el concepto de género trajo consigo la necesidad de comprender lo femenino en relación a lo masculino y viceversa, haciendo de esta manera alusión al carácter relacional de la categoría. La antropóloga chilena agrega que la diferencia entre lo femenino y lo masculino se entrelaza además con las diferencias generacionales, de clase social y las distinciones étnicas, es decir que el sujeto es percibido a partir de la multiplicidad de elementos que constituyen su identidad.

Esta proliferación de la academia feminista da lugar a los estudios sobre identidades masculinas que surgen en el mundo anglosajón a partir de la segunda década de los setenta⁷ y en América Latina desde finales de los ochenta. Resultan interesantes para la investigación los aportes de Connell (1987) quien sostiene que las relaciones de género responden a configuraciones de una práctica de género desarrollando a partir del concepto gramsciano de hegemonía, el concepto de *masculinidad hegemónica*. Se crea un modelo de masculinidad ideal que no necesariamente corresponde a la mayoría de los hombres donde se tiende a reproducir la dominación de los hombres y la subordinación de las mujeres así como también de masculinidades subordinadas. Definir los aspectos hegemónicos es identificar por tanto pautas de comportamiento, expresiones, prácticas laborales, ideales

6 Lamas (2003) señala que el origen anglosajón de la palabra *gender* puede plantear alguna confusión en castellano. Mientras que el término *gender* en su acepción generalizada en inglés es unívoca, en las lenguas romas tiene múltiples acepciones ya que la palabra se utiliza para clasificar distintos tipos, clases y especies de cosas iguales entre sí. También se equivocan aquellas personas que relacionan la categoría género con “lo relativo a las mujeres”

7 Aquí hacemos referencia a los primeros estudios sobre masculinidades cuyos referentes son Robert (Raewyn) Connell, Jeff Hearn, Michael Kaufmann y Michael Kimmel, entre otros a través de sus publicaciones a partir del año 1987 que figuran en la bibliografía. Continúan siendo autores/as de referencia a la fecha. A grandes rasgos, se puede decir que el concepto de masculinidades refiere a cómo los hombres son socializados así como a los discursos y prácticas que se asocian con las diferentes formas de ser hombre.

culturales e institucionales, entre otros, que para un colectivo determinado en un contexto particular constituyen por tanto el modelo a seguir de lo masculino.

B) Estudios sobre paternidades en varones adolescentes

La visibilidad dada a la paternidad⁸, desde las ciencias sociales, es reciente, más aún vinculada a la paternidad adolescente. La maternidad y paternidad en la adolescencia son vistas como un problema social e individual fijando la mirada desde un punto de vista físico y de sus riesgos (indicando la mayor mortalidad y morbilidad materno-infantil, etc.), olvidando los factores de orden cultural, social y emocional. Se atribuye generalmente a circunstancias como la falta de educación y oportunidades, la pobreza (Filgueira, 1998, CEPAL, 2004, entre otros), existiendo una correlación entre educación, edad de comienzo del ciclo reproductivo y cantidad de hijos/as. Sin embargo, ante explicaciones de este tipo, Pantelides (2004) propone leer esta evidencia en forma inversa: “(...) es la pobreza la que perpetúa situaciones que llevan al embarazo en la adolescencia.” (íbidem, 2004:12). Es decir que, según esta autora, serían las condiciones estructurales preexistentes las que estarían dando el marco explicativo de por qué algunas adolescentes se convierten en madres y otras no. Al intentar comprender los factores que pueden influir en el comienzo del ciclo reproductivo en la adolescencia, se pueden encontrar distintos debates e investigaciones que hacen énfasis en la ausencia de información e inaccesibilidad a métodos anticonceptivos, pero también a proceso de desafiliación institucional y diversas situaciones de vulnerabilidad, fundamentalmente ligadas a situaciones de pobreza (Infesta Domínguez, 1996; Corbo et al, 2011).

Persiste la asociación del adolescente padre como “ausente”, “inmaduro” o interesado sólo por el sexo⁹ fuertemente ligado a los mandatos de la masculinidad hegemónica. Según Aguayo y Sadler (2006), la respuesta social ante la maternidad y paternidad en edades tempranas presiona a las y los adolescentes a cumplir con roles tradicionales de género. Se espera que el varón provea económicamente, mientras que la adolescente se haga cargo de los cuidados del niño/a.

Sin embargo, diversos trabajos estarían señalando una nueva concepción social de la paternidad en la adolescencia donde los padres asumirían un papel más activo en la crianza¹⁰ y cuidados de sus hijos/as. La paternidad aparecería como un punto de inflexión, como posibilidad vital de extender la protección y los lazos familiares a través de las diversas generaciones (De Martino, 2014). Por otro lado, la participación del padre adolescente en el cuidado de los hijos/as estaría favoreciendo la revisión de la tradicional

8 Para Latinoamérica, son autores/as de referencia – entre muchos/as otros/as – José Olavarría y Teresa Valdés.

9 Ver Nunes (1998) y Robinson (1988), entre otros.

10 Entendemos por *crianza* la inscripción de determinadas pautas permeadas por el contexto cultural, socio-económico y jurídico. En cuanto subjetividad “no hay crianza sin evocación de los sucesos que gestaron a la persona que cría. Y esto se debe, en parte, a que la crianza necesita de gestos cotidianos, de saberes “heredados” que se instalan en el propio cuerpo sin estridencias, porque no han accedido a la enunciación conceptual, o sea al conocimiento.” (Calmels, 2009:100)

división sexual de tareas además de los beneficios que implica para los niños/as en términos de su desarrollo psico-físico. A título de ejemplo Aguayo y Sadler (2006), Barker (2006), Fisher et al. (2006), Barclay y Lupton (1999), entre otros, señalan que se estarían promoviendo paternidades comprometidas en el sentido de un mayor involucramiento en la salud materna, en el acompañamiento del embarazo, en el cuidado del bebé-niño/a, etc. Esto estaría representando no sólo beneficios para los niños/as, para las madres sino también para los mismos hombres en tanto padres, a la vez que estaría significando un avance en términos de equidad de género.

C) Cuidados desde una perspectiva de género y generación

Los debates académicos sobre el trabajo doméstico y de los cuidados se remontan a los años setenta en los países anglosajones, impulsados principalmente por las corrientes feministas, y a partir de los años noventa una vasta producción de conocimiento en la literatura europea (Benería, 1992; Carrasco, 1992; Lewis, 1992; Orloff, 1993). En Latinoamérica el debate académico y político en torno del trabajo sobre los cuidados es más reciente (Martínez Franzoni, 2005; Pautassi, 2007). Existen numerosos estudios, entre ellos de Rosario Aguirre y Karina Batthyány – cuyos inicios se ubican en 1991 y 2000 respectivamente – donde se señala cómo el tema de los cuidados atraviesa las relaciones entre géneros y generaciones visualizándose las relaciones asimétricas existentes entre varones y mujeres.

La producción de conocimiento con su consecuente evidencia empírica – por ejemplo las encuestas sobre Uso del Tiempo y Trabajo no Remunerado¹¹ -, permite darle contenido a la noción de cuidado familiar al observar el tiempo que dedican mujeres y hombres a diferentes actividades. Estos y otros estudios realizados en Uruguay (véase por ejemplo, Aguirre, 1997 en adelante, Batthyány, 2000 en adelante) han puesto de manifiesto que las actividades domésticas y de los cuidados se siguen sustentando en la división sexual del trabajo donde mujeres y hombres parecen atrapados en sus roles históricamente asignados: las mujeres en su rol de cuidadoras y los varones en el de proveedores económicos.

En relación a las tareas de cuidado, en la Tercera Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud (Ministerio de Desarrollo Social-Instituto Nacional de la Juventud, 2015), se destaca que si bien existen brechas de género entre las mujeres adolescentes y jóvenes que se encargan de las mismas en un 25,4 % frente a un 8,8 % de los varones, también éstos han abandonado el sistema educativo o trabajo por causa del cuidado, encontrándose diferencias notorias entre los quintiles más bajos y aquellos que tienen ingresos más altos. Por tanto, la carga del cuidado pasa a representar una barrera real al desarrollo de oportunidades en el ámbito laboral, educativo, entre otros.

11 Instituto Nacional de Estadística, Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología 2008 “*Uso del tiempo y trabajo no remunerado en el Uruguay. Módulo de la Encuesta Continua de Hogares. Setiembre 2007*”; Montevideo, Uruguay; UNFPA, INE, FCS, MIDES 2014 *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en Uruguay 2013*, Montevideo, Uruguay

De acuerdo a lo expuesto, la literatura internacional y nacional acerca de los varones en tanto padres, y más aún cuando se trata de adolescentes, estaría indicando que las incipientes políticas públicas que apuntan a la igualdad de género no han incorporado acciones concretas que incluyan a los varones como actores activos en tanto hombres y padres.

REFERENCIAS

Aguayo, Francisco y Sadler, Michelle 2006 *Gestión Adolescente y Dinámicas Familiares*. Fondo de Solidaridad e Inversión Social. Ministerio de Planificación. Gobierno de Chile. Disponible en https://www.academia.edu/2997545/Estudio_de_las_Din%C3%A1micas_Familiares_en_Familias_de_Padres_y_Madres_Adolescentes consultada 24.7.2016

Aguirre, Rosario; Mira, María Teresa 1991 *Los servicios de cuidado de niños de 0 a 5 años en La Unión y Villa Española. Una necesidad real de los niños, una necesidad sentida por las mujeres, una tarea de todos*. Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo (CIEDUR), Casa de la Mujer de la Unión, Montevideo, Uruguay

Aguirre, Rosario y Fassler, Clara 1997 “La mujer en la familia como protagonista del bienestar social” En: Fassler, Clara (coord.) *Género, familia y políticas sociales. Modelos para armar*. Pp. 48-55, Ediciones Trilce, Montevideo, Uruguay

Aguirre, Rosario 1998 *Sociología y Género. Las relaciones entre hombres y mujeres bajo sospecha*. Editorial Doble clic, Montevideo, Uruguay

Aguirre, Rosario 2003 *Género, ciudadanía social y trabajo*, Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología

Aguirre, Rosario 2005 *Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas*, Reunión de expertos. Políticas hacia las familias, protección e inclusión social. Comisión Económica para Latinoamérica y el Caribe (CEPAL), Chile, [en línea] http://www.cepal.org/dds/noticias/paginas/2/21682/Rosario_Aguirre.pdf, consultada 24.7.2016

Aguirre, Rosario 2008 “El futuro de los cuidados” En: Arriagada, Irma (ed.) 2008 *Futuro de las familias y desafíos para las políticas*. Serie Seminarios y Conferencias, No. 52, Comisión Económica para Latinoamérica y el Caribe (CEPAL), Chile, [en línea] http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/32699/ssc_52_Familias.pdf, consultada 24.7.2016

Aguirre, Rosario, García, Cristina, Carrasco, Cristina 2005 *El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad*, Serie Mujer y Desarrollo, No. 65, Comisión Económica para Latinoamérica y el Caribe (CEPAL), Chile, [en línea] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/22367/lcl2324e.pdf> consultada 24.7.2016

Aguirre, Rosario; Batthyány, Karina 2005 *El cuidado infantil en Montevideo. Análisis de resultados de la encuesta sobre uso del tiempo: desigualdades sociales y de género*. Montevideo, Universidad de la República. UNICEF.

Aguirre, Rosario (editora) 2009 *Las bases invisibles del bienestar social. El trabajo no remunerado en Uruguay*. UNIFEM URUGUAY [en línea] <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/libro%20las%20bases%20invisibles.pdf> consultada 24.7.2016

Aguirre, Rosario 2010 “Los cuidados entran en la agenda pública”, En: *Uso del tiempo, cuidados y bienestar. Desafíos de Uruguay y la región*. Revista de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología, Año XXIII, No. 27, pp. 10-19

Aguirre, Rosario 2011 “El reparto del cuidado en América Latina” En: Durán, María Ángeles (dir.) *El trabajo del cuidado en América Latina y España*, Documento de Trabajo No. 54, Fundación Carolina CeALCI, Madrid, España

Aguirre, Rosario, Ferrari, Fernanda 2014 *Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe. Caminos recorridos y desafíos hacia el futuro*, Comisión Económica para Latinoamérica y el Caribe (CEPAL), Serie Asuntos de Género, No. 122, Chile [en línea] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/50757/LasencuestassobreelusodeltiempoRev1.pdf> consultada 24.7.2016

Amorín, David, Carril, Elina, Varela, Carmen 2006 “Significados de maternidad y paternidad en adolescentes de estratos bajos y medios de Montevideo” Pp. 125 – 246. En: López Gómez, Alejandra (coord.) *Proyecto género y generaciones. Reproducción biológica y social de la población uruguaya*. Tomo I: Estudio Cualitativo. Montevideo: Trilce.

Barker, Gary 2006 “Men’s participation as fathers in the Latin American and Caribbean Region: a critical literature review with policy options.” En Bannon, Ian; Correia, Maria C. *The other half of gender: men’s issues in development*. Washington, DC. World Bank

Batthyány, Karina 2000 “Estado, familia y políticas sociales, ¿quién se hace cargo de los cuidados y las responsabilidades familiares?”. En: Revista de Ciencias Sociales Nro.18. Depto. de Sociología, FCU.

Batthyány, Karina 2001a “El trabajo de cuidados y las responsabilidades familiares en Uruguay: Proyección de demandas”, en: Aguirre, Rosario y Batthyány, Karina (comp.) *Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur*, CINTERFOR-OIT, Montevideo, Uruguay

Batthyány, Karina 2001 “Respuestas institucionales a las necesidades de cuidado infantil en el Uruguay. Diagnóstico de situación.” FCS-DS, Montevideo.

Batthyány, Karina 2002 *Maternidad y trabajo asalariado. Las estrategias de cuidado infantil de las mujeres en Montevideo. Estudio de caso múltiple*. [en línea] <http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Publicaciones/Libros/Archivos/LAS%20BRUJAS%2002/11%20Batthyany.pdf> consultada 24.7.2016

Batthyány, Karina 2004 *Cuidado infantil y trabajo: ¿Un desafío exclusivamente femenino?*, Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (CINTERFOR) / Oficina Internacional del Trabajo (OIT)

Batthyány, Karina 2007 *Articulación entre vida laboral y vida familiar. Las prácticas de cuidado infantil de trabajadoras asalariadas de Montevideo*. En: Gutiérrez, María Alicia, “Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política”, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.

Batthyány, Karina y Perrota, Valentina. 2011. *Sistema Nacional de Cuidados: diagnóstico y propuestas desde una perspectiva de género y derechos. Informe final de investigación*. Fondo concursable Carlos Filgueira, Montevideo. Uruguay

Batthyány, Karina, Genta, Natalia, Perrota, Valentina 2013a *El cuidado de calidad desde el saber experto y su impacto de género. Análisis comparativo sobre cuidado infantil y de adultos y adultas mayores en el Uruguay*. Serie Asuntos de Género No. 123, Comisión Económica para Latinoamérica y el Caribe (CEPAL), Chile, [en línea] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/50985/Elcuidadodecalidad.pdf> consultada 24.7.2016

Batthyány, Karina, Genta, Natalia, Perrota, Valentina 2013b *La población uruguaya y el cuidado. Análisis de representaciones sociales y propuestas para un Sistema de Cuidados en Uruguay*, Universidad de la República, Ministerio de Desarrollo Social

Benería, Lourdes 1992 "Accounting for Women's Work: The Progress of Two Decades", En: *World Development* 29 (11), pp. 1547-1569 [resumen disponible en línea] <http://books.google.com.uy/books?id=4sUBjCXP37QC&pg=PA319&lpg=PA319&dq=BE+NERIA+Accounting+for+Women%27s+work:+The+Progress+of+Two+Decades&source=bl> consultada 24.7.2016

Bourdieu, Pierre 2007 (1998) *La dominación masculina*. Editorial Anagrama, Barcelona, España

Calvo, Juan José (coord.) 2014 *Altas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay. La fecundidad en el Uruguay (1996-2011): desigualdad social y diferencias en el comportamiento reproductivo*. Fascículo 3. Instituto Nacional de Estadística, Departamento de Sociología, Programa de Población, Instituto de Economía, Ministerio de Desarrollo Social, ONU Mujeres

Carrasco, Cristina 1992 "El trabajo de las mujeres: producción y reproducción. Algunas notas para su reconceptualización" En: *Cuadernos de Economía*, Vol. 20, pp. 95-109 [en línea] https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/5639/34170_7.pdf?sequence=1 consultada 24.7.2016

----- 2001 "La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres?", en: *Mientras Tanto*, no. 82, pp.1 – 26, Ed. Icaria, Barcelona, España [en línea] http://sidoc.puntos.org.ni/isis_sidoc/documentos/04233/04233_00.pdf consultada 24.7.2016

Carrasco, Cristina, Borderías, Cristina y Torns, Teresa (eds.), 2011 "El trabajo de cuidados: Antecedentes históricos y debates actuales", pp. 13 - 96. En: *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Los Libros de la Catarata, Madrid, España [en línea] https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Economia_critica/El_trabajo_de_cuidados_C._Carrasco_C._Borderias_T._Torns.pdf consultada 24.7.2016

Connell, Robert 1987 *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford University Press, Stanford, California

Connell, Robert; Hearn, Jeff; Kimmel, Michael (eds.) 2005 *Handbook of studies on men and masculinities*, Sage Publications, California, Estados Unidos

De Martino, Mónica 2014 *Visibilizando la paternidad adolescente*. Prisma Social. Nro.13. Diciembre 2014, Madrid; España

Elster, AB, Lamb ME (org.) 1986 *Adolescent fatherhood*. Hillsdale. New Jersey: Lawrence Erlbaum

Elder, Glen 1978 "Family History and the Life Course" En: Hareven, Tamara (ed) 1978 *Transitions: The Family and the Life Course in Historical Perspective* Academic Press Inc. (London) Ltd.

Fonseca, Jorge L. 1998 "Paternidadeadolscente: Da investigacao á intervencao". Em. M. Arilha SGU. Ridenti, B. Medrado (org.) *Homens e masculinidades: Outras palavras*. (pp. 185-214), Sao Paulo: Editora 34

Fuller, Norma 2000 *Paternidades en América Latina*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica de Perú.

Güida, Carlos, Martínez, Ivonne, Salles, Gonzalo, Scarlatta, Laura 2007 *De paternidad y exclusiones. El lugar de los varones en sectores de pobreza extrema*. Montevideo. ONU

Hearn, Jeff 1987 *The gender of oppression: Men, masculinity and the critique of Marxism*. Ed. Harvester Wheatsheaf

Kaufman, Michael 1987 *Beyond patriarchy: Essays by men on pleasure, power and patriarchy*. Toronto: Oxford University Press

Kimmel, Douglas y Weiner, Irving 1998 *La adolescencia: Una transición del desarrollo*. Editorial Ariel, Barcelona

Kimmel, Michael 1987 *Changing men: New directions in research on men and masculinity*. Newbury Park, CA: Sage

Lamas, Marta (comp.) 2003 *El género. La construcción cultural de la diferencia social*. Universidad Nacional Autónoma de México. Programa Universitario de Estudios de Género (PUEG), México

Lewis, Jane 1992 *Gender and Welfare Regimes: Further Thoughts* [en línea] <http://sp.oxfordjournals.org/content/4/2/160.full.pdf+html> consultada 24.7.2016

López Gómez, Alejandra, Benia, Wilson, Contera, Myriam, Güida, Carlos 2003 *Del enfoque materno infantil al enfoque de la salud reproductiva. Tensiones, obstáculos y perspectivas*. Cátedra Libre de Salud Reproductiva, Sexualidad y Género. Facultad de Psicología. Universidad de la República. Montevideo. [en línea] instituciones.sld.cu/genero/files/2012/12/Del-enfoque-materno-infantil-al-enfoque-en-salud-reproductiva.pdf, consultada 24.7.2016

Martínez Franzoni, Juliana 2005 "La pieza que faltaba: uso del tiempo y regímenes de bienestar en América Latina", En: Nueva Sociedad, No. 194, pp. 35-52 [en línea] <http://132.248.9.34/hevila/Nuevasociedad/2005/no199/4.pdf> consultada 1.6.2016

Ministerio de Desarrollo Social-Instituto Nacional de la Juventud 2015 *Tercera Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud ENAJ 2013* Disponible en: <http://www.inju.gub.uy/innovaportal/file/45835/1/informe-tercera-enaj-final.pdf> consultada 24.7.2016

Montecino, Sonia 1996 *De la Mujer al Género: Implicancias Académicas y Teóricas*. Centro de Estudios Miguel Enríquez, Archivo Chile. Diponible en: www.archivochile.cl/Mov_sociales/mov_mujeres/doc_gen_cl/MSdocgencil0013.pdf consultada: 24.7.2016

Montesinos, Rafael 2004 “La nueva paternidad: expresión de la transformación masculina” En: Polis, 2 (4), pp. 197-220

Muñoz Chacón, Sergio 1999 *Invisibles e ignorados: la paternidad en la adolescencia*. Ciencias Sociales, (II-III), 84-85, pp. 75-82

Mujer y Salud en Uruguay (MYSU) 2015 *Necesidades y demandas en salud sexual y reproductiva en varones uruguayos. Un análisis de resultados del estudio 2012-2013. Observatorio Nacional en Género y Salud Sexual y Reproductiva*. – MYSU, Montevideo

Nunes, Carlos 1998 “Adolescência e paternidade: Um duelo de papéis sociais”. *Psicologia e Sociedade*, 29(1), 125- 138.

Olavarría, José 2000 *Identidad/es masculina/s, violencia de género y cultura de la paz. Antecedentes para el debate en América Latina*, FLACSO-Chile – Unesco

Olavarría, José; Madrid, Sebastián 2005 *Sexualidades adolescentes y políticas públicas. Varones adolescentes: sexualidad, fecundidad y paternidad en América Latina y el Caribe*. Fondo de Población de las Naciones Unidas, Equipo de Asistencia Técnica para América Latina, FLACSO, México

Pautassi, Laura 2007 *El cuidado como cuestión social desde un enfoque de derechos*. Laura C. Pautassi, CEPAL, Serie Mujer y Desarrollo, No. 87, Chile [en línea] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/31535/clc2800.pdf> consultada 1.10.2016

Revilla, Juan Carlos 2001 *La construcción discursiva de la juventud: lo general y lo particular*. Papers 63/64, pp. 103-122 Disponible en: <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25610/25444> consultada: 24.7.2016

Robinson, Bryan 1988 “Teenage pregnancy from the father’s perspective” *American Journal of Orthopsychiatry*, 58(1), 46-51

Scott, Joan 1996 “El género: Una categoría útil para el análisis histórico” En: Lamas, Marta (comp.) *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. PUEG, México

UNFPA, INE, FCS, MIDES 2014 *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en Uruguay 2013*, Montevideo, Uruguay

Valdés, Teresa y Olavarría José 1998 “Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo un mismo modelo” en Valdés Teresa y Olavarría, José (eds.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, FLACSO, UNFPA, Santiago de Chile

Varela, Carmen; Pardo, Ignacio 2013 *La fecundidad bajo el reemplazo y las políticas familias en América Latina y el Caribe: qué puede aprenderse de la experiencia europea*. R. bras. Est. Pop., Río de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 503-518, jul./dic. 2013 [en línea] <http://cienciassociales.edu.uy/unidadmultidisciplinaria/wp-content/uploads/sites/6/2014/11/Fecundidad-y-pol%C3%ADticas-familiares-REBEP.pdf> consultado 24.7.2016

Viñar, Marcelo N. 2009 *Mundos adolescentes y vértigo civilizatorio*. Ediciones Trilce. Montevideo. Uruguay

CAPÍTULO 12

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 18/11/2021

Nolasco Marcela

Enfermeira, Mestre em Psicologia. Professora Adjunta UNIPAC Barbacena. Docente UNIPTAN. Coordenadora de Pós graduação *Lato sensu*

<http://lattes.cnpq.br/4643309469958936>

RESUMO: É válido afirmar que o ser humano, em seu caminho evolutivo, se constrói dia após dia, desde o seu primeiro contato com o mundo. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência com grupo de adolescentes através de oficinas vivenciais sobre sexualidade. Foram realizados dois encontros. Utilizou-se a abordagem do Método Criativo Sensível por meio da dinâmica grupal de “dinâmicas de criatividade e sensibilidade”. Os dados foram produzidos e transcritos, no período de agosto a dezembro de 2019. As Dinâmicas de Criatividade e Sensibilidade escolhidas para este estudo são denominadas: caixa de perguntas, árvore do autoconhecimento e discussão grupal. As dinâmicas permitiram que as adolescentes se expressassem, sendo ouvidas, trocassem experiências e esclarecessem as dúvidas. A discussão acerca da sexualidade de forma mais ampla e as oficinas permitiram discutir com os adolescentes de forma dinâmica e participativa. As dinâmicas realizadas possibilitaram ir além do aspecto biológico e focado na prevenção. Foram abordados IST's (infecções sexualmente

transmissíveis) e gravidez, aborto, questões de gênero, tabus. É importante ressaltar a necessidade de aquisição de conhecimentos sobre sexualidade por parte do adolescente, pois favorece o exercício da cidadania, bem como a transformação da sua realidade social e a redução de fatores de risco à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde. Sexualidade. Adolescência.

SEXUALITY IN PRE-ADOLESCENCE

ABSTRACT: It is valid to say that the human being, in his evolutionary path, is built day after day, from his first contact with the world. The aim of this study was to report the experience with a group of adolescents through experiential workshops on sexuality. Two meetings were held. The Sensitive Creative Method approach was used through the group dynamics of “dynamics of creativity and sensitivity”. Data were produced and transcribed, from August to December 2019. The Creativity and Sensitivity Dynamics chosen for this study are called: question box, self-knowledge tree and group discussion. The dynamics allowed the teenagers to express themselves, being listened to, exchanging experiences and clarifying doubts. The discussion about sexuality in a broader way and the workshops allowed to discuss with adolescents in a dynamic and participatory way. The dynamics carried out made it possible to go beyond the biological aspect and focused on prevention. STIs (sexually transmitted infections) and pregnancy, abortion, gender issues, taboos were addressed. It is important to emphasize the need for adolescents to acquire knowledge about

sexuality, as it favors the exercise of citizenship, as well as the transformation of their social reality and the reduction of health risk factors.

KEYWORDS: Health promotion. Sexuality. Adolescence.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo dados da UNICEF Brasil, no Brasil 60 milhões têm menos de 18 anos de idade (UNICEF BRASIL. 2015) . No ano 2000, cerca de 19 % da população geral era constituída por adolescentes. A *World Health Organization* (WHO) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos, sendo dividida em pré-adolescência, dos 10 aos 14 anos, e adolescência, dos 15 aos 19 anos completos (WHO, 1986). Este período é marcado por inúmeras transformações, tais como maturação dos caracteres sexuais; alterações nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, no julgamento, organização do comportamento e do autocontrole; elaboração da identidade pessoal e sexual; exercício da sexualidade, intimidade e afetividade (CARLINI-COTRIM, GAZAL-CARVALHO e GOUVEIA, 2000; PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2009). Diante destas mudanças, observamos que o desenvolvimento da sexualidade se encontra ligado ao desenvolvimento do indivíduo como um todo.

É válido afirmar que o ser humano em seu caminho evolutivo se constrói dia após dia, desde o seu primeiro contato com o mundo. A vida se transforma em uma grande trajetória cercada de experiências, construções e reconstruções do indivíduo: ser único, integrado e individual em seus aspectos físicos e psicológicos. A pré-adolescência se mostra como uma dessas fases na construção humana em que a criança, até então perceptiva aos valores e crenças que estão ao seu redor, começa a construir um novo ápice sensorial e novas formulações de conceitos sobre sua sexualidade (OLIVEIRA, 2006).

Essa nova experiência pode se mostrar de forma conturbada se o termo não for bem compreendido por esse indivíduo e pelas pessoas envolvidas em seu meio social. Por vezes, ela é erroneamente confundida com o sexo pela aproximação semântica, pois este se caracteriza como uma expressão biológica de aspectos anatômicos e funcionais, enquanto a sexualidade possui um sentido muito mais amplo: ela é marcada por afetos, sentimentos, o meio pelo qual o indivíduo expressa sua história, sua cultura, ciência, valores. Uma forma de expressão cultural, inerente e individual.

Desta forma, é importante que o espaço social envolvido ao redor deste pré-adolescente encare tal fase de maneira simples e entendida, visto que a sociedade possui valores enraizados como os vinculados à religião, que são fundamentais. Necessitam também de acompanhar essa progressão de novas formas pensantes e perceptivas, ou seja, é necessário deixar tabus de lado e construir conceitos centralizados no indivíduo em si, com suas particularidades individuais.

A escola se mostra de fundamental importância nessa perspectiva, pois considera

o indivíduo em seu contexto familiar, comunitário e social. Nesse espaço, é possível construir na criança o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades em saúde bem como um senso crítico e reflexivo de si mesmo e sua inter-relação com o espaço onde vive. A sexualidade deve ser vista pelos professores não como algo de difícil diálogo e sim como uma forma de desconstruir tabus e preconceitos e auxiliar, da melhor forma possível, o conhecimento desses alunos para atitudes coerentes e valores próprios. Em contrapartida, como instrumento de conhecimento, é importante que a escola seja vista pelos familiares do pré-adolescente como um instrumento de auxílio à educação, que lhes deve ser oferecido primordialmente em casa. Por isso, é de fundamental importância haver o diálogo entre esses dois âmbitos, pois assim haverá a conquista da pluralidade do conhecimento partilhado e, sobretudo o acompanhamento e contextualização social e cultural da formação deste indivíduo (PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2009; OLIVEIRA, 2006) .

O objetivo do presente estudo foi avaliar o conhecimento relacionado a sexualidade entre pré-adolescentes, em uma escola pública no município de São João del Rei, Minas Gerais. Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva que estuda as relações, percepções e opiniões, resultado das interpretações do modo de vida, de sentimentos e pensamentos, pois descreve, compreende e explica a questão de investigação, aprofundando-se no mundo dos significados, crenças e valores dos sujeitos (MINAYO, 2006). Ao abordar orientações e as percepções do adolescente acerca da sexualidade, a pesquisa qualitativa é importante por permitir a interpretação dos significados considerando a cultura local. Além disso, este método de pesquisa possibilita a identificação e discussão das relações entre o local de estudo e o contexto econômico, social, político e ideológico mais amplo, em determinado momento histórico (MALINOWSKI, 1976).

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A adolescência se caracteriza por um período de transição entre a infância e a vida adulta. Esta fase é marcada por impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social, além de esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. O início da adolescência é marcado pelas mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e a formação de sua personalidade, buscando progressivamente sua independência econômica e integração em seu grupo social (TANNER, 1962).

A puberdade se refere às mudanças morfológicas e fisiológicas, tais como forma, tamanho e função. Estas mudanças corporais fazem parte de um processo dinâmico e contínuo iniciado durante a vida fetal e que termina com o completo crescimento e fusão total das epífises ósseas e com o desenvolvimento das características sexuais secundárias. De acordo com estado nutricional e fatores familiares e ambientais, há uma variação no

tempo de início e duração deste período, com diferença marcante entre os gêneros, o que muitas vezes gera ainda mais conflitos internos nesse grupo (BRASIL, 1992). É importante destacar que as sensações sexuais, como ereção peniana e lubrificação vaginal estão presentes durante toda fase desenvolvimento infantil, desde a amamentação até o início da puberdade, quando observamos uma intensificação dessas sensações. Nessa nova fase, devido ao desenvolvimento físico, o indivíduo se torna apto para concretizar a sexualidade plena através do ato sexual (TANNER, 1962).

Em nossa sociedade, falar sobre sexo é um tabu e os problemas relacionados à sexualidade são muito frequentes. Por isso é fundamental o acompanhamento do processo de desenvolvimento para orientar o adolescente, prevenindo problemas futuros como abuso sexual, gravidez indesejada, promiscuidade ou problemas sexuais como frigidez, impotência sexual e ejaculação precoce.

A sexualidade é definida como o desejo de contato, calor, carinho ou amor (TANNER, 1962; STUAR & LARAIA, 2001). Junto ao desejo e a curiosidade surgem dúvidas e questionamentos em relação a sua identidade e vontades. No estudo realizado por Freitas e Dias (2010), durante as discussões de grupo das dinâmicas de criatividade e sensibilidade, os adolescentes apresentaram preocupações com a formação de sua identidade. Com as dinâmicas observou-se a necessidade de os participantes refletirem sobre de como é ser e sentir-se adolescente, importante para autoconhecimento que envolve valores morais, pessoais e culturais de cada pessoa (FREITAS & DIAS, 2010).

O estudo supracitado acima desvelou a dificuldade dos adolescentes em identificar suas percepções e sentimentos sobre sexualidade. Observou-se que eles não possuíam conceitos formados sobre os temas debatidos. Para eles sexualidade era sinônimo de fazer sexo. O estudo de Reich (1975) defende para solução desse problema a necessidade de consultórios sexuais para os adolescentes, onde além de distribuir contraceptivos, seja realizada uma verdadeira e apropriada educação social e sexual. Ao se tratar de sexualidade, observou-se apenas o que é negativo e prejudicial do sexo, relegando a base do amor, do prazer, da convivência, da família e da própria sobrevivência humana (BRETAS & SILVA, 2005).

Atualmente, a atividade sexual se inicia cada vez mais precocemente. Um estudo realizado na cidade de São Paulo, em 2002, mostrou que a idade média da primeira relação sexual para o gênero masculino foi de 14 anos e de 15 para o feminino (BORGES & SCHOR, 2005).

Estudos nacionais e internacionais indicam que o início da vida sexual precoce está relacionado a um padrão de comportamento sexual de risco (BORGES & SCHOR, 2005; LANGILLE, *et al.*, 2010).

É importante ressaltar também que um início sexual precoce resulta, muitas vezes, em mais parceiros ao longo da vida, mais chances de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada (BOISLARD & POULIN, 2011; VILLELA & DORETO, 2006). Uma

maneira de ajudar a minimizar os riscos do início da vida sexual precoce é a educação sexual formal (MUELLER, GAVIN e KULKARNI, 2008). Devido ao aumento dos índices de gravidez e a incidência de doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes, a sexualidade é objeto de estudo e de intervenção das políticas públicas.

Na pesquisa realizado por Freitas e Dias (2010), os adolescentes manifestaram curiosidade sobre aspectos relacionados à idade certa para iniciar a vida sexual, assim como comportamento e atitudes de homens e mulheres na primeira relação sexual. Com as dinâmicas, os adolescentes mostraram curiosidades sobre as formas de fazer sexo. Isto nos mostra que os jovens iniciam a vida sexual sem ter ao menos o entendimento necessário para se relacionarem sexualmente (FREITAS & DIAS, 2010).

Nas questões apresentadas pelos adolescentes, pode-se uma preocupação em relação à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e a gravidez na adolescência. Uma maneira de estimular a independência e a autonomia dos jovens é torná-los responsáveis pela sua saúde. Muitas vezes, a timidez, comum na adolescência, e a falta de intimidade com o parceiro podem interferir no uso de preservativo (FREITAS E DIAS, 2010).

É importante ressaltar que, atualmente, o adolescente tem facilidade de acesso à informação e ao conhecimento, por meio de internet, livros, revistas. Mas essa facilidade não dispensa o diálogo e a discussão com pessoas capacitadas e disponíveis para ajudá-los no entendimento de sua sexualidade e no esclarecimento de suas dúvidas.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população alvo foi composta por pré-adolescentes do gênero feminino, que frequentam uma escola pública no interior de Minas Gerais. Foi utilizada uma amostra total 40 alunas do ensino fundamental, escolhidos aleatoriamente, previamente autorizados pelos responsáveis, e que aceitaram participar do estudo. Foi feita uma seleção aleatória simples, com reposição de sujeitos. Nessa seleção, cada elemento teve a mesma chance de ser selecionado. A vantagem desse tipo de amostragem é assegurar uma representação adequada da população-alvo (CONTANDRIOPOULOS, *et al.* 1994). A coleta de dados foi realizada através de dinâmicas de criatividade e sensibilidade, conforme utilizado no estudo (FREITAS E DIAS, 2010).

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAC Barbacena, parecer número 3.016.679, foram realizadas palestras educativas, discussões e dinâmicas com os pré-adolescentes com o auxílio de bolsistas do Programa de Iniciação Científica Júnior, devidamente orientados.

Foi utilizada a abordagem do Método Criativo Sensível (MCS), por meio da dinâmica grupal de “dinâmicas de criatividade e sensibilidade”. Este método utilizou a discussão grupal mediada pela pedagogia do método de ensino crítico-reflexivo de Paulo Freire. As

dinâmicas foram discutidas através do diálogo grupal, que incluiu análise crítica e coletiva das ideias surgidas no grupo, além da troca de vivências entre os participantes. Foram realizados 2 encontros. A análise dos dados coletados foi realizada conforme preconizado pelo MCS: codificação, descodificação (CABRAL, 1998).

Os dados foram produzidos a partir da autorização do local onde foi realizada a pesquisa. Após a anuência, algumas reuniões para esclarecimentos e planejamento junto à equipe da escola, e aprovação do CEP, a pesquisa se iniciou, seguindo os procedimentos éticos preconizados para a realização conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, sendo utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para familiar responsável.

Os dados foram produzidos e transcritos, no período de agosto a outubro de 2019 a junho de 2020. As dinâmicas de criatividade e sensibilidade escolhidas para este estudo são denominadas: caixa de perguntas, árvore do autoconhecimento e discussão grupal.

Na caixa de perguntas foram colocadas dúvidas a respeito de sexualidade e transformações no corpo, e em seguida realizada palestra sobre sexualidade. Em um segundo momento foi realizado a conscientização sobre o corpo, seguido da árvore do autoconhecimento, onde as alunas montaram uma árvore expressando os sentimentos relacionados às mudanças corporais, onde todas as participantes se manifestaram de forma livre espontânea. Para encerrar, aconteceu uma roda de conversa e debate relacionado a diversas questões que envolvem a adolescência e a sexualidade. Nesse momento foram registradas as opiniões e experiências de vida.

Os materiais produzidos nas dinâmicas e registros das observações realizadas durante as atividades constituíram fontes primárias para análise dos dados. As discussões advindas das dinâmicas e discussões foram gravadas e anotadas, com prévia autorização por escrito dos responsáveis. Instigando a discussão em grupo e a construção de conhecimentos, buscando atribuir significado às discussões. Após cada encontro foi realizado um fechamento diário, com avaliação das atividades.

4 | CONHECENDO AS PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES

É fundamental que a equipe de saúde discuta sobre a sexualidade na adolescência, pois a interação em grupo cria um ambiente privilegiado, favorecendo aos participantes conhecer a si e ao outro de forma mais ampla (CABRAL, 1999). Além disso, revela a personalidade de cada um, seus juízos de valores, seu imaginário, além de aspectos relacionados a cultura, a religião e as influências do contexto familiar. Não só a etapa de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra, mas também o contexto familiar e social estão relacionados ao seu comportamento sexual. As dinâmicas permitiram que as adolescentes se expressassem, sendo ouvidas e trocadas experiências, tiradas as dúvidas. Os diálogos produziram os seguintes temas:

4.1 Conflitos e dificuldades

Foram registrados os assuntos dos quais foram codificados os temas geradores, de onde surgiram palavras-chave para discussão. Nas discussões grupais das dinâmicas de criatividade e sensibilidade, surgiram as palavras-chave: adolescência, gravidez e IST's uso de álcool e drogas que desvelou concepções e preocupações entre as mesmas. Ocorreu uma análise coletiva e discussão grupal a partir da decodificação dos subtemas geradores. As dinâmicas revelaram a necessidade das participantes refletirem sobre como é ser uma adolescente, sua visão frente às IST's, gravidez na adolescência e o uso e abuso de drogas. Esse foi um momento propício para a introspecção e o autoconhecimento que envolve valores morais, pessoais e culturais de cada pessoa. Surgiram questões como: *“Por que tem mulher fica menstruada?”*, *“Até que idade a mulher pode ficar menstruada pela primeira vez?”*

Evidencia-se a preocupação da adolescente com as mudanças corporais e a sexualidade. A questão acerca da menstruação gerou muitas dúvidas entre as participantes, principalmente no que diz respeito a questões de higiene e dismenorria. A menarca indica que a mulher já está capacitada biologicamente para a reprodução; no entanto, esse evento é tratado pela menina como acontecimento traumático, por não entender bem o que se passa com ela. A dismenorria pode ser uma consequência desagradável, afetando cerca de 50% da população feminina, entre 14 e 24 anos de idade²². Foi discutido a ação dos hormônios e alterações hormonais na adolescência.

Além da questão hormonal, a adolescente está preocupada e não possui conhecimento suficiente em relação aos métodos contraceptivos, como evidenciado nas perguntas: *“Gostaria de saber se você esquecer de tomar anticoncepcional, você correria o risco de engravidar?”*, *“É verdade que a pílula do dia seguinte faz mal para a saúde da mulher, é verdade?”*.

Dezoito adolescentes apresentaram dúvidas relacionadas à pílula do dia seguinte. Relataram buscar informações nas redes sociais, revistas voltadas para o público adolescente e via internet, mas que as respostas ainda deixam muitas dúvidas, pois em muitas questões encontram respostas contraditórias, necessitando de orientações sobre a temática.

Observa-se a necessidade de educar em relação as transformações que ocorrem em seu corpo, sobre as sensações sexuais, da curiosidade sexual e sobre o ato sexual propriamente dito e suas consequências. É importante orientá-los acerca dos métodos contraceptivos, bem como da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente para os adolescentes que já iniciaram a atividade sexual ou estejam prestes a iniciá-la.

O uso do preservativo é associado de maneira significativa à sua prevenção da AIDS. Atualmente, as discussões nos meios de comunicação sobre a importância do uso

do preservativo para prevenção da AIDS, tem repercutido em toda a sociedade e deixa o jovem mais preocupado com seu comportamento. Corroborando com os achados do estudo^{23,24}, as participantes mostraram que muitas vezes o uso do preservativo está ligado a AIDS, como evidenciado na fala: *“quase ninguém liga, usa por causa da AIDS”*.

4.2 A sexualidade para o adolescente

À medida que as dinâmicas foram acontecendo, as adolescentes sentiram a necessidade de definir os termos: sexualidade, virgindade, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Os sujeitos da pesquisa apresentaram dificuldade em identificar suas percepções e sentimentos sobre sexualidade, não possuindo conceitos formados sobre os temas debatidos. Ao definir sexualidade, a percepção da imagem do seu próprio corpo e conflitos entre colegas. Durante os diálogos promovidos em grupo, a palavra sexualidade aparece como sinônimo de prática sexual e desejo. E sua definição foi pautada de forma reflexiva.

Algumas adolescentes entendem sexualidade como relações entre as pessoas. Há uma preocupação quanto à comunicação com os pais, amigos e namorados: *“Como conversar sobre sexo, desejo, virgindade?”*. Para as adolescentes, “ficar” e namorar são formas de relacionamento afetivo entre duas pessoas. Contrário aos achados do estudo⁹, ter ou não relação sexual não define namoro: *“Minhas amigas têm relação sexual mesmo quando não namoram”*.

As adolescentes expressaram grande preocupação com a beleza. Essa preocupação com a imagem corporal está ligada a aceitação em grupos e a chance de destaque entre os colegas. Há alguns anos, as adolescentes procuram o estereótipo da beleza através do corpo alto e esguio, copiado de modelos. Hoje, nos resultados encontrados na pesquisa observamos a busca pelo corpo bem delineado e sensual como expressão de sedução do corpo feminino. A mídia tem grande influência neste contexto, pois diversas falas apresentaram tal ligação, como mostra a expressão: *“Eu não gosto do meu cabelo”, “meu peito é muito pequeno”*. Há uma integração entre o padrão de beleza imposto pela mídia e o desejo do corpo perfeito idealizado pelas adolescentes. A mídia atua como principal formadora e reprodutora dos estereótipos sociais. Os adolescentes passam a ser o principal alvo destes estereótipos, pois utilizam seus corpos para chamar atenção sobre si. As adolescentes mostraram grande preocupação com sua imagem corporal, principalmente no que diz respeito aos padrões de beleza impostos pela sociedade. Em relação às mudanças corporais, foi observado a autocrítica, relacionada à satisfação com a imagem corporal, por vezes distorcida ou influenciada por conceitos culturais, na qual se veem como pessoas com defeitos. Visando discutir as questões relacionadas a autoimagem, foi utilizada a dinâmica árvore do autoconhecimento. A partir da representação mental que a adolescente tem de seu corpo foi elaborada uma árvore com os pontos de satisfação e insatisfação. Cerca de metade das pré-adolescentes encontram-se satisfeitas com o corpo e cabelo.

Atualmente é como nos deparamos com o comportamento homossexual entre adolescentes. Durante as dinâmicas o assunto surgiu de forma natural, onde os adolescentes conversaram mostrando compreensão pela opção sexual, vendo como uma característica ou necessidade individual. Abordar a identidade sexual e o relacionamento com amigos homossexuais foi mais difícil, algumas se recusaram conversar sobre o assunto.

5 | CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou conhecer as percepções de pré-adolescentes sobre a sua sexualidade e contribuir com a educação, focando na promoção e prevenção, a partir do ensino em saúde voltado para esses sujeitos. As dinâmicas desenvolveram grande motivação por parte das alunas, gerando bons diálogos e expressão de sentimentos.

Mesmo o adolescente estando mais exposto a situações de risco e se sentir instigado a desafios, é possível realizar a educação em saúde com este grupo, oferecendo informação e esclarecendo suas dúvidas, em um diálogo aberto e sem julgamentos. Vale destacar que a escola é fundamental nesse processo de promoção da saúde para os adolescentes, pois é um cenário apropriado para este tipo de ação pedagógica.

A prevenção é a melhor maneira de lidar com as doenças sexualmente transmissíveis e com a gravidez indesejada na adolescência, uma vez que as pessoas conscientes e orientadas podem ter o discernimento ao depararem com situações de risco. Sendo assim, investir na educação da criança e do adolescente, é fundamental e o enfermeiro, dentro da atenção primária, tem um amplo espaço para atuar nesse campo.

As dinâmicas utilizadas na pesquisa constituíram uma estratégia metodológica importante para o trabalho nessa faixa etária, visto que permite ao profissional interagir e mergulhar no mundo dos adolescentes, além de conhecer suas percepções e concepções acerca da sua sexualidade.

A prevenção e a promoção da saúde para os adolescentes devem envolver vários aspectos, tais como físicos, sociais, culturais e psicológicos. É importante que o enfermeiro, ao abordar esta temática, tenha conhecimentos dos processos evolutivos e conflitos que envolvem essa faixa etária. Para trabalhar com um grupo de adolescentes, o profissional deve ser desprovido de preconceitos e julgamentos, atuando como educador e mediador das discussões sobre sexualidade. O profissional deve construir, junto ao grupo, alternativas e formar opiniões levando em conta a individualidade, vendo o indivíduo como um todo. O trabalho do enfermeiro não exclui a necessidade da escola, em conjunto com a família e os serviços de saúde, abordar a temática junto ao adolescente.

REFERÊNCIAS

AYRES R.C.M. HIV/AIDS, DST e abuso de drogas entre adolescentes: vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas São Paulo (SP): Casa de Edição. Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 1996.

BOISLARD, P.M.A., POULIN, F. Individual, familial, friends-related and contextual predictors of early sexual intercourse. *J Adolesc.* p.289-300, 2011.

BORGES, A.L.V.SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública*, p.499-507, 2005.

BRASIL. Pesquisa Nacional sobre a Saúde e Nutrição. Perfil de Crescimento da População Brasileira de 0 a 25 anos. Brasília: INAN/MS. 1992.

BRETAS, J. R. da S.SILVA, C. V. da. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. *Acta Paul Enferm.* p.326-33, 2005.

CABRAL, I.E. Aliança de saberes no cuidado e estimulação da criança bebê. Rio de Janeiro: Editora da Escola de Enfermagem Ana Nery, 300p, 1999.

CABRAL, I. E. O método criativo e sensível: alternativa de pesquisa na enfermagem. In: GAUTHIER, J.H.M. et al. *Pesquisa em Enfermagem: novas metodologias aplicadas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Cap. 8, p. 177-208, 1994.

CARLINI-COTRIM, B., GAZAL-CARVALHO, C., GOUVEIA, N. Comportamento de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana de São Paulo. *Rev Saúde Pública*, 636-45, 2000.

CARUSO S, AGNELLO C, INTELISANO G, FARINA M, DI MARI L, CIANCI A. Sexual behavior of women taking low-dose oral contraceptive containing 15 microg ethinylestradiol/60 microg gestodene. *Contraception*. p.237-40, 2004.

CONTANDRIOPOULOS, A.P., CHAMPAGNE, F., POTVI, L., DENIS, J.L., BOYLE, P. Saber preparar uma pesquisa. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1994.

DOMINGUES, C.M.A.S., ALVARENGA, A.T. de. Identidade e Sexualidade no Discurso Adolescente. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.* S. Paulo, 1997.

FREITAS, K.R. de DIAS, S.M.Z., percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Abr-Jun; p. 351-7, 2010.

LANGILLE, D.B. ASBRIDGE, M., FLOWERDEW, G., ALLEN, M. Associations of sexual risk-taking with having intercourse before 15 years in adolescent females in Cape Breton, Nova Scotia, Canada. *Sex Health*, p.199-204, 2010.

MALINOWSKI, B. Os argonautas do Pacífico ocidental. Rio de Janeiro: Ed. Abril, (Coleção Os Pensadores). p.5-34, 1976.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2006.

MUELLER, T.E., GAVIN, L.E., KULKARNI, A. The association between sex education and youth's engagement in sexual intercourse, age at first intercourse, and birth control use at first sex. *J. Adolesc. Health*, p.89-96, 2008.

OLIVEIRA, D. L. Sexo e saúde na escola: isto não é coisa de médico? In: Meyer DE, Dalla Zen MI, Xavier MLF, organizadora. *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre (RS): Mediação, p. 97-109, 2006.

PAPALIA, D. E., OLDS, S., W. FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

REICH, W. *O Combate sexual da juventude*. Porto: Textos Marginais; 1975.

STUAR, G.W., LARAIA, M.T. *Enfermagem psiquiátrica princípios e prática*. 6ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed; 2001.

TANNER, J.M. *Growth at Adolescence*. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1962.

UNICEF BRASIL. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em 03 fev. 2015.

VILLELA, W.V.D., DORETO, D.T. Sobre a experiência sexual dos jovens. *Caderno de Saúde Pública*, p.2467-72, 2006.

WHO, World Health Organization. *Young People's Health - a Challenge for Society*. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva: WHO, 1986.

O LUGAR DO TRANSGÊNERO NO OCTÓGONO: GAME FACE

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 25/08/2021

Aline Aparecida de Souza Ribeiro

Centro Universitário De Valença - UNIFAA
<http://lattes.cnpq.br/2061132781436329>

Natália Rodrigues Reis

Faculdade De Educação Física e Desportos da
Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora- Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2125464486627359>

Priscila Gonçalves Soares

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Sudeste de Minas
Juiz de Fora- Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5359005885941941>

RESUMO: Este ensaio se contextualiza no discurso biológico e dos aspectos físicos questionados pelo fato de Fallon Fox “ser um homem”. Apesar da mudança de sexo e a carga hormonal que a atleta foi submetida, é julgada pelo público e alguns lutadores que este não é seu lugar. O objetivo é discorrer sobre qual é o lugar do transgênero no octógono, pautado no documentário GAME FACE. Iniciamos uma narrativa a partir do documentário Game Face, narrativa esta que será embebida de opiniões e inferências a partir de referências teóricas e científicas que desconstruem, reiteram, ressignificam, transformam e questionam o lugar social, principalmente o lugar esportivo de um transexual.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas Transgênero; Fallon Fox; Lugar Social; Lugar Esportivo.

THE PLACE OF TRANSGENDER IN THE OCTAGON: GAME FACE

ABSTRACT: This essay contextualizes the biological discourse and physical aspects questioned by the fact that Fallon Fox “is a man.” Despite the sex change and hormonal load the athlete has been subjected to, it is judged by the public and some fighters that this is not their place. The goal is to discuss what is the place of the transgender in the octagon, based on the documentary GAME FACE. We start a narrative from the documentary Game Face, a narrative that will be steeped in opinions and inferences from theoretical and scientific references that deconstruct, reiterate, resignify, transform and question the social place, especially the sports place of a transsexual.

KEYWORDS: Transgender People; Fallon Fox; Social place; Sporting place.

INTRODUÇÃO

A mídia esportiva brasileira é marcada pela predominância de matérias e notícias sobre o futebol e pela invisibilidade de outros esportes, este fato é observado não só por telespectadores como pelos profissionais envolvidos com o esporte. No que tange à televisão a dominação deste esporte é ainda mais frequente e expressiva, com horários e dias determinados e exclusivos para sua

transmissão, movimentando o setor esportivo, da mídia, do marketing e do *merchandising*, entre outros vinculados. Porém há alguns anos, para felicidade dos simpatizantes das lutas, as *Mixed Martial Arts* (Artes Marciais Mistas, MMA) vem ganhando espaço nas madrugadas da mídia esportiva televisiva. O MMA foi uma das grandes revelações da mídia esportiva da última década; praticantes, simpatizantes, curiosos tornaram-se telespectadores fiéis e canais exclusivos, com transmissão 24 horas foram criados cita-se o “Combate”, por exemplo.

O MMA é caracterizado pela aplicação de técnicas, golpes advindos de diversas lutas como jiu-jitsu, karatê, judô, boxe, muay thai, luta greco-romana e luta olímpica, são as mais observadas. Devido à sua ampla divulgação e espaço que vem ocupando, o MMA tem se destacado no universo cultural das lutas. As notícias sobre esta arte marcial mista são veiculada em sites, blogs, revistas, jornais, canais fechados e abertos, filmes, documentários e demais meios de divulgação que são de fácil acesso ao público. Assim seduzindo e facilitando o público a acessar o conteúdo trazido sobre o MMA (GRESPLAN e GOELLNER, 2014; MAIA e LINS, 2013).

Para os estudiosos da história não é novidade este movimento, Melo e Vaz (2008) identificam as lutas como um ambiente de ânimos à flor da pele e que, apesar de “ultrapassado” na constituição de uma sociedade moderna na transição do século XIX para o XX, atraía grandes multidões. Soares (2010) identifica as lutas associadas às classes mais abastadas da sociedade, como uma forma de resistência a uma imposição social que se contrasta com o moderno.

Ao longo da história da humanidade, percebemos a presença da ênfase na masculinidade e virilidade nos ambientes de combate, como por exemplo, em Atenas, na Grécia Antiga, onde os cidadãos duelavam, chama a atenção o sacrifício e o sangue derramado pela vítima ao fim. Ao final do combate, o que ganha destaque é a degolação, seja ela ligada a menção de um herói da mitologia ou não, é o que distingue o herói, do sacrificado. Logo, o sangue é o que marca o vencedor da luta, da guerra e da violência. Neste contexto temos a construção do *homem de ferro*, aquele que supera e não demonstrar a dor assim tornando-se um símbolo de masculinidade, virilidade (GASTALDO, 1995; GRILLO, 2011 apud MAIA e LINS, 2013).

A ideia construída de homem/mulher, masculino/feminino, do binário, ela é predominante desde a antiguidade. Ao longo da história o entendimento de binarismo vem sendo modificado histórica e culturalmente. Levando em consideração o destaque da masculinidade demonstrada nas atividades, o sentimento de pertença daquela tarefa é destinado somente ao homem. Além disso, a ideia de que o homem seria o sujeito universal e a mulher o outro absoluto é marcada, sendo a mulher assim destacada por suas características fisiológicas. Ao analisar a história percebemos a subordinação da mulher ao homem, notando sempre as características de cada um bem delineada na sociedade, seja ela qual for. Esta dicotomização dos gêneros deve-se ao fato do homem sempre ter

ocupado os espaços públicos da sociedade, restando à mulher o ambiente doméstico (BENTO, 2006, p. 71 e 72).

Não é possível pensar em uma sociedade moderna sem as lutas sociais, sem as lutas de classe e sem as lutas feministas, lutas dos “corpos estranhos, bizarros” e demais lutas para conquistar espaço na sociedade e o respeito dos sujeitos. Butler (1999) traz outro sentido para polemizar as discussões de gênero, baseada no rompimento com o heterossexismo generalizado nos estudos feministas, procurando proporcionar aqueles que estão a certa distância da heteronormatividade e possibilidade de identificação. Então ao longo da história, as mulheres lutaram para conquistar seu espaço e romper com a ideia do espaço público destinado aos homens e o espaço doméstico delegado à elas. Para além das lutas homem/mulher, surgem corpos estranhos, bizarros, perante os olhos da sociedade, surge um corpo *queer*¹ (BENTO, 2006, p.72 e 73; RIBEIRO, 2011).

Assim como aconteceu com o futebol, o MMA também era uma prática permitida apenas aos homens. Historicamente e culturalmente o MMA era tido como um lugar ligado às masculinidades e virilidades, sobressaindo a heteronormatividade sendo idealizado por aqueles indivíduos culturalmente construídos como masculinos (SOARES, MOURÃO e FERNANDES, 2017). O lugar da mulher nestas práticas foi, por muitos anos, as práticas clandestinas e o papel social de espectadoras.

As coisas começaram a mudar no MMA em 23 de fevereiro de 2013, no octógono, local onde somente eram exibidas lutas entre homens, em que este era o sujeito universal (BENTO, 2006, p.71), recebe Ronda Rousey e Liz Carmouche para a luta principal, objetivando a disputa do cinturão peso galo, até então pertencente a Ronda. Não foi a primeira luta entre mulheres neste âmbito, porém a divulgação e a oficialização promoveram maior visibilidade para as mulheres no MMA. A aceitação e opinião do público foi muito grande, o presidente da instituição Dana White relatou que a luta foi melhor do que todos esperavam e que nenhum outro lutador do UFC tinha tanta atenção naquele momento quanto Ronda.

Ainda em 28 de dezembro de 2013, foi promovida uma luta entre Ronda e Miesha Tate, exibida antes da luta revanche entre Anderson Silva e Chris Weidman, sendo considerada a melhor luta da noite na ocasião. Desta forma, o local onde até então era predominantemente masculino passa ter a presença feminina e a visibilidade para elas é ampliada, diante das exibições de lutas grandes, principais e da grande divulgação.

O ano de 2013 ficou marcado para as mulheres no MMA, por conta da oficialização das mesmas na modalidade. Porém, ainda neste ano um outro evento marcou o MMA, um corpo *queer* é apresentado ao público. Como se não bastasse a presença feminina no octógono, destaca-se o corpo transgênero de Fallon Fox presente no octógono rompendo

1 O termo *queer* refere-se aqueles indivíduos não heterossexuais, como gays, transgêneros e outros. Este termo denigre o sujeito a que se refere, estando relacionado com insultos, patologias, acusações e xingamentos. O interessante é que os próprios sujeitos *queer* denominam-se assim. Estes sujeitos desestabilizam, transgridem, perturbam os demais sujeitos (BENTO, 2006, p.80; RIBEIRO, 2011).

com a heteronormatividade, com o heterossexualismo até então presente no ambiente as lutas, onde homens duelam com homens e mulheres contra mulheres, justificado estritamente pelo discurso biológico.

Os sujeitos *queer*, denominam-se assim como bizarros, estranhos para expor a não aceitação daquilo que é diferente. Eis que esse sujeito que provoca e fascina surge no octógono perturbando o público, desestabiliza o público. Então, em 24 de Março de 2013, é feito o anúncio em diversas mídias esportivas, da luta no MMA, entre a transexual Fallon Fox e Allanna Jones, pela semifinal *Championship Fighting Alliance*.

As reações à esse corpo estranho foram diversas, tanto por lutadores do MMA quanto do público. Teve até lutador, o peso pesado Matt Mitrione, sendo suspenso do MMA por disseminar preconceito com relação à atleta. O discurso biológico predominou entre o público de modo a questionar como um homem iria lutar com uma mulher, o público ficou dividido, espantado com esse corpo estranho no octógono. A legitimidade de Fallon Fox no MMA foi questionada, pensando pelo lado biologicista ela é um homem e, possivelmente, tem mais força física do que uma mulher, apesar da troca de sexo.

Além do mais, o corpo *queer* rompe com a ideia da existência dos corpos tidos como normais, masculino e feminino, neste âmbito o homem-masculino tende a relacionar-se com a mulher-feminina, sendo esta uma via de regra. Este discurso contribuiu para romper com a heteronormatividade nos esportes e fora dele. Boyd Borton é Fallon Fox que é também uma transexual mulher e homossexual, rompendo com o binarismo, homem e mulher e o discurso heteronormativo esportivo e social.

Diante do discurso biológico, dos aspectos físicos questionados pelo fato de Fallon Fox “ser um homem”, pelos discursos de que temos um homem lutando contra uma mulher, mesmo levando em consideração a mudança de sexo e a carga hormonal que a atleta foi submetida, sendo então pelo público e alguns lutadores, julgado que este não é o lugar dela, nos questionamos: Qual é o lugar da Fallon Fox no octógono? Como ela lida com sua trajetória e com o preconceito? Nosso estudo visa discorrer sobre este questionamento pautado no documentário *GAME FACE*.

A ESCOLHA DO DOCUMENTÁRIO - THE GAME

Com o início do “game”, retoma-se uma pergunta feita por Melo e Vaz (2008) qual a relação entre a sétima arte (cinema) e o esporte? Os autores respondem brilhantemente elencando aspectos históricos e sociais. Mas o que mais chamou a atenção neste texto foi a relação estabelecida com a literatura: “*A literatura, por exemplo, tem sido pródiga em dispor de suas imagens, talvez porque suas narrativas, seus personagens e ambientes (confusos, paradoxais, sombrios) sejam muito adequados à elaboração de boas histórias*”.

(p.4)

É neste lugar que nos colocamos agora, um lugar sombrio e escuro que reflete

os paradoxos sociais. Iniciamos uma narrativa a partir do documentário *Game Face*, narrativa esta que será embebida de opiniões e inferências a partir de referências teóricas e científicas que desconstroem, reiteram, ressignificam, transformam e questionam o lugar social, principalmente o lugar esportivo de um transexual.

Segundo Soares, Mourão e Fernandes (2017) o MMA é um espaço de masculinidades onde somente tem espaço aqueles denominados culturalmente como masculinos. Em um espaço onde o feminino já fica a margem e custa a conquistar um mínimo espaço, justamente por ser esse visto como um lugar de homens e não de mulheres imagina um corpo que não é nem isso e nem aquilo perante os olhos do público. Rompendo com o binarismo, homem/mulher, feminino/masculino surge um corpo *queer* no octógono, hostilizado e estigmatizado pelos espectadores.

A colocação deste corpo estranho, rompendo no espaço leva ao uso do discurso biologicista, para justificar por meio dos aspectos fisiológicos a contrariedade a inserção e injustiça da luta de Fallon Fox, contra uma mulher e por parte de espectadores e integrantes do MMA imperando a transfobia (GRESPLAN e GOELLNER, 2014).

Bracken (1997), em seu livro *Sociedade do Espetáculo* aborda como o cidadão comum passou a ser ator e plateia de uma sociedade movida por desafios, parte de uma sociedade moderna. Os espectadores por meio da aceitação e curiosidade por este corpo estranho no octógono são os juizes, ou seja, aceitando este corpo estranho aos olhos, ou pela força do protesto e indignação, de biologicamente ter um homem lutando contra uma mulher, afastá-lo do MMA. Se é um corpo dito como não feminino, denominado que ali não é o lugar apropriado para ele, onde será então o lugar apropriado para o mesmo?

Do ponto de vista biológico Fallon Fox é um homem com formato corporal, hormônios, força e demais características anatômicas e fisiológicas próprias de um homem, tornando então sobressalente à uma mulher. Assim, não é justo lutar contra uma mulher. Deste ponto de vista procurou-se explicar que a mulher transsexual é uma mulher que ao ressignificar-se, passa por alteração de hormônios o que faz com que ganho de força, perda de peso corporal e conservação de massa muscular seja dificultada na trans mais do que em uma mulher nascida fêmea. Com estes argumentos o objetivo é mostrar por veracidade biológica que a transformação deste corpo possui suas fragilidades e inferioridade em contraposição ao discurso de que o fato de Fallon Fox ter nascido homem lhe dá vantagens sobre uma adversária (GRESPLAN e GOLLNER, 2014).

Com os autores do pós-estruturalismo Butler (1999), Louro (2008) observa-se a “desordem” desta sociedade pós-moderna, onde o espetáculo é constituído e se constitui de “novos corpos”; os corpos *queer*: o corpo de Fallon Fox.

“HOLOFOTES ACESOS”

Fallon Fox iniciou o processo de ressignificação sexual em 2003, e em 2008 iniciou

no MMA, ela tinha ido a uma academia buscando alguma atividade para manter a forma. O treinador gostou da forma como ela deu socos no saco de pancada e a convidou para começar a treinar lutas. Assim a transexual ingressa no mundo das lutas, pautada em seu desempenho em bater com jeito e força. Porém é importante destacar que neste início ela não revelou sua transexualidade.

A “Rainha das Espadas” (Fallon Fox) desenvolveu-se bem no esporte e conseguiu licença para lutar um campeonato feminino na Flórida. Mas, tinha dificuldades de marcar lutas porque havia um boato de que ela era transexual. Entretanto, Dana White alega que a dificuldade em marcar lutas está ligada ao fato de não ter adversárias à altura para o evento. Foi devido à esta dificuldade que ela contou ao treinador sobre sua mudança de sexo. O treinador pediu para que ela não contasse a ninguém porque poderia trazer uma imagem negativa para academia. Afinal, o meio das lutas é permeado por “machismo” demasiado, colocando o MMA como uma modalidade marcado por masculinidades. O esporte em si tem bem demarcado o lugar de homens/mulheres, do masculino/feminino, local destacado do binarismo, diante disto será evidenciado o corpo ou outro comportamento que saia fora da norma masculino e/ou feminino (BENTO, 2006; FERNANDES et al., 2015).

Fallon era “ele” e trabalhava como caminhoneiro antes da mudança de sexo; na empresa ela comunicou aos patrões sobre a mudança que faria e, dias depois, apareceu no trabalho como “ela”.

Fallon, aborda um aspecto interessante de mudança de conduta e comportamento dos demais homens que trabalhava como caminhoneiros na mesma empresa; ela relata que logo após a cirurgia aqueles homens estavam “chegando nela”.

Este tipo de comportamento reflete uma perspectiva masculina contraditória: o aspecto cultural do “ambiente masculino” incita a masculinidade e comportamentos viris associados ao sexo feminino; ao mesmo tempo este ambiente tem marcas do preconceito com homossexuais e transexuais. Porém a partir do momento que as mulheres adentram um ambiente facilitado para concepção de uma masculinidade normalizada, como por exemplo dirigir um caminhão ou o ambiente esportivo como as lutas, passa a ter a possibilidade de produzir novas identidades de gênero, ao passo que corpos reestruturados e ressignificados ficam evidentes pautados no que pode ser identificado como feminino. Esses corpos então factíveis de transitoriedade, passam a romper com o binarismo até então predominante, de maneira que constrói inúmeras possibilidades de feminilidades (FERNANDES, et al., 2015). O corpo de Fallon Fox ao desalinhar a ordem binária dos sexos e romper com a normalização dos corpos, seus gêneros e suas sexualidades desafia e tenciona o saber médico para o que é norma (GRESPLAN e GOELLNER, 2014). Assim esse corpo estranho, bizarro, causa curiosidade e desperta para que os “homens” tenham vontade de conhecer esse “corpo anormal” a título de passar a enquadrar esse corpo como homem/mulher. Entretanto, no ambiente das lutas, esse corpo *queer* sofre abjeção e repulsa, por não se enquadrar na norma homem/mulher.

Ela destaca que o significado da cirurgia de mudança de sexo é mais do que estético; é estar confortável com o próprio corpo, se sentir feminina e se identificar com a imagem corporal. A própria Fallon tem uma fala no documentário que diz: “Agora estou fazendo MMA e isso não é tradicionalmente considerado uma atividade feminina.”

E essa a reflexão central deste ensaio: qual é o lugar do transexual no esporte?

Fallon consegue autorização para lutar na Flórida e na Califórnia e vai para a primeira luta sem a divulgação de que ela é transexual. Após vencer a luta, Fallon fala que foi fantástica a experiência porque ela se sentiu bem, se sentiu vista como “uma pessoa normal”; destaca também que sabe que isso vai passar em breve e revela uma angústia pelo que está por vir. Esta fala de Fallon nos remete ao discurso da normatividade que propõe que os sujeitos devem enquadrar-se como homem/mulher, ou seja, dentro do binarismo sendo o sujeito alocado de acordo com o discurso biológico em que leva-se em consideração o sexo do sujeito assim colocando os indivíduos em posições naturais (BUTLER, 1999).

Ela vence a primeira luta contra Elisha Helsper, e deixa claro que os encontros com a imprensa são sempre tensos. Um jornalista liga para ela e diz que *“se o que disseram sobre ela for verdade ela vai precisar de muito tempo para se explicar.”* Esta fala nos mostra explicitamente o caráter heteronormativo presente na sociedade, o fato de não ser homem/mulher ou ser caracterizada como um homem lutando contra uma mulher, ou ser algo que não consegue ser definido por não estar dentro do padrão binário e do discurso biologicista.

O anúncio de que Fallon é um transexual leva a uma discussão pública sobre a participação dos transexuais no esporte. A imprensa mostra a ficha de inscrição na qual a opção feminino foi marcado e questionam se a participação dela é justa, se é igualitário; a imprensa diz que nem o diretor do UFC, Dana White, sabia desta situação e a especulação dispara na imprensa. Esses aspectos julgados como impróprios perdura pelo modelo binário que tem como padrão dois sexos distintos homem/mulher, sendo reproduzidos padrões de masculinidade e feminilidade. Os telespectadores, lutadores e dirigentes adotaram esta referência em seus discursos e ideais, ao levarem em consideração que era imprópria a presença de Fox na luta contra mulheres.

Muitas pessoas são convidadas a dar opinião entre médicos, especialistas e pessoas vinculadas ao esporte. O discurso médico, levando em consideração o aspecto biológico é muito presente e levando em consideração. A ideia de que esse corpo é patológico, um corpo que não está dentro da norma de ser macho/fêmea é muito evidente. O corpo que ainda impera é aquela que habita entre ser homem ou ser mulher, neste discurso a transitoriedade entre masculinidade/feminilidade ela não é aceita e compreendida. O sujeito deve ser isso ou aquilo, o que não entra nesta norma é tido como bizarro, estranho, anormal e sobre repulsa e abjeção de outros. O sujeito que é tido como homem, nessa ideia ele será sempre homem em sua essência e natureza. Por isso então não é passível de entendimento que confronte uma mulher no octógono. Como verificamos na fala dos

comentaristas “Você não pode dizer que uma mulher e um homem de 65kg são iguais. Apenas 6 anos tomando hormônio, isso é ridículo”. Do ponto de vista da lutadora Ronda “Lutadores transgênero deveriam ser avaliados caso a caso” e para o organizador do evento, Dana White, “A estrutura óssea é diferente, as mãos são maiores, a mandíbula é maior. Tudo é maior”.

A presença do corpo *queer* no octógono nos fez perceber o quanto o discurso biomédico está presente, sendo este ditador do que será aceito e do que pode ou não ser considerado dentro da normalidade para ser assim aceito. Este corpo permeando o mundo das lutas nos permite visualizar as pluralidades, possibilidades corporais e discussões acerca das mudanças e transitoriedade entre masculinidades/feminilidade nos mostrando a construção da feminilidade em um corpo masculino e/ou a masculinidade em um corpo feminino. O discurso biomédico é o que irá caracterizar e hierarquizar esse sujeito como sendo normal ou patológico. Os telespectadores, atletas e dirigentes não trazem ao léu sua opinião de que o corpo e a identidade de Fallon Fox é desviante, sendo somente efetivada e mudada quando reafirmada pelo discurso biomédico.

A imprensa utiliza de fotos de Fallon e suas oponente para comparar seus corpos “femininos”; contraditoriamente no MMA os corpos são todos musculosos, fortes, corpos atléticos característicos de pessoa que treinam muito. Entretanto, busca-se respostas em estereótipos corporais associado ao “ser feminino”.

Um dos comentaristas, se refere ao corpo musculoso da oponente de Fallon e diz: “*se você olhar as duas lado a lado você diria que Ericka tem a vantagem...*”, a discussão biológica não para.

Ela é convidada a dar uma entrevista na qual responde questões de forma a levar ao entendimento social sobre o que é ser transgênero. Nesta mesma entrevista a oponente Ericka também participa e na dificuldade de responder a questão feita pela jornalista o seu treinador logo assume a resposta das perguntas de forma agressiva, ressaltando a fragilidade da atleta Ericka diante desta situação. Um corpo que não é aceito e definido, assusta, sendo o treinador dotado de argumentos para mostrar que nem eles mesmos sabem definir e identificar o lugar desse corpo e identidade de Fallon Fox e o que seria esse corpo. Retomando a nós a pergunta qual o lugar do transgênero?

Fallon vai para a pesagem com Allanna Jones e aparece de biquíni, seu corpo feminino mais uma vez chama a atenção. Enquanto isso, áudio falando que “*Fallon Fox está zombando do MMA feminino*”, imprensa falando que um suposto boicote ao evento, sobre a solicitação de seguranças extras.

Ao entrar no octógono Fallon é recebida com muitas vaias e as apostas são 68 para Allanna contra 1 para Fallon. Fallon ganha a luta no terceiro *round* e ganha vaias do público.

Na cena seguinte Fallon está em uma parada gay e encontra o primeiro transexual a participar como atleta de triatlon, Cris Mosier. Ele destaca que quando mudou de mulher

para homem ninguém o deu a menor vantagem por se tornar homem; fala sobre a falta de informação das pessoas e dos questionamentos que ele ouvia no sentido se ele ainda seria competitivo. Questiona-se se a mudança de homem para mulher e de mulher para homem são diferentes? Será que existe um processo mais justo para o esporte?

Sem respostas a esta pergunta, continuamos a observar no documentário Fallon e o ativismo e a sua luta social em prol dos transexuais.

A luta final é marcada por pouca interação, Fallon com público é um misto de rejeição pública com um gosto de vingança, tal fato fica claro quando Fallon perde a luta e toda a torcida ovaciona Ashlee (que havia sido apoiada o tempo todo).

O árbitro da luta parece permitir que Fallon apanhe bastante, fica claro (principalmente para nós lutadores) que o árbitro agiu equivocadamente ao permitir que Ashlee socasse Fallon por mais tempo do que o recomendado para parar a luta. Outro fato é que o árbitro anuncia a vitória de Ashlee enquanto Fallon está sentada no banco do corner, como de praxe nas lutas o árbitro sempre convida os dois lutadores para o anúncio, neste caso, Fallon não foi convidada a participar do anúncio. As ações do árbitro corroboram com sentimentos de repulsa e exclusão pública em relação a Fallon.

Mesmo diante desta situação Fallon fala da possibilidade e oportunidade de lutar como transexual e de como tudo isso deu visibilidade a esta causa. Destacando sua condição enquanto negra, homossexual e trans, pela primeira vez aparece a namorada e a filha também vai apoiá-la na luta seguinte.

O documentário termina com Fallon treinando, participando de movimentos ativistas e continuando ignorada tanto pelo INVICTA quanto pelo UFC; enquanto Ashlee teve oportunidade no UFC.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BRACKEN, Len. *Guy Debord Revolutionary*. 1997.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERNANDES, Vera et al. **Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de Boxe e MMA**. *Journal of Physical Education*, v. 26, n. 3, p. 367-376, 2017.

GASTALDO, É. **Kickboxers: esportes de combate e identidade masculina**. 1995. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, v. 20, n. 4, p. 1265-1282, 2014.

GRILLO, J. G; GARRAFFONI, R. S; FUNARI, P.P (Orgs.). **Sexo e violência: realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MAIA, Cleiton Machado; LINS, Felipe Magalhães. Quantos lados pode ter um octógono?: gênero, corpo e homossexualidade no UFC. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013.

MELO, V.A.; VAZ, A. F. **Cinema, corpo, boxe: reflexões sobre suas relações e notas sobre a questão da construção da masculinidade**. In: ROMERO, E. e PEREIRA, E.G.B (Orgs.) Universo do corpo: Masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p.117-135.

SOARES, Priscila Gonçalves; **Práticas corporais e diversão em Juiz de Fora/MG: o discurso do Jornal O Pharol (1876 - 1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Educação. 2010.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; FERNANDES, Vera Lúcia Ferreira Pinto. **Resenha do livro mulheres no octógono: performatividades de corpos, de gêneros e de sexualidades**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 23, n. 2, p. 797-802, 2017.

CAPÍTULO 14

IGUALDADE DE GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTARÉM: A ÓTICA DAS ADMISSÕES

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 08/10/2021

Lorena de Sousa Marques

Universidade Federal do Oeste do Pará -
UFOPA
Santarém – PA
lattes.cnpq.br/5952659480317475

Tarcísio da Costa Lobato

Universidade Federal do Oeste do Pará -
UFOPA
Santarém – PA
lattes.cnpq.br/2955106962736164

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

Universidade Federal do Oeste do Pará -
UFOPA
Santarém – PA
lattes.cnpq.br/4025900357442263

Andréa Simone Rente Leão

Universidade Federal do Oeste do Pará -
UFOPA
Santarém – PA
lattes.cnpq.br/0144308057484099

RESUMO: O mercado de trabalho passou por mudanças ao longo dos anos, ressignificando o papel da mulher e trazendo novas óticas ao processo produtivo. Este trabalho investiga a possível convergência para a igualdade de gênero nas admissões do mercado de trabalho formal santareno. Com dados extraídos do CAGED no período de 2004 a 2019, utilizou-se

o modelo autoregressivo integrado de médias móveis – ARIMA. Estimou-se, em média, que no ano de 2037 haverá igualdade nas admissões no município.

PALAVRAS-CHAVE: Santarém; Arima; Igualdade de gênero; Trabalho formal.

GENDER EQUALITY IN THE PARTICIPATION OF THE FORMAL LABOR MARKET IN SANTARÉM: THE PERSPECTIVE OF ADMISSIONS

ABSTRACT: The labor market has gone through changes over the years, resignifying the role of women and bringing new perspectives to the production process. This paper investigates the possible convergence towards gender equality in admissions to the formal labor market in Santa Catarina. With data extracted from CAGED from 2004 to 2019, the integrated autoregressive model of moving averages – ARIMA was used. It was estimated, on average, that in 2037 there will be equality in admissions in the municipality.

KEYWORDS: Santarém; Arima; Gender equality; Formal work.

1 | INTRODUÇÃO

As rápidas e significativas transformações nas relações de trabalho existentes no mundo desencadearam novas óticas na compreensão do desenvolvimento produtivo. Essas transformações ocorreram não somente no âmbito das técnicas de produção e na introdução de novas tecnologias, ocorreram também na estrutura da mão de obra ocupada,

destas mudanças, destaca-se a ampliação da utilização da força de trabalho feminina (MEDEIROS *et al.*, 2020).

O crescimento econômico permitiu às mulheres dar continuidade ao processo de consolidação de sua participação na atividade econômica, melhorando o perfil qualitativo de sua absorção (LEONE, 2018). Porém, ainda que a participação da mulher no mercado de trabalho tenha de fato aumentado, ainda existe um persistente e relevante diferencial entre as taxas de participação de mulheres e homens (COSTA, 2007).

É importante então, introduzir conceitos da Economia Feminista, onde a crítica pela não incorporação da mulher no mercado de trabalho e pela desigualdade de gênero na sociedade em geral tomou força. Apesar de não ser possível explicar com exatidão o surgimento do pensamento feminista pelo fato de não existir registros no início da periodização das épocas históricas da humanidade, é possível, por outro lado, pontuar acontecimentos históricos que desenharam a luta da mulher em busca de igualdade de gênero e de oportunidades no mercado de trabalho, para que se chegasse ao escopo do movimento da atualidade.

Nesse sentido, destacam-se De Christine de Pisan durante o Renascimento, com sua crítica a misoginia presente em sua época predominantemente machista, passando por Marie Gouze no ápice da Revolução Francesa, com sua reivindicação política propondo a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, à Simone de Beauvoir, em uma luta mais aberta para evidenciar a condição feminina na sociedade (GRUBBA E MONTEIRO, 2017).

A luta destas mulheres por visibilidade produziu indiretamente a introdução do gênero como categoria analítica na economia, que traz uma visão que a economia tradicional não possuía e evidencia um importante ponto negligenciado nas relações de trabalho, enfatizado por Fernandez (2018) que a economia tradicional não contempla em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, vale dizer, a possibilidade de que, no espaço econômico, o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (e no caso, discriminatório para com as mulheres) como consequência dos distintos papéis sociais que historicamente tem desempenhado. Tampouco aborda a produção doméstica, há tempos predominantemente feminina e a troca de valores de uso.

Nesse contexto, alguns estudos na literatura visam determinar quais fatores podem estar relacionados com a inserção e/ou crescimento a participação feminina no mercado de trabalho, em que analisam o nível educacional das mulheres, a situação conjugal das mesmas, bem como o contexto familiar em que a mulher está inserida, presença de filhos, dentre outros fatores (SOARES; IZAKI, 2002; RAMOS, ÁGUAS; FURTADO, 2011; CUNHA; VASCONCELOS, 2016; BARBOSA; COSTA, 2017; LEONE, 2018; MEDEIROS *et al.*, 2020).

Tendo como inspiração a luta das mulheres em busca de um lugar no mercado de trabalho como uma possível via de encontro à sua independência e liberdade, busca-se, portanto, aplicar um modelo de séries temporais que estime o ano em que os dados irão convergir para que a diferença de admissões de homens e mulheres seja igual à zero, ou

seja, que exista igualdade de gênero nas admissões do mercado de trabalho formal do município de Santarém.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Feminista

O pensamento feminista enquanto vertente teórica provém diferentes frentes políticas, diversidade que promove metodologias distintas, porém, a despeito da pluralidade de raízes teóricas, existe um denominador comum que permite a visualização da economia feminista como um todo, que é a introdução do gênero como uma das variáveis para ser utilizada como categoria analítica na economia (FERNANDEZ, 2018).

A introdução do gênero como categoria analítica na economia traz uma visão que a economia tradicional não possuía, onde nesta se considerava apenas bens e serviços aos quais foi atribuído um preço devido às relações/transações de mercado, portanto, como consequência, negligenciando um ponto importante nas relações de trabalho. Este ponto é enfatizado por Fernandez (2018):

A economia tradicional não contempla em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, vale dizer, a possibilidade de que, no espaço econômico, o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (e, no caso, discriminatório para com as mulheres) como consequência dos distintos papéis sociais que historicamente têm desempenhado. Tampouco aborda a produção doméstica e a troca de valores de uso. (FERNANDEZ, 2018, p 560).

A Economia Feminista põe em evidência e faz crítica a não incorporação das mulheres e o trabalho feminino na economia. A retórica é importante visto que a desigualdade entre gêneros no mercado de trabalho acaba por dificultar o desenvolvimento de um país como um todo, pois, ainda que as desigualdades apresentem impactos negativos principalmente na população feminina, os custos implicados se refletem nos dados de produção, consumo e investimentos do país (KON, 2013).

A autora supracitada mostra através da observação da realidade, o meio pelo qual se tem a base das transformações teóricas e como as relações de gênero impactam grandemente a segmentação do mercado de trabalho. Entende-se aqui então o ponto principal da Economia Feminista, onde é necessário a atualização ou modernização das questões referentes a oferta e procura, desemprego, precarização, hierarquização e segmentação, e principalmente o abandono da concepção patriarcal de que a mulher é uma força de trabalho secundária, para que esta seja inclusa no mercado de trabalho de forma igualitária.

2.2 O contexto Brasileiro

Trazendo para o contexto brasileiro, registra-se como a primeira destas tendências,

durante a década de 40, o movimento sufragista, que teve como principal ativista Bertha Lutz. Este período é considerado um momento de caráter conservador do feminismo, onde ainda não havia o questionamento da opressão sofrida pelas mulheres neste país (ALVES E PITANGUY, 2007).

Durante o decorrer dos anos 50, com o fim da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a ascensão da classe média. A população brasileira viu o país crescer e se desenvolver, o crescimento da urbanização e industrialização trouxeram inerente aos seus escopos o aumento das possibilidades de educação, profissionalização e oportunidades de emprego para ambos os sexos. Nesta época, a maioria dos discursos políticos eram marcados principalmente por ideais que fomentavam o sentimento de democracia e participação popular. Este foi um período na história do Brasil em que a vida familiar sofreu certas modificações, percebeu-se a diminuição nas diferenças entre homens e mulheres, porém, as distinções dos papéis realizados entre ambos os sexos permaneceram bastante evidentes, e ainda que o trabalho da mulher passasse a ser mais comum, continuava sendo visto pela maioria da sociedade como secundário, já que neste momento a figura do homem ainda estava na posição de chefe da casa (ROCHA E KESKE, 2018).

Durante os anos 70, o movimento de mulheres que se apresenta acaba por romper com uma tradição em que as mulheres se manifestavam publicamente majoritariamente em favor dos valores tradicionais e conservadores, como ocorrido com a Marca da Família com Deus e a Propriedade, que precedeu o Golpe Militar, na maioria das vezes persuadidas por seus cônjuges. Este movimento trouxe uma mudança, uma versão reinventada da mulher brasileira, esta que vai as ruas na busca e defesa de seus direitos e necessidades, esta que realiza manifestações notáveis em denúncia das desigualdades existentes para com seu gênero (SOARES, 1994).

Neste ponto, torna-se importante elucidar que as regras autoritárias da época impostas pelos militares, que tinham a intenção de despolitizar os cidadãos e restringir seus direitos, terminaram por dar voz à mobilização das mulheres que geralmente eram marginalizadas em todos os âmbitos, principalmente no âmbito político.

2.3 A mulher e o mercado de trabalho

Santos e Alves (2016) consideram que a mulher sempre esteve presente em todo o processo evolutivo tanto social quanto econômico, mesmo que por muito tempo considerada apenas como coadjuvante, não constava ou passava despercebida nos registros oficiais. Engajou-se na luta pela educação, direito a voto, independência, melhorias no que se referiam a condições de trabalho tanto para homens quanto para as próprias mulheres e também nas demais reivindicações de melhorias para a sociedade em geral.

O marco histórico que desencadeou uma nova perspectiva em relação ao papel representado pela mulher na sociedade, conforme afirma Hobsbawn (2004), foi exatamente a Revolução Francesa, ocorrida no ano de 1789. Em suas considerações, afirma ser a

partir desse fato que as mulheres começaram a atuação na sociedade de maneira mais incisiva, com mais importância.

Dentre as inúmeras mudanças ocorridas desde então, pode-se destacar questões referentes a exploração da sua força de trabalho bem como a limitação dos seus direitos, este último que marcou de forma mais precisa, a atuação da mulher na busca das melhorias de condições de trabalho e vida, a partir do começo da atuação política, fim da prostituição, a busca por instrução e a procura da igualdade de direitos entre os sexos.

De acordo com Souza e Santos (2014), foi durante o século XVIII/XIX, por meio da solidificação do capitalismo, que diversas transformações puderam acontecer na produção, nas organizações e no trabalho feminino. Com o crescimento industrial, foram proporcionadas às mulheres a possibilidade de adquirirem novas tarefas, que anteriormente seriam realizadas apenas pelos homens. Por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e aumento das melhorias em maquinários, a mão de obra feminina começou a se tornar importante pelo fato de ser um trabalho eficiente e principalmente de baixo custo, e isto trouxe então a disputa entre trabalho dos homens e mulheres. Vale ressaltar que ainda em tempos de desenvolvimento do capitalismo, permaneciam os preconceitos patriarcais. Mulheres ficavam em casa ou eram encaminhadas a “profissões femininas”, as que eram consideradas como funções que priorizavam sua tendência “natural”, basicamente reduzida a cuidar de outras pessoas (BRANDT, 1995).

Muitas vezes influencia na escolha ou não para um determinado emprego, a idade e a situação conjugal em que a mulher se encontra (COSTA, 2007). Em estudos onde se observa a inserção da mulher e do homem no mercado de trabalho, é possível perceber que o papel feminino e masculino foi sempre bem definido no que diz respeito ao arranjo doméstico, onde a função do homem era primordialmente trabalhar e garantir o provento de sua família e a mulher tinha por obrigação cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, e por consequência, se dedicava menos aos serviços profissionais (MATOS & MACHADO, 2006).

É somente a partir da década de 1960 que mudanças mais significativas no mercado de trabalho brasileiro começam a aparecer. Nesta década, o país ainda era predominantemente rural, a economia brasileira era sustentada por alicerces que foram consolidados pela produção agrícola. A expansão industrial trouxe a mecanização do campo e com ela, o êxodo rural, onde a força de trabalho do campo deslocou-se para os grandes centros urbanos (CADERNOS, 2017).

Considera-se que hoje, no mundo contemporâneo, as profissões que eram rotuladas como apenas para pessoas do sexo masculino, contam também com a presença feminina. Funções de liderança e gestão são exemplos da participação da mulher no mercado (SANTOS; ALVES, 2016).

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Os dados utilizados para verificar a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho de Santarém foram Admissões e Desligamentos, capturados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), visto que os dados são capazes de mostrar a inserção da mulher no mercado através dos números referentes às admissões. Os dados são alusivos aos anos de 2004 a 2019, período máximo em que há informações para todas as variáveis utilizadas nesta pesquisa.

Neste estudo, a variável sexo desconsidera, por falta de informações na plataforma do CAGED, a identificação de gênero dos indivíduos, portanto, se refere apenas ao sexo masculino e feminino para caracterizar o gênero nos dados.

Para que seja possível estimar a convergência para a igualdade de gênero nas admissões no mercado de trabalho formal santareno, será aplicada a análise de modelos de séries temporais, sendo possível identificar padrões não aleatórios, que, ao examinar estes e os demais comportamentos da série, nos permite realizar previsões a fim de orientar tomadas de decisões.

É válido compreender a definição de uma série temporal e qual a finalidade em utilizá-la nesse estudo, desta maneira, uma série temporal, também denominada série histórica, é uma sequência de dados obtidos em intervalos regulares de tempo durante um período específico, que podem ser apresentadas de maneira diária, mensal, semestral ou anual, desde que toda a série seja representada com a mesma periodicidade (MORETTIN, 2011).

Ao se analisar uma série temporal referente a uma determinada variável de interesse, é possível identificar padrões não aleatórios. Examinar este e os demais comportamentos da série nos permite realizar previsões a fim de orientar a tomada de decisão (EHLERS, 2007).

Para alcançar o objetivo serão utilizados os modelos de séries temporais univariadas. Segundo Morettin e Tolo (2006), tais modelos se referem a aqueles em que os valores correntes de uma série de tempo são relacionados apenas com seus próprios valores passados ou com os valores correntes e passados dos resíduos da série temporal. Desse modo, neste estudo será utilizado o Modelo Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis (ARIMA). Assim, com a estimação destes modelos poderá ser identificado aquele que melhor se ajusta as séries de dados.

Os modelos ARIMA resultam da combinação de três componentes denominados “filtros”: o componente auto regressivo (AR), o filtro de integração (I) e o componente de médias móveis (MA). Uma série pode ser modelada pelos três filtros ou apenas um subconjunto deles (FAVA, 2000).

Será realizado o teste de estacionariedade da série por meio do teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado - Elliot-Rothemberg-Stock (DF - GLS) para verificar

a estacionaridade da série e, posteriormente, seguir com as estimações (BUENO, 2011).

A aplicação de modelos ARIMA, segue um ciclo iterativo da metodologia Box e Jenkins que são: identificação, estimação, verificação e a previsão. O passo da identificação consiste em verificar qual entre as várias versões do modelo ARIMA melhor explica o comportamento da série de dados, ela é baseada nos comportamentos da função de autocorrelação (FAC) e função de autocorrelação parcial (FACP).

Portanto, para que o modelo ideal seja encontrado, a ordem do modelo será obtida por meio do pacote forecast do *software R*, que nos apresenta o melhor modelo para os dados utilizados, através do comando *auto.arima*, com o menor critério de informação, importante lembrar que quanto menor o critério de informação, melhor previsão o modelo terá. Os demais resultados serão obtidos pelo *Gretl*.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O comportamento das séries temporais que apresenta as admissões tanto para homens quanto para mulheres dentro do período de janeiro de 2004 a dezembro de 2019, tem bastante influência do cenário da conjuntura política e econômica do país. Percebe-se na Figura 1 a tendência crescente de 2004 até 2014, onde apresenta leve queda e o comportamento se torna mais constante.

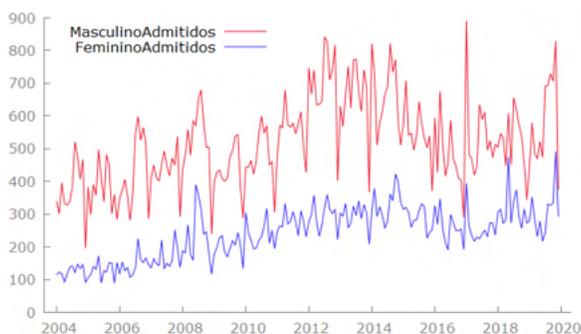


Figura 1 - Série temporal das admissões do sexo masculino e feminino, no período de 2004 a 2019, Santarém-PA.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 2 que apresenta a movimentação de desligamentos tanto para homens quanto para mulheres se comporta de maneira similar ao gráfico para admissões, possuindo uma alta variabilidade dos dados, mantém tendência crescente até meados de 2014 e após isto se mantém em um movimento mais constante.

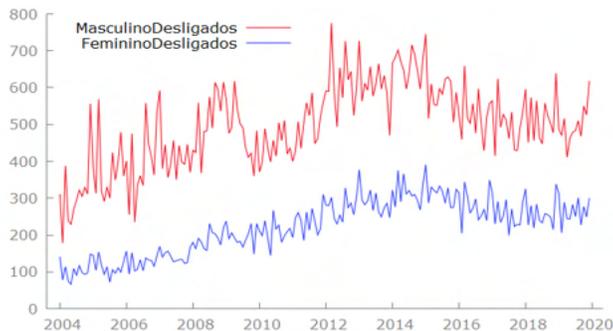


Figura 2 - Série temporal dos desligamentos do sexo masculino e feminino, no período de 2004 a 2019, Santarém-PA.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 3 representa a série temporal da diferença do log das admissões para homens e mulheres. É possível verificar que ao longo do período analisado de 2004 a 2019, apesar de existir uma considerável variabilidade existente nos dados, sugere uma tendência a reduzir a diferença entre admissões de homens e mulheres para o mercado de trabalho formal no município de Santarém.

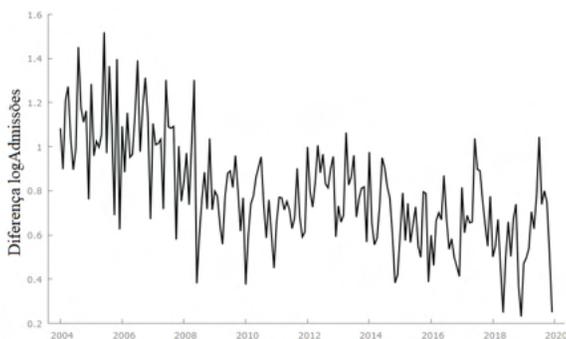


Figura 3 - Série temporal da diferença do log das admissões para homens e mulheres.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para construir um modelo ARIMA (p, d, q) que possa prever comportamento dos dados, é necessário verificar a estacionariedade da série de dados por meio da obtenção do valor de diferenciação do modelo. Esta constatação pode ser vista na Tabela 1 e 2 ao se aplicar o teste de raiz unitária DF-GLS na série em nível e na primeira diferença.

Teste em nível	DF-GLS
Com constante	0.0891191
Com constante e tendência	-176.951
Teste em primeira diferença	
Com constante	-14.62*
Com constante e tendência	-19.369*

*Significativo a 1%.

Tabela 1 - Teste de raiz unitária em nível e na primeira diferença.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O teste na série em nível indica a presença de raiz unitária, devido a não rejeição da hipótese nula no teste DF-GLS. A série se torna estacionária aplicando uma diferença.

A ordem do modelo foi estimada pelo software R que determinou um ARIMA (0, 1, 1) que possui o menor valor para o Critério de Informação de Akaike, isto é, o modelo não possui termo autoregressivo, tem uma diferença e possui um termo do modelo de média móvel.

A estimação do modelo ARIMA é apresentada na Tabela 2. Neste modelo, o coeficiente estimado θ_1 foi significativo. De acordo com os resultados do teste de normalidade, teste ARCH e teste LM, os resíduos estimados são um ruído branco, isto é, possuem normalidade, homoscedasticidade e ausência de autocorrelação.

	Coef.	Erro-padrão	Z	P-valor
Const.	-0,0027	0,00139	-1,972	< 0,0487**
θ_1	-0,9009	0,03921	-22,98	< 7.88e-117*
Normalidade	2,736	-	-	-
LM	14,995	-	-	-
ARCH	16,868	-	-	-

*Significativo a 1%, **significativo a 5%.

Tabela 2 - Resultado do modelo ARIMA (0,1,1).

Fonte: Elaborado pelos autores.

O passo seguinte é utilizar o modelo ARIMA (0, 1, 1) para estimar quando a diferença entre as admissões femininas e masculinas seriam iguais, como pode ser visto na Figura 4:

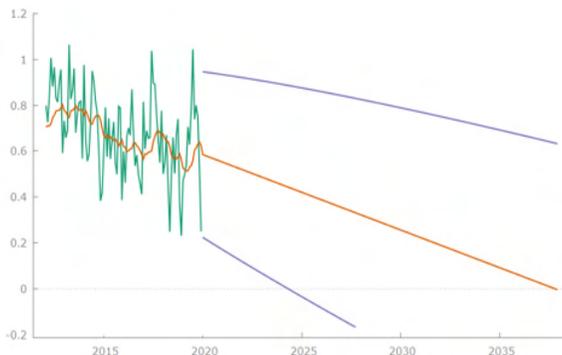


Figura 4 - Estimativa da diferença das admissões entre o sexo masculino e feminino.

Fonte: Elaborado pela própria autora (2021).

De acordo com a estimativa do modelo, a igualdade de gênero no mercado de trabalho ocorrerá, em média, no mês de novembro de 2037. Um cenário mais pessimista, utilizando o limite superior do intervalo de previsão, estima que somente em julho de 2065 a igualdade será uma realidade no mercado de trabalho formal santareno.

O Global Gender Gap Report é um relatório sobre igualdade de 2020 do Fórum Econômico Mundial, busca medir a diferença de participação no mercado de trabalho no mundo inteiro. A análise é baseada em uma metodologia que integra as últimas estatísticas realizadas por organizações internacionais e uma pesquisa de executivos. O relatório aponta que a equidade de gênero no ambiente de trabalho ainda é uma realidade distante. A área trabalhista foi a única a apresentar retrocessos e o estudo estimou em 2020 que seriam necessários aproximadamente 250 anos para que haja igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em um cenário mais promissor, caso haja maiores taxas de desenvolvimento, na melhor das hipóteses, esse número baixa para 94,5 anos (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020).

É importante analisar que o relatório do Fórum Mundial de Economia de 2020 faz sua pesquisa em nível mundial, portanto, leva em consideração a realidade de países onde o mercado de trabalho difere da realidade do mercado de trabalho brasileiro. Em termos sociais, vale ressaltar que em alguns países as mulheres ainda não possuem direitos plenos estabelecidos quanto aos locais em que se pode trabalhar ou direitos básicos como uma educação completa.

O relatório do Banco Mundial de 2018, intitulado “Mulheres, Empresas e Direito” mostrou que cerca de 2,7 bilhões de mulheres enfrentam pelo menos um tipo de restrição legal baseada em gênero. O relatório apresenta ainda que em Madagascar, as mulheres são autorizadas a trabalhar apenas em estabelecimentos familiares, ou seja, são proibidas de trabalhar no período da noite e em profissões que tenham que lidar com literatura ou outros objetos que possam ser considerados imorais para aquela dinâmica social. Esta realidade

se estende a países da América Latina também, como na Argentina, onde mulheres não podem trabalhar na produção de licores ou destilação de álcool (BANCO MUNDIAL, 2018). De maneira geral, o modelo estimado para a convergência das admissões femininas e masculinas no mercado de trabalho santareno traz uma ótica positiva em relação ao cenário mundial.

Ao se comparar a estimativa mais pessimista desta pesquisa com o a estimativa média realizada no relatório do Fórum Econômico Mundial, tem-se ainda vantagem de aproximadamente 204 anos.

5 | CONCLUSÃO

No intuito de investigar a possibilidade da convergência para igualdade de gênero na participação do mercado de trabalho formal santareno, verificou-se que a tendência do mercado de trabalho formal santareno é reduzir ainda mais a diferença de inserção entre homens e mulheres, chegando a um cenário ideal de igualdade nas admissões.

Após estimativa do modelo, o resultado obtido concluiu que no ano de 2037, no mês de novembro, a diferença de admissões entre homens e mulheres será 0, ou seja, nos permite dizer que homens e mulheres serão admitidos de maneira igualitária, tendo portanto, um número equivalente de inserção no mercado de trabalho de trabalho formal de Santarém. Tendo em vista os resultados obtidos pelo relatório do Fórum Mundial de Economia, que estimou aproximadamente 250 anos para que exista igualdade de gênero em postos de trabalho, entende-se que este trabalho apresenta uma possível vantagem do município santareno e possa servir de base para potenciais políticas públicas que trabalhem no intuito de fomentar a presença de mulheres na atividade econômica de maneira que a presença da mulher no mercado de trabalho formal do município seja cada vez maior e de melhor qualidade.

Neste trabalho, é possível perceber que, apesar de ter obtido resultados satisfatórios, uma lacuna ficou aberta; o mercado de trabalho é dinâmico e amplo, limitar-se ao mercado de trabalho formal acaba por limitar o âmbito da pesquisa, visto que o mercado de trabalho informal também movimenta a economia e tem em seu escopo mulheres, mães que precisam sustentar suas famílias, mulheres chefes de família, trabalhadoras autônomas.

Nessa perspectiva, entende-se que trabalhos futuros que possam ampliar o campo de pesquisa para abranger outros tipos de mercado de trabalho, como mercado informal, a produção rural e, ampliar também a área de estudo, trazendo uma ótica macro de todo o estado, por exemplo, venham a contribuir com este campo de pesquisa preenchendo possíveis carências na literatura atual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. **Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho do Brasil**. Boletim Mercado de Trabalho. (Conjuntura e Análise nº 62). 2017.

BUENO, R. L. S. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 320p.

BRANDT, Barbara. **Whole life economics: revaluing daily life**. Philadelphia: New Society Publishers, 1995.

CADERNOS, De Formação. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. São Paulo, 2017.

COSTA, J. S. M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2007. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CUNHA, Marina Silva; VASCONCELOS, Marcos Roberto. **Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro**. Nova Economia, v.26 n.1 p.179-206 2016.

EHLERS, R. S. **Análise de séries temporais**. In: Notas de aula de séries temporais. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.each.usp.br/rvicente/AnaliseDeSeriesTemporais.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 3 (152), pp. 559-583, julho-setembro/2018.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. 18 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

LEONE, Eugenia. **Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão**. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Poços de Calda/MG. 2018.

KON, Anita. Mercado de trabalho, assimetrias de gênero e políticas públicas: considerações teóricas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 02, p. 33-58, 2013

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F.; **Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001)**, Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-27, jun. 2006.

MEDEIROS, Kagila Irene Silva de; SOUZA, Jose Antonio Nunes de; COSTA, Fagner Moura da; FERREIRA, Francisco Danilo da Silva; SILVA, Ricardo Vitor Fernandes da. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho do rio grande do norte**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 27, n. 1, p. 65-82, 2020.

MONTEIRO, K. Farias. ; GRUBBA, L. S. (2017). **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo**: de sufragettes às sufragistas. Direito E Desenvolvimento, 8(2), 261-278.

MORETTIN, Pedro A. **Econometria Financeira**: Um curso em séries temporais financeiras. São Paulo: Bucher, 2011.

MORETTIN, P. A.; TOLÓI, C. M. C. **Análise de séries temporais** (2ed.). São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

RAMOS, Lauro; AGUAS, Marina Ferreira Fortes; FURTADO, Luana Moreira de Souza. Participação Feminina na Força de Trabalho Metropolitano: O Papel do Status Socioeconômico das Famílias. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, 2011, pp. 595-611.

ROCHA, Claudine Rodembush; KESKE, Henrique Alexander Grazzi. A importância da luta dos movimentos feministas no desenvolvimento da tipificação do feminicídio e na busca por igualdade entre os gêneros. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito** | e-ISSN: 2525-9849 | Salvador | v. 4 | n. 1 | p. 80 – 98 | Jan/Jun. 2018.

SANTOS, Bruna Martins dos; ALVES, Josilene Santos. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**: Comparação entre Ontem e Hoje. 2016.

SOARES, Sergei; IZAKI, Rejane Sayuri. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Texto para discussão n° 923. Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista**: Paradigmas e desafios. Estudos Feministas, p. 11-24, 1994.

SOUZA, Elisângela Souza e SANTOS, Sylvania Pereira Dos. **Mulheres no Mercado de Trabalho**: Um estudo com estudantes universitários de uma faculdade particular de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/efaceq/downloads/numero03/3-mulheres-no-mercado-de-trabalho-um-estudo-de-caso.pdf>. Acesso em: 12. abr 2020.

THE WORLD BANK GROUP. **Women, Business and the Law 2018**. Washington D.C. Disponível em: Women, Business and the Law 2018 Report Launch (worldbank.org). Acesso em 25 jan 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. (2018). **The global gender gap report 2018**. Cologny: World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2020>. Acesso em 15 fev 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

JOAQUIM DOS SANTOS - Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória (URCA/UFRJ). Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2017). Bolsista de Pós-doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) junto à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades - NHISTAL (URCA/CNPq) e pesquisador dos Grupos: Imagens da Morte - a morte e o morrer no mundo Ibero-americano (UNIRIO/CNPq) e NECAGE - Núcleo de Estudos Comparados em Corporeidade, Alteridade, Ancestralidade, Gênero e Gerações (UFCA/CNPq). Membro do Laboratório de Pesquisas em História Cultural (LAPEHC/URCA). Desenvolve estudos com ênfase em: Gênero e sexualidade; História da morte; Formação de professores; Educação patrimonial; Memória e religiosidade. Tem experiência no ensino de história na educação básica; Organização, gestão e ação educativa em museus; Formação inicial e continuada de professores; Organizações Não Governamentais em defesa do patrimônio cultural.

JESSICA CORREIA DUARTE - Nuvens é Professora de História do Ensino Básico na rede pública de ensino do município de Santana do Cariri/CE. Mestre em Ensino de História pelo Mestrado profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Regional do Cariri (URCA/UFRJ). Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Concluiu especialização em Psicopedagogia Educacional pela Universidade Integrada de Patos. Atualmente atua como pesquisadora nas áreas de História das mulheres e relações de gênero. É autora da dissertação *O Combate à Violência de Gênero na Escola: Propostas para o Ensino de História*, defendida em 2020. Autora de artigos e capítulos de livros dedicados aos estudos de gênero, feminismo e violência contra as mulheres.

ANTONIO CARLOS DIAS DE OLIVEIRA - Graduando em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades – NHISTAL(URCA/CNPq). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) junto à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) na pesquisa intitulada *O Ensino de História e a Educação das Relações Étnico-Raciais no Cariri Cearense*. Foi bolsista PIBIC no projeto de pesquisa *Gênero e Sexualidade no Ensino de História: narrativas de professores e estudantes LGBTs*. Foi bolsista PIBIC no projeto de pesquisa *Ceará Negro: afrodescendência e africanidades nas publicações do IMOPEC*. Foi voluntário no projeto de extensão *GENXES - Oficinas de História Gênero e Sexualidades*. Atuou como membro voluntário em organizações não governamentais como é o caso do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC). Co-fundador do Projeto Oliveira's, que tem se estruturado enquanto uma oficina colaborativa de produção de áudios e vídeo e que se propõe a trabalhar com juventudes negras e LGBTs do Barro Branco/ Bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade do Crato/CE. Atualmente desenvolve pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de História problematizando masculinidades na região do Cariri

cearense contemporâneo. Tem se dedicado aos estudos sobre gênero, raça e sexualidade, bem como sobre linguagens, cultura(s) e desenvolvimento social

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 11, 53, 58, 59, 60, 61, 63, 117, 146

Acesso à justiça 15

Adolescência 107, 109, 125, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152

Adolescente 53, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Afrodscendente 103, 108, 113, 114

Agressores masculinos 26, 30

Ansiedade 58, 116, 117, 125, 126, 127, 130, 131

Arima 164, 169, 170, 171, 172

B

Bonecas da moda 64

C

Castidade 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Conselhos de saúde 42, 44, 45, 50, 51

Contrato social 1, 5, 6, 7, 13, 118

Criança 50, 53, 55, 58, 59, 64, 73, 75, 82, 120, 144, 145, 151

D

Desigualdades de gênero 1, 46

Direito internacional 42, 51

E

Empoderamento feminino 64, 65

Experiências 18, 22, 23, 24, 30, 34, 51, 66, 68, 69, 70, 96, 103, 104, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 123, 129, 143, 144, 148

F

Fallon fox 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162

Feminismos 15, 17, 18, 20, 21, 24, 25

G

Género 10, 11, 12, 13, 14, 25, 28, 29, 37, 40, 41, 46, 48, 49, 52, 95, 98, 102, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Gênero 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 72, 75, 77, 79, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 128, 130, 131, 143, 146, 147, 152, 156, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Grupos de estudo 103, 104

Grupos de intervenção 26, 31

I

Igualdade de gênero 45, 48, 49, 75, 87, 98, 164, 165, 166, 169, 173, 174

Importunação sexual 15, 16, 18, 19, 20, 25

Intervenção psicológica 26, 32

L

Lugar esportivo 154, 158

Lugar social 2, 3, 154, 158

M

Masculinidade 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 99, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 155, 159, 160, 161, 163

México 26, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 52, 141, 142

Morte trágica 78

Mulheres 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 63, 64, 65, 70, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 131, 147, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177

P

Participação popular 42, 167

Paternidade adolescente 132, 133, 134, 136, 140

Pertencimento racial 103, 104, 105

Pessoas Transgênero 154

Planos Municipais de Educação (PME) 90

Políticas públicas 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 59, 61, 82, 113, 119, 132, 133, 138, 142, 147, 174, 175

Promoção da saúde 143, 151

R

Representações femininas 1

Representações negras 64

S

Santarém 164, 166, 169, 170, 171, 174

Santidade 78, 80, 83, 85, 86, 87

Saúde da mulher 42, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 149

Semiárido 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Semiótica 64, 66

Sexualidade 8, 12, 18, 30, 41, 51, 84, 85, 87, 88, 90, 95, 99, 116, 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 176, 177, 178

Sufrimento 17, 31, 79, 80, 83, 116, 117, 120, 125, 126, 127, 129

T

Teorias da justiça 1

Trabalho formal 164, 166, 169, 171, 173, 174

V

Violência doméstica 11, 16, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 79, 88

Violência masculina 26, 33, 39

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais e práticas educativas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021